

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

CAROLINE LUCION PUCHALE

**ENSAIOS EM ECONOMIA POLÍTICA BRASILEIRA:
DISCIPLINA PARTIDÁRIA, EMENDAS PIX E
DISTRIBUIÇÃO INTERNA DE RECURSOS DE
CAMPANHA**

PORTO ALEGRE
2024

CAROLINE LUCION PUCHALE

**ENSAIOS EM ECONOMIA POLÍTICA BRASILEIRA:
DISCIPLINA PARTIDÁRIA, EMENDAS PIX E
DISTRIBUIÇÃO INTERNA DE RECURSOS DE
CAMPANHA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito para obtenção do título de Doutora em Economia, com ênfase em Economia Aplicada.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Carvalho Griebeler

PORTO ALEGRE
2024

CAROLINE LUCION PUCHALE

ENSAIOS EM ECONOMIA POLÍTICA BRASILEIRA: DISCIPLINA
PARTIDÁRIA, EMENDAS PIX E DISTRIBUIÇÃO INTERNA DE
RECURSOS DE CAMPANHA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Economia da Faculdade de Ciências Econô-
micas da UFRGS, como requisito para obtenção
do título de Doutora em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Prof. Dr. Marcelo de Car-
valho Griebeler

PORTO ALEGRE

2024

CAROLINE LUCION PUCHALE

ENSAIOS EM ECONOMIA POLÍTICA BRASILEIRA: DISCIPLINA
PARTIDÁRIA, EMENDAS PIX E DISTRIBUIÇÃO INTERNA DE
RECURSOS DE CAMPANHA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito para obtenção do título de Doutora em Economia.

Aprovada em: PORTO ALEGRE, 2 de abril de 2024

BANCA EXAMINADORA:

Orientador Prof. Dr. Marcelo de Carvalho Griebeler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. Bruno Carazza dos Santos
Fundação Dom Cabral - FDC

Prof. Dr. Fernando Bizarro
Yale University

Profa. Dra. Laura Karpuska
Instituto de Ensino e Pesquisa - Insper

Prof. Mauricio Soares Bugarin
Universidade de Brasília - Unb

AGRADECIMENTOS

Desde o início do Doutorado, entramos com imenso entusiasmo, repletos de energia, o que inicialmente pode dar a impressão de que a jornada será linear. Contudo, a realidade é bem diferente; o caminho percorrido até aqui foi repleto de curvas e desafios. Essa jornada, sem dúvida, teria sido exponencialmente mais árdua sem o apoio, amor e encorajamento de algumas pessoas excepcionais em minha vida.

Primeiramente, quero expressar minha imensa gratidão aos meus pais. Vocês foram minha inesgotável fonte de inspiração e motivação. Nos momentos mais árdusos, sua compreensão e apoio foram o farol que iluminou meu retorno à calma. Ensinarão-me o valor da perseverança e do empenho incessante. Agradeço por compreenderem os inúmeros sacrifícios exigidos por esta jornada, especialmente nos momentos em que minha ausência nas celebrações familiares e nos desafios de 2023 se fez necessária. Ao meu irmão, que, apesar da distância, sempre demonstrou interesse por minha vida acadêmica e pessoal através de mensagens e conversas descomplicadas, que trouxeram sorrisos nos momentos mais precisos. Seu apoio discreto, mas significativo, reforçou a alegria de ter um companheiro de vida tão especial.

Agradeço profundamente aos meus queridos amigos, Ohanna e Matheus, verdadeiros irmãos de coração. Vocês foram além da amizade, transformando-se em pilares essenciais de suporte emocional. Nos dias dominados pela ansiedade, vocês foram a paz. Diante das adversidades, serviram de guia. E nos momentos de tristeza, ofereceram um ombro amigo. Também não posso deixar de mencionar Maria Eduarda, Eduardo e Lizi, cuja amizade e suporte foram fundamentais.

Também devo um agradecimento especial à minha equipe de trabalho da FIERGS, incluindo meu chefe Giovani, meus colegas Marcelo, Maicon, Ricardo, Cristina, e às minhas estagiárias preferidas: Bianca, Laura e Júlia. Pessoas que ocupam grande parte dos meus dias e que trazem “cientificidade” ao nosso cotidiano, provando que a equação do sucesso combina trabalho árduo com uma dose generosa de companheirismo.

Um agradecimento especial ao meu orientador, cuja sabedoria, expertise e paciência transcenderam o papel acadêmico, moldando não apenas minha trajetória profissional, mas também valores pessoais. Sua conduta exemplar, dentro e fora do ambiente acadêmico, serve como um farol de integridade e dedicação. O compromisso fervoroso com a excelência e o avanço das Ciências Econômicas estabeleceu um padrão que aspiro alcançar em minha carreira. Meus sinceros agradecimentos aos membros da banca, Bruno, Fernando, Laura e Maurício, pelo valioso tempo dedicado à leitura da minha tese e pelas contribuições construtivas apresentadas na defesa. O conhecimento e a perspectiva que vocês trouxeram foram fundamentais para enriquecer meu trabalho.

RESUMO

Esta tese analisa os efeitos de dois eventos que reconfiguraram o panorama do financiamento político e das dinâmicas eleitorais no Brasil nos últimos oito anos. O primeiro evento foi a Reforma Eleitoral de 2015, que transferiu a administração dos recursos de campanhas do setor privado para o setor público, alterando significativamente a forma de alocação do dinheiro nas eleições. O segundo evento foi a promulgação das Emendas Parlamentares do tipo Transferência Especial (as Emendas PIX), que expandiram o poder dos parlamentares na destinação de recursos públicos. O objetivo central da pesquisa é analisar como esses eventos impactaram a disciplina partidária, o gasto público municipal e a distribuição interna dos recursos de campanhas no país. Para tanto, a análise considerou tanto os aspectos da arena eleitoral, quanto os aspectos da arena legislativa. O primeiro ensaio da tese constrói um índice de disciplina partidária para cada deputado federal presente na Câmara Federal entre 2000 e 2021. Através de um modelo econométrico em dados em painel, o estudo busca identificar os fatores que influenciam a coesão partidária e analisar os efeitos da Reforma Eleitoral de 2015 sobre o comportamento dos legisladores. Os resultados indicam que a Câmara Federal apresenta um alto índice de disciplina partidária. Diversos elementos influenciam a coesão, como: alta popularidade, vínculos com o espectro centro-direita, participação em cargos de alta visibilidade midiática e posição dentro dos ambientes regionais. A Reforma Eleitoral, por sua vez, impactou de maneira diferenciada as legendas partidárias, não havendo um efeito homogêneo. O segundo ensaio da tese investiga o impacto das Emendas PIX nos gastos públicos municipais em 2022, com foco em categorias orçamentárias como segurança, assistência social, saúde, educação, infraestrutura, urbanismo, transporte e lazer. Para lidar com o potencial viés de endogeneidade, foi utilizado um modelo de mínimos quadrados de dois estágios. Os resultados revelam que as Emendas PIX tendem a favorecer investimentos em infraestrutura e segurança. O aumento das transferências via Emenda em 2022, ano eleitoral, sugere que prefeitos podem ter priorizado projetos de grande visibilidade para beneficiar deputados eleitoralmente, em consonância com a teoria dos ciclos políticos econômicos. O terceiro ensaio analisa as disparidades na distribuição interna de recursos do Fundo Eleitoral entre candidatos a Deputado Federal, com foco nas eleições de 2018. O estudo demonstra, através do índice HHI, uma alta concentração de recursos públicos nas campanhas. Além da análise empírica, o estudo propõe um modelo teórico para explicar os mecanismos subjacentes à distribuição dos recursos. Uma das principais descobertas é que a desigualdade na distribuição, mesmo entre candidatos com características semelhantes, pode ser resultado de preferências partidárias por indivíduos específicos, nutrida por conexões políticas, relação de parentesco ou associação a famílias politicamente influentes.

Palavras-chave: Fundo Eleitoral, Emenda PIX, Distribuição interna de recursos.

ABSTRACT

This thesis examines the effects of two events that reshaped the landscape of political financing and electoral dynamics in Brazil over the past eight years. The first event was the 2015 Electoral Reform, which shifted the administration of campaign resources from the private to the public sector, significantly changing the way money is allocated in elections. The second event was the enactment of Special Transfer Parliamentary Amendments (the PIX Amendments), which expanded the power of parliamentarians in allocating public resources. The main goal of the research is to analyze how these events impacted party discipline, municipal public spending, and the internal distribution of campaign resources in the country. To this end, the analysis considered aspects of both the electoral and legislative arenas. The thesis' first essay constructs a party discipline index for each federal deputy present in the Federal Chamber between 2000 and 2021. Through an econometric panel data model, the study seeks to identify factors influencing party cohesion and analyze the effects of the 2015 Electoral Reform on legislators' behavior. The results indicate that the Federal Chamber exhibits a high level of party discipline. Several elements influence cohesion, such as high popularity, ties with the center-right spectrum, participation in high-visibility media positions, and position within regional settings. The Electoral Reform, in turn, impacted party labels differently, with no homogeneous effect. The second essay investigates the impact of the PIX Amendments on municipal public spending in 2022, focusing on budget categories such as security, social assistance, health, education, infrastructure, urban planning, transport, and leisure. To address potential endogeneity bias, a two-stage least squares model was used. The results reveal that the PIX Amendments tend to favor investments in infrastructure and security. The increase in transfers via Amendment in 2022, an election year, suggests that mayors may have prioritized high-visibility projects to benefit electorally from deputies, in line with the theory of political economic cycles. The third essay analyzes disparities in the internal distribution of Electoral Fund resources among Federal Deputy candidates, focusing on the 2018 elections. The study demonstrates, through the HHI index, a high concentration of public resources in campaigns. Beyond empirical analysis, the study proposes a theoretical model to explain the mechanisms underlying the distribution of resources. One of the main findings is that inequality in distribution, even among candidates with similar characteristics, can be the result of party preferences for specific individuals, nurtured by political connections, kinship relations, or association with politically influential families.

Keywords: Electoral Fund, PIX Amendment, Internal distribution of resources.

Lista de tabelas

Tabela 1 – Fontes de financiamento de campanha nas eleições de 2014 e 2018 para os cargos do Legislativo e Executivo*	22
Tabela 2 – Deputados com maiores e menores IDP	31
Tabela 3 – Estatística Descritiva do IDP	32
Tabela 4 – Problemas a serem enfrentados em modelos de dados em painel	42
Tabela 5 – Resultado econométrico Dados em painel não balanceado 2011 - 2021	43
Tabela 6 – Resultado econométrico Dados em painel não balanceado 2015 - 2021	44
Tabela 7 – Principais problemas estatísticos presentes em um modelo econométrico de dados em painel	51
Tabela 8 – Testes estatísticos para adequação do melhor modelo de dados em painel	51
Tabela 9 – Resultado econométrico Dados em painel não balanceado 2011 - 2021	52
Tabela 11 – Emendas Parlamentares no Brasil 2022	69
Tabela 12 – Municípios que receberam as Emendas via Transferência Especial por número de habitantes	73
Tabela 13 – 20 Municípios mais receberam Emendas Parlamentares do tipo Transferência Especial em termos per capita	74
Tabela 14 – Transferências Especiais executados pelos partidos políticos entre 2022 e 2023	75
Tabela 15 – Regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágio, sendo a variável dependente as despesas públicas com Infraestrutura	85
Tabela 16 – Regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágio, sendo a variável dependente as despesas públicas com Saúde	86
Tabela 17 – Regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágio, sendo a variável dependente as despesas públicas com Educação	87
Tabela 18 – Regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágio, sendo a variável dependente as despesas públicas com Urbanismo	88
Tabela 19 – Regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágio, sendo a variável dependente as despesas públicas com Segurança	89
Tabela 20 – Regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágio, sendo a variável dependente as despesas públicas com Assistência Social	90
Tabela 21 – Regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágio, sendo a variável dependente as despesas públicas com Transportes	91
Tabela 22 – Regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágio, sendo a variável dependente as despesas públicas com Desporto e Lazer	92
Tabela 23 – índice Taagepera (1979) por municípios conforme tamanho populacional	104

Tabela 32 – Porcentagem do Fundo Eleitoral destinado a eleição do Legislativo e Executivo pelos 3 partidos que mais e menos receberam os recurso em 2018	132
Tabela 33 – Hirschman-Herfindahl Index para o Fundo Eleitoral de 2018	135
Tabela 34 – Modelo de regressão linear simples	138

Lista de ilustrações

Figura 1 – IDP ao longo dos anos	32
Figura 2 – Índice de Disciplina Partidária por partido político (acima de três legislaturas)	34
Figura 3 – Tempo de legislatura e o IDP	35
Figura 4 – IDP entre os mais e menos votados nas eleições para Câmara dos Deputados	36
Figura 5 – Razão entre Fundo Eleitoral e as receitas totais e o índice de disciplina	37
Figura 6 – Emendas Parlamentares ao longo dos anos (Em R\$ bilhões valores reais IPCA dez/2022)	70
Figura 7 – Propagação das Emendas do tipo Transferência Especial nos municípios brasileiros	72
Figura 8 – Índice Taagepera (1979) entre os estados brasileiros	101
Figura 9 – Distribuição espacial do Índice Taagepera (1979)	103
Figura 10 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Trabalhista Brasileiro	136
Figura 11 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido da Social Democracia Brasileira	137
Figura 12 – Regressão quantílica tamanho dos partidos e ideologia	139
Figura 13 – Alocação ótima do partido em função do favoritismo Ω	146
Figura 14 – Função objetivo do partido para diferentes combinações de parâmetros	148
Figura 15 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Social Democrático	152
Figura 16 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Rede Sustentabilidade	153
Figura 17 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Verde	153
Figura 18 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Trabalhista Cristão	154
Figura 19 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido dos Trabalhadores	154
Figura 20 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Socialismo e Liberdade	155
Figura 21 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Solidariedade	155
Figura 22 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Socialista Brasileiro	156

Figura 23 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Republicano Progressista	157
Figura 24 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Republicano da Ordem Social	158
Figura 25 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Republicano Brasileiro	159
Figura 26 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido da República	160
Figura 27 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Popular Socialista	161
Figura 28 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Pátria Livre	162
Figura 29 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Progressistas	163
Figura 30 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Podemos	164
Figura 31 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido da Mobilização Nacional	165
Figura 32 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido da Mulher Brasileira	166
Figura 33 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Humanista da Solidariedade	167
Figura 34 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Democrático Trabalhista	168
Figura 35 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Comunista do Brasil	169
Figura 36 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Patriota	170
Figura 37 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Movimento Democrático Brasileiro	171
Figura 38 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Democratas	172
Figura 39 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Democracia Cristã	173
Figura 40 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Avante	174
Figura 41 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Social Liberal	175
Figura 42 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	176

Figura 43 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado

Federal do Partido Social Cristão 177

Sumário

1	INTRODUÇÃO	16
2	DISCIPLINA PARTIDÁRIA E SUAS MUDANÇAS APÓS A REFORMA ELEITORAL DE 2015	20
2.1	INTRODUÇÃO	20
2.2	REVISÃO DE LITERATURA	24
2.3	ÍNDICE DE DISCIPLINA PARTIDÁRIA	28
2.3.1	Índice de disciplina partidária: resultado descritivo	30
2.4	OS DETERMINANTES DA DISCIPLINA PARTIDÁRIA NO BRASIL	37
2.4.1	Evidências empíricas	42
2.5	CONCLUSÃO	48
2.6	Apêndice A: Aferição dos problemas de correlação contemporânea, autocorrelação e heterocedasticidade	51
2.7	Apêndice B Testes estatísticos de adequabilidade dos modelos de dados em painel	51
2.8	Apêndice C: Resultado das regressões em dados em painel 2011 - 2021	52
2.9	Apêndice D: Resultado das regressões em dados em painel 2015 - 2021	57
3	TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS E OS SEUS IMPACTOS SOBRE A PROVISÃO DE BENS PÚBLICOS	62
3.1	INTRODUÇÃO	62
3.2	UM BREVE HISTÓRICO DAS EMENDAS PARLAMENTARES NO BRASIL	67
3.2.1	As Emendas Parlamentares do tipo Transferências Especial	69
3.3	METODOLOGIA	76
3.3.1	Variáveis de interesse	80
3.3.2	Variáveis de controle	81
3.4	RESULTADOS	83
3.5	CONCLUSÃO	98
3.6	Apêndice A: Estatística Descritiva do Índice Taagepera (1979)	100
3.7	Apêndice B: Modelo de mínimos quadrados ordinários entre o instrumentado e seus instrumentados	105
3.8	Apêndice C: Modelo de mínimos quadrados ordinários utilizando como variável explicativa as emendas parlamentares	106

3.9	Apêndice D: Resultado da regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágios sendo a variável dependente os gastos com Infraestrutura	107
3.10	Apêndice E: Resultado da regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágios sendo a variável dependente os gastos com Saúde	109
3.11	Apêndice F: Resultado da regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágios sendo a variável dependente os gastos com Educação	111
3.12	Apêndice G: Resultado da regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágios sendo a variável dependente os gastos com Urbanismo	113
3.13	Apêndice H: Resultado da regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágios sendo a variável dependente os gastos com Segurança	115
3.14	Apêndice I: Resultado da regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágios sendo a variável dependente os gastos com Assistência Social	117
3.15	Apêndice J: Resultado da regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágios sendo a variável dependente os gastos com Transporte	119
3.16	Apêndice K: Resultado da regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágios sendo a variável dependente os gastos com Desporto e Lazer	121
4	DIVISÃO INTRAPARTIDÁRIAS DE RECURSOS MONETÁRIOS DE PARTIDOS POLÍTICOS	123
4.1	INTRODUÇÃO	123
4.2	REVISÃO DE LITERATURA	127
4.3	EVIDÊNCIAS DA DESIGUALDADE DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS INTRA PARTIDO	130
4.3.1	Evidência sistemática	133
4.3.2	Evidência anedótica	139
4.4	UMA TEORIA SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DE CAMPANHA PELOS PARTIDOS	143
4.4.1	Modelo Básico	143
4.4.2	Extensões	147
4.5	CONCLUSÃO	150
4.6	Apêndice A: Fundo Eleitoral e as distribuições entre candidatos dos partidos políticos	152
4.7	Apêndice B: Propriedades da função probabilidade de eleição	178
4.8	Apêndice C: Solução do problema básico do partido	178
4.9	Apêndice D: Estática comparativa	179
4.10	Apêndice E: Solução do problema modificado do partido	179
5	CONCLUSÃO GERAL	180

REFERÊNCIAS 182

1 INTRODUÇÃO

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil adota um regime político-institucional conhecido como presidencialismo de coalizão. Este termo, cunhado por Abranches (1988, p. 21), destaca o Brasil como único país que combina proporcionalidade, multipartidarismo e presidencialismo imperial, além de organizar o Executivo com base em amplas coalizões. Neste sistema, o Poder Executivo Federal busca o apoio partidário da maioria dos membros da Câmara dos Deputados para aprovar legislações de interesse e implementar políticas públicas alinhadas com suas diretrizes de governo. Caracteriza-se pela constante negociação entre bases de apoio, manutenção de relações, dinâmicas políticas e a capacidade de negociação entre os Poderes Executivo e Legislativo.

A constituição de coalizões políticas no Brasil começa já no período eleitoral, período em que diversos partidos políticos se aliam visando um objetivo comum: conquistar a vitória nas eleições. Essa aliança é levada adiante para os Poderes Executivo e Legislativo, onde cargos, políticas públicas e regulamentações são objeto de negociação. Os participantes desse sistema estão cientes do poder que possuem para alterar as regras do jogo político e distribuir recursos públicos, criando assim espaço para o surgimento de grupos de interesse.

Carazza (2018) evidencia o principal mecanismo do presidencialismo de coalizão no Brasil: o dinheiro. Aliados políticos nomeiam indivíduos para cargos públicos, conferindo-lhes poder decisório. As empresas, por sua vez, buscam obter vantagens em contratos, benefícios fiscais, entre outros. Assim, estabelece-se a dinâmica: políticos, desejando recursos para suas campanhas, concedem favores a grandes corporações. As revelações da Operação Lava Jato ilustram como essa estrutura institucional, ao privilegiar políticos e beneficiar empresas privadas, impõe custos significativos à sociedade.

Para interromper o ciclo anteriormente descrito, a Reforma Eleitoral foi estabelecida em 29 de setembro de 2015 pela lei nº 13.165. Essa reforma promoveu alterações significativas em diversas legislações, incluindo a Lei das Eleições, a Lei dos Partidos Políticos e o Código Eleitoral, visando principalmente reduzir os custos de campanhas eleitorais, simplificar a gestão das organizações partidárias e fomentar a participação feminina na política. Um dos impactos mais relevantes dessa reforma foi nas finanças partidárias, com a eliminação da principal fonte privada de financiamento de campanhas: as doações de pessoas jurídicas. Conforme Carazza (2018), nas eleições de 2014, as doações de CNPJs representaram mais de 70% do total recebido pelos partidos de maior expressão no Brasil, como PT, DEM, MDB, PSB e PSDB, um valor que, já elevado, vinha crescendo significativamente ao longo dos anos. De acordo com Carazza (2018), entre as eleições de 1994 e 2014, o montante das doações empresariais aumentou de R\$ 959 milhões para R\$ 4,56 bilhões, destacando a última atualização do Tribunal Superior Eleitoral que registrou

R\$ 3 bilhões em contribuições de CNPJs em 2014.

Conforme Carazza (2018), importantes conglomerados empresariais realizavam significativas contribuições financeiras a candidatos com o objetivo de garantir acesso ao poder político e obter vantagens em licitações de obras públicas, além de influenciar decisões em políticas econômicas, como legislação tributária, política industrial e acesso a crédito subsidiado pelo BNDES. Um caso emblemático foi a doação de R\$ 120 milhões pela Odebrecht, uma das maiores construtoras do país, a diferentes candidatos durante as eleições de 2014 (CARAZZA, 2018). De acordo com o autor, a estratégia dessas empresas de distribuir vultosas quantias a várias organizações políticas, em vez de concentrar os recursos em um único partido, visava expandir suas chances de obter benefícios fiscais após o período eleitoral.

Diante das significativas perdas financeiras causadas pela proibição das doações de pessoas jurídicas e os elevados custos associados ao processo eleitoral brasileiro, decorrentes da extensão do país e da necessidade de alcançar milhões de eleitores, tornando as campanhas eleitorais extremamente dispendiosas e valorizando o marketing político¹, o governo promulgou, em 2017, as leis nº 13.487 e 13.488. Essas leis criaram o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), conhecido como Fundo Eleitoral, em um esforço para mitigar a influência do poder econômico na política. Este fundo passou a ser uma das principais fontes de financiamento das campanhas eleitorais no país, ao lado do Fundo Partidário. De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, o financiamento público das campanhas eleitorais de 2018 representou 80,6% do total investido, em contraste com apenas 2,7% em 2014, evidenciando uma mudança significativa na composição dos recursos para as eleições após a reforma.

A Reforma Eleitoral de 2015, ao alterar profundamente a dinâmica de financiamento das campanhas eleitorais no Brasil, colocou nas mãos dos partidos políticos a responsabilidade de gerir uma parcela significativa dos recursos destinados às campanhas. Essa mudança institucional levantou diversas questões sobre a nova configuração do financiamento eleitoral. Primeiramente, interroga-se sobre a metodologia adotada pelas agremiações para alocar os fundos entre diversos cargos e candidatos, ponderando se a divisão reflete equidade ou favorece certos grupos internos. Em segundo lugar, surgem dúvidas sobre o impacto das conexões eleitorais na distribuição desses recursos públicos, especialmente se as redes políticas amplas e as alianças estratégicas influenciam a alocação financeira a favor de certos candidatos. Por fim, questiona-se se a reforma alterou a disci-

¹Devido a dimensão do Brasil e partindo do princípio de que a informação precisa chegar a milhões de brasileiros e brasileiras, as campanhas eleitorais se tornem extremamente custosas. O marketing político tornou-se um serviço caro e se valorizou muito nas últimas eleições, segundo Carazza (2018) a empresa Polis, de propriedade de João Santana - um dos investigados na operação lava jato - cobrou do ex-presidente Lula, quando era candidato ao cargo de presidente da república no ano de 2006, R\$ 8,25 milhões para gerir seu marketing político do primeiro turno e R\$ 5,5 milhões para o segundo. No ano de 2010, quando a candidata ao cargo de presidenta pelo PT foi Dilma Rousseff, o valor cobrado foi de R\$ 34 milhões e sua reeleição em 2014 custou R\$ 50 milhões.

plina partidária, isto é, se houve mudanças na coesão e lealdade dos membros dos partidos às diretrizes partidárias em função do novo modelo de financiamento. Para investigar essas questões, propõe-se a elaboração de dois ensaios.

O primeiro ensaio buscou investigar o impacto da gestão partidária dos recursos eleitorais e sua influência na arena legislativa, focando especificamente na disciplina partidária dos Deputados Federais. O propósito foi calcular um índice e verificar os fatores que motivam os legisladores a demonstrarem maior ou menor coesão partidária. Além disso, analisou-se o efeito da Reforma Eleitoral na disciplina partidária, sugerindo que a reforma poderia ter alterado as dinâmicas internas dos partidos de maneira significativa.

No terceiro ensaio, o foco se volta para a modelagem da distribuição intrapartidária de recursos do Fundo Eleitoral, buscando esclarecer os critérios que levam a uma distribuição desigual entre os membros do partido. Uma análise dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) revelou que, mesmo dentro de um mesmo estado, os partidos distribuem o financiamento público de forma heterogênea, resultando em grandes disparidades entre os montantes recebidos por diferentes políticos. Surpreendentemente, candidatos com características observáveis similares, como tempo de mandato ou potencial de reeleição, muitas vezes recebem quantias divergentes. Esse padrão sugere que atributos individuais, possivelmente além da experiência política, desempenham um papel crucial na alocação de recursos.

A literatura acadêmica, incluindo Caldeira e Patterson (1987) e Masket (2008), aponta que as relações interpessoais são determinantes fundamentais na condução legislativa, indicando que candidatos com vastas redes de conexões políticas tendem a obter mais benefícios. Como Carazza (2018, p.121) enfatiza, "quem é bem relacionado nunca fica desamparado". No contexto brasileiro, caracterizado por uma estrutura institucional que historicamente favorece as dinastias políticas, ter vínculos familiares com outros políticos oferece um caminho privilegiado de acesso a recursos e influência dentro dos partidos. Este cenário ressalta a importância dos laços pessoais e familiares na política brasileira, influenciando não apenas a distribuição de recursos financeiros, mas também o poder e a influência dentro do espectro político.

Em 2019, ocorreu no Brasil o segundo movimento significativo nos últimos oito anos voltado para a reformulação do poder legislativo sobre as contas públicas federais: a promulgação das Emendas Parlamentares do tipo Transferência Especial. Este desenvolvimento legislativo permitiu que deputados e senadores destinassem recursos do orçamento federal diretamente para estados, municípios e o Distrito Federal, sem a obrigatoriedade de vinculação desses recursos a projetos ou obras específicas. Esse avanço foi projetado para trazer mais flexibilidade e eficiência na distribuição e execução do orçamento, visando a acelerar a resposta governamental às demandas locais. Tal iniciativa se baseou na premissa de que os parlamentares, dada a sua proximidade com as comunidades, poderiam identificar

de maneira mais eficaz as necessidades reais dos cidadãos, promovendo um financiamento mais direcionado e eficiente para áreas críticas como infraestrutura, saúde e educação.

Por outro lado, essa mudança legislativa também gerou preocupações relacionadas à transparência e ao controle do uso desses recursos. A maior liberdade na alocação dos fundos, apesar de visar a otimização da aplicação dos recursos públicos, introduziu riscos de má gestão, desvios e favoritismo, o que pode comprometer os princípios de justiça e eficácia na administração dos recursos. A possibilidade de que as transferências especiais sejam utilizadas para atender a interesses políticos, em detrimento das verdadeiras necessidades da população, levanta questões sobre a integridade desse mecanismo. Assim, surge o segundo ensaio, com o objetivo de verificar o impacto das Emendas Parlamentares do tipo Transferência Especial sobre os gastos públicos municipais.

2 DISCIPLINA PARTIDÁRIA E SUAS MUDANÇAS APÓS A REFORMA ELEITORAL DE 2015

2.1 INTRODUÇÃO

A disciplina partidária é conceituada como o grau de unidade do partido político nas decisões legislativas (NETO; SANTOS, 2001b), ou seja, “refere-se à capacidade de um partido de controlar os votos de seus membros dentro do parlamento” (TSEBELIS, 1995, p. 311, tradução nossa). Essa métrica é um importante indicador da força dos partidos políticos, da maneira como interagem com o Executivo e do grau de decisão da agremiação. Partidos indisciplinados são menos estáveis, no sentido de não haver nenhuma previsibilidade sobre suas decisões (NEIVA, 2011), além de tornar o sistema político menos inteligível para o eleitor, a vista que, o meio mais fácil dos cidadãos julgarem o desempenho dos Deputados é observando as decisões do partido (MELO, 1999).

Até os anos de 1995, grande parte da literatura brasileira enfatizava que o sistema partidário do país era altamente fragmentado, motivado por interesses pessoais, clientelista e indisciplinado (AMES, 1995; MAINWARING; SHUGART, 1997; CAREY, 2007). Segundo esses autores, o problema decorria da própria estrutura eleitoral direcionada para o voto em lista aberta, que incentivava os candidatos a criarem relações personalísticas e individuais com seus redutos eleitorais (PEREIRA; MUELLER, 2003; NEIVA, 2011). Nesse tipo de eleição, o que importa é a quantidade de votos individuais e não a do partido político. Portanto, visando a maximização de votos da base eleitoral, as votações incorridas no Congresso são condicionadas à quantidade de benefícios que o candidato consegue barganhar para seus eleitores, que não necessariamente corresponde aos interesses do partido político. Em resumo, a arena eleitoral era o que condicionava o comportamento dos indivíduos na arena legislativa (PEREIRA; MUELLER, 2003).

No entanto, a partir do estudo de Limongi e Figueiredo (1995), que examina o resultado de 221 votações nominais no plenário da Câmara dos Deputados entre os anos de 1989 e 1994, chegam à conclusão de que o Brasil apresenta, na verdade, expressiva disciplina partidária. Conforme os autores destacam, a fidelidade partidária só emerge devido à promulgação do Regimento Interno da Câmara dos Deputados em 1989, mesmo com a continuidade das votações para o Congresso Nacional no formato de lista aberta. O novo quadro institucional permite a definição dos papéis exercidos pelos líderes partidários, bem como pelo poder Executivo: este último é responsável por editar medidas provisórias, vetar projetos de lei, propor votações emergenciais, etc., enquanto os líderes têm a responsabilidade de conduzir as agendas de trabalho, ou seja, de controlar o que e quando se vota (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999). Dessa forma, as bases no Legislativo passam a ser determinadas por um governo de coalizão, instrumentado pelo líder partidário e pelo

presidente, e não de maneira individual. À vista disso, a única maneira dos parlamentares lograrem concessões para suas bases eleitorais é aliando-se ao partido político, pois, de forma individual, não conseguiriam obter qualquer poder de barganha junto ao Executivo.

Essas duas conclusões antagônicas da literatura sobre fidelidade partidária formam um *trade-off* pelo qual os deputados enfrentam diariamente dentro do plenário: buscam a reeleição e, portanto, atendem às preferências de seu eleitorado — o que não necessariamente coincide com os interesses do partido — ou seguem as decisões do partido político e recebem benefícios dentro da casa legislativa. Em resumo, de um lado, encontra-se a arena eleitoral, que incentiva os correligionários a agirem de maneira individual e não cooperativa com o partido, promovendo a descentralização do sistema político; de outro, está a arena legislativa, que oferece instrumentos de recompensas e punições para o líder do partido — por exemplo, determinação de agendas de votações, nomeação de titulares para comissões, distribuição de recursos financeiros para campanhas, entre outros —, motivando a lealdade parlamentar e fortalecendo as agremiações no Congresso. Como bem postulado por Giannetti e Laver (2009, p. 147, tradução nossa), a unidade dos partidos políticos “é o resultado de um jogo estratégico jogado dentro dos partidos políticos, no qual legisladores que são membros do partido respondem às recompensas e punições”.

Grande parte da literatura empíricas que busca compreender o comportamento disciplinado/indisciplinado dos correligionários brasileiros se restringem à estudos realizados para a década de 1990 (LIMONGI; FIGUEIREDO, 1995; NICOLAU, 2000; NETO; SANTOS, 2001a; LYNE, 2005; NEIVA, 2011). Há um único trabalho que inclui anos mais recentes, o de Scheffler (2019), que objetivou verificar as razões pelos quais os parlamentares são disciplinados. A autora utiliza dados das votações nominais que ocorrem no período de maior fragmentação política brasileiras: os anos de 2000 a 2017, período em que o Brasil passou por importantes eventos políticos, tal como a Operação Lava Jato e o Impeachment da presidenta da república. Para atingir o objetivo fim do estudo, Scheffler (2019) constrói um índice de disciplina partidária que se sobressai aos comumente utilizados nessa temática, ao levar em consideração apenas a posição individual dos parlamentares. Ou seja, o índice é construído para cada um dos membros do legislativo e não sobre a totalidade de decisões do partido político, tal como ocorre no cálculo do índice de Rice, metodologia amplamente utilizada pela literatura.

Após as aferições de Scheffler (2019), surge no Brasil um movimento político significativo: a Reforma Eleitoral. A Lei 13.165, promulgada em 2015, manifesta seus efeitos somente a partir de 2018. Essa reforma marca um importante ponto na história da política brasileira, pois altera a forma de alocação das contribuições de campanhas eleitorais. Até 2015, os candidatos contavam com várias fontes de financiamento de campanha, sendo as principais delas os recursos provenientes de pessoas jurídicas, enquanto as fontes públicas eram mínimas. Tomando a Tabela 1 como exemplo, até 2014, a grande maioria das contribuições de campanha (97,3% do total arrecadado) era fornecida pelo setor privado

(principalmente doações por pessoas jurídicas), enquanto o setor público contribuía com apenas 2,7%. No entanto, com a Reforma Eleitoral, as doações por CNPJ foram extintas e, em seu lugar, foi criado mais um fundo público: o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC). Devido a essa mudança, a principal fonte de contribuição passou a ser o setor público (77,7% do total arrecadado), enquanto o setor privado representou 19,4% do total da receita.

Tabela 1 – Fontes de financiamento de campanha nas eleições de 2014 e 2018 para os cargos do Legislativo e Executivo*

TIPO DE RECEITA	Eleições	
	2014	2018
PRIVADA (I)	8.739.270.491,72	1.151.920.299,61
Doações pela Internet	2.015.511,37	385.881,59
Recursos de origens não identificadas	812.301,41	834.946,55
Recursos de outros candidatos/comitês	1.279.753.062,51	43.790.995,59
Recursos de partido político	2.412.316.888,56	71.190.991,70
Recursos de pessoas físicas	705.070.843,28	564.655.632,75
Recursos de pessoas jurídicas	3.861.398.442,74	-
Rendimentos de aplicações financeiras	565.357,10	21.988,16
Comercialização de bens ou realização de eventos	2.823,53	110.845,00
Recursos próprios	477.335.261,22	451.233.733,44
Recursos de financiamento coletivo	-	19.695.284,83
PÚBLICA (II)	239.815.459,36	4.790.703.194,43
Recursos de partido político	204.709.193,98	4.614.501.187,56
Recursos de outros candidatos/comitês	35.098.289,84	174.737.829,03
Rendimentos de aplicações financeiras	7.975,55	1.464.177,84
TOTAL GERAL (I+II)	8.979.085.951,09	5.942.623.494,04

Fonte: Elaboração própria com dados do Tribunal Superior Eleitoral. *Em valores de dezembro de 2018

Essa modificação na lei passou a influenciar diretamente nas relações entre os partidos políticos e a casa legislativa, ao colocar nas mãos desses uma maior quantidade de recursos de campanhas eleitorais para serem transferidas aos parlamentares, concedendo um arsenal de instrumentos institucionais que pode incentivar o comportamento disciplinado dos correligionários. Diversos estudos no âmbito de economias desenvolvidas (JACOBSON, 1978; ABRAMOWITZ, 1988; JACOBSON, 1990) e também no Brasil (SAMUELS, 2001; PEREIRA; RENNO, 2007; LEMOS; MARCELINO; PEDERIVA, 2010; AVELINO; FISCH, 2019) demonstram a importância dos recursos monetários para o sucesso nas urnas. Como descrito por Samuels (2001, p. 571, tradução nossa) “os candidatos entendem que a melhor forma de aumentar o reconhecimento do seu nome junto aos eleitores é gastar abundantemente em autopromoção”. Dessa maneira, a necessidade de recursos monetários para o sucesso nas urnas, influencia o parlamentar a colaborar com seu partido político.

Dessa forma, tomando como base a iniciativa de Scheffler (2019) de construção de

um índice de disciplina partidária sobre cada deputado e a oportunidade de entender as mudanças de comportamento dos Deputados após a promulgação da Reforma Eleitoral, **o principal objetivo desse estudo é compreender os determinantes da disciplina partidária dos Deputados Federais brasileiros no período de 2011 a 2021.** O intuito é verificar se a quantidade de recursos públicos nas receitas de campanhas eleitorais dos correligionários, intensificada a partir de 2018, influenciou o grau de disciplina partidária dos Deputados Federais. Nossa hipótese é de que, com a mudança na lei no ano de 2015, a relação entre o partido político, personificado no líder partidário, e os membros da Câmara dos Deputados tenha sofrido modificações. Os correligionários, tendo em vista que as agremiações são detentoras de grande parte dos recursos de campanha e, ainda, pensando em suas reeleições e na importância das transferências de recursos para seus redutos eleitorais, passaram a adotar posturas condizentes com as preferências dos partidos políticos do qual fazem parte.

Para alcançar o objetivo delineado em nosso estudo, inicialmente, construímos um índice individual de disciplina para o período em análise. Com esse índice à nossa disposição, procedemos à investigação dos determinantes da disciplina partidária, empregando um modelo de dados em painel. Em seguida, focamo-nos em avaliar o impacto da reforma eleitoral sobre a disciplina partidária, analisando como essa mudança na legislação afetou as relações de poder e negociação entre os deputados e os líderes de nossos partidos. Essa investigação detalhada tem o propósito de não somente compreender as complexidades do comportamento disciplinar nos partidos políticos, mas também de revelar os efeitos da reforma eleitoral nesse contexto.

Este trabalho se distingue no campo dos estudos sobre disciplina partidária, principalmente pelo uso de uma métrica inovadora para avaliar a coesão partidária. A diferenciação principal reside na construção de um índice individual de disciplina para cada parlamentar, baseando-se na frequência com que cada um vota em consonância com o líder do partido, um enfoque distinto do índice de Rice tradicionalmente empregado pela literatura, que se foca apenas na adesão dos membros às decisões partidárias coletivas. Embora a base deste índice já tenha sido introduzida no estudo de Scheffler (2019), a intenção aqui é expandi-lo até o ano de 2021, proporcionando a única análise de disciplina partidária individualizada existente para esse período prolongado. Com a ampliação do escopo da amostra, é possível investigar de maneira mais precisa os determinantes da coesão partidária, permitindo também a exploração de um tema ainda inédito na literatura brasileira: o impacto da reforma eleitoral no comportamento dos deputados dentro da casa legislativa.

Os resultados deste estudo revelam que a Câmara dos Deputados entre os anos de 2011 e 2021 demonstra um expressivo índice de disciplina partidária. Observou-se que diversos elementos influenciam a redução dessa coesão. Notadamente, a vinculação a agremiações políticas de espectro centro-direitista, a inclusão de parlamentares recém-

eleitos com limitada experiência legislativa e representantes eleitos com um amplo suporte popular estão entre os fatores que afetam negativamente a disciplina dentro dos partidos. Ao desenvolver um modelo econométrico, constatou-se que aqueles em posições de destaque, tanto no âmbito nacional quanto regional de suas legendas, tendem a seguir rigorosamente as diretrizes partidárias. Essa constância também é observada em integrantes de Comissões influentes, cujas indicações são marcadas pela influência direta da liderança partidária, reforçando assim a harmonia interna.

Além disso, foi notável que a aliança política com o Executivo, especialmente no que tange à participação na coalizão governista, é essencial para a manutenção da ordem partidária. Em contrapartida, detentores de cargos de alta visibilidade, que destacam o parlamentar dentre seus colegas, como assentos na Mesa Diretora, tendem a uma menor aderência às expectativas partidárias, podendo isso resultar em uma diminuição da unidade partidária. Da mesma forma, parlamentares que capturam uma significativa porção do eleitorado em suas regiões demonstram propensão a uma conduta menos alinhada com as diretrizes do partido.

A investigação concluiu que a influência da Reforma Eleitoral na disciplina dos representantes na Câmara dos Deputados apresentou variações marcantes entre os diferentes partidos. Em algumas legendas, observou-se um reforço na coesão partidária subsequente à reforma, um fenômeno que pode ser explicado pela estratégia adotada na alocação dos recursos do Fundo Eleitoral, beneficiando determinados candidatos ou perfis eleitorais.

Iniciamos a próxima seção demonstrando os resultados de estudos empíricos sobre a disciplina partidária brasileira, bem como a justificativa para cada efeito encontrado. Em seguida, é mensurado o índice de disciplina partidária, bem como seus principais resultados. Na quarta seção é tratado sobre o modelo econométrico e na quinta é discorrido sobre as evidências empíricas. Por fim, tem-se a conclusão do estudo.

2.2 REVISÃO DE LITERATURA

A literatura empírica sobre a disciplina partidária no Brasil foi concebida em dois períodos específicos, entre 1945 e 1964 e após 1989, momentos antes e depois do período do regime militar que se fez presente no país entre 1964 e 1989. As regras institucionais brasileiras durante esses dois espaços de tempos democráticos permaneceram constantes: presidencialismo, bicameralismo, federalismo e representação proporcional de lista aberta. A diferença estava sob a alta fragmentação da legislatura que se exacerbou após 1989 (LYNE, 2005). Diante desse cenário, despertou interesse da literatura em investigar as mudanças na fidelidade partidária durante esse período.

O primeiro estudo empírico sobre o Brasil foi realizado por Limongi e Figueiredo (1995), que teve como objetivo verificar a existência de votações discordantes entre par-

lamentares e seus partidos políticos. Para esse fim, analisaram as votações nominais da Câmara dos Deputados no período de 1989 a 1994. Como métrica para avaliar a coesão partidária, utilizaram o Índice de Rice, que calcula a diferença entre a porcentagem de membros do partido que votaram contra a decisão e a porcentagem daqueles que votaram a favor. Como resultado principal, os autores encontraram um índice médio de Rice de 70, indicando que 90% dos deputados de um mesmo partido votaram de maneira uniforme durante as décadas de 80 e 90, evidenciando uma alta fidelidade partidária. O estudo também revelou que os partidos de esquerda demonstraram maior coesão em comparação com os demais, enquanto os partidos de direita e centro foram influenciados pela natureza da pauta votada. De acordo com os autores, a discrepância entre a literatura precedente e suas descobertas empíricas reside nas próprias regras legislativas, que atribuem pouca autonomia propositiva e decisória aos parlamentares, uma vez que essas competências estão concentradas na liderança partidária.

Assim como Limongi e Figueiredo (1995), Neto e Santos (2001a) empreenderam uma análise das taxas de disciplina partidária nas votações nominais ocorridas na Câmara dos Deputados do Brasil. No entanto, focaram no período que contava com uma conjuntura de presidencialismo puro aliado à representação proporcional de lista aberta, entre os anos de 1946 a 1964. Para mensurar a unidade partidária, os autores recorreram ao índice de Rice, aplicado a 982 votações nominais. Como resultado primordial, identificaram uma tendência de baixa disciplina, evidenciada pelo índice de Rice médio para o período, que oscilou entre 53 e 63. Analisando o índice para cada uma das cinco legislaturas, notou-se uma significativa variação: houve momentos em que o Rice médio aproximou-se de 50, enquanto em outros superou 60. A razão para tal variação é atribuída às dinâmicas do mandato presidencial: a ascensão de um novo presidente e a formação de uma nova legislatura levaram à criação de novas facções dentro dos partidos, que se posicionavam em apoio ou oposição ao Executivo. De acordo com os autores, a dimensão desses grupos estava diretamente relacionada à quantidade de patronagem distribuída pelo Executivo.

Por sua vez, Neiva (2011) buscou demonstrar o grau de disciplina partidária na Câmara dos Deputados e no Senado Brasileiro entre 1989 e 2009, um aspecto até então pouco explorado pela literatura existente. Assim como nos estudos anteriormente mencionados, Neiva (2011) recorreu a votações nominais e ao índice de Rice para avaliar a fidelidade partidária. Dentre os principais resultados, observou-se um índice médio de Rice de 81 para o Senado e 85 para a Câmara dos Deputados, valores estes muito próximos aos encontrados por Figueiredo e Limongi (1999) — 89,4% —. A conclusão de Neiva (2011) é que o nível de coesão partidária entre o Senado e a Câmara dos Deputados não apresenta diferenças significativas. No entanto, as razões para esse cenário são distintas: na Câmara dos Deputados, os poderes de comando do Executivo e a centralização das decisões nas mãos do líder partidário induzem à convergência dos votos entre os membros da agremiação. Já no Senado, fatores como o menor tamanho da casa, a duração do

mandato, uma renovação mais frequente e as regras internas contribuem para a unidade partidária.

No estudo realizado por Lyne (2005), é analisado o comportamento partidário no Brasil em dois distintos períodos históricos: de 1945 a 1964 e de 1989 a 2002. O autor empreendeu uma quantificação da unidade intrapartidária, utilizando o índice de Rice, bem como da divisão interpartidária, por meio do índice de semelhança¹. Apoiando-se nas votações nominais da Câmara dos Deputados para sua análise, Lyne (2005) oferece resultados que indicam um aumento significativo tanto na divisão intrapartidária quanto na divisão entre coalizões ao longo dos períodos analisados. O índice de Rice médio para partidos alinhados com o governo subiu de 69,4, no período entre 1945 e 1964, para aproximadamente 82,7 em 1989. Já para os partidos de oposição, esse índice aumentou de 65,7 para 92,7. No que tange ao índice de semelhança interpartidária, foi observado um valor duas vezes maior antes de 1964 em comparação com o período posterior a 1989, evidenciando uma maior propensão dos partidos de oposição em se aliar ao governo. Em resumo, os achados referentes ao comportamento legislativo brasileiro no período de 1945 a 1964 corroboram a percepção de que, naquele momento, os partidos políticos eram marcados pela fragmentação e pela ausência de uma organização coesa em torno de um programa legislativo nacional.

Diferentemente dos trabalhos mencionados, Nicolau (2000) buscou quantificar o grau de disciplina partidária durante o governo Fernando Henrique Cardoso por meio do índice de fidelidade à posição do líder do partido. Esse indicador foi adotado pelo autor para superar os problemas identificados no índice de Rice, especificamente: (i) o viés associado ao tamanho dos partidos (CAREY, 2007); e (ii) a não consideração dos deputados ausentes durante as votações (DESPOSATO, 2005). O índice empregado representa a razão entre o total de deputados que votaram conforme a orientação do partido e o número de parlamentares presentes na votação. Como conclusão geral, o autor observou que os partidos políticos no Brasil exibem um alto grau de coesão. A taxa média de disciplina revelou-se mais elevada nos partidos de esquerda, PCdoB e PT (próxima de 100%), em comparação com os demais, que registraram índices abaixo de 90%. Ao analisar os dados por período, Nicolau (2000) notou flutuações significativas ao longo do tempo: enquanto PFL, PSDB, PRB e PDT tornaram-se mais disciplinados, outros partidos, como PDS e PMDB, experimentaram um movimento inverso. De acordo com o autor, as variações nas taxas de disciplina estão vinculadas à vida organizacional dos partidos, isto é, ao nível de conflito doutrinário interno, ao padrão de punição dos parlamentares que divergiram das orientações partidárias e à existência de facções pró ou contra o governo dentro dos partidos.

¹Esta medida avalia o grau em que membros de dois grupos distintos (neste contexto, o governo e as coalizões de oposição) apresentam votações convergentes em determinadas propostas legislativas. Quanto maior o índice, mais uniformes são os votos entre os membros dos dois grupos, indicando uma menor divisão interpartidária nas votações legislativas.

Ames (2002) buscou elucidar os fatores que incentivam os correligionários brasileiros a cooperarem com seus líderes partidários durante votações nominais. Para isso, adotou um modelo econométrico do tipo *logit*, no qual a variável dependente é uma *dummy* que assume valor unitário se o parlamentar votou de acordo com o partido. Entre as variáveis independentes incluídas estão: ideologia, carreira política local, reeleição, controle municipal, recebimento de recursos do partido, posição na lista aberta pós-eleição, participação no total de votos do partido, entre outras. A análise foi aplicada a seis partidos políticos — PFL, PTB, PPB, PMDB, PSDB e PDT — e cobriu dois períodos distintos: após 1991 e especificamente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998). Os resultados indicaram que as transferências de recursos do partido para os parlamentares não têm impacto sobre a cooperação. Além disso, observou-se que quanto mais baixa a posição do parlamentar na lista aberta pós-eleição, maior é seu grau de cooperação com as lideranças partidárias. Segundo Ames, parlamentares com menor influência tendem a votar conforme o partido, uma vez que isso pode facilitar o acesso a cargos no legislativo e a recursos para suas bases eleitorais.

Um achado interessante de Ames (2002) refere-se à relação entre a unidade partidária e a posição dominante do deputado dentro de seu círculo eleitoral. O autor demonstra que, para partidos como PFL, PMDB, PSDB e PTB, uma maior cooperação partidária está relacionada ao grau de influência do deputado dentro de uma região. Deputados cujas carreiras são embasadas na predominância de sua família na área, visando ao sucesso eleitoral, requerem apoio financeiro e estrutural para seus intermediários locais. Para alcançar tal objetivo, é necessário cooperar com o partido nas eleições.

Os estudos empíricos apresentados até o momento analisam a disciplina partidária no Brasil durante as décadas de 80, 90 e início dos anos 2000. Contudo, nenhum deles se estende para além desse período a fim de investigar os efeitos nas unidades partidárias das mudanças na conjuntura política brasileira pós-2014, ano em que o maior escândalo de corrupção envolvendo políticos e empresas privadas veio à tona. A primeira pesquisa a empreender essa análise foi realizada por Scheffler (2019), que quantificou a disciplina partidária dos Deputados Federais brasileiros entre 2000 e 2017, utilizando um índice inovador, calculado individualmente para cada deputado, superando o tradicionalmente empregado na literatura — o índice de Rice. A autora adotou um modelo teórico de informação completa para fundamentar a relação entre partidos e deputados. Segundo ela, a alocação de cargos (como na mesa diretora) e as transferências de recursos monetários (a exemplo das emendas parlamentares) são elementos chave para a manutenção da disciplina partidária. Mais ainda, esses mecanismos atuam como substitutos, ou seja, o partido tende a alocar menos recursos para aqueles deputados que já dispõem de cargos, pois isso aumentaria a probabilidade de eleição de ambos os candidatos. Além disso, deputados com grande carisma e capacidade de atrair votos demandam transferências maiores de recursos por parte do partido para votarem contra os interesses de seu eleitorado, especialmente em

votações de alta visibilidade para a sociedade, como as reformas Tributária e Administrativa.

Buscando aprofundar as conclusões de Scheffler (2019), Oscar (2022) desenvolveu um modelo de jogo dinâmico com informações completas e imperfeitas. Dentre suas principais descobertas, demonstrou que, quando confrontados com dois candidatos de igual carisma, o partido político se mostra indiferente em oferecer um cargo de comissão, independentemente de serem disciplinados ou não. Além disso, em cenários onde um deputado disciplinado ocupa um cargo de comissão enquanto o outro não, o líder partidário tende a alocar um maior volume de transferências para o primeiro, em reconhecimento à sua lealdade. Ao negligenciar o candidato disciplinado em favor daquele que não segue as diretrizes do partido, aumenta-se inadvertidamente a probabilidade de eleição do último. O estudo também revela que, quanto mais carismático for o deputado, maiores são suas chances de reeleição e, conseqüentemente, menor é sua dependência em relação aos recursos que o partido pode oferecer, seja em forma de cargos ou apoio financeiro.

A vantagem deste estudo em relação aos anteriormente apresentados reside não apenas em atualizar o índice de disciplina partidária individual até o ano de 2021, mas também em captar os efeitos da Reforma Eleitoral sobre o comportamento dos deputados federais. Esta reforma modificou a dinâmica de distribuição dos recursos das campanhas eleitorais, conferindo maior poder aos partidos políticos. A mensuração da disciplina partidária foi realizada através do Índice de Disciplina Partidária, incorporado ao estudo de Scheffler (2019). Por fim, um modelo econométrico de dados em painel foi empregado para examinar a influência de variáveis econômicas e políticas sobre a disciplina do eleitorado.

2.3 ÍNDICE DE DISCIPLINA PARTIDÁRIA

As principais características do Índice de Disciplina Partidária é sua periodicidade e personificação, dado que é calculado individualmente para cada um dos Deputados Federais em ano considerado. Com relação à janela de cálculo, foi utilizado os anos de 2000 a 2021, compreendendo anos anteriores (2000-2015) e posteriores (2016-2021) à Reforma Eleitoral. A opção por iniciar em 2000 está relacionada ao período de implementação do sistema eletrônico de votação da Câmara dos Deputados, ocorrida em 1998. Votações que ocorreram antes desses anos, podem apresentar alguma inconsistência.

A base de dados utilizada para construção dos índices foram os resultados das votações nominais publicadas no *Diário da Câmara dos Deputados*. Esse é o único tipo de votação que é possível identificar os parlamentares votantes, bem como seus respectivos votos e a orientação do líder partidário. Segundo Figueiredo e Limongi (2001) as votações nominais ocorrem em situações especiais, sendo imperativas para matérias que exigem quórum especial, como é o caso das Emendas à Constituição (PECs) e leis complementares.

Além disso, é utilizada quando há pedidos de verificação de votação simbólica², como no caso da Legislação Ordinária e Medidas Provisórias (MPs). Em princípio, as votações nominais abarcam os conteúdos com maior teor de importância e polêmica (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001).

Segundo as diretrizes do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a votação nominal segue o seguinte cronograma: (i) os líderes partidários deliberam publicamente como votará os partidos políticos, como forma de orientação à bancada. O encaminhamento pode assumir as seguintes formas: voto favorável (sim), desfavorável (não), liberação da bancada³, obstrução⁴ ou abstenção⁵; (ii) o parlamentar vota individualmente na matéria em pauta, sendo favorável ou não a proposta.

Durante o período de 2000 a 2021, foram realizados 4.699 votações nominais na Câmara dos Deputados. Primeiramente, foi preciso excluir as votações em que não houve registro da orientação de votos por parte dos partidos políticos, por essa situação foram ignoradas 56 votações. Em seguida, foi preciso estabelecer algum grau de contrassenso na votação, dado que o objetivo não era estudar aquelas em há unanimidade no congresso. A definição de um percentual mínimo de contrassenso é fundamental para o temática da lealdade partidária pois, quantidades muito altas de votações em que o deputado acata a decisão do líder partidário, sobredimensiona o Índice de Lealdade à Orientação Partidária. Dessa maneira, optou-se por utilizar um percentual mínimo de 10% de rejeição, conforme utilizado nos trabalhos de Scheffler (2019), Nicolau (2000) e Figueiredo e Limongi (2001). Portanto, o Índice de Disciplina Partidária foi construído sobre um universo de 4.038 votações nominais.

A estrutura do Índice de Disciplina Partidária (IDP) abrange somente as orientações favoráveis e desfavoráveis a matéria em votação. Dessa forma, qualquer voto diferente da orientação do partido político é considerado indisciplina. A base de cálculo do índice segue como:

$$IDP_{anual} = \frac{N}{P} \quad (2.1)$$

Sendo N o número de vezes em que o parlamentar seguiu as orientações do líder partidário e P a quantidade de vezes em que o Deputado esteve presente nas votações nominais e

²A votação simbólica é aquela em que, ao anunciar a matéria em votação, o presidente da Câmara convida os deputados a permanecerem como estão caso sejam a favor do conteúdo, após isso é proclamado o resultado. Portanto, nesse tipo de votação não é possível verificar a maneira como cada deputado votou, nem saber quantos votaram contra e a favor.

³Os líderes declaram que a matéria é não-programática, ou o partido não foi capaz de fechar questão”(FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001, p.77)

⁴Implica a retirada da bancada de plenário para negar o *quorum* regimental necessário à validade da deliberação”(FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001, p.77), ou seja, o partido político busca postergar a votação, não deixa claro as preferências do partido quanto ao assunto em pauta.

⁵Ocorre quando o partido político decide não tomar parte na votação, ou seja, não apresentam um delineamento para seus liderados (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001).

o partido constituiu uma orientação. Por orientação do partido considerou-se os "sim", "não" e "obstruções", ou seja, se desconsiderou as liberações.

O Índice de Disciplina Partidária é um indicador que considera tanto o comportamento individual do parlamentar, quanto a força de orientação dos partidos políticos (SCHEFFLER, 2019). Essas características lhe colocam em vantagem perante os demais índices propostos pela literatura, tal como: o Índice de Rice, Índice de Unidade Partidária, índice de Fidelidade à Posição do Líder do Partido (LIMONGI; FIGUEIREDO, 1995; NICOLAU, 2000; NEIVA, 2011), uma vez que todos eles são calculados em valores absolutos e não por parlamentar, podendo apresentar vieses com relação ao tamanho do partido (DESPOSATO, 2005; CAREY, 2007; SCHEFFLER, 2019).

2.3.1 Índice de disciplina partidária: resultado descritivo

No período de 2000 a 2021, o Índice de Disciplina Partidária médio foi de 90,56%, indicando que os deputados federais acataram grande parte das decisões dos seus partidos políticas nas votações nominais em que tiveram presentes. O nível de disciplina partidária acima de 80,0% também é observada em outros estudos, tais como o de Neiva (2011) e Scheffler (2019). O valor da coesão partidária brasileira, aparentemente, é alta, no entanto, quando comparado a seus pares latino americanos, o número não é tão significativo. O estudos de Ames (2002) demonstra que a unidade partidária na Argentina, aproxima-se de 98% e, segundo Mainwaring e Liñan (1998), no Uruguai o grau médio de fidelidade partidária chegou a 94,8% entre 1985 e 1995.

Com relação ao desvio padrão do IDP, o mesmo foi de 11,81% no período, valor relativamente alto, o que demonstra a existência de muitos deputados alinhados aos seus partidos políticos e, ao mesmo tempo, um montante de congressistas que se comportam de forma oposta. Esses números são corroborados pelas estatísticas máximas e mínimas, há deputados que possuem IDP de 100% e outros com 0%. Filtrando somente aqueles Deputados que estiveram a frente da Câmara dos Deputados por, pelo menos, duas legislaturas (8 anos) entre 2000 e 2021, o maior Índice de Disciplina foi de Maria do Carmo Lara (99,34%), seguido por Carlito Merss (99,19%) e Paulo Rocha (98,65%), todos do PT. É visto que, dos 10 deputados com maiores IDPs, o PT apareceu em 8 deles. Por outro lado, o menor índice foi de Jair Bolsonaro (46,82%) do PP, Lael Varella (49,52%) do PFL e Arnaldo Faria de Sá (57,61%) do PTB (Tabela 2).

Ao desagregar o índice por legislatura, com o objetivo de verificar as oscilações do IDP ao longo dos mandatos presidenciais, é possível verificar através da Tabela 3 que, apesar de haver mudanças na composição da Câmara ao passar do anos, o índice de disciplina não oscilou substancialmente ao longo dos 21 anos analisados. A redução mais significativa ocorreu entre os anos de 2011 e 2018, períodos que compreendem os governos de Dilma e Temer. A redução no índice de disciplina durante esses oito anos, é

Tabela 2 – Deputados com maiores e menores IDP

Dez maiores		
	Partido/UF	IDP
Maria do Carmo Lara	PT - MG	99,34
Carlito Merss	PT - SC	99,19
Paulo Rocha	PT - PA	98,65
José Pimentel	PT - CE	98,58
Carlos Abicalil	PT - MT	98,05
Renildo Calheiros	PCdoB - PE	97,90
Jorge Bittar	PT - RJ	97,84
Angelo Vanhoni	PT - PR	97,69
Nilson Mourão	PT - AC	97,52
Vic Pires Franco	PFL - PA	97,48
Dez menores		
	Partido	IDP
Jair Bolsonaro	PP - RJ	46,82
Lael Varella	PFL - MG	49,52
Arnaldo Faria de Sá	PTB - SP	57,61
Raul Henry	PMDB - PE	62,21
Michel Temer	PMDB - SP	63,84
Weliton Prado	PROS - MG	70,54
Eduardo Cunha	PMDB - RJ	72,31
Rodrigo Maia	DEM - RJ	72,34
Eliseu Padilha	PMDB - RS	72,35
Esperidião Amin	PP - SC	74,35

Fonte: Elaboração própria através de dados fornecidos pela Câmara dos Deputados

consequência de uma série de acontecimentos que ocorreram em solo brasileiro, a saber: Manifestações populares contra corrupção em 2013, Operação Lava Jato, o qual se iniciou em 2014, *impeachment* de Dilma entre 2015 e 2016 e a crise econômica brasileira também em 2016, pelo qual influenciaram todo o processo legislativo, os Deputados passassem a ter uma maior preocupação quanto as percepções do eleitorado em si, do que em atender aos desejos dos partidos políticos. Ao destrinchar o IDP ano a ano entre esses dois períodos de governo, o que se observa é que a disciplina partidária atinge seu mínimo nos anos de 2013 e 2015 (Vide Figura 1), chegando aos patamares de 87,4% e 85,8%, respectivamente, ou seja, um índice ainda alto porém, baixo para a média do período em estudo (2000 a 2021).

Um dado que corrobora esse achado é a taxa de aprovação das medidas provisórias (MP) no Congresso apresentada em Carazza (2018, p.152). Segundo os números do autor, a quantidade de MPs que viraram lei, ou seja, que passaram pelas votações da Câmara e foram aprovadas, atingiu seu ápice no primeiro mandato do governo Lula (2003 e 2010), quando mais de 90,4% das medidas apresentadas pelo Executivo foram homologadas após as votações no Congresso (por vezes com alguma modificação). Após

esse período, o quantitativo passou a encolher ano após ano, até atingir seus mínimos durante o segundo governo Dilma e o primeiro de Temer. Esse resultado demonstra que, as lideranças partidárias passaram a dispor de menor poder sobre seus liderados, reduzindo a previsibilidade quanto aos encaminhamentos das propostas (SCHEFFLER, 2019).

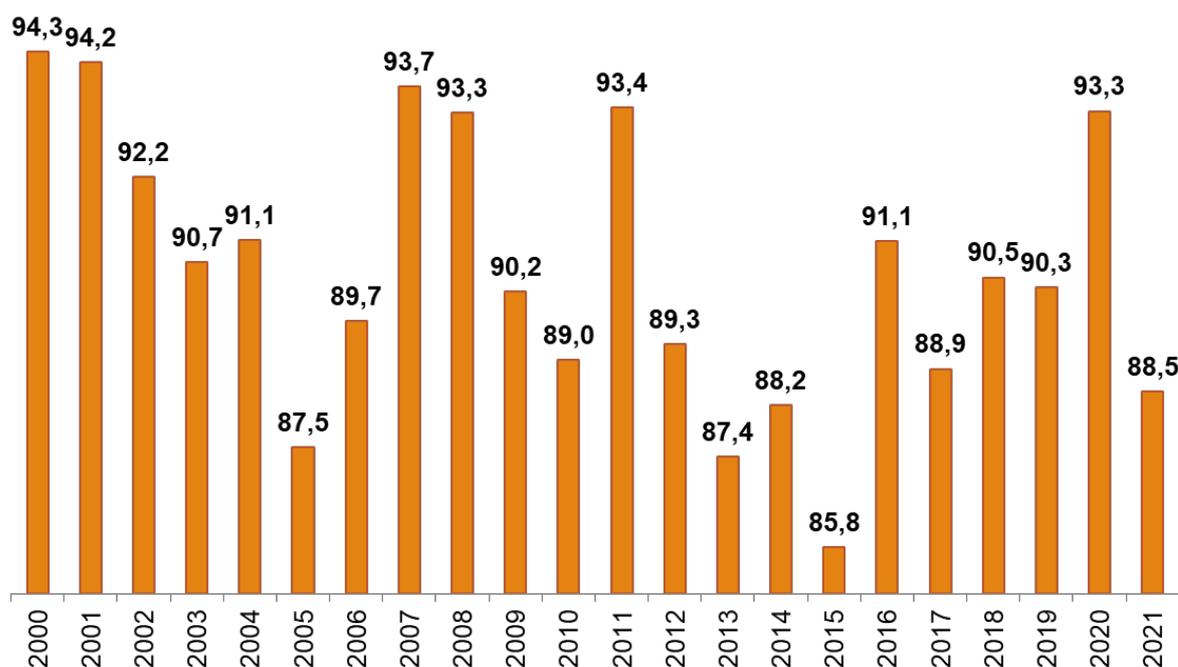
Vale ainda destacar que no ano de 2015 houve a promulgação da Reforma Eleitoral, assegurando maior volume de transferências eleitorais nas mãos dos partidos políticos. Observando a Figura 1 vê-se que entre 2016 e 2021 houve uma elevação da disciplina partidária se comparada aos anos anteriores. Nos últimos 6 anos, o IDP médio foi de 90,4%, enquanto que 6 anos anteriores (2010 a 2015) a média foi de 88,6%. Ou seja, parece haver uma influência da promulgação da Lei com relação a elevação do índice de disciplina.

Tabela 3 – Estatística Descritiva do IDP

	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Leg. 51º (2000 a 2002)	93,54	10,86	0,00	100,00
Leg. 52º (2003 a 2006)	89,78	13,36	0,00	100,00
Leg. 53º (2007 a 2010)	91,50	10,66	0,00	100,00
Leg. 54º (2011 a 2014)	89,54	11,29	0,00	100,00
Leg. 55º (2015 a 2018)	88,90	12,01	1,84	100,00
Leg. 56º (2019 a 2021)	90,67	11,84	12,02	100,00

Fonte: Elaboração própria através de dados fornecidos pela Câmara dos Deputados

Figura 1 – IDP ao longo dos anos



Fonte: Elaborada pela autora

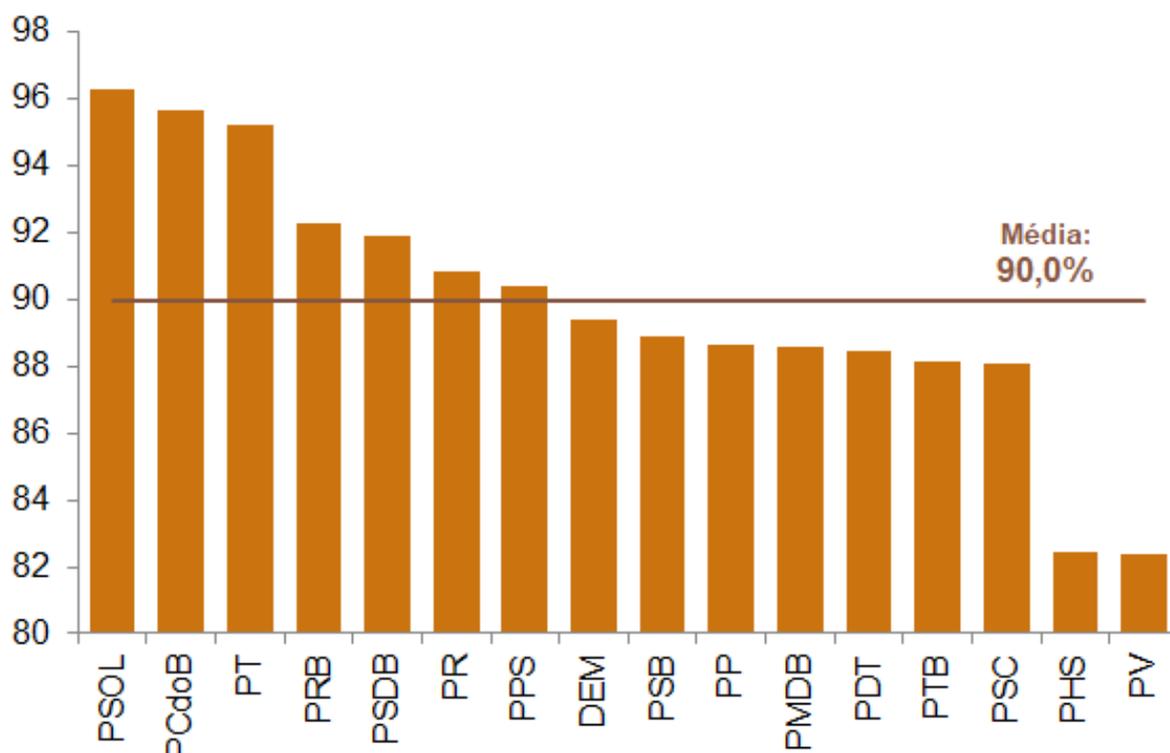
Nicolau (2000, p. 717) ressalta que “mais que um atributo sistêmico (alta ou baixa

disciplina de todos os partidos), o que chama a atenção no caso brasileiro é a variação”. De fato, ao buscar captar o quão disciplinados são os partidos brasileiros, foi possível constatar discrepância na fidelidade partidária⁶. Observando a Figura 2, dentre os 16 partidos políticos considerados, 43,8% dispuseram de um IDP acima de 90,0%, ou seja, acima da média. Partidos com menor visibilidade na arena eleitoral, tais como o PV (IDP: 82,4%) e o PHS (IDP:82,4%), obtiveram os menores índices de disciplina, constatação que também é verificada no estudo de Scheffler (2019). Por serem partidos com baixa representatividade na Câmara do Deputados e que, portanto, não padecem de severas penas sobre os números nas urnas, tendem a adotarem uma postura mais individualista, ou seja, não levam em consideração as orientações de seus próprios partidos políticos.

Os partidos políticos com maior disciplina foram o PSOL (IDP de 96,3%), PCdoB (IDP de 95,7%) e PT (IDP de 95,2%), agremiações à esquerda do espectro político. Os números acima de 95,0% confirmam a hipótese levantada por Duverger (1954) e MacRae (1967), o qual argumentam que partidos de esquerda são mais disciplinados, empiricamente a mesma constatação é vista nos estudos de Neiva (2011) e Machado (2012). Por outro lado, partido com inclinações a direita ou de centro apresentaram índice de disciplina em magnitude menor, o IDP médio entre os anos 2000 e 2021 do PSDB foi de 91,9%, enquanto que o DEM, PP PPS e PMDB obtiveram índice de 89,4%, 88,7% e 88,6%, respectivamente. O estudo realizado por Scheffler (2019) demonstra que existe um alinhamento, no que se refere à disciplina, entre partidos do mesmo espectro político. Ou seja, que partidos por PT e PCdoB, por exemplo, comportam-se de forma semelhante, o mesmo ocorre com o DEM, PP e PPS e que partido de centro (como PSDB e MDB) agem de forma similar aos partido de direita. O grau de disciplina menor dos partidos de centro/direita com relação aos de esquerda, está relacionado aos grau de suscetibilidade sobre os temas das votações. Segundo Limongi e Figueiredo (1995) a depender da natureza da questão que está na pauta, as agremiações de centro ou de direita optam por seguir ou não o seu líder partidário, algo que não é comum nos partidos do espectro oposto.

⁶Para construção do índice de disciplina partidária para cada um dos partidos políticos, foi levado em consideração somente aqueles agremiações que estiveram no Congresso brasileiro por pelo menos três legislaturas (12 anos), utilizando o mesmo critério adotado por Neiva (2011).

Figura 2 – Índice de Disciplina Partidária por partido político (acima de três legislaturas)



Fonte: Elaborada pela autora

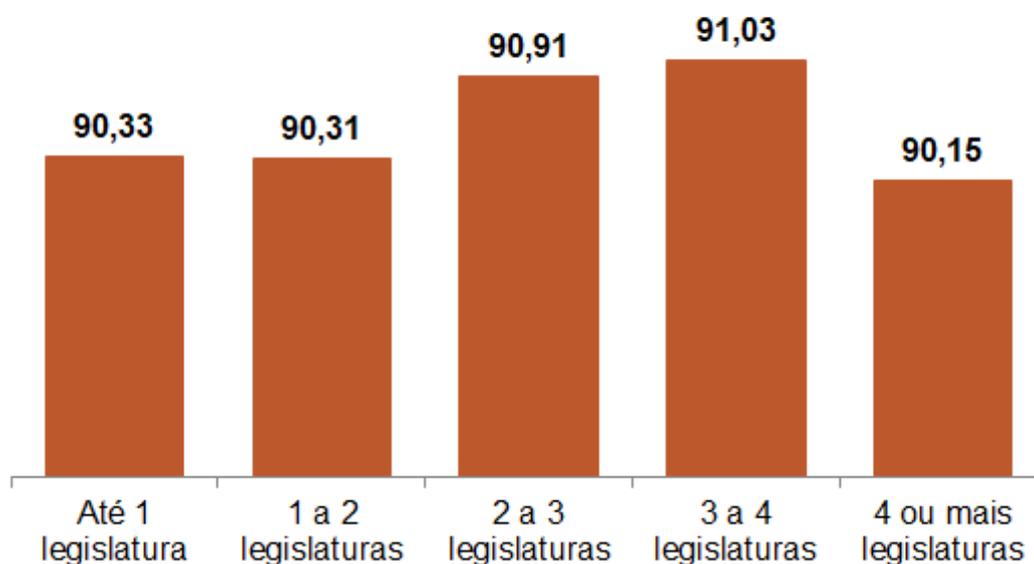
No estudo de Ames (2002), o autor levanta uma hipótese que trata sobre o tempo de atividade, números nas urnas e suas influências sobre a coesão partidária. Segundo ele, os Deputados abandonam as pautas de seus partidos políticos quando possuem maior autonomia, que é decorrente do quantitativo de votos nas urnas, como também do tempo de legislatura. Parlamentares que são menos vulneráveis eleitoralmente, ou seja, que ocupam as primeiras colocações na lista dos mais votados nas eleições, dispõem de certa dominância dentro de suas agremiações, isso porque, tornam-se decisivos para a arrecadação de cadeiras no Congresso Nacional. Esse poder eleitoral também ocorre com aqueles Deputados que estão exercendo seus cargos a várias legislaturas, em razão da maior liberdade de ação dentro do seu partido político.

Na tentativa de confirmar a hipótese levantada por Ames (2002), foi analisado o índice de disciplina de forma individual, separando os Deputados por tempo de legislatura e também pelo quantitativo de votos. Nessas aferições, ilustradas nas Figuras 3 e 4, foi possível constatar que, Deputados que estão exercendo seus cargos a pouco tempo na Câmara dos Deputados (até 1 legislatura), os com mais de 16 anos de atuação e aqueles que obtiveram os melhores números das urnas, são mais indisciplinados. Com relação ao tempo de legislaturas, os candidatos mais comportados são aqueles que estão nos cargos entre 2 e 4 legislaturas (8 a 16 anos), ou seja, em uma posição intermediária. Uma possível justificativa pelo qual candidatos muito novos desertarem as pautas definidas por

seus partido político está relacionado a necessidade de manutenção de seu cargo político. Segundo Scheffler (2019), os mais novos precisam atender às preferências do seu eleitorado para angariarem votos nas futuras eleições, o que não necessariamente está relacionada com as pautas defendidas pelos líderes partidários, dando origem a dissociação entre partido e eleitorado.

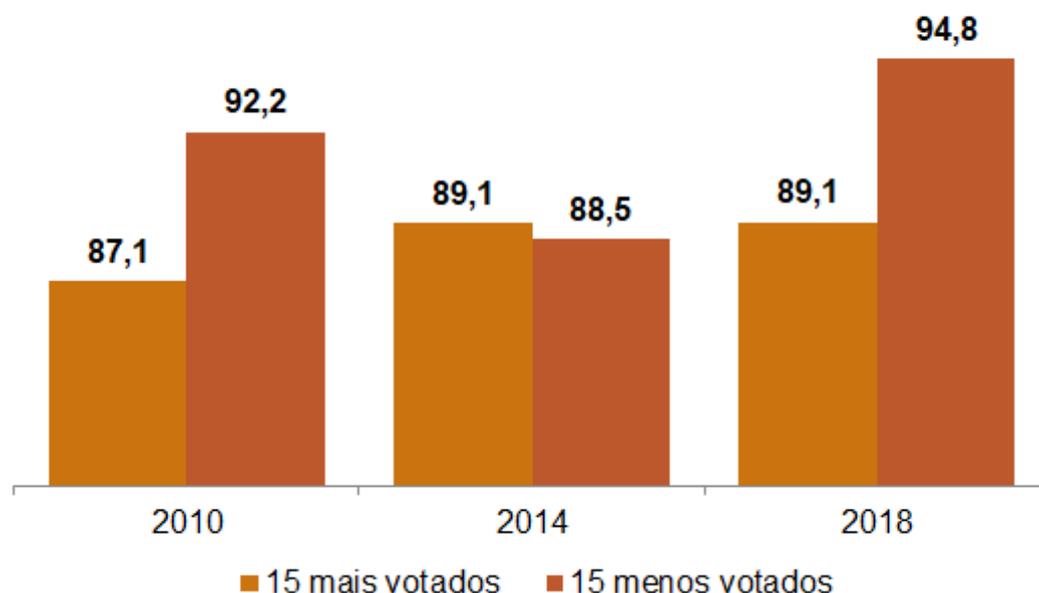
Adicionalmente, confrontando os números do IDP com o quantitativo de votos nominais obtidos pelos deputados eleitos, existe uma diferença de quase seis pontos percentuais para aqueles candidatos menos votados. Em 2018, o IDP dos 15 com menor quantitativo de votos foi de 94,8%, enquanto que para o extremo oposto o índice foi de 89,1%. Veja que, entre os anos analisados, somente no pleito de 2014 essa diferença não se manteve, isso porque, como ressaltado anteriormente, foi um período em que haviam sucessivos eventos acontecendo no Brasil, que obrigaram o poder legislativo agir de forma a priorizar o eleitorado, independentemente da popularidade do candidato. Essa conclusão de que candidatos menos vulneráveis eleitoralmente tendem a priorizar sua base eleitoral, abrindo mão das pautas dos partidos, também foram evidenciadas empiricamente por Ames (2002) em sua pesquisa realizada para os anos de 1990.

Figura 3 – Tempo de legislatura e o IDP



Fonte: Elaborada pela autora

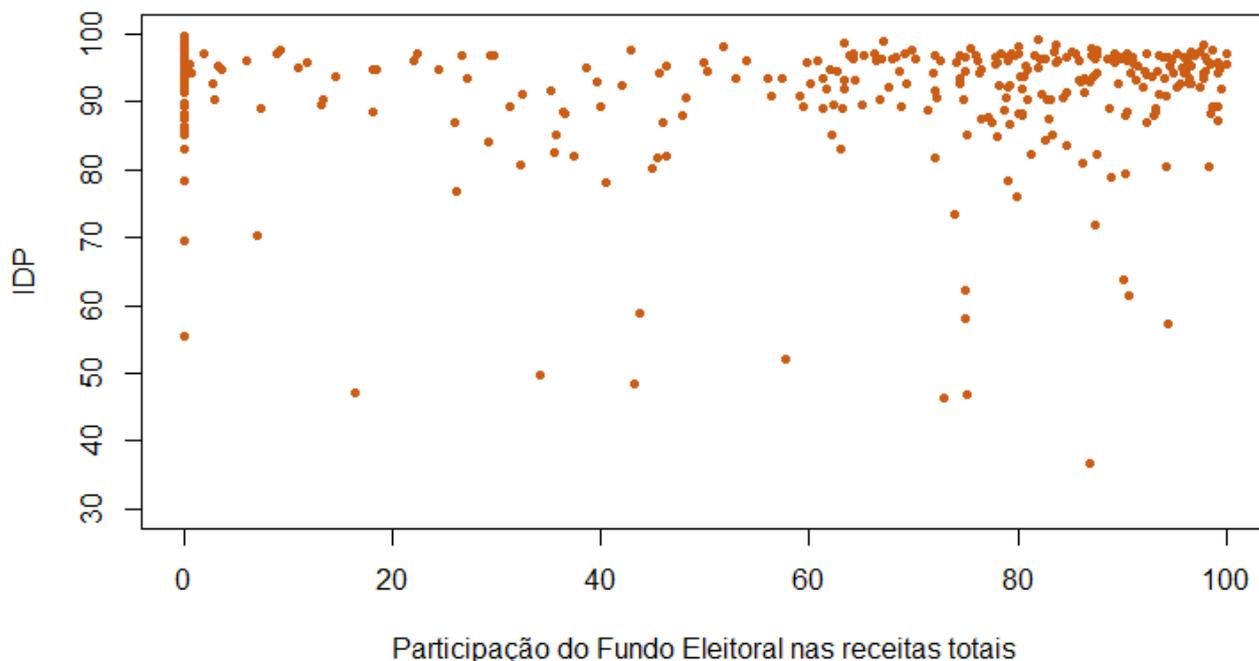
Figura 4 – IDP entre os mais e menos votados nas eleições para Câmara dos Deputados



Fonte: Elaborada pela autora

Um outro ponto que merece ser investigado é a relação entre o financiamento de campanha eleitoral e o comportamento dos parlamentares no processo legislativo. Conforme Ribeiro, Locatelli e Assis (2022), quanto mais volumosos são os recursos financeiros nas mãos dos partidos políticos, maiores são suas capacidade de mobilização de suas bases partidárias, ou seja, maiores são os instrumentos geradores de disciplina partidária. Dessa maneira, quanto maior é a quantidade de fundo eleitoral, como proporção do financiamento total, mais disciplinados serão os Deputados. Tavares, Zelinski e Franco (2020) demonstram que, quando há predominância de recursos próprios no total de receitas do parlamentar, a disciplina tende a ser menor do que a média prevista. Gráficamente, essas hipóteses não são verificadas na Figura 5. Independentemente da quantidade de recursos do Fundo Eleitoral (dinheiro que está sob administração do partido político desde 2018) que fizeram parte do caixa eleitoral dos Deputados em 2018, os níveis de coesão ao longo dos quatro anos do processo legislativo subsequente, em média, ficaram acima dos 80,0%. Duas razões explicam esse fenômeno. Primeiro, como já foi demonstrado, a Câmara dos Deputados no Brasil possui um nível alto de disciplina partidária, raras são os casos em que o IDP é menor do que 50,0%. E, segundo, com a extinção das doações campanhas de Pessoa Jurídica, quase 80,0% dos financiamento de campanha são recursos públicos. A reforma eleitoral de 2015, modificou a dinâmica da distribuição de recursos para as campanhas eleitorais, o que era recursos privado, virou público.

Figura 5 – Razão entre Fundo Eleitoral e as receitas totais e o índice de disciplina



Fonte: Elaborada pela autora

Essa aproximação empírica foi importante para elucidar as inúmeras variáveis que influenciam a tomada de decisão dos Deputados, no entanto, é apenas uma análise simplista e intuitiva. Na próxima seção será explanado, através de um modelo econométrico e assim, confirmado estatisticamente, as relações entre o comportamento do Deputado e suas consequência sobre o Índice de Disciplina Partidária.

2.4 OS DETERMINANTES DA DISCIPLINA PARTIDÁRIA NO BRASIL

De posse do cálculo do índice de disciplina partidária, o presente estudo almejou verificar os determinantes da unidade partidária no Brasil entre os anos de 2011 e 2021. A forma de quantificação se constituiu por um modelo econométrico de dados em painel do tipo não balanceado. Se houvesse a opção por um painel balanceado, haveria perda de poder informacional, isso porque, a partir de 2018 houve uma intensa renovação nos assentos da Câmara dos Deputados. Para se ter uma ideia, dos 1.100 parlamentares que estiveram na casa legislativa e que compuseram a amostra do estudo, apenas 43 estiveram exercendo suas funções por todo o período (de 2011 a 2021). Além disso, segundo Baltagi (2021), extrair um painel balanceado de um não equilibrado, conduz a perda de eficiência dos estimadores.

O presente artigo irá se utilizar de dois modelos econométricos, o qual possuem como variável dependente o índice de disciplina partidária, especificamente o IDP_{anual} . O que distingue esses dois modelos são os recortes temporais, um deles compreende o período de 2011 a 2021 e outro os anos de 2015 e 2021. A ideia do segundo modelo é compreender os efeitos das Emendas Parlamentares sobre a unidade partidária, dado que sua execução se tornou obrigatória a partir de 2015, período em que também ocorreu a promulgação da Reforma Eleitoral. Os modelos econométricos possuem a seguinte forma:

$$\begin{aligned}
 IDP_{anual} = & \beta_0 + \beta_1 Custo.total_{it} + \beta_2 receita.partido_{it} + \beta_3 popularidade_{it} \\
 & + \beta_4 Mesa_{it} + \beta_5 Comissao_{it} + \beta_6 Tempo_{it} + \beta_7 Tempo_{it}^2 + \beta_8 Coligacao.exec_{it} \\
 & + \beta_9 part.distr.partido_{it} + \beta_{10} votacao_{it} + \beta_{11} partidos_{it} + \beta_{12} Anos_{it} \\
 & + \beta_{13} caracteristicas_{it} + \beta_{14} part.lei_{it} + \beta_{15} \gamma_{it} + \epsilon_{it}
 \end{aligned} \tag{2.2}$$

$$\begin{aligned}
 IDP_{anual} = & \beta_0 + \beta_1 Custo.total_{it} + \beta_2 receita.partido_{it} + \beta_3 popularidade_{it} \\
 & + \beta_4 Mesa_{it} + \beta_5 Comissao_{it} + \beta_6 Tempo_{it} + \beta_7 Tempo_{it}^2 + \beta_8 Coligacao.exec_{it} \\
 & + \beta_9 part.distr.partido_{it} + \beta_{10} votacao_{it} + \beta_{11} ln.Emendas_{it} + \beta_{12} partidos_{it} \\
 & + \beta_{13} Anos_{it} + \beta_{14} caracteristicas_{it} + \beta_{15} part.lei_{it} + \beta_{16} \gamma_{it} + \epsilon_{it}
 \end{aligned} \tag{2.3}$$

A primeira variável é aquela em que se busca compreender os efeitos do custo do voto ($Custo.total_{it}$) sobre a Disciplina partidária. Essa medida é a razão entre a despesa total que o candidato obteve em sua última corrida eleitoral e quantidade de votos obtidos. A hipótese é de que existe uma relação positiva entre a disciplina partidária e o custo do voto *per capita*: quanto mais custoso for, em termos monetários, a eleição do Deputado, maior será seu grau obediência com o partido. O parlamentar sabe que, quanto mais próximo for sua relação com o partido, maior serão as suas chances de receber recursos monetários necessários para sua vitória nas urnas. Outros fatores também se espera que tenha uma relação positiva com o IDP : a proporção de receitas eleitorais do correligionário que advém do partido político ($receita.partido_{it}$) e a proporção de recursos eleitorais do partido político que foram direcionados para o parlamentar nas eleições ($part.distr.partido_{it}$). A suposição é de que, quanto mais dependente o parlamentar for dos recursos eleitorais vindos do partido político (parcela do fundo eleitoral, partidário e transferência do partido político), maior será seu grau de coesão partidária.

No entanto, há outros fatores que podem levar os Deputados a distanciarem-se de sua conduta conciliadora, é o caso de sua popularidade inata. Segundo Scheffler (2019), os candidatos mais bem votados tendem a adotarem posturas que são contrárias as desejadas pelas agremiações partidária, isso porque, candidatos com alto grau de popularidade

dispõem de um grande número de votos, ou seja, são peças fundamentais para as eleições do tipo proporcional, do qual a quantia de votos determina o número de assentos que cada partido político deterá na Câmara. Dessa forma, candidatos populares trazem benefícios ao partido. Dessa maneira, a variável $votacao_{it}$ foi inclusa no modelo, quantificada como a razão entre a quantidade de votos que o candidato recebeu e o total de votos para Deputado Federal dentro do estado de residência eleitoral.

Parte da literatura tal como em Neiva (2011), argumenta que os principais líderes nacionais e regionais dos partidos políticos buscam a convergência partidária (maior IDP) com a intenção de manter o espaço que ocupam dentro da agremiação. Além de líderes, esses indivíduos são importantes gerados de assentos na Câmara Federal, no sentido de obterem votações tão expressivas que conseguem cadeiras para si e para os outros deputados do partido. Na base de dados em estudo, se identifica, por exemplo, os candidatos Tiririca, Anthony Garotinho, Celso Russomano, Jair Bolsonaro, João Campos, Joice Hasselmann e Manuela D'Ávila, o qual conquistaram mais de 2 assentos na câmara baixa nas últimas duas eleições. Esses nomes são importantes líderes nacionais e regionais e ocupando cargos no alto escalão de suas agremiações. Dessa maneira, para confirmar a possível existência de uma relação positiva entre os “puxadores de votos” e o IDP, utilizamos a variável que denominamos de $popularidade_{it}$, quantificada como a razão votação nominal do candidato e o quociente eleitoral do partido político⁷. Essa medida gera o número de assentos para a Câmara Federal que cada Deputado consegue angariar por votação própria.

Fazer parte de cargos que lhe tragam certa visibilidade com eleitorado também pode ser fonte de indisciplina. É o caso, por exemplo, quando os parlamentares fazem parte da Mesa Diretora ou de Comissões Permanentes, a cobertura da mídia sobre as funções que são exercidas nesses cargos torna o parlamentar conhecido sobre uma parcela maior da população. Essa maior evidência, torna o Deputado mais independente do seu partido político, gerando incentivos para uma distância das conduções de suas agremiações. Para atestar essa hipótese foi utilizado duas variáveis, a primeira foi denominada *Mesa* e assume valor 1 para o caso em que o correligionário foi convocado como titular para alguma comissão permanente da Câmara baixa, e zero caso contrário. A segunda foi chamada de *Comissao* assumindo valor 1 se o parlamentar foi titular os suplente em algum cargo da Mesa Diretora, e zero caso contrário. Portanto, o sinal esperado dessa variável para com o IDP_{anual} é negativo.

Ames (2002) ressalta que quanto maior for o tempo de legislatura dos candidatos menor é a coesão partidária, em razão da maior liberdade de ação dentro do partido político. Essa informação, preliminarmente, parece válida, visto que no Gráfico 4 foi possível atestar que quanto maior foi o tempo dentro da Câmara baixa, menores são os IDPs. No entanto, parece haver um ponto de inflexão: até determinado período de legislatura a disciplina

⁷razão entre o número de votos válidos obtidos pelo Deputado na eleição e o número de vagas a preencher na Câmara dos Deputados

partidária é alta e, após ela começa a declinar (após 16 anos se fazendo presente na Câmara dos Deputados). Nesse sentido, além da variável $Tempo_{it}$ —quantificada como o tempo de legislatura que o Deputado dispõe desde os anos 2000 —incluímos a variável $Tempo_{it}^2$, para conseguir verificar se esse efeito é significativo e qual o período em que há essa mudança na curva do modelo econométrico.

Também foi incluso a variável $Coligacao.exec_{it}$, dummy que demonstra se o partido em que o Deputado faz parte é da mesma coligação do poder executivo⁸. Em nossa visão, existe a possibilidade dessa variável ter magnitude positiva, no sentido de, quanto mais alinhado politicamente com o poder executivo, maior a disciplina partidária do Deputado. Isso ocorre pois, quando um partido é alinhado ao Presidente da República, a probabilidade de se conseguir algum cargo dentro de um ministério, por exemplo, é maior (NICOLAU, 2000). Ou seja, o número de cargos importantes destinados aos partidos políticos é diretamente proporcional ao seu alinhamento com o Executivo. Nesse sentido, Deputados que são membros de partidos que fazem parte da coligação governista, devem dispor de maior disciplina partidária a fim de angariarem cargos dentro do alto escalão do Executivo.

Conforme foi ressaltado no início da seção, o presente estudo é dividido em dois períodos para a análise. No segundo período, tratou-se especificamente dos anos de 2015 a 2021, quando houve a criação do Orçamento Impositivo, que previu a execução obrigatória de emendas parlamentares individuais. É predominante na literatura política sobre o Brasil, de que existe uma relação clientelista do político com o seu eleitorado, sendo o reduto eleitoral um meio de sobrevivência política (PEREIRA; MUELLER, 2002; AMES, 2003; PEREIRA; RENNO, 2007). Segundo Pereira e Rennó (2001) a principal estratégia dos parlamentares brasileiros é distribuir benefícios para sua base como estratégia para reeleição, realizando grandes negociações com seus partidos políticos para deliberação de mais recursos públicos, ou seja, para mais emendas parlamentares individuais. Portanto, esse tipo de recurso público por ser impulsionador da popularidade do parlamentar, é fonte de disciplina partidária, sendo esperado um valor positivo na relação IDP vs. Emendas. Como a Reforma Eleitoral e a criação do Orçamento Impositivo iniciaram no mesmo período, para isolar o segundo evento citado inclui-se no modelo a variável $\ln.Emendas_{it}$, que é o logarítmico natural das emendas parlamentares empenhadas pelo Deputado em determinado ano. A decisão por realizar dois modelos de regressão, foi de verificar se os resultados do primeiro modelo se mantêm, a partir do ano da criação do Orçamento Impositivo.

Conforme citado na seção introdutória, em 2015 houve uma mudança na legislação

⁸Esse estudo incluí o período do impeachment da Presidenta da República em 2016, em que muitos partidos da coligação eleitoral do Executivo votaram a favor da destituição da Presidenta do cargo. Dessa forma, optou por desconsiderar como base de apoio do Executivo, entre os anos de 2016 e 2018, aqueles partidos que estavam na coligação eleitoral, no entanto, votaram “sim” ao impeachment, são eles: PMDB, PSD, PP, PR, PROS e PRB

Eleitoral brasileira, pelo qual modificou a quantidade de recursos de campanha política sob administração dos partidos políticos. Nesse período, o quantum de recursos eleitorais vindos dos partidos políticos elevou-se de forma significativa. Portanto, para tentar capturar o efeito dessa mudança sobre o índice de disciplina partidária, foi criada uma variável interativa entre uma dummy que captura os anos após o período de promulgação da Reforma Eleitoral (2016 a 2021) e a proporção de recursos que o Deputado recebeu do partido político. No modelo, essa variável multiplicativa foi denominada de $part_{lei_{it}}$. Como os recursos monetários ficaram concentrados nas agremiações, é natural se esperar que o parâmetro da variável seja positiva.

Por fim, vale destacar algumas variáveis de controle inclusas no modelo. A primeira delas é uma dummy para cada partidos políticos ($partidos_{it}$) que esteve presente na casa legislativa durante os períodos estudados. Em segundo, foi adicionado efeitos fixos de tempo ($Anos_{it}$). E por fim, foram elencadas algumas características dos candidatos que oscilam com o passar dos anos e que, portanto, não estariam sendo capturado pelo efeito fixo de indivíduo (γ_{it}) e que podem trazer efeitos sobre o *IDP*: grau de instrução, estado civil e ocupação.

Vale mencionar que as variáveis mencionadas foram retiradas da base de dados do Tribunal Superior Eleitoral, com exceção dos membros participantes da mesa diretora e comissões, o qual se contou com as bases da Câmara dos Deputados. Além disso, a quantidade de emendas parlamentares utilizadas pelos deputados foi retirada do Portal Transparência. Vale destacar que todas as variáveis monetárias (despesas com a campanha eleitoral, receitas eleitorais e emendas parlamentares) foram deflacionadas através do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e trazida à valores de 2021.

Os modelos de dados em painel são conhecidos por combinar uma série de dados *cross-section* com uma série temporal. Nas Equações (2.2) e (2.3), o subscrito $i = \{1, 2, 3, \dots, n\}$ são as n unidades da amostra, que no caso do estudo proposto são os Deputado Federais que estiveram presentes nas mesas de votações nominais; e $t = \{1, 2, 3, \dots, 22\}$ são os anos em investigação — 2011 a 2021 para a Equação (2.2) e 2015 a 2021 a Equação (2.3). As vantagens de se utilizar esse tipo de modelo econométrico é que ele possuiu a capacidade de controlar as heterogeneidades individuais, que são diferenças muito particulares no comportamento dos agentes que causam a variabilidade nas variáveis explicativas (GREENE, 2008). Entre os três modelos três modelos principais que envolvem a análise de dados em painel (efeito fixo, efeito aleatório e pooled), optou-se por utilizar o de efeito fixo (γ_{it}). A razão pela escolha desse modelo é devido a sua capacidade de controlar o viés causado pela correlação entre o componente de erro individual e os regressores, ou seja, contornar o problema de variáveis omitidas. No presente estudo, o grau de conexão eleitoral dos Deputados, bem como o nível de aptidão política, são exemplos de variáveis que possuem relação com o grau de popularidade e até com a quantidade de recursos que são transferidos dos partidos para seus membros, no entanto, são de difícil mensuração e

concentram-se no termo de erro do modelo econométrico. Dessa forma, no modelo de efeito fixo, supõe-se que o intercepto do modelo de regressão varia de um indivíduo para o outro, porém, permanece constante ao longo do tempo. Para evitar certa discricionariedade na escolha dos modelos, ainda assim foi realizado o teste de Hausmann para assegurar que o modelo de efeito fixo é o mais apropriado para o estudo em questão - expostos no Apêndice A.

Além disso, foi preciso verificar a existência de certos problemas, como a heterocedasticidade, autocorrelação e correlação contemporânea, que podem ser sinalizados através de testes específicos definidos na Tabela 4.

Tabela 4 – Problemas a serem enfrentados em modelos de dados em painel

Problema	Teste	Hipótese
Autocorrelação	Wooldridge	H0: Ausência de Autocorrelação H1: Autocorrelação
Correlação Contemporânea	Pesaran	H0: Ausência de Correlação Contemporânea H1: Correlação Contemporânea
Heterocedasticidade	Breush-Pagan	H0: Homocedasticidade H1: Heterocedasticidade

Fonte: Elaboração própria

Conforme os resultados, apresentados no Apêndice B, os modelos definidos apresentam problemas de heterocedasticidade e correlação contemporânea, o qual foram tratados utilizando um modelo de erros padrões robustos. Na próxima seção, se discorre sobre os resultados empíricos.

2.4.1 Evidências empíricas

Nesta seção, apresentam-se as estimações das Equações 2.2 e 2.3, nas quais se busca identificar os determinantes da disciplina partidária. A estimação da Equação (2.2) está detalhada na Tabela 10, enquanto a Equação 2.3 é apresentada na Tabela 6. Nos anexos, estão todas as estimações completas, sem a supressão das variáveis de controle. Ambas as tabelas com os principais resultados possuem cinco colunas; as três primeiras diferem pela presença ou ausência de variáveis de controle: (1) sem variáveis de controle, (2) com a adição de partidos políticos e (3) com a inclusão das características dos prefeitos, conforme descrito na seção metodológica. Todo esse detalhamento tem por objetivo demonstrar que os resultados permanecem consistentes, independentemente da inclusão ou exclusão de variáveis. Nas colunas (4) e (5), foram mantidas as mesmas variáveis da coluna (3) e acrescentou-se outras, tais como a *part.lei_{it}*, com a finalidade de verificar se a mudança na lei eleitoral ocorrida em 2015 afetou a unidade partidária dos partidos políticos brasileiros.

Em ambas as equações econométricas, os coeficientes das variáveis foram muito

próximos. Em comum, os modelos indicaram a influência da popularidade inata dos candidatos, a participação em Mesa Diretora, a congruência com a coligação do Executivo e os líderes partidários, como possíveis razões para a disciplina/indisciplina partidária. Enquanto no primeiro modelo (Equação 2.2), a participação em alguma Comissão foi significativa para explicar as razões pelo qual as agremiações são unitárias, na segunda (Equação 2.3) a proporção de recursos de campanha vindo dos partidos políticos mostrou-se significativa. A diferença entre os resultados obtidos entre o primeiro e o segundo modelo pode ser atribuído, sobretudo, a inclusão das emendas parlamentares na Equação 2.3, o qual há uma extensa discussão na literatura sobre os seus efeitos sobre a coesão legislativa (AMES, 2002; PEREIRA; RENNO, 2007; RAILE; PEREIRA; POWER, 2011). No entanto, é preciso chamar atenção para outros fatores que podem ter alterado a dinâmica das relações políticas entre os dois modelos. Primeiramente, o horizonte temporal entre as amostras é distinto: na Equação 2.2 estão inclusos 11 anos e 3 legislaturas, já 2.3 inicia 4 anos após o primeiro e inclui 2 legislaturas. Além disso, houve significativa reestruturação na Câmara dos Deputados entre 2011 e 2021, o qual afetou a força do governo em exercício. Se observarmos a taxa de sucesso do Governo Federal, comparando o percentual de Medidas Provisórias aprovadas em relação ao total encaminhado, na 52ª legislatura (2003-2006, primeiro governo Lula) a proporção era de 95%, passando para 66,0% na 55ª legislatura (2015-2018, segundo governo Dilma e Temer) e chegando a 57,0% entre 2019 e 2022. Ou seja, o grau de União entre o Legislativo e o Executivo foi reduzindo a cada novo presidente.

Tabela 5 – Resultado econométrico | Dados em painel não balanceado | 2011 - 2021

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)
<i>Custo_total</i>	-0,0008 (0,003)	-0,0012 (0,003)	-0,0011 (0,003)	-0,001 (0,003)	-0,0012 (0,0032)
<i>receita.partido</i>	0,005 (0,0098)	0,0067 (0,01)	0,0069 (0,01)	- -	0,0216 (0,0143)
<i>popularidade</i>	4,3562*** (1,1758)	3,2428** (1,3833)	3,4933** (1,3916)	3,5346** (1,3893)	3,6978*** (1,3867)
<i>Mesa</i>	-5,8437*** (1,0689)	-5,9602*** (1,0695)	-6,0534*** (1,0673)	-6,1071*** (1,0676)	-5,8691*** (1,0561)
<i>Comissao</i>	3,0591*** (1,1479)	2,9157** (1,1417)	2,8371** (1,1402)	2,8424** (1,1401)	3,011*** (1,1362)
<i>Tempo</i>	0,3019 (0,3328)	0,453 (0,3306)	0,4711 (0,3302)	0,4877 (0,3289)	0,33 (0,3294)
<i>Tempo²</i>	0,0061 (0,0102)	0,0054 (0,0102)	0,0064 (0,0102)	0,006 (0,0102)	0,0083 (0,0102)

Continua na próxima página

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)
<i>Coligacao_exec</i>	1,5934*** (0,5763)	1,6538*** (0,5998)	1,6621*** (0,5978)	1,6854*** (0,5967)	2,0372*** (0,6283)
<i>receita.partidoxlei</i>	- -	- -	- -	-0,004 (0,0096)	- -
<i>part.distr.partido</i>	0,0807 (0,0758)	0,0362 (0,0773)	0,0363 (0,077)	0,0615 (0,0733)	0,69191 (0,0781)
<i>Votação</i>	-0,5902* (0,3031)	-0,3999 (0,3098)	-0,4366 (0,3117)	-0,4339 (0,3092)	-0,4802 (0,3106)
<i>Variável interativa</i>	Não	Não	Não	Não	Sim
<i>Controle partido</i>	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
<i>Controle características</i>	Não	Não	Sim	Sim	Sim
R ²	0,0862	0,1143	0,1148	0,1150	0,1150
Observações	4809	4809	4809	4809	4809
Período	2011-21	2011-21	2011-21	2011-21	2011-21

Fonte: Elaborada pela autora. **Nota:** Os Desvios-padrões estão entre parênteses. Níveis de significância: *p<0,1, **p<0,05, ***p<0,001.

Tabela 6 – Resultado econométrico | Dados em painel não balanceado | 2015 - 2021

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)
<i>Custo_total</i>	-0,0017 (0,0028)	-0,0017 (0,0028)	-0,0017 (0,0028)	-0,0017 (0,0028)	-0,0017 (0,003)
<i>receita.partido</i>	0,0032 (0,0101)	0,0023 (0,0103)	0,0027 (0,0103)	- -	0,0354* (0,0183)
<i>popularidade</i>	5,5351*** (1,2098)	4,2337** (1,6576)	4,1346** (1,7089)	4,1329** (1,7101)	4,3653*** (1,6808)
<i>Mesa</i>	-2,5202* (1,2947)	-2,5712** (1,3091)	-2,535* (1,3125)	-2,5651* (1,3111)	-2,1708* (1,2887)
<i>Comissao</i>	1,6683 (1,2229)	1,6344 (1,2262)	1,6338 (1,2278)	1,6431 (1,228)	1,9101 (1,2121)
<i>Tempo</i>	0,126 (0,3705)	0,1146 (0,3729)	0,0723 (0,3797)	0,0733 (0,38)	-0,0325 (0,3732)

Continua na próxima página

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)
<i>Tempo</i> ²	0,0176 (0,0132)	0,0167 (0,0134)	0,0174 (0,0135)	0,0175 (0,0135)	0,0187 (0,013)
<i>Coligacao_exec</i>	1,4457* (0,8084)	1,8918** (0,833)	1,9302** (0,8349)	1,8974** (0,8363)	3,6983*** (0,956)
<i>ln_emendas</i>	-0,0718 (0,0451)	-0,0719 (0,0452)	-0,0719 (0,0452)	-0,0701 (0,0452)	-0,0852* (0,0447)
<i>receita.partido_xlei</i>	- -	- -	- -	-0,0027 (0,0096)	- -
<i>part.distr.partido</i>	0,0996 (0,0946)	0,0439 (0,101)	0,0425 (0,1012)	0,0577 (0,098)	-0,0553 (0,1169)
<i>Votação</i>	-0,9853*** (0,3481)	-0,8503** (0,3697)	-0,7916** (0,381)	-0,7878** (0,3815)	-0,7778** (0,3726)
<i>Variável interativa</i>	Não	Não	Não	Não	Sim
<i>Controle partido</i>	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
<i>Controle características</i>	Não	Não	Sim	Sim	Sim
R ²	0,0950	0,1546	0,1549	0,1549	0,1549
Observações	3019	3019	3019	3019	3019
Período	2015-21	2015-21	2015-21	2015-21	2015-21

Fonte: Elaborada pela autora. **Nota:** Os Desvios-padrões estão entre parênteses. Níveis de significância: *p<0,1, **p<0,05, ***p<0,001.

As oscilações da disciplina partidária dos Deputados Federais é intrínseca à popularidade dos candidatos. É contatado que candidatos com uma grande proporção de votos em seus redutos eleitorais tendem a apresentar níveis mais altos de indisciplina. Essa tendência é confirmada pelo sinal negativo na variável "votação" nas tabelas de resultados, em linha com os resultados encontrados por Scheffler (2019). Por outro lado, candidatos que se destacam como líderes nacionais ou regionais dos partidos políticos, contribuindo assim para a eleição de outros deputados, demonstram maior disciplina partidária. Conforme descrito na metodologia, figuras como Tiririca, João Campos, Jair Bolsonaro e Anthony Garotinho, destacam-se como puxadores de votos e relevantes líderes regionais. Devido a isso, a manutenção da unidade partidária é estratégica para eles, tal como expressa por Neiva (2011, p.308): “a ideia é que esse grupo de elite busque a convergência pela via partidária como forma de manterem o importante espaço que ocupam”. Portanto, acredita-se que o sinal positivo observado nessa relação é plausível e confirma a hipótese preconizada por Neiva (2011).

A participação em Mesas Diretoras e Comissões se mostrou um fator significativo nas oscilações do índice de disciplina partidária, especialmente na Equação 2.2. Enquanto a participação na Mesa Diretora foi associada a uma maior indisciplina, a atuação em Comissões revelou uma correlação positiva com a disciplina partidária. Essa diferença pode ser atribuída às funções desempenhadas e, principalmente, ao processo de escolha dos membros em cada caso. Os integrantes da Mesa Diretora, que incluem 7 titulares e 4 suplentes, segundo o regimento interno da Câmara dos Deputados, têm uma série de responsabilidades importantes, como dirigir os serviços gerais da Câmara, promulgar emendas à Constituição e assinar convênios. O Presidente da Câmara, membro notável da Mesa, supervisiona os trabalhos legislativos, define as pautas e preside as sessões plenárias, podendo até substituir o Presidente da República em sua ausência. Essas atribuições de alta visibilidade elevam o status desses membros, tornando-os fontes de popularidade e empoderamento. Além disso, a eleição para a Mesa é realizada por todos os membros da Câmara, conferindo aos eleitos uma certa independência de seus partidos políticos.

Por outro lado, as Comissões, distribuídas aos partidos políticos que indicam seus membros, têm uma dinâmica diferente. A dependência dos deputados em relação a seus partidos para a nomeação confirma a tendência de uma maior disciplina partidária. Os membros das Comissões, muitas vezes ocupando funções menos visíveis e não aparecendo frequentemente na mídia, necessitam estar alinhados às decisões de suas agremiações, explicando assim a correlação positiva observada. Portanto, a maior visibilidade midiática e autonomia conferidas aos membros da Mesa Diretora criam um espaço para que estes possam, ocasionalmente, desafiar as orientações de seus partidos, enquanto os membros das Comissões, devido à sua dependência partidária e funções secundárias, tendem a seguir mais estritamente as linhas partidárias.

A aliança política de um Deputado Federal com o Executivo, especialmente quando pertencem à mesma coligação partidária, é um fator determinante para o aumento da disciplina partidária na Câmara dos Deputados. O principais motivos para essa maior disciplina é o acesso privilegiado a recursos e apoios políticos. O poder Executivo detém a capacidade de distribuir cargos aos partidos que compõem sua base aliada (cargos ministeriais, por exemplo), bem como de controlar a liberação das emendas individuais propostas pelos parlamentares durante a aprovação do orçamento federal. Esta prática consolida o apoio político necessário para a governabilidade, permitindo ao Executivo negociar apoio legislativo por meio de recursos orçamentários e posições estratégicas dentro do governo (ABRANCHES, 1988; SANTOS, 2002; SANTOS, 2003; NETO, 2006). Portanto, a necessidade de manter uma aliança estável com o Executivo, aliada à busca por vantagens políticas e ao temor de sanções, contribui significativamente para a disciplina partidária dos deputados alinhados com o governo na Câmara dos Deputados.

Um resultado surpreendente emergiu da análise da relação entre o montante de emendas parlamentares e a disciplina partidária, conforme apresentado na Tabela 6. Embora

a significância estatística tenha sido modesta — em um nível de 10% — e observada apenas no modelo (5), a tendência de magnitude negativa se manteve em todos os modelos anteriores. Intrigantemente, ao se considerar os efeitos da Reforma Eleitoral de 2015, as emendas parlamentares parecem perder seu papel como indutoras da disciplina partidária. Esse achado contrasta com os resultados de Scheffler (2019), que identificou um efeito positivo das emendas parlamentares sobre o *IDP* no período de 2000 a 2017. A literatura especializada frequentemente enfatiza que as emendas parlamentares são instrumentos vitais nas negociações de apoio entre o Executivo e o Legislativo (AMES, 1995; PEREIRA; MUELLER, 2002; LIMONGI; FIGUEIREDO, 2005). Enquanto os legisladores buscam promover políticas distributivas em seus redutos eleitorais, o Executivo exerce poder sobre o Orçamento e busca criar uma base sólida para a aprovação de suas propostas. Este panorama sugere que, embora as emendas parlamentares tradicionalmente funcionem como moedas de troca política, fatores adicionais, como mudanças no cenário eleitoral e na dinâmica legislativa, podem influenciar essa relação. Assim, a Reforma Eleitoral de 2015 pode ter alterado a maneira como os deputados percebem e utilizam as emendas parlamentares, potencialmente enfraquecendo a associação anteriormente observada entre estas e a disciplina partidária. Essa evolução na dinâmica política brasileira aponta para a necessidade de estudos contínuos para entender plenamente as complexas interações entre as práticas parlamentares e os mecanismos de governança.

Por fim, este estudo decidiu investigar o impacto da Reforma Eleitoral sobre o índice de disciplina dos Deputados Federais. Para tanto, foi criada uma variável interativa (*receita.partidoxlei*), que combina a proporção de receitas eleitorais oriundas do partido político (*receita.partido*) com uma variável dummy representando o período após a promulgação da nova lei eleitoral (*lei*). Com a abolição das doações empresariais nas campanhas eleitorais, a dinâmica democrática sofreu uma transformação significativa, concentrando nas mãos dos partidos políticos uma maior parcela dos recursos de campanha. Os candidatos, que antes buscavam estabelecer conexões empresariais, passaram a depender mais intensamente de seus partidos políticos para obtenção de recursos públicos. A hipótese central era averiguar se essa maior dependência financeira dos partidos poderia aumentar a disciplina partidária dos Deputados Federais. Os resultados dessa análise são apresentados nas Tabelas 10 e 6, na coluna número (4). Surpreendentemente, os dados não indicam uma significância estatística para esta relação.

No entanto, uma análise mais detalhada da distribuição dos recursos de campanha nas eleições brasileiras revela uma disparidade considerável na alocação de fundos partidários entre os candidatos a Deputado Federal. Enquanto alguns recebem vultosos montantes, outros recebem recursos mínimos. Diante disso, introduziu-se no modelo uma nova variável interativa (*PARTIDO_part_lei*), que relaciona a proporção de receitas eleitorais oriundas do partido político (*receita.partido*), o período pós-Reforma Eleitoral (*lei*) e as siglas partidárias. O objetivo era examinar se a Reforma Eleitoral resultou em desigualdades na

distribuição dos recursos públicos de campanha de tal forma que impactaria na disciplina partidária dos Deputados Federais. Conforme observado nos Apêndices C e D, os partidos políticos adotaram estratégias distintas na distribuição desses recursos, resultando em impactos distintos na coesão dos Deputados com suas agremiações. Adicionalmente, após feito esse controle, a variável que representa o volume de recursos eleitorais recebidos do partido político (*receita.partido*) emerge como um fator de disciplina partidária, conforme demonstrado na Tabela 6. Esta análise indica que, quanto maior a proporção de receitas eleitorais vindas do setor público, maior tende a ser a disciplina do Deputado. A razão para essa variável ganhar significância apenas nos resultados da Equação (2.3) reside na crescente importância dos recursos públicos após a reforma eleitoral. Em 2006, apenas 6% do total de recursos para campanhas provinha dos partidos políticos; em 2018, essa proporção aumentou para 64,3%, alcançando 81,2% em 2022.

2.5 CONCLUSÃO

Com a elaboração da Minireforma eleitoral de 2015, que extinguiu as doações de campanhas eleitorais vindas de pessoa jurídica, a dinâmica da distribuição dos recursos eleitorais foi modificada. Anteriormente, os caixas dos partidos durante o período eleitoral eram dependentes dos auxílios vindos das empresas brasileiras, como já destacado, nas eleições presidenciais de 2010, 81,9% das receitas eleitorais eram de PJ, em 2018 esse número foi de 35,7%, chegando a 18,8% em 2022. Ou seja, o poder de influência sobre a política brasileira dos grandes lobistas empresariais parece ter reduzido com a ação da reforma. Por outro lado, nesses períodos, os recursos advindos partidos políticos começaram a ganhar significativa importância para o caixa dos candidatos à disputa eleitoral.

Dessa maneira, da mesma forma que ocorreu a reorganização da dinâmica da distribuição dos recursos de campanha eleitoral, a tomada de decisão dos Deputados e Senadores também passou a ter outro enfoque: atender as necessidades dos partidos políticos. Como antes, o dinheiro continuou sendo o cerne do funcionamento do processo legislativo (CARAZZA, 2018), no entanto, ao invés de benefícios para empresas privadas, os Deputados passaram a estarem mais alinhados a seus partidos políticos. Para atingir o objetivo proposto, o presente estudo foi executado em dois momentos, o primeiro dedicado a constituição do Índice de Disciplina Partidário e, no segundo, a mensuração da relação existente entre variáveis políticas e econômicas e o comportamento dos membros da casa legislativa.

Os resultados deste estudo revelam que a Câmara dos Deputados no Brasil exibe um alto nível de unidade partidária, alcançando aproximadamente 90%. No entanto, este índice ainda fica abaixo da coesão observada em países vizinhos como Argentina e Uruguai. A análise longitudinal de 22 anos mostrou que o índice de disciplina partidária manteve-se estável, exceto nos anos entre 2011 e 2018, quando houve uma queda notável. Esse declínio

pode ser atribuído a diversos eventos que abalaram a relação entre o eleitorado e a Câmara dos Deputados, incluindo manifestações populares, a Operação Lava Jato e o impeachment da Presidente da República.

Além disso, identificou-se que certos fatores contribuem para a diminuição da disciplina partidária. Entre eles, destacam-se: a afiliação a partidos de centro/direita, a presença de Deputados novatos na Câmara com menos experiência parlamentar e aqueles com um número elevado de votos nas eleições, indicando uma vasta base eleitoral. Estes achados sugerem uma complexa interação entre o contexto político-social e o comportamento dos legisladores, influenciando a dinâmica de unidade e disciplina partidária na legislação brasileira.

Durante a construção do modelo econométrico, constatou-se que os candidatos desempenhando funções de liderança, seja em escala nacional ou regional dentro de seus partidos, apresentam níveis elevados de disciplina partidária. Esta tendência é igualmente notada entre membros ocupando posições em Comissões, onde as nomeações são fortemente influenciadas pelas decisões dos líderes partidários, promovendo assim a unidade interna. Ademais, verificou-se que a congruência política com o Poder Executivo — especificamente, a afiliação à mesma coalizão governamental — tem um papel crucial no fortalecimento da disciplina partidária. Por outro lado, a ocupação de postos de alta visibilidade, que conferem ao parlamentar um status proeminente em relação aos seus pares, como a participação na Mesa Diretora, resulta em uma menor dependência do suporte partidário, o que, por sua vez, pode diminuir a coesão dentro do partido. Além disso, candidatos que recebem uma grande parcela de votos em suas bases eleitorais mostram tendência a exibir níveis mais elevados de indisciplina.

Um resultado notável da pesquisa foi o impacto da Reforma Eleitoral nas Emendas Parlamentares, que, contrariamente ao esperado, não exibiu uma significância estatística relevante na unidade partidária. Tradicionalmente, as emendas parlamentares são vistas como ferramentas de barganha política, utilizadas para negociar apoio e garantir coesão dentro dos partidos. No entanto, com a implementação da Reforma Eleitoral, que resultou em um aumento dos recursos eleitorais disponíveis aos partidos, observou-se um declínio na eficácia das Emendas Parlamentares como mecanismo de promoção da disciplina partidária. Esse achado sugere uma mudança no dinamismo político, onde a dependência das emendas como meio de influência pode estar diminuindo em favor de outros mecanismos de controle e influência partidária, refletindo assim uma alteração significativa nas estratégias de manutenção da unidade partidária no contexto pós-reforma.

A análise final revelou que o impacto da Reforma Eleitoral no índice de disciplina dos Deputados Federais variou significativamente entre diferentes partidos políticos. Notou-se que apenas em determinadas siglas houve um aumento na disciplina partidária após a implementação da reforma. Tal fenômeno pode ser atribuído à maneira como os partidos

políticos organizam a distribuição dos recursos do Fundo Eleitoral, favorecendo certos candidatos ou mesmo certas posições eleitorais. Um exemplo claro dessa prática é a priorização de recursos para candidaturas à Presidência em detrimento dos candidatos à Câmara dos Deputados.

Esta seletividade na alocação dos recursos do Fundo Eleitoral reflete estratégias partidárias que podem influenciar diretamente a coesão e a disciplina interna dos partidos. Ao concentrar o financiamento em candidatos ou cargos específicos, os partidos não apenas moldam as dinâmicas eleitorais, mas também estabelecem hierarquias internas que podem afetar a unidade partidária. Essa abordagem seletiva sugere que a influência da Reforma Eleitoral na disciplina partidária é mediada pela estrutura e pelas estratégias de financiamento adotadas por cada partido, resultando em um panorama diversificado em que o aumento da disciplina é observado apenas em contextos específicos.

Este trabalho se distingue de outros estudos na mesma área por dois motivos fundamentais. Primeiramente, diferencia-se na maneira de construir o índice de disciplina partidária, calculando-o individualmente para cada parlamentar. Isso se baseia na frequência com que cada membro vota alinhado ao líder do partido, em contraste com o índice de Rice tradicionalmente empregado pela literatura, que considera apenas o número de vezes que as decisões partidárias são seguidas pelos seus integrantes. Este novo índice, proposto inicialmente por Scheffler (2019), foi atualizado até o ano de 2021, um período até então não explorado pelos estudos existentes. Em segundo lugar, a Reforma Eleitoral proporcionou uma oportunidade única para investigar uma questão ainda não examinada: como a dependência financeira dos parlamentares em relação aos seus partidos influencia suas decisões na Câmara dos Deputados. Este aspecto, inovador em relação ao debate atual, abre caminho para uma compreensão mais aprofundada da dinâmica entre financiamento partidário e comportamento legislativo no contexto pós-reforma eleitoral.

Encerra-se o presente estudo destacando as limitações constatadas e propostas para trabalhos futuros. A principal dificuldade foi unir as diferentes bases de dados utilizadas — Tribunal Superior Eleitoral, Estatísticas da Câmara dos Deputados — dado que entre elas não existiam um identificador comum, nem mesmo o nome dos Deputados que oscilavam entre o nome na urna e o completo. Para trabalhos futuros, recomenda-se a expansão da base de dados e as respectivas análises para o ano de 2022, ano em que houve a expansão dos valores dos recursos de campanhas nas mãos de partidos políticos — 81,2% das receitas eleitorais estavam sob direção dos partidos políticos. Além disso, avançar em uma metodologia de avaliação de impacto, ferramental interessante para contornar o problema de endogeneidade.

2.6 Apêndice A: Aferição dos problemas de correlação contemporânea, autocorrelação e heterocedasticidade

Tabela 7 – Principais problemas estatísticos presentes em um modelo ecomométrico de dados em painel

Testes	Modelo 1 (2011 - 2021)	Modelo 2 (2015 - 2021)
	IDP(1)	IDP(1)
<i>Teste Wooldridge</i>	F = 0,031376 p-value = 0,8594	F = 1,857 p-value = 0,1731
<i>Teste Breusch-Pagan</i>	BP = 148,1 p-value < 2,2e-16	BP = 108,92 p-value = 1,927e-15
<i>Teste Pesaran</i>	z = 15,335 p-value < 2,2e-16	z = 21,856 p-value < 2,2e-16

Fonte: Elaborada pela autora

2.7 Apêndice B Testes estatísticos de adequabilidade dos modelos de dados em painel

Tabela 8 – Testes estatísticos para adequação do melhor modelo de dados em painel

Testes	Modelo 1 (2011 - 2021)	Modelo 2 (2015 - 2021)
	IDP(1)	IDP(1)
<i>Teste F</i>	F = 2,9029 p-value < 2,2e-16	F = 3,9507 p-value < 2,2e-16
<i>Teste Breusch-Pagan (Efeito individual)</i>	chisq = 636,42 p-value < 2,2e-16	chisq = 567,44 p-value < 2,2e-16
<i>Teste Breusch-Pagan (Efeito individual e tempo)</i>	chisq = 1926,2 p-value < 2,2e-16	chisq = 821,65 p-value < 2,2e-16
<i>Teste de Hausman</i>	chisq = 23,39 p-value = 0,009237	chisq = 125,33 p-value < 2,2e-16

Fonte: Elaborada pela autora

2.8 Apêndice C: Resultado das regressões em dados em painel | 2011 - 2021

Tabela 9 – Resultado econométrico | Dados em painel não balanceado | 2011 - 2021

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)
<i>Custo.total</i>	-0,0008 (0,003)	-0,0012 (0,003)	-0,0011 (0,003)	-0,001 (0,003)	-0,0012 (0,0032)
<i>receita.partido</i>	0,005 (0,0098)	0,0067 (0,01)	0,0069 (0,01)	- -	0,0216 (0,0143)
<i>popularidade</i>	4,3562*** (1,1758)	3,2428** (1,3833)	3,4933** (1,3916)	3,5346** (1,3893)	3,6978*** (1,3867)
<i>Mesa</i>	-5,8437*** (1,0689)	-5,9602*** (1,0695)	-6,0534*** (1,0673)	-6,1071*** (1,0676)	-5,8691*** (1,0561)
<i>Comissao</i>	3,0591*** (1,1479)	2,9157** (1,1417)	2,8371** (1,1402)	2,8424** (1,1401)	3,011*** (1,1362)
<i>Tempo</i>	0,3019 (0,3328)	0,453 (0,3306)	0,4711 (0,3302)	0,4877 (0,3289)	0,33 (0,3294)
<i>Tempo²</i>	0,0061 (0,0102)	0,0054 (0,0102)	0,0064 (0,0102)	0,006 (0,0102)	0,0083 (0,0102)
<i>Coligacao_exec</i>	1,5934*** (0,5763)	1,6538*** (0,5998)	1,6621*** (0,5978)	1,6854*** (0,5967)	2,0372*** (0,6283)
<i>receita.partidoxlei</i>	- -	- -	- -	-0,004 (0,0096)	- -
<i>part.distr.partido</i>	0,0807 (0,0758)	0,0362 (0,0773)	0,0363 (0,077)	0,0615 (0,0733)	0,691909 (0,0781)
<i>Votação</i>	-0,5902* (0,3031)	-0,3999 (0,3098)	-0,4366 (0,3117)	-0,4339 (0,3092)	-0,4802 (0,3106)
<i>Ano_2012</i>	-4,171*** (0,7979)	-4,2627*** (0,7974)	-4,2907*** (0,7975)	-4,2983*** (0,7973)	-4,1956*** (0,796)
<i>Ano_2013</i>	-7,0269*** (0,9097)	-7,2952*** (0,9117)	-7,3512*** (0,9116)	-7,3678*** (0,9106)	-7,1571*** (0,9112)
<i>Ano_2014</i>	-6,0757*** (1,0908)	-6,4117*** (1,0911)	-6,4925*** (1,0916)	-6,5175*** (1,0901)	-6,1775*** (1,0917)
<i>Ano_2015</i>	-9,1031*** (1,3111)	-9,8398*** (1,3327)	-10,0051*** (1,3358)	-9,8887*** (1,3232)	-9,9644*** (1,3518)
<i>Ano_2016</i>	-4,2088*** (1,5027)	-5,0537*** (1,5309)	-5,2652*** (1,5365)	-5,1588*** (1,5257)	-5,091*** (1,5601)
<i>Ano_2017</i>	-6,78***	-7,7544***	-7,9725***	-7,7472***	-7,2123***

Continua na próxima página

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)
	(1,7211)	(1,7494)	(1,7538)	(1,7637)	(1,7742)
<i>Ano_2018</i>	-5,9263***	-7,0434***	-7,3143***	-7,093***	-6,413***
	(1,9718)	(2,0002)	(2,0055)	(2,0122)	(2,0247)
<i>Ano_2019</i>	-3,8048*	-5,0054**	-5,3457*	-4,5642**	-4,2022*
	(2,2242)	(2,2821)	(2,2927)	(2,3028)	(2,3494)
<i>Ano_2020</i>	-1,6726	-3,0158	-3,3897	-2,6477	-2,1556
	(2,4489)	(2,5052)	(2,5164)	(2,5258)	(2,5667)
<i>Ano_2021</i>	-7,199***	-8,7399***	-9,1471***	-8,3931***	-7,8117***
	(2,6794)	(2,7348)	(2,7473)	(2,7562)	(2,7942)
<i>Avante</i>	-	-5,1218	-5,0181	-3,975	-0,0367
	-	(7,3282)	(7,3231)	(7,3359)	(21,2149)
<i>DEM</i>	-	-5,0961*	-4,9829*	-4,9866*	-6,1723**
	-	(2,7709)	(2,7611)	(2,759)	(2,9532)
<i>MDB</i>	-	-4,3386	-3,9123	-3,859	-6,6058**
	-	(2,6887)	(2,6866)	(2,6828)	(2,8003)
<i>PATRI</i>	-	0,6754	2,2057	1,9592	2,8482
	-	(8,5701)	(8,532)	(8,5187)	(10,5967)
<i>PCdoB</i>	-	-2,0601	-1,6352	-1,4996	-1,8985
	-	(5,6899)	(5,6724)	(5,6815)	(6,0329)
<i>PDT</i>	-	-4,9994	-4,7544	-4,8553	-7,1877**
	-	(3,1183)	(3,1213)	(3,1152)	(3,2588)
<i>PEN</i>	-	-8,1039	-4,9497	-5,4373	-6,7182
	-	(6,5801)	(6,7749)	(6,756)	(6,8064)
<i>PHS</i>	-	-2,1255	-1,5473	-1,7855	-3,9251
	-	(6,293)	(6,2729)	(6,273)	(6,3115)
<i>PL</i>	-	-2,3691	-2,0746	-2,0303	-5,51*
	-	(2,8332)	(2,8311)	(2,8299)	(3,0157)
<i>PMN</i>	-	0,1829	-0,3437	-1,0464	-2,9542
	-	(5,5164)	(5,5158)	(5,4738)	(5,5994)
<i>PODE</i>	-	-17,0392***	-17,6025***	-17,5262***	-19,7517***
	-	(4,7341)	(4,7468)	(4,7484)	(6,9841)
<i>PP</i>	-	-5,2564	-5,2254	-5,2354	-11,1178***
	-	(3,4539)	(3,4624)	(3,4607)	(3,7872)
<i>PPL</i>	-	-3,603	-5,081	-5,5994	3,5376
	-	(7,5324)	(7,5204)	(7,5337)	(17,5171)
<i>PPS</i>	-	-5,7635	-5,5746	-5,6745	-6,4229
	-	(5,5775)	(5,5632)	(5,5642)	(5,8401)

Continua na próxima página

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)
<i>PRB</i>	-	-4,9241	-4,8902	-4,9839	-9,548**
	-	(3,7382)	(3,7257)	(3,724)	(3,9749)
<i>PROS</i>	-	-8,095**	-7,5956**	-7,7653**	-8,5343**
	-	(3,2467)	(3,2532)	(3,2433)	(3,5605)
<i>PRP</i>	-	-2,4678	-2,6089	-2,8042	-6,7916
	-	(5,8455)	(5,8421)	(5,8312)	(5,9397)
<i>PRTB</i>	-	-10,2536*	-14,8826**	-15,1126**	-17,5719***
	-	(5,2424)	(5,9601)	(5,9498)	(6,0812)
<i>PSB</i>	-	-5,2986	-4,7892	-4,8309	-6,8642**
	-	(3,3103)	(3,3065)	(3,3042)	(3,4783)
<i>PSC</i>	-	-13,0797***	-13,0104***	-12,9397***	-15,6639***
	-	(3,8394)	(3,8233)	(3,821)	(3,8997)
<i>PSD</i>	-	-5,7738**	-5,4976**	-5,6091**	-7,9244***
	-	(2,586)	(2,5759)	(2,5695)	(2,828)
<i>PSDB</i>	-	0,5081	0,8324	0,6727	-1,5572
	-	(3,8541)	(3,8396)	(3,8327)	(3,9455)
<i>PSDC</i>	-	-18,173***	-18,6351***	-18,9262***	-22,3316***
	-	(6,6443)	(6,6868)	(6,6906)	(6,7916)
<i>PSL</i>	-	-3,8566	-5,3097	-5,5902	-7,1703
	-	(6,217)	(6,2564)	(6,2558)	(6,423)
<i>PSOL</i>	-	-3,2743	-2,9149	-3,1685	-1,0787
	-	(6,4815)	(6,4564)	(6,4496)	(8,9339)
<i>PT</i>	-	-1,7532	-2,0343	-2,1196	-4,7791
	-	(4,2455)	(4,2468)	(4,2432)	(4,3183)
<i>PTB</i>	-	-4,4133	-4,5348	-4,7036	-7,0007*
	-	(3,815)	(3,823)	(3,8144)	(3,9414)
<i>PTN</i>	-	-10,5416*	-11,4798**	-11,9904**	-10,7624*
	-	(5,6226)	(5,6546)	(5,6531)	(5,7435)
<i>PV</i>	-	-19,5599***	-19,6204***	-19,6873***	-21,8742***
	-	(4,4087)	(4,4206)	(4,4163)	(4,4794)
<i>Grau_instrução</i>	-	-	1,2599	1,2363	1,2208
	-	-	(0,7759)	(0,7753)	(0,774)
<i>Estado_civil</i>	-	-	0,3194	0,3203	0,3206
	-	-	(0,2111)	(0,2111)	(0,2108)
<i>Ocupação</i>	-	-	-0,001	-0,0011	-0,001
	-	-	(0,0016)	(0,0016)	(0,0016)
<i>AVANTE_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0584

Continua na próxima página

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)
	-	-	-	-	(0,1998)
<i>DC_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0702
	-	-	-	-	(0,0959)
<i>DEM_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0627**
	-	-	-	-	(0,0261)
<i>MDB_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0072
	-	-	-	-	(0,0213)
<i>NOVO_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,1562
	-	-	-	-	(0,1273)
<i>PATRI_part_l</i>	-	-	-	-	-0,0579
	-	-	-	-	(0,0959)
<i>PCdoB_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0503
	-	-	-	-	(0,0349)
<i>PDT_part_lei</i>	-	-	-	-	0,0128
	-	-	-	-	(0,0322)
<i>PEN_part_lei</i>	-	-	-	-	5,137
	-	-	-	-	(7,5919)
<i>PHS_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0256
	-	-	-	-	(0,0617)
<i>PL_part_lei</i>	-	-	-	-	0,0081
	-	-	-	-	(0,0206)
<i>PMN_part_lei</i>	-	-	-	-	0,2324*
	-	-	-	-	(0,1348)
<i>PODE_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0296
	-	-	-	-	(0,0568)
<i>PP_part_lei</i>	-	-	-	-	0,0278
	-	-	-	-	(0,0207)
<i>PPL_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,3012
	-	-	-	-	(0,5022)
<i>PPS_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0767*
	-	-	-	-	(0,0466)
<i>PRB_part_lei</i>	-	-	-	-	0,0233
	-	-	-	-	(0,0297)
<i>PROS_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0546
	-	-	-	-	(0,042)
<i>PRP_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0085
	-	-	-	-	(0,0903)

Continua na próxima página

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)
<i>PSB_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0151 (0,0268)
<i>PSC_part_lei</i>	-	-	-	-	0,0309 (0,0521)
<i>PSD_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0116 (0,0265)
<i>PSDB_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0363 (0,0241)
<i>PSL_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0531* (0,0277)
<i>PSOL_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0692 (0,0933)
<i>PT_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0114 (0,0204)
<i>PTB_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,024 (0,0381)
<i>PTC_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,1505 (0,1495)
<i>PTdoB_part_lei</i>	-	-	-	-	0,5474 (1,0002)
<i>PTN_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,8987*** (0,2903)
<i>PV_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0523 (0,0766)
<i>REDE_part_lei</i>	-	-	-	-	5,4288 (4,9442)
<i>SOLID_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0906*** (0,0344)
R²	0,0876	0,1000	0,1016	0,1015	0,1120
Observações	4809	4809	4809	4809	4809
Período	2011-21	2011-21	2011-21	2011-21	2011-21

Fonte: Elaborada pela autora. **Nota:** Os Desvios-padrões estão entre parênteses. Níveis de significância: *p<0,1, **p<0,05, ***p<0,001.

2.9 Apêndice D: Resultado das regressões em dados em painel | 2015 - 2021

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)
<i>Custo.total</i>	-0,0017 (0,0028)	-0,0017 (0,0028)	-0,0017 (0,0028)	-0,0017 (0,0028)	-0,0017 (0,003)
<i>receita.partido</i>	0,0032 (0,0101)	0,0023 (0,0103)	0,0027 (0,0103)	- -	0,0354* (0,0183)
<i>popularidade</i>	5,5351*** (1,2098)	4,2337** (1,6576)	4,1346** (1,7089)	4,1329** (1,7101)	4,3653*** (1,6808)
<i>Mesa</i>	-2,5202* (1,2947)	-2,5712** (1,3091)	-2,535* (1,3125)	-2,5651* (1,3111)	-2,1708* (1,2887)
<i>Comissao</i>	1,6683 (1,2229)	1,6344 (1,2262)	1,6338 (1,2278)	1,6431 (1,228)	1,9101 (1,2121)
<i>Tempo</i>	0,126 (0,3705)	0,1146 (0,3729)	0,0723 (0,3797)	0,0733 (0,38)	-0,0325 (0,3732)
<i>Tempo²</i>	0,0176 (0,0132)	0,0167 (0,0134)	0,0174 (0,0135)	0,0175 (0,0135)	0,0187 (0,013)
<i>Coligacao_exec</i>	1,4457* (0,8084)	1,8918** (0,833)	1,9302** (0,8349)	1,8974** (0,8363)	3,6983*** (0,956)
<i>ln_emendas</i>	-0,0718 (0,0451)	-0,0719 (0,0452)	-0,0719 (0,0452)	-0,0701 (0,0452)	-0,0852* (0,0447)
<i>receita.partidoxlei</i>	- -	- -	- -	-0,0027 (0,0096)	- -
<i>part.distr.partido</i>	0,0996 (0,0946)	0,0439 (0,101)	0,0425 (0,1012)	0,0577 (0,098)	-0,0553 (0,1169)
<i>Votação</i>	-0,9853*** (0,3481)	-0,8503** (0,3697)	-0,7916** (0,381)	-0,7878** (0,3815)	-0,7778** (0,3726)
<i>Ano_2016</i>	5,8833*** (0,9084)	5,8791*** (0,9115)	5,9149*** (0,9128)	5,8823*** (0,9125)	6,3884*** (0,908)
<i>Ano_2017</i>	3,0273*** (1,0002)	3,1267*** (1,0016)	3,193*** (1,0067)	3,251*** (1,0526)	4,1227*** (1,1222)
<i>Ano_2018</i>	4,1439*** (1,253)	4,343*** (1,2591)	4,4446*** (1,2693)	4,4988*** (1,3067)	5,6325*** (1,374)
<i>Ano_2019</i>	5,3795*** (1,4736)	5,6033*** (1,5214)	5,7404*** (1,5437)	6,0892*** (1,6579)	6,9469*** (1,6912)
<i>Ano_2020</i>	8,1729*** (1,7804)	8,4153*** (1,8284)	8,5835*** (1,856)	8,879*** (1,9554)	10,012*** (1,988)

Continua na próxima página

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)
<i>Ano_2021</i>	2,5426 (2,021)	2,7833 (2,0741)	2,9781 (2,1081)	3,2992 (2,2008)	4,4559** (2,2247)
<i>AVANTE</i>	-	-6,312 (6,7711)	-6,3675 (6,7866)	-6,1502 (6,7959)	-1,9715 (20,101)
<i>DEM</i>	-	-3,486 (4,0878)	-3,7579 (4,0993)	-3,7428 (4,0987)	-4,3623 (4,2288)
<i>MDB</i>	-	-1,6744 (4,5354)	-1,6016 (4,5334)	-1,5151 (4,532)	-5,3985 (4,5578)
<i>PATRI</i>	-	-6,9836 (8,694)	-7,2464 (8,6956)	-7,3461 (8,6754)	-7,5715 (10,212)
<i>PCdoB</i>	-	-4,9752 (6,4769)	-5,3579 (6,4899)	-5,2423 (6,4954)	-3,9666 (6,7075)
<i>PDT</i>	-	-3,1887 (5,7238)	-3,7342 (5,7512)	-3,7464 (5,752)	-7,7543 (5,8582)
<i>PEN</i>	-	-6,403 (7,4091)	-5,574 (8,0527)	-5,8422 (8,0351)	-4,7972 (7,8892)
<i>PHS</i>	-	-9,0701 (8,9656)	-9,3848 (9,0628)	-9,5064 (9,0703)	-14,576 (8,9537)
<i>PL</i>	-	1,6099 (4,7158)	0,9698 (4,8112)	1,082 (4,8112)	-3,834 (4,9085)
<i>PMN</i>	-	-5,9282 (7,8867)	-7,4987 (8,1059)	-7,5906 (8,0913)	-12,293 (8,1673)
<i>PODE</i>	-	-20,4523*** (6,2823)	-21,495*** (6,3799)	-21,4014*** (6,3807)	-26,931*** (7,8151)
<i>PP</i>	-	-2,9555 (4,0803)	-3,1256 (4,1056)	-3,0861 (4,1102)	-13,818*** (4,3776)
<i>PPL</i>	-	-3,4251 (7,6285)	-3,9626 (7,7824)	-4,1958 (7,7878)	6,379 (17,428)
<i>PPS</i>	-	-11,4481 (7,4726)	-11,385 (7,4651)	-11,4031 (7,4663)	-8,0236 (7,4849)
<i>PRB</i>	-	-3,5052 (4,5528)	-3,8084 (4,5575)	-3,7901 (4,5588)	-8,2696* (4,6778)
<i>PROS</i>	-	-5,0933 (4,7516)	-5,4733 (4,7676)	-5,4693 (4,7656)	-6,8244 (4,8804)
<i>PRP</i>	-	-3,6355 (7,0397)	-3,8178 (7,0531)	-3,9118 (7,0417)	-7,0517 (7,0341)

Continua na próxima página

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)
<i>PSB</i>	-	-8,4962**	-8,7943**	-8,7635**	-12,41***
	-	(4,3294)	(4,3863)	(4,3894)	(4,528)
<i>PSC</i>	-	-20,2845**	-21,491**	-21,6171**	-26,207***
	-	(9,3024)	(9,4174)	(9,4143)	(9,2895)
<i>PSD</i>	-	-1,0618	-1,4936	-1,5103	-3,5651
	-	(3,8096)	(3,8502)	(3,8506)	(3,9765)
<i>PSDB</i>	-	-3,7044	-3,6359	-3,6818	-6,3397
	-	(6,0093)	(5,9962)	(5,9967)	(5,9384)
<i>PSDC</i>	-	-21,294**	-22,153***	-22,2113***	-27,342***
	-	(8,3303)	(8,3971)	(8,3987)	(8,4949)
<i>PSL</i>	-	-9,3457	-10,703	-10,8002	-15,625*
	-	(7,7747)	(8,247)	(8,2457)	(8,1828)
<i>PSOL</i>	-	-8,7394	-9,069	-9,0845	-7,6102
	-	(6,3429)	(6,3843)	(6,388)	(8,0601)
<i>PT</i>	-	-5,2769	-6,2315	-6,1944	-8,8512
	-	(5,4246)	(5,4971)	(5,5004)	(5,4791)
<i>PTB</i>	-	-12,1213**	-12,662**	-12,6308**	-17,473***
	-	(5,682)	(5,7061)	(5,7016)	(5,9115)
<i>PTN</i>	-	-12,4473*	-13,819**	-14,063**	-14,109**
	-	(6,5508)	(6,7152)	(6,714)	(6,812)
<i>PV</i>	-	-11,5171**	-11,752**	-11,7591**	-11,544*
	-	(5,8583)	(5,8756)	(5,8768)	(5,8869)
<i>Grau_instrução</i>	-	-	0,7826	0,737	1,5663
	-	-	(1,6685)	(1,6684)	(1,6359)
<i>Estado_civil</i>	-	-	0,242	0,2419	0,298
	-	-	(0,288)	(0,2886)	(0,2899)
<i>Ocupação</i>	-	-	0,001	0,001	0,001
	-	-	(0,0022)	(0,0022)	(0,0022)
<i>AVANTE_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0629
	-	-	-	-	(0,1865)
<i>DC_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0667
	-	-	-	-	(0,0916)
<i>DEM_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,06**
	-	-	-	-	(0,0274)
<i>MDB_part_lei</i>	-	-	-	-	0,0016
	-	-	-	-	(0,0227)
<i>NOVO_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,177

Continua na próxima página

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)
	-	-	-	-	(0,1213)
<i>PATRI_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0656
	-	-	-	-	(0,0901)
<i>PCdoB_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0751**
	-	-	-	-	(0,0369)
<i>PDT_part_lei</i>	-	-	-	-	0,0124
	-	-	-	-	(0,0323)
<i>PEN_part_lei</i>	-	-	-	-	5,5146
	-	-	-	-	(7,41)
<i>PHS_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0243
	-	-	-	-	(0,0641)
<i>PL_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0003
	-	-	-	-	(0,0218)
<i>PMN_part_lei</i>	-	-	-	-	0,2508*
	-	-	-	-	(0,151)
<i>PODE_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0433
	-	-	-	-	(0,0508)
<i>PP_part_lei</i>	-	-	-	-	0,0769***
	-	-	-	-	(0,0215)
<i>PPL_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,3705
	-	-	-	-	(0,4729)
<i>PPS_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,1286***
	-	-	-	-	(0,049)
<i>PRB_part_lei</i>	-	-	-	-	0,0192
	-	-	-	-	(0,031)
<i>PROS_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0391
	-	-	-	-	(0,0424)
<i>PRP_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0151
	-	-	-	-	(0,0852)
<i>PSB_part_lei</i>	-	-	-	-	0,0046
	-	-	-	-	(0,029)
<i>PSC_part_lei</i>	-	-	-	-	0,0639
	-	-	-	-	(0,0493)
<i>PSD_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0226
	-	-	-	-	(0,0266)
<i>PSDB_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0692***
	-	-	-	-	(0,0252)

Continua na próxima página

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)	IDP(1)
<i>PSL_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0661** (0,0286)
<i>PSOL_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0979 (0,0764)
<i>PT_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0302 (0,0214)
<i>PTB_part_lei</i>	-	-	-	-	0,0084 (0,0443)
<i>PTC_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,165 (0,1397)
<i>PTdoB_part_lei</i>	-	-	-	-	0,4543 (0,9169)
<i>PTN_part_lei</i>	-	-	-	-	-1,0127*** (0,3248)
<i>PV_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,1657** (0,0801)
<i>REDE_part_lei</i>	-	-	-	-	5,1924 (4,6889)
<i>SOLID_part_lei</i>	-	-	-	-	-0,0927*** (0,033)
R²	0,0986	0,1120	0,1125	0,1123	0,1441
Observações	3019	3019	3019	3019	3019
Período	2015-21	2015-21	2015-21	2015-21	2015-21

3 TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS E OS SEUS IMPACTOS SOBRE A PROVISÃO DE BENS PÚBLICOS

3.1 INTRODUÇÃO

A descentralização fiscal representa o processo de transferência de competências tributárias e responsabilidades de gastos do governo central para os níveis inferiores, como estados e municípios. No Brasil, esse movimento ganhou contornos significativos com a Constituição de 1988, que marcou uma nova era na distribuição de recursos e poderes. A partir deste marco, estados e municípios passaram a dispor de maior autonomia fiscal, incluindo a capacidade de arrecadar impostos próprios e gerir uma parcela dos recursos tributários nacionais. Essa redistribuição de competências fortaleceu o papel desses entes na provisão de serviços públicos essenciais, como educação, saúde e infraestrutura urbana, permitindo uma alocação de recursos mais alinhada às particularidades e demandas de cada região (AFONSO; RAMUNDO; ARAUJO, 1998; MENDES, 2002; MENDES; MIRANDA; COSIO, 2008).

Embora o Brasil esteja comprometido com esse princípio da descentralização fiscal, observa-se que a maior parte da arrecadação de receitas ainda é dominada pelo Governo Federal. Essa concentração tem sua base na teoria tributária, que sugere uma eficiência maior e um custo marginal de arrecadação reduzido quando a coleta de impostos é centralizada em uma única autoridade. Tal centralização é vantajosa por várias razões: facilita a fiscalização, minimiza a evasão fiscal ao reduzir o incentivo para que contribuintes busquem jurisdições com tributação mais favorável, simplifica a implementação de sistemas de crédito tributário e diminui os custos associados à administração tributária e ao cumprimento das obrigações fiscais. No entanto, essa concentração de recursos no nível federal gera o que é conhecido como “desequilíbrio vertical” no federalismo fiscal do país. Esse fenômeno se caracteriza pela retenção de recursos pela União, em contraste com os estados e municípios, que são responsáveis por prover a maior parte dos serviços públicos, enfrentando desafios com recursos limitados. Para atenuar esse desequilíbrio, é necessário a adoção de um eficaz sistema de transferências intergovernamentais (MENDES, 2002; MENDES; MIRANDA; COSIO, 2008; PRADO, 2012).

No contexto fiscal brasileiro, as transferências obrigatórias, também conhecidas como constitucionais, compõem a maior fração dos repasses realizados pela União aos entes subnacionais. Essas transferências são definidas por mandatos constitucionais assegurando a distribuição de receitas tributárias entre a União, estados e municípios de maneira automática, sem a necessidade de intervenção discricionária do governo central. Frequentemente, esses recursos são destinados a propósitos previamente estabelecidos, exemplificados pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de

Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que é direcionado para a educação básica pública. Dentre as transferências obrigatórias mais relevantes, destacam-se o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), além das cotas-partes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), juntamente com recursos voltados para a saúde e a educação. Segundo Mendes, Miranda e Cosio (2008), essa modalidade de transferências representam 62% do volume total das transferências realizadas pela União aos entes subnacionais.

Para além da execução das transferências obrigatórias, o Governo Federal utiliza as transferências voluntárias como estratégia para responder às necessidades pontuais dos municípios. Esses recursos são distribuídos através de convênios, repasses diretos e emendas parlamentares. A operacionalização dessas transferências ocorre por meio da inclusão de propostas na Lei Orçamentária Anual (LOA) ou pela inserção de emendas parlamentares ao orçamento em discussão. As emendas parlamentares representam um instrumento crucial por meio do qual os membros do Congresso Nacional—Deputados e Senadores—participam ativamente da formulação do orçamento federal. Elas permitem a adição, remoção ou modificação de itens específicos no projeto de lei orçamentária, conferindo aos parlamentares a capacidade de direcionar recursos conforme os compromissos políticos estabelecidos durante seus mandatos. Assim, as emendas parlamentares introduzem um elemento de discricionariedade na distribuição dos recursos federais, possibilitando que os legisladores influenciem diretamente na alocação de verbas para os entes federativos de acordo com prioridades políticas e sociais específicas (HARTUNG; MENDES; GIAMBIAGI, 2021).

Ao longo dos anos, as emendas parlamentares experimentaram transformações significativas que realçaram o papel do Legislativo na distribuição dos recursos nacionais, criando uma nova dinâmica que favorece as prioridades eleitorais em detrimento das políticas voltadas para o interesse coletivo, conforme apontado por Hartung, Mendes e Giambiagi (2021). Inicialmente, até 2014, era prerrogativa do Executivo determinar os projetos a serem financiados, uma decisão atrelada tanto à disponibilidade orçamentária quanto às prioridades governamentais. Contudo, a aprovação da Emenda Constitucional nº 86 em março de 2015, estabelecendo um percentual obrigatório para a execução das emendas parlamentares — conhecido como orçamento impositivo —, marcou uma mudança fundamental, tornando compulsória a execução das despesas previamente sujeitas à discricionariedade fiscal. A reformulação do processo ganhou ainda mais profundidade com a Emenda Constitucional nº 105 de 2019, que introduziu as Emendas Individuais do tipo Transferências Especial — conhecidas popularmente como “Emendas Pix” —, conferindo aos legisladores a possibilidade de alocar recursos diretamente para estados e municípios, sem a obrigatoriedade de vinculação a projetos específicos ou a intervenção dos órgãos federais na liberação dos recursos. Esse avanço conferiu uma autonomia sem precedentes ao Legislativo na alocação orçamentária, ampliando substancialmente sua

influência na gestão dos recursos federais e inaugurando uma nova fase de predominância legislativa sobre o orçamento federal.

Numerosos estudiosos, conforme destacado nas obras de Pereira e Mueller (2002), Pereira e Mueller (2004), Alston e Mueller (2005), Raile e Power (2011), Ames e Rennó (2011) e Baião e Couto (2017), classificam as emendas parlamentares como uma manifestação de *pork barrel*, um termo amplamente empregado na literatura internacional para descrever políticas de distribuição de recursos que favorecem um reduto eleitoral específico, enquanto os custos associados são diluídos entre a população por meio da tributação. Nesse sentido, as emendas parlamentares tornam-se instrumentos estratégicos para os legisladores redirecionarem verbas federais para projetos que beneficiam diretamente seus eleitores ou grupos de apoio, negligenciando critérios de urgência ou relevância nacional (HARTUNG; MENDES; GIAMBIAGI, 2021). Essa abordagem pode resultar em uma distribuição de recursos públicos não só ineficiente, mas também orientada mais pelos interesses de ganho político dos parlamentares do que pelo benefício coletivo.

Pesquisas empíricas trazem luz às consequências das emendas parlamentares no cenário da gestão pública brasileira. Analisando dados provenientes do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, implementado pela Controladoria-Geral da União entre 2006 e 2007, Sodré e Alves (2010) aponta que a distribuição de verbas via emendas parlamentares correlaciona-se a um expressivo aumento nos casos de corrupção. Os resultados indicam que, em média, os municípios que foram contemplados com esses recursos apresentaram um crescimento de 25% em incidentes corruptos. Em uma análise complementar, Baião e Couto (2017) identificam que as emendas que resultam em transferências diretas para as prefeituras contribuem significativamente para a obtenção de votos, especialmente quando o prefeito é do mesmo partido que o parlamentar proponente da emenda. Esta tendência é reforçada pelo fato de que um número maior de emendas é proposto e efetivado em municípios administrados por prefeitos correligionários. Adicionalmente, Baião, Couto e Oliveira (2020) destaca que na alocação das emendas parlamentares, os deputados demonstram preferência por direcioná-las para suas bases eleitorais e para municípios geridos por prefeitos de seu partido. Tais evidências sugerem que o objetivo principal das emendas orçamentárias frequentemente transcende a satisfação das necessidades públicas específicas, visando antes reforçar alianças políticas com autoridades locais em áreas de interesse eleitoral dos legisladores.

A Emenda Constitucional nº 105, promulgada antes de 2019, introduziu um marco significativo na gestão orçamentária do Brasil, procurando aumentar a eficiência e a flexibilidade na execução dos recursos federais. Esta mudança legislativa permitiu uma alocação mais direta e menos burocrática de recursos, contrastando com o cenário anterior, onde as emendas parlamentares eram alocadas através de programas e ações governamentais específicas, frequentemente sujeitas a atrasos e entraves burocráticos. A motivação por trás dessa reforma era assegurar que os recursos fossem utilizados de maneira a atender

de forma mais eficaz e ágil às demandas e necessidades locais e regionais, que, por vezes, ficavam à margem das prioridades estabelecidas dentro do orçamento (CHAVES, 2020).

Contudo, apesar dessas intenções positivas, a ausência de estudos empíricos dedicados a avaliar os impactos concretos da Emenda Constitucional nº 105 no Brasil deixa uma lacuna no entendimento sobre como essa maior liberdade conferida aos legisladores na direção dos recursos públicos tem afetado a administração fiscal do país. Enquanto a emenda visava resolver questões de eficiência e agilidade na execução orçamentária, ela também ampliou o controle dos legisladores sobre o orçamento, suscitando preocupações acerca dos possíveis efeitos adversos associados ao uso das emendas parlamentares. Esses efeitos incluem, mas não se limitam a, uma ampliação das oportunidades para corrupção, o favorecimento de interesses particulares em detrimento do bem comum, a perpetuação de desigualdades na distribuição de recursos, e um enfoque potencializado em resultados de curto prazo que podem não corresponder às necessidades mais prementes da população ou aos objetivos de desenvolvimento de longo prazo.

Assim, enquanto a Emenda Constitucional nº 105 representou uma tentativa de tornar a gestão dos recursos públicos mais dinâmica e responsiva às necessidades locais, ela também levanta questões importantes sobre a governança orçamentária, a transparência e a equidade na alocação de recursos federais. Essa dualidade evidencia a necessidade de estudos empíricos que possam fornecer uma análise aprofundada dos resultados dessa mudança legislativa, contribuindo para o debate sobre como otimizar a eficácia das emendas parlamentares enquanto se minimizam seus potenciais efeitos negativos. Dessa forma, **o principal objetivo do presente estudo é analisar como as Emendas Parlamentares do tipo Transferência Especial impactam os gastos públicos municipais em categorias orçamentárias cruciais, tais como segurança, assistência social, saúde, educação, infraestrutura, urbanismo, transporte e lazer**. Buscamos entender se a prática está alinhada com o propósito explicitado na Emenda Constitucional de 2019.

A premissa central deste estudo reside na existência de um *trade-off* decorrente da dispensa de convênios ou instrumentos similares para a transferência de recursos, liberando os municípios da obrigatoriedade de submeter documentação que justifique o emprego dos fundos em áreas orçamentárias específicas. Tal flexibilização gera, por um lado, um processo de transferência voluntária menos burocrático e mais eficaz. No entanto, por outro lado, essa liberdade pode fomentar o uso impróprio dos recursos públicos. Surge a preocupação de que o poder executivo municipal possa priorizar áreas de maior visibilidade eleitoral, como infraestrutura, em detrimento de outras áreas igualmente essenciais, porém com menor visibilidade eleitoral. Dessa forma, este estudo se propõe a analisar se as emendas parlamentares estão sendo direcionadas de maneira a refletir os propósitos estabelecidos pela legislação, contribuindo para uma distribuição de recursos que efetivamente aprimore a qualidade de vida da população, sem se restringir a satisfazer interesses políticos de

curto prazo.

Este trabalho se destaca como uma iniciativa inovadora na literatura brasileira, ao empreender uma análise empírica para medir o impacto das emendas parlamentares do tipo Transferência Especial na disponibilização de bens públicos por governos municipais, uma abordagem ainda inexplorada no contexto nacional. Para alcançar esse objetivo, adotamos o método de mínimos quadrados em dois estágios, visando superar a questão da endogeneidade presente. Fatores políticos variados influenciam o modo como as Emendas Parlamentares são alocadas, o que, por sua vez, afeta a distribuição de recursos pelos prefeitos dentro dos municípios. A fim de mitigar esse viés, recorreremos ao uso de uma variável instrumental, sendo neste estudo escolhido um conjunto de variáveis políticas como instrumento. Entre essas variáveis, destaca-se o índice de Taagepera (1979), que calcula o nível de competitividade eleitoral no Legislativo Federal. A atualização deste índice para o ano de 2022 representa outra significativa contribuição deste estudo à literatura, marcando a primeira revisão desse indicador no Brasil desde 2010. Em resumo, esse estudo não apenas avança no debate acadêmico sobre a eficácia das emendas parlamentares em atender às necessidades locais, mas também fornece uma análise atualizada sobre o nível de competição no cenário político brasileiro.

Os principais resultados do presente estudo indicam que as Emendas PIX são particularmente direcionadas para melhorias na infraestrutura e na segurança. Observou-se que, em 2022, um ano marcado pelo calendário eleitoral, houve um incremento nas transferências proporcionadas por essas emendas. Isso sugere a possibilidade de os prefeitos terem dado preferência a projetos de alta visibilidade, visando favorecer os deputados nas urnas, uma prática que se alinha à teoria dos ciclos econômicos políticos. Este padrão de alocação de recursos evidencia uma estratégia eleitoreira, onde investimentos em áreas estratégicas são utilizados como ferramenta para ganhos políticos, refletindo uma articulação entre as necessidades locais e as aspirações eleitorais dos parlamentares.

Dando sequência, a próxima seção deste trabalho dedica-se a um exame detalhado do histórico das emendas parlamentares no Brasil, com ênfase especial nas de Transferência Especial. Este foco permite uma compreensão aprofundada de como estas emendas, conhecidas pela sua flexibilidade na alocação de recursos para os municípios, se encaixam no panorama mais amplo da política fiscal brasileira. Posteriormente, abordaremos o modelo econométrico adotado para explorar a dinâmica entre as emendas parlamentares e as diversas categorias de despesa pública. Na quarta seção, discutiremos as evidências empíricas obtidas a partir da aplicação do modelo, destacando as implicações práticas dos resultados para a gestão de recursos nos municípios. Por fim, concluiremos o estudo recapitulando os principais achados, refletindo sobre suas implicações para o futuro da política fiscal e da governança municipal no Brasil.

3.2 UM BREVE HISTÓRICO DAS EMENDAS PARLAMENTARES NO BRASIL

A ascensão das emendas parlamentares no Brasil é um fenômeno que ocorre no contexto posterior à redemocratização e é profundamente influenciado pela promulgação da Constituição de 1988. Este documento constitucional estabeleceu um novo marco para a administração fiscal e orçamentária do país, delineando regras mais explícitas para a elaboração do orçamento e expandindo significativamente as prerrogativas do Congresso Nacional em sua formulação e alteração. Notavelmente, a Constituição facultou aos parlamentares a inserção de emendas ao orçamento, permitindo-lhes direcionar recursos para projetos e áreas de interesse específicos.

No início, as emendas parlamentares possuíam apenas um caráter indicativo. Isso significava que, embora os parlamentares pudessem sugerir alocações orçamentárias por meio dessas emendas, o Governo Federal não era obrigado a executá-las. Essa característica conferia ao Executivo uma ampla margem de manobra, possibilitando-lhe escolher quais emendas seriam efetivamente financiadas. Esta flexibilidade era frequentemente utilizada como uma ferramenta de negociação política, permitindo ao Executivo cultivar apoio no Congresso mediante a execução seletiva de emendas parlamentares.

Até o ano de 2014, o sistema de emendas parlamentares no Brasil era estruturado em torno de três categorias principais, refletindo diferentes níveis de atuação e representação no processo orçamentário. Esse sistema contemplava:

1. **Emendas Individuais:** Propostas realizadas por parlamentares de forma isolada. Cada deputado federal e senador tem a prerrogativa de propor emendas ao orçamento que direcionem recursos para projetos e ações específicas, muitas vezes destinadas a atender demandas particulares de suas bases eleitorais. Essas emendas permitem que os legisladores atendam a necessidades locais específicas, representando diretamente os interesses de seus eleitores.
2. **Emendas de Bancada:** Representam solicitações coletivas feitas pelos deputados federais e senadores de cada estado. Essas emendas visam financiar projetos e ações de interesse regional, que beneficiem o estado como um todo ou áreas significativas dentro dele. A lógica por trás das emendas de bancada é fomentar a colaboração entre os membros do Congresso de um mesmo estado, visando a promoção de desenvolvimento regional.
3. **Emendas de Comissão:** Surgem dentro das comissões temáticas do Congresso Nacional, onde grupos de parlamentares focados em áreas específicas de política pública (como saúde, educação, infraestrutura, etc.) propõem emendas que refletem as prioridades identificadas por essas comissões. Essas emendas permitem uma inserção

de questões temáticas e estratégicas no orçamento, promovendo áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento do país

A dinâmica das emendas parlamentares começou a mudar significativamente após 2014, com a introdução do orçamento impositivo pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015. Esta emenda alterou profundamente a natureza das emendas individuais, que deixaram de ser meramente indicativas para se tornarem obrigatórias. Essa mudança legislativa estipulou que 1,2% da receita corrente líquida do país deveria ser destinado obrigatoriamente à execução dessas emendas parlamentares individuais. Um aspecto notável dessa emenda é a determinação de que metade do valor designado para as emendas individuais obrigatórias seja direcionada para financiar ações e serviços públicos de saúde.

A Emenda Constitucional nº 100, promulgada em 2019, representou outro avanço significativo na legislação orçamentária brasileira ao instituir as emendas de bancada com status de execução obrigatória. Essa emenda ampliou o alcance do orçamento impositivo, estabelecido anteriormente para as emendas individuais pela EC 86/2015, ao incluir também as emendas de bancada estadual dentro dessa categoria. A EC 100/2019 especificou uma cota mínima obrigatória de 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) do país para a execução dessas emendas de bancada, garantindo assim um piso para o financiamento de projetos e ações que são de interesse coletivo dos estados. Isso significa que os projetos e programas propostos pelas bancadas estaduais no Congresso Nacional passaram a contar com uma alocação financeira mínima assegurada, permitindo um planejamento mais efetivo e a execução de obras e serviços essenciais para o desenvolvimento regional.

No mesmo ano, a Emenda Constitucional nº 105, estabeleceu as Transferências Especiais, um subgrupo das emendas individuais. Esta nova categoria proporcionou um mecanismo para a transferência direta de recursos do orçamento federal para estados, o Distrito Federal e municípios, dispensando a vinculação desses recursos a projetos ou programas específicos. Contudo existem alguns condicionantes: (i) pelo menos 70% das transferências devem ser aplicadas em despesas de capital e (ii) proibição da destinação do recursos para encargos referentes ao serviço da dívida e também para despesas com pessoal e encargos sociais.

Tal mudança teve como objetivo principal desburocratizar e agilizar o repasse de verbas, permitindo uma aplicação mais rápida e flexível dos recursos federais para satisfazer demandas locais. Ao facilitar o processo de transferência de recursos, a EC buscou simplificar a execução do orçamento, removendo barreiras administrativas que anteriormente retardavam ou complicavam a destinação efetiva dos fundos. Essa abordagem foi projetada para assegurar que os recursos públicos pudessem ser utilizados para atender de maneira rápida as necessidades e prioridades das comunidades regionais. No entanto, essa flexibilização também trouxe preocupações relacionadas ao fenômeno do *pork barrel*, uma prática que envolve a alocação de recursos governamentais para projetos que servem

mais aos interesses políticos dos legisladores do que ao bem público geral. Ao permitir a transferência direta de recursos sem a necessidade de vinculação a projetos específicos, existe o risco de que as Transferências Especiais possam ser utilizadas para fins de favorecimento político, reforçando as dinâmicas de clientelismo e a concentração de benefícios em áreas estratégicas para os parlamentares, em detrimento de uma distribuição de recursos baseada em critérios de necessidade e eficácia.

Por fim, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020 marcou o fortalecimento das emendas de relator, reintroduzindo essa ferramenta no cenário orçamentário com um papel vital na alocação de recursos. As emendas de relator, conhecidas como RP9, trouxeram de volta a possibilidade de alocação discricionária de recursos por parte do relator-geral do orçamento, o que, apesar de potencializar a agilidade na destinação de recursos para áreas prioritárias, também reacendeu discussões sobre a necessidade de maior transparência e justiça na distribuição dos fundos públicos.

Tabela 11 – Emendas Parlamentares no Brasil | 2022

Tipos de Emendas	Valor empenhado	Part. %
Emenda Individuais	10.717,83	42,1
Transferências com Finalidade Definida	7.400,84	29,1
Transferências Especiais	3.316,99	13,0
Emendas de Relator	8.640,94	33,9
Emenda de Bancada	5.791,30	22,7
Emenda de Comissão	308,08	1,2
TOTAL	25.458,16	100,0

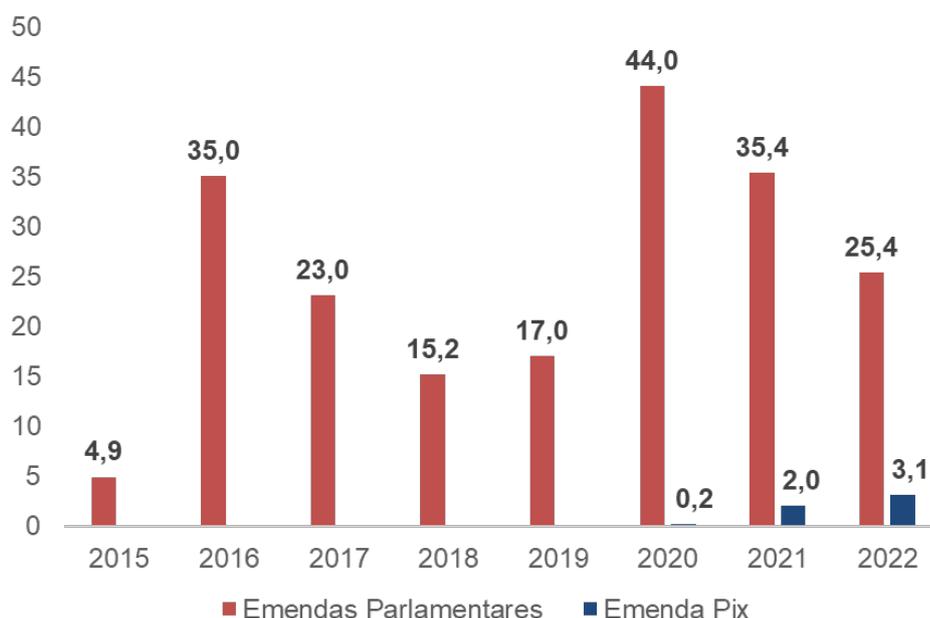
Atualmente no Brasil, quase 43% das Emendas Parlamentares são do tipo Individuais, destas 30,9% são do tipo Transferências Especial (“Emenda Pix”) e quase 70% possuem alguma finalidade definida. Vale destacar que em 2020, a proporção de “Emenda Pix” sobre o total das Emendas Individuais não passava de 7%. A segunda com maior representatividade são as Emendas de Relator, sendo quase 34% do total. Por fim, as emendas de bancada e comissão somam quase 24%. A próxima seção do estudo se dedicará a uma análise das emendas do tipo Transferência Especial, explorando dados estatísticos sobre sua execução. Serão abordados tópicos como o volume de recursos alocados através dessas emendas, a distribuição geográfica dos investimentos e a proporção que ela tomou ao longo do tempo.

3.2.1 As Emendas Parlamentares do tipo Transferências Especial

As Emendas do tipo Transferência Especial passaram a ganhar importância ao longo de seus primeiros três anos de implementação. O crescimento expressivo de mais de 1.500% no valor empenhado por meio dessas emendas destaca a crescente importância que

elas vêm adquirindo como instrumento de alocação de recursos federais diretamente para estados, municípios e o Distrito Federal. Em contraste, as emendas parlamentares totais apresentaram uma redução de 42,3% em termos reais no mesmo período, evidenciando uma reorientação na forma como os recursos orçamentários estão sendo distribuídos. Em 2020, as Transferências Especiais somaram R\$ 3,1 bilhões em valores empenhados, um salto significativo em comparação aos cerca de R\$ 200 milhões empenhados em 2019, o ano de sua implementação. Por outro lado, o montante total empenhado através de todas as categorias de emendas parlamentares experimentou uma diminuição, passando de R\$ 44,0 bilhões em 2020 para R\$ 25,4 bilhões em 2022 (FIGURA 6). O aumento substancial no uso das Transferências Especiais, ao mesmo tempo em que o total de emendas parlamentares diminuiu, sugere uma concentração maior de recursos em uma modalidade que, apesar de sua flexibilidade, requer mecanismos robustos de fiscalização para garantir que os investimentos sejam realizados de forma alinhada com as necessidades públicas de cada município.

Figura 6 – Emendas Parlamentares ao longo dos anos (Em R\$ bilhões | valores reais | IPCA dez/2022)



Fonte: Elaborada pela autora com bases no dados da Controladoria Geral da União

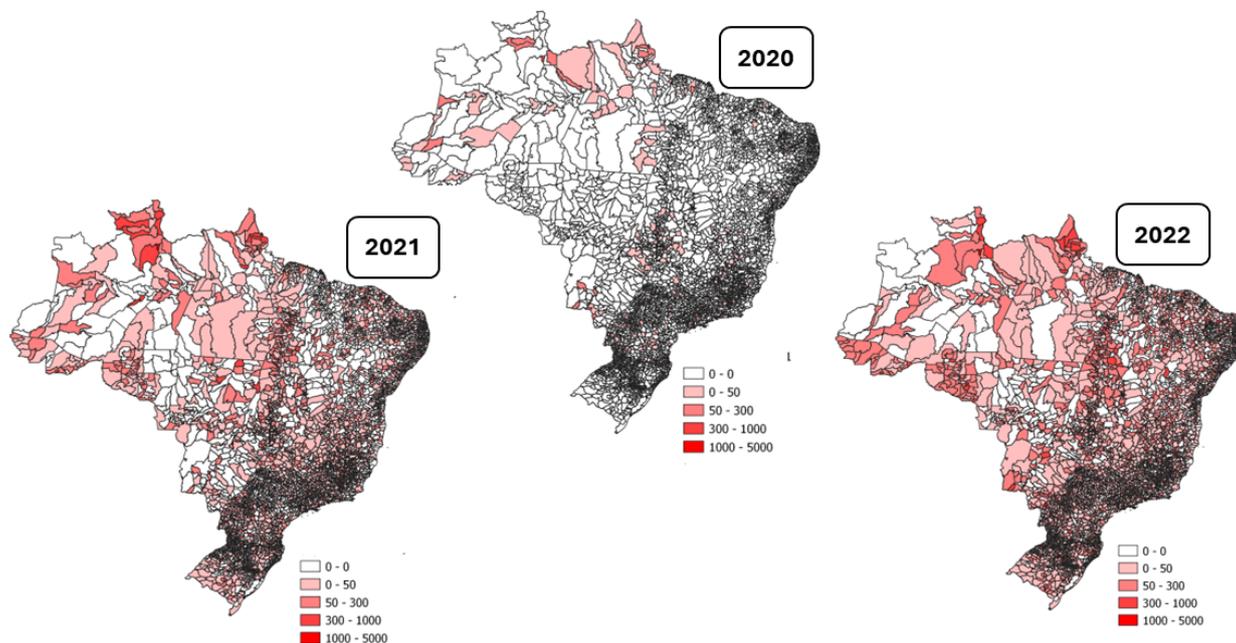
O rápido crescimento na distribuição das emendas do tipo Transferência Especial, desde a sua implementação até 2022, destaca uma mudança significativa na alocação de recursos federais aos municípios brasileiros. A expansão de beneficiários dessas emendas, de 381 municípios em 2020 para 3.927 em 2022, evidencia um aumento expressivo no alcance desses recursos, atingindo a grande maioria dos 5.570 municípios do país. Esse “efeito espraiamento” indica não apenas uma utilização mais ampla das emendas pix, mas também a sua relevância crescente como instrumento para a execução orçamentária no

Brasil.

Entre os anos de 2021 e 2022, a quantia de R\$ 5,1 bilhões distribuída via Transferências Especiais para as prefeituras reflete a importância desse mecanismo na dinâmica fiscal do país. Notavelmente, a região Nordeste recebeu quase 33% desse total, equivalente a R\$ 1,7 bilhão. A análise per capita da distribuição desses recursos, com as regiões Norte e Nordeste recebendo transferências por habitante de R\$ 53,8 e R\$ 30,2, respectivamente, reforça a percepção de que as “emendas pix” estão sendo utilizadas de maneira a contribuir para a redução de disparidades regionais, canalizando mais recursos para áreas que enfrentam desafios socioeconômicos mais acentuados. A destinação preferencial de recursos das emendas pix para estados como Roraima (R\$ 212,4), Amapá (R\$ 177,0), Acre (R\$ 106,8), Tocantins (R\$ 93,9) e Rondônia (R\$ 83,8), que lideram o ranking em termos de recursos recebidos por habitante, reforça um aspecto importante da política fiscal e orçamentária brasileira. Essa distribuição evidencia não apenas a capacidade dessas emendas de atender às necessidades específicas das unidades federativas, especialmente as situadas em regiões historicamente marginalizadas, mas também reflete dinâmicas políticas e eleitorais mais amplas que influenciam a alocação de recursos federais.

O fato de as regiões Norte e Nordeste serem particularmente beneficiadas pelas emendas pix pode ser parcialmente atribuído às estruturas políticas tradicionais que caracterizam essas áreas. Nessas regiões, a presença de “dinastias políticas” — famílias ou grupos que mantêm posições de poder político ao longo de várias gerações — pode desempenhar um papel significativo na capacidade de influenciar a direção dos recursos federais. Tais dinâmicas eleitorais baseadas em laços políticos enraizados e na capacidade de mobilização política podem facilitar a canalização de recursos para projetos e programas que beneficiam essas regiões (FERRAZ; FINAN; MARTINEZ-BRAVO, 2020a).

Figura 7 – Propagação das Emendas do tipo Transferência Especial nos municípios brasileiros



Fonte: Elaborada pela autora com base no dados da Controladoria Geral da União

O fato de quase 50% (R\$ 2,5 bilhões) do total empenhado entre 2022 e 2023 ter sido destinado a cidades com menos de 20 mil habitantes, que somam 3.860 municípios, aponta para uma tendência de direcionamento de recursos significativos para municípios de pequeno porte (TABELA 12). Barra D’Alcântara no Piauí, Bituruna no Paraná e Normandia em Roraima, exemplificam bem essa situação. Com populações que não ultrapassam os 20 mil habitantes, essas cidades receberam montantes consideráveis de recursos federais por meio das emendas parlamentares, destacando-se Barra D’Alcântara com R\$ 12,5 milhões para pouco mais de 3,9 mil habitantes e Bituruna e Normandia com R\$ 20,3 milhões e R\$ 14,6 milhões, respectivamente. A escolha por destinar uma parcela significativa dos recursos a esses municípios menores traz consigo preocupações relativas à capacidade de fiscalização e controle. Estruturas frágeis de controle interno, somadas à distância das principais instâncias de fiscalização, como tribunais de contas, Ministério Público e veículos de imprensa, podem aumentar os riscos de mau uso dos recursos, desvios e até mesmo corrupção.

Tabela 12 – Municípios que receberam as Emendas via Transferência Especial por número de habitantes

População	Número de cidades	Valores empenhados (Em milhões de R\$)
Menos de 5 mil	1324	625,3
De 5 a 10 mil	1171	741,3
De 10 a 20 mil	1365	1.148,9
De 20 a 30 mil	577	587,1
De 30 a 40 mil	316	406,2
De 40 a 50 mil	161	231,2
De 50 a 100 mil	337	500,2
De 100 a 500 mil	278	672,2
Acima de 500 mil	41	163,7
Total	5570	5076,1

Elaborada pela autora com base nos dados da Controladoria Geral da União.

Carapicuíba, no interior de São Paulo, foi o município que recebeu o maior valor de emendas do Tipo Transferência Especial nos últimos dois anos, totalizando R\$ 64,1 milhões para uma população de pouco mais de 387 mil habitantes. Em contraste, a capital do Amapá (Macapá), o segundo município com maior volume recebido, obteve cerca de R\$ 34,3 milhões, que representa pouco mais de 50% do montante destinado a Carapicuíba. A prefeitura com maior valor de emendas per capita foi São Luiz, localizado no Estado de Roraima, menor município do Estado com pouco mais de 7,3 mil habitantes (TABELA 13). Entre 2021 e 2022 foram empenhados na cidade pouco mais de R\$ 33,3 milhões. Santo André na Paraíba somou R\$ 8,9 milhões, sendo que a população não chega a 3 mil habitantes. Segundo relatos feitos no trabalho técnico de Sakai (2023), aponta que São Luiz utilizou parte significativa desses recursos para contratar shows de artistas sertanejos para uma festa típica, apesar de enfrentar problemas de infraestrutura básica, como coleta regular de lixo, afetando um quarto de sua população.

Tabela 13 – 20 Municípios mais receberam Emendas Parlamentares do tipo Transferência Especial em termos per capita

Município	Emenda Pix total (Em R\$ milhões)	População	Emenda Pix per capita (Em R\$)
São Luiz(RR)	33,3	7315	4.556
Santo André(PB)	8,9	2622	3.410
Alto Alegre(RS)	6,0	1800	3.339
Barra D’Alcântara(PI)	12,5	3995	3.133
Jundiá(AL)	8,5	4093	2.086
Irati(SC)	3,6	2069	1.746
Itaubal(AP)	9,1	5599	1.618
Bom Jesus(PB)	3,3	2286	1.426
Ipiranga de Goiás(GO)	3,9	2919	1.335
Bituruna(PR)	20,4	15533	1.310
Pracuúba(AP)	4,8	3803	1.258
Alto Paraíso(PR)	3,8	3055	1.254
Amparo do São Francisco(SE)	2,7	2170	1.229
Davinópolis(GO)	2,3	1902	1.219
Vitória do Jari(AP)	13,6	11291	1.203
Normandia(RR)	14,6	13669	1.068
Caroebe(RR)	11,3	10656	1.061
Cachoeira de Goiás(GO)	1,5	1405	1.038
Talismã(TO)	2,5	2456	998
Brejinho(PE)	7,4	7720	964

Elaborada pela autora com base nos dados da Controladoria Geral da União.

Na análise da distribuição das emendas do tipo Transferência Especial entre 2022 e 2023 sob a perspectiva partidária, o PP (Progressistas) se destaca como o principal distribuidor, com um total de R\$ 455,4 milhões alocados nesses dois anos. Apenas em 2022, o partido realizou 842 transferências para diversos municípios. Outros partidos significativos na distribuição de recursos incluem o PT (Partido dos Trabalhadores), PSL (Partido Social Liberal), PSD (Partido Social Democrático) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro), com valores de R\$ 448,9 milhões, R\$ 443,0 milhões, R\$ 440,8 milhões e R\$ 364,7 milhões, respectivamente. Em contraste, o Partido Novo figura como o que menos distribuiu recursos, totalizando apenas R\$ 1,2 milhão para quatro prefeituras distintas nesse período.

É importante notar que as análises se concentram na atuação partidária como um todo, não por deputado individualmente, já que todos os parlamentares recebem um volume igual de Emendas. O que varia é a quantidade de recursos efetivamente transferidos e o número de municípios beneficiados por essas emendas.

Tabela 14 – Transferências Especiais executados pelos partidos políticos entre 2022 e 2023

Partido	Valor das transferências (Em milhões de R\$)
PP	455,4
PT	448,9
PSL	443,0
PSD	440,8
MDB	364,7
PR	337,1
PSDB	316,3
DEM	296,8
PSB	283,2
PDT	269,1
PRB	248,9
PTB	160,0
SOLIDARIEDADE	128,9
PODE	111,9
PHS	108,1
PSC	107,5
PROS	82,8
PPS	73,1
AVANTE	64,7
PC do B	53,1
PMDB	50,3
PATRIOTA	48,7
REDE	33,0
PRP	29,7
PV	29,3
PTC	27,5
PMN	20,3
PPL	15,6
PL	11,9
PSOL	8,4
DC	5,9
NOVO	1,2

Elaborada pela autora com base nos dados da Controladoria Geral da União.

Na próxima seção, será detalhada a estratégia empírica adotada para quantificar os efeitos das emendas parlamentares do tipo Transferência Especial sobre a provisão de bens públicos. Essa metodologia visa avaliar como a alocação desses recursos influencia a capacidade dos municípios de oferecer serviços essenciais à população, abrangendo áreas como saúde, educação, infraestrutura, segurança, entre outras. A análise incorporará técnicas estatísticas e modelos econométricos que permitam isolar o impacto dessas emendas, considerando variáveis de controle relevantes que possam afetar a provisão de bens públicos.

3.3 METODOLOGIA

O objetivo deste estudo é examinar o impacto das Emendas Parlamentares do tipo Transferência Especial sobre os gastos públicos municipais, abrangendo diversas categorias orçamentárias. Analisamos os gastos realizados pelos municípios no ano de 2022, período caracterizado por um significativo aumento nas transferências voluntárias para os municípios e por um alargamento no número de municípios beneficiados por esses recursos, o que expandiu consideravelmente a amostra investigada. A seguinte equação consiste na representação econométrica simples, o qual se busca captar o efeito das Transferências Especiais nos diferentes níveis de gasto público:

$$G_m = \beta_0 + \beta_1 TE_m + \phi' X_m + \epsilon_m \quad (3.1)$$

Sendo G_m o logaritmo do gasto público conforme sua função orçamentária; TE_m o logaritmo das Emendas Parlamentares do tipo Transferência Especial; X_m o vetor de covariadas independentes do município m e ϵ_m o termo de erro idiossincrático. Nesse modelo, o parâmetro de interesse é β_1 , contudo, ele é viesado e inconsistente, pois $E[\epsilon_m | TE_m; X_m] \neq 0$, ou seja, existem fatores não observados que influenciam a tomada de decisão dos membros da Câmara Baixa no momento da decisão de quanto transferir de recursos para os municípios e, conseqüentemente, as decisões dos *policymakers* sobre a maneira de alocar os recursos públicos dentro do seu município. Dessa maneira, acreditamos que há um potencial viés de endogeneidade entre a quantidade de emendas parlamentares recebidas pelo município e o tipo de gasto público realizado, o que impossibilitaria a estimação da Equação 3.1 em Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

A hipótese central desse estudo é a de existe fatores políticos, concentrados em ϵ_m , que exercem influência significativa na distribuição de recursos para Transferências Especiais. Exemplos anedóticos evidenciam essa dinâmica, como o observado no município de Carapicuíba, em São Paulo. Em 2022, Carapicuíba foi o município que mais recebeu emendas parlamentares, totalizando R\$ 31,3 milhões. Os deputados federais Alexandre Frota (PROS), Milton Vieira (Republicanos) e Marco Feliciano (PL) foram os principais responsáveis por essas transferências, com valores de R\$ 4,5 milhões, R\$ 5,7 milhões e R\$ 6,0 milhões, respectivamente. Esses parlamentares têm em comum o fato de considerarem a cidade como um de seus principais redutos eleitorais no estado. Para Frota e Milton Vieira, Carapicuíba corresponde a quase 2,0% do total de seus votos, com Frota recebendo cerca de 1,5 mil votos e Vieira, 3,0 mil votos no município. Como mencionado anteriormente, duas cidades se destacaram na distribuição per capita das Transferências Especiais: Santo Luiz, em Roraima, e Barra D'Alcântara, no Piauí, com valores de R\$ 2,5 mil e R\$ 1,8 mil por habitante, respectivamente. Em Santo Luiz, o deputado Ottaci Nascimento foi responsável por um volume significativo de transferências, destinando quase R\$ 6,7 milhões para o

município. Esse Deputado, conquistou 796 dos 3,7 mil votos para Deputado Federal na cidade, representando 21,7% do eleitorado. Já em Barra D'Alcântara, a deputada Marina Santos investiu cerca de R\$ 7,0 milhões, angariando 528 dos 2.051 votos do município em 2018, o que equivale a aproximadamente 25,7% dos votos. Ao que tudo indica, esses episódios reforçam as evidências empíricas de que os deputados federais tendem a direcionar recursos para os municípios que lhes deram maior suporte eleitoral em pleitos anteriores, conforme aponta o estudo de Firpo, Ponczek e Sanfelice (2015).

Considerando essa raciocínio, a identificação correta do efeito causal entre as Emendas Parlamentares do tipo Transferências Especiais e o tipo de gasto público executado pelo município pode ser obtida caso seja possível explorar variáveis exógenas que exerçam influências sobre a tomada de decisão dos Parlamentares sobre o quanto distribuir de recursos para o município mas, que não tenham correlação com as decisões dos prefeitos sobre a forma de alocar os recursos dentro do município. O desafio do presente estudo foi de elencar elementos políticos que servissem como instrumentos para as Emendas parlamentares do Transferências Especiais e que não estivesse correlacionada com a variável de interesse, ou seja, era preciso que $cov(Z, TE_m) \neq 0$, sendo Z as variáveis instrumentais. Dessa forma, elencou-se três variáveis políticas que em conjunto formaram o instrumento para as Emendas Parlamentares do tipo Transferência Especial.

Uma das variáveis que compuseram o conjunto de instrumentos foi o Índice de Competição Eleitoral no Legislativo (Tg_m), proposto por Taagepera (1979). Esse índice mensura a intensidade da competição eleitoral nos municípios durante as eleições para Deputado Federal. Leva em consideração fatores como a distribuição de votos e busca compreender a importância decisiva desses municípios no processo eleitoral. A escolha desse índice como instrumento baseia-se na premissa de que, em municípios com eleições acirradas para o Legislativo Federal, onde há um equilíbrio significativo na distribuição de votos, os Deputados precisam investir mais recursos financeiros para conquistar uma quantidade expressiva de eleitores. De forma que, as disputas eleitorais dentro do Legislativo não são fontes de influência sobre a maneira como o prefeito aloca seus recursos dentro das suas cidades.

O índice de desequilíbrio eleitoral na cidade m , denominado índice T_m e proposto por Taagepera (1979) é calculado da seguinte forma:

$$T_m = \frac{\sum_{i=1}^{\infty} \frac{(P_{i,m} - P_{i+1,m})}{i} - H_m^2}{\sqrt{H_m} - H_m^2} \quad (3.2)$$

Onde $P_{i,m}$ representa o percentual de votos do i -ésimo candidato à Câmara dos Deputados Federais no município m e H_m é o índice de Herfindahl-Hirschman na cidade m . Destaca-se que o segundo índice foi calculado através da seguinte fórmula: $H_m = \frac{\sum_i V_{i,m}^2}{(\sum_i V_{i,m})^2}$, em que $V_{i,m}$ é o número de votos recebido pelo candidato a Deputado Federal (i) no

município m . Os valores do índice T_m pertencem ao intervalo $[0, 1]$, um valor mais próximo de 1 indica menor acirramento na competição, sugerindo eleições com resultados mais previsíveis ou a dominância de um candidato ou partido. Vale mencionar que o cálculo da primeira parte do numerador da equação, é necessário ordenar de forma decrescente a votação dos candidatos em cada um dos municípios. Como base de dados para calcular T_m , utilizou-se as informações do Tribunal Superior Eleitoral referente à eleição de 2018, considera-se que a tomada de decisão do Deputado sobre o quanto transferir para cada município parte dos dados referentes à última eleição.

O índice T_m é um parâmetro ainda pouco abordado na literatura acadêmica brasileira, com apenas um número limitado de estudos dedicados ao cálculo desse índice para os municípios do país. A tentativa mais recente de atualização do índice para as cidades brasileiras ocorreu no trabalho de Marciniuk, Bugarin e Ferreira (2020), que focou nas eleições federais de 2010 — o mesmo período analisado por Silva (2013). Além disso, há esforços pontuais para calcular o T_m em escala regional, como o estudo de Carneiro e Schmitt (1995), que determinou o índice para os municípios do Rio de Janeiro em 1994, e o de Silva, Biderman e Filho (2009), que realizou um cálculo semelhante para os municípios de São Paulo nas eleições municipais de 1994 a 2006. Dessa forma, considerando a ausência de pesquisas abrangendo o intervalo temporal deste estudo, a elaboração do índice T_m representa uma contribuição original desta pesquisa. As estatísticas descritivas relacionadas ao índice podem ser encontradas no Apêndice A, fornecendo um panorama detalhado e atualizado sobre a aplicação e relevância deste índice no contexto municipal brasileiro.

A segunda variável utilizada como instrumento neste estudo foi um indicador de interesse popular, calculado pela proporção entre os votos válidos e a soma dos votos brancos e nulos nas eleições gerais anteriores, especificamente as de 2018. Essa medida busca capturar o nível de engajamento eleitoral, partindo do pressuposto de que os votos brancos e nulos, embora possam ser vistos como uma expressão de protesto contra o sistema político ou seus representantes, também servem como indicativos de desinteresse político ou falta de informação sobre os candidatos, conforme destacado por Marciniuk, Bugarin e Ferreira (2020). Portanto, essa razão entre votos válidos e não válidos é empregada para estimar o interesse e a participação popular no processo eleitoral, funcionando como uma *proxy* para avaliar o nível de informação e envolvimento dos eleitores com a política.

$$part.pop_m = 100 * \left(\frac{Votos_{vm}}{Votos_{bm} + Votos_{nm}} \right) \quad (3.3)$$

Sendo $Votos_{vm}$ a quantidade de votos válidos nas Eleições Gerais de 2018 no município m , $Votos_{bm}$ a quantidade de votos brancos e $Votos_{nm}$ a quantidade de votos nulos. A decisão de incluir essa variável específica como um instrumento em nossa análise deriva de evidências empíricas que demonstram o papel significativo da participação popular, refletindo o engajamento e a participação cívica dos eleitores, no fomento às

transferências voluntárias. Esta observação está alinhada com os resultados encontrados por Marciniuk e Bugarin (2019), assim como os apontamentos de Schneider e Bugarin (2020), que identificaram que o incremento na participação política dos eleitores de baixa renda — estimulada pela implementação das urnas eletrônicas — incentivou os legisladores federais a direcionarem mais recursos federais para municípios com uma representação significativa dessa parcela da população. Segundo Marciniuk e Bugarin (2019), essa correlação se estabelece porque o aumento do financiamento público induz os municípios a expandirem os investimentos em setores que são de interesse direto desse grupo de eleitores, como saúde e educação, demonstrando assim a influência direta da participação eleitoral nas políticas públicas locais.

A última variável utilizada como instrumento foi escolhida a fim de captar a afinidade partidária entre o Executivo Municipal e o Legislativo Federal. A inclusão dessa variável visa enfatizar os resultados encontrados na pesquisa Marciniuk, Bugarin e Ferreira (2020) que evidencia que municípios com afinidades partidárias com o Legislativo Federal tendem a ser favorecidos com mais recursos do que aqueles sem tal conexão. Após a vitória de um partido nas eleições municipais para prefeito, há um aumento nas emendas parlamentares direcionadas e efetivamente implementadas por legisladores desse partido nos anos subsequentes, conforme descrito por Barone (2014). Essa estratégia sublinha a importância da congruência partidária entre os níveis municipal e federal na obtenção de recursos via emendas parlamentares, reforçando a percepção de que a cooperação intergovernamental e as alianças políticas desempenham um papel crucial na distribuição de fundos federais aos municípios.

$$part.emen_m = 100 * \left(\frac{emen_{cm}}{emen_{Tm}} \right) \quad (3.4)$$

Considerando $emen_{cm}$ como o valor total das emendas parlamentares do tipo Transferência Especial alocadas ao município m por parlamentares afiliados ao mesmo partido do prefeito, e $emen_{Tm}$ como o valor total de emendas parlamentares do tipo Transferência Especial recebidas por cada município m .

Por fim, para reforçar que as variáveis políticas escolhidas possuem influência sobre TE_m , ou seja, $cov[Z_m; TE_m] \neq 0$, regrediu-se os instrumentos sobre a variável de interesse, por meio de um Modelo de Mínimos Quadrados Ordinário. Conforme detalhado no Apêndice B, observa-se que todas as variáveis escolhidas são significativas e influenciam a alocação de recursos parlamentares. Por exemplo, um aumento no índice Taagepera, refletindo uma menor competitividade eleitoral para o cargo de Deputado Federal no município, está associado a uma redução no volume de recursos alocados para ele. E quanto mais engajado politicamente é o município, menor é o esforço que o deputado precisa realizar para dispor de uma base política mais ampla.

Em resumo, a estrutura básica que será estimada com o método de variáveis instrumentais será a de Mínimos Quadrado de Dois Estágio (MQ2E), que é colocada em termos formais pelas seguintes equações:

$$TE_m = \gamma_0 + \gamma_1 Tg_m + \gamma_2 part.pop_m + \gamma_3 part.emen_m + \gamma' X_m + \psi_m \quad (3.5)$$

$$G_m = \beta_0 + \beta_1 \widehat{TE}_m + \phi' X_m + \epsilon_m \quad (3.6)$$

Onde Tg_m , $part.pop_m$ e $part.emen_m$, conjuntamente, compõem os instrumentos de TE_m e X_m são as mesmas covariadas da Equação 3.1. Como já ressaltado, assume-se que $cov[Z_m; TE_m] \neq 0$ e $cov[Z_m; \epsilon_m] = 0$, sendo Z_m o conjunto de variáveis instrumentais. Dessa forma, as variáveis instrumentais precisam estar correlacionadas com o regressor endógeno, o qual deve afetar a variável dependente apenas por esse mecanismo.

No modelo de Mínimo Quadrados de Dois Estágios (MQ2E), estima-se primeiro a Equação 3.5, o qual se instrumentaliza o regressor endógeno e utiliza essa projeção, \widehat{TE}_m , na equação 3.6. Como se supõe que $cov[Z_m; \epsilon_m] = 0$, então pode-se argumentar que $cov[Z_m; \widehat{TE}_m] = 0$. Portanto, a Equação 3.6 entrega estimativas não viesadas de β_1 .

Na subsequente subseção, detalharemos os diversos tipos de gastos públicos que serviram como variável dependente. Além disso, discutiremos as variáveis de controle, denotadas em X_m . É fundamental considerar que, além das transferências discricionárias de recursos públicos, uma série de variáveis sociais e econômicas influenciam as decisões do Executivo Municipal no que tange à expansão das despesas públicas. Por tal motivo, essas variáveis adicionais são essenciais e, portanto, serão incluídas no modelo econométrico. Este enfoque permite uma avaliação mais precisa e abrangente dos fatores que determinam os gastos públicos, assegurando que o modelo reflita com maior fidelidade a complexidade das políticas fiscais municipais.

3.3.1 Variáveis de interesse

A ausência de fiscalização por parte do Tribunal de Contas da União (TCU) abre espaço para que esses recursos das Emendas PIX possam não ser alocados de maneira a atender de forma equitativa às diversas funções orçamentárias previstas. Diante desse cenário, o presente estudo se propôs a analisar os principais gastos públicos municipais, abrangendo áreas sociais e de infraestrutura, com o objetivo de verificar se os recursos provenientes das Emendas Parlamentares do tipo Transferência Especial estão sendo efetivamente direcionados para a provisão de bens e serviços públicos essenciais à população. Os gastos analisados incluem: segurança pública (*log.seguranca*), assistência social (*log.assistencia*), saúde (*log.saude*), educação (*log.educacao*), infraestrutura

(*log.infraestrutura*), urbanismo (*log.urbanismo*), transporte (*log.transporte*), desporto e lazer (*log.lazer*), com dados coletados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (FINBRA) referentes ao ano de 2022. Importante ressaltar que os valores desses gastos foram transformados em logarítmicos para a análise, a fim de que os dados sejam normalizados, facilitando assim a interpretação e a comparação entre variáveis de diferentes magnitudes.

3.3.2 Variáveis de controle

A primeira variável adotada para controle neste estudo é a Receita Corrente Líquida (*RCL*) dos municípios, apurada em 2022. Esta é definida pela diferença entre a Receita Total do município e as Transferências obrigatórias que devem ser feitas tanto à União quanto à respectiva Unidade da Federação. Os dados foram obtidos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), sob a gestão da Secretaria do Tesouro Nacional. Ademais, incorporou-se ao modelo as Transferências Constitucionais da União para os municípios brasileiros (*Transf.obrig*) referentes a 2022. Entre as transferências mais significativas da União, incluem-se: o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o IPI-Exportação, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE-Combustíveis), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Royalties, e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), com informações recolhidas do Tesouro Nacional. A inclusão dessas duas variáveis pressupõe uma correlação positiva com os gastos públicos municipais, sugerindo que, quanto maior o caixa dos municípios, maior é a sua capacidade de incrementar despesas. Este raciocínio alinha-se à expectativa de que recursos financeiros mais robustos proporcionam aos municípios uma maior flexibilidade para ampliar investimentos e serviços públicos.

Outra variável crucial para analisar as variações nos gastos públicos é o Produto Interno Bruto (PIB) do município (*pib.mun*). A lógica subjacente é que, quanto maior o crescimento econômico do município, entendido como um aumento da atividade produtiva, maior será a sua capacidade de arrecadação e, por consequência, maior será o seu potencial de gasto público, conforme discutido por Nakaguma e Bender (2006). Além disso, foi necessário incorporar a variável que representa a população municipal (*pop.mun*), visto que um maior contingente populacional implica em uma demanda ampliada por serviços públicos, exigindo um esforço adicional do Estado na oferta desses bens, como indicam estudos de Videira e Mattos (2011a) e Nunes (2017). Tanto os dados do PIB municipal quanto os da população foram extraídos das bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A inclusão dessas variáveis no modelo visa proporcionar um entendimento mais abrangente sobre como o dinamismo econômico e demográfico influencia diretamente na capacidade e nas necessidades de investimento dos municípios em serviços e infraestrutura públicos.

É importante destacar que todas as variáveis econômicas citadas ao longo dos parágrafos foram convertidas para o logaritmo natural, com o objetivo de mitigar problemas de heterocedasticidade. Portanto, dado que as variáveis de interesse também foram transformadas em logaritmo, suas relações podem ser interpretadas em termos de elasticidades.

Foram incluídas no modelo duas variáveis de natureza política, uma relacionada ao processo de reeleição (*reeleição*) e outra referente à ideologia partidária (*ideologia*) do prefeito do município. A variável *reeleição* é uma dummy que assume valor 1 quando o prefeito está apto a concorrer a uma nova eleição e zero em caso contrário. A inserção dessa variável visa investigar se a possibilidade de um prefeito permanecer no cargo por mais um mandato incentiva a implementação de políticas ou ações que favoreçam o eleitorado de maneira que tal prática pode não ser evidente caso o prefeito não esteja em condições de se reeleger. Esta hipótese é sustentada por diversos estudos, incluindo Nakaguma e Bender (2006), Novaes e Mattos (2010), Marciniuk e Bugarin (2019) e Marciniuk, Bugarin e Ferreira (2020). Essa informação foi obtida da base de dados do Tribunal Superior Eleitoral, relativa às eleições de 2020.

A segunda variável, *ideologia*, serve como um indicador da orientação ideológica de cada prefeitura no Brasil. Esse indicador foi originalmente desenvolvido no estudo de Power e Zucco (2009) e posteriormente atualizado em Zucco e Power (2023). Os autores avaliaram as posições ideológicas dos partidos políticos com base em pesquisas de opinião realizadas com congressistas brasileiros, onde estes indicavam sua posição em um espectro político. As posições ideológicas são dispostas em um intervalo $[-1,1]$, valores negativos indicam uma inclinação à esquerda ideológica, enquanto valores positivos apontam para a direita. De acordo com os resultados apresentados por BROLLO e NANNICINI (2012), observa-se que municípios alinhados com a coalizão presidencial tendem a beneficiar-se de um volume maior de transferências. Assim, quando há uma sintonia ideológica entre o partido do Presidente e do Prefeito, esses municípios podem experimentar uma alocação de recursos mais generosa. A inserção dessas variáveis políticas na análise visa fornecer uma compreensão aprofundada de como fatores políticos e eleitorais moldam as políticas de alocação de recursos pelos governos municipais, destacando a relevância das relações intergovernamentais e do alinhamento político nas estratégias de financiamento e desenvolvimento local.

A composição social das cidades exerce influência significativa sobre os gastos públicos municipais. Por esse motivo, foram incorporadas ao modelo variáveis de controle que refletem aspectos sociais importantes: Taxa de Analfabetismo (*analfabetismo*), Expectativa de vida ao nascer (*exp.vida*) e a razão dependência (*razão.dep*). Esta última é definida pela proporção entre o número de crianças (população menor de 14 anos) e idosos (população acima de 65 anos) em relação à população em idade ativa (entre 15 e 64 anos) no município. Todas essas variáveis foram obtidas do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE), baseando-se nos dados mais recentes disponíveis. Enquanto as informações sobre analfabetismo e expectativa de vida datam de 2010, a Razão de Dependência foi calculada a partir dos dados demográficos do censo de 2020. A inclusão dessas variáveis visa capturar como indicadores de educação, saúde e demografia afetam a alocação dos recursos públicos. A expectativa é que municípios com maiores taxas de analfabetismo e menor expectativa de vida demandem investimentos significativos em educação e saúde. Simultaneamente, uma alta Razão de Dependência pode indicar a necessidade de mais gastos em programas sociais e infraestrutura para atender às necessidades de uma população com maior proporção de dependentes. Essa abordagem permite uma análise mais aprofundada dos determinantes dos gastos públicos, considerando as particularidades sociais que cada município apresenta.

Incluimos no estudo um conjunto de variáveis destinadas a analisar o impacto das características pessoais de cada prefeito sobre as decisões de política fiscal nos municípios. Essas variáveis abrangem: idade (*idade*), gênero (*gênero*), grau de instrução (*escolaridade*), estado civil (*estado.civil*) e ocupação (*ocupacao*). A seleção desses atributos pessoais visa compreender como a diversidade de perfis dos gestores municipais pode influenciar na alocação de recursos e na priorização de determinadas áreas de gastos públicos. Acredita-se que fatores como a experiência de vida, refletida na idade, perspectivas diferenciadas que podem surgir a partir do gênero, o nível de conhecimento formal, o status social indicado pelo estado civil e a experiência profissional Marciniuk, Bugarin e Ferreira (2020), indicada pela ocupação, possam ter efeitos distintos na forma como cada prefeito aborda as necessidades do município e decide sobre os investimentos públicos. Essas variáveis foram coletadas a partir dos dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), referentes à última eleição municipal, ocorrida em 2020.

Por último, a fim de considerar os efeitos das disparidades regionais no Brasil, foram incluídas no modelo variáveis dummy para cada uma das cinco regiões brasileiras: Norte, Sul, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste. Essa estratégia permite isolar e avaliar o impacto das características socioeconômicas, culturais e políticas específicas de cada região nas decisões de política fiscal dos municípios. A diversidade regional do Brasil, que abrange desde diferenças climáticas até variações no desenvolvimento econômico e na estrutura social, pode influenciar significativamente a capacidade de arrecadação dos municípios, as necessidades de gastos públicos e as prioridades políticas.

3.4 RESULTADOS

Este estudo tem como objetivo avaliar o impacto das emendas parlamentares do tipo Transferência Especial na oferta de bens públicos pelos municípios brasileiros. Procedeu-se à estimação da equação 3.6, onde cada G_m simboliza os diversos tipos de despesas públicas realizadas pelo governo municipal. Os achados dessa análise são apresentados nas

Tabelas 15,16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22, cada uma abordando uma das oito categoria de G_m elencadas como variáveis de interesse. As tabelas de resultados exibem seis colunas, começando por uma regressão simplificada, contendo apenas as variáveis de interesse, e gradualmente incorporando variáveis de controle: (1) modelo inicial sem controles, apenas com os instrumentos; (2) adição de controles regionais; (3) inclusão de variáveis relacionadas às características dos prefeitos; (4) integração de variáveis econômicas e fiscais; (5) acréscimo de variáveis sociodemográficas; (6) modelo completo com a inclusão de variáveis políticas. Esta abordagem metodológica visa quantificar o impacto de diferentes grupos de covariáveis na robustez do modelo. As estimações completas, incluindo todas as variáveis de controle, estão disponíveis nos Apêndices.¹

Os resultados deste estudo, em cada uma das Tabelas, são apresentados em dois painéis distintos, A e B, para facilitar a análise e a interpretação das estimações. No Painel A, detalhamos o segundo estágio da estimação pelo método de Mínimos Quadrados de Dois Estágios (MQ2E), onde as emendas parlamentares são consideradas variáveis endógenas e, portanto, são instrumentalizadas. Vale lembrar que a variável endógena é instrumentalizada por um conjunto de três instrumentos como o índice de desequilíbrio eleitoral, um indicador de interesse popular e a proporção de Transferências Especiais oriundas de parlamentares que compartilham a afiliação partidária com o Executivo estadual. Já no Painel B, apresentamos as estimações de primeiro estágio, nas quais os instrumentos funcionam como variáveis dependentes, sendo a variável de interesse as emendas parlamentares do tipo Transferência Especial. Este painel também revela os resultados do teste F para instrumentos excluídos, que avalia se os instrumentos empregados são considerados fracos, isto é, se possuem pouca capacidade de explicar a variação da variável endógena de interesse.

Antes de prosseguir com as análises utilizando o método de mínimos quadrados em dois estágios (MQ2E), é essencial realizar uma avaliação preliminar das estimativas por meio do método de mínimos quadrados ordinários (MQO). Este passo inicial tem como objetivo identificar possíveis distorções resultantes da não consideração da endogeneidade nas análises. Para tal, aplicamos as equações destinadas ao MQ2E, substituindo o instrumento pelo logaritmo natural das Emendas Parlamentares. Os pormenores e os achados desta etapa preliminar são detalhados nos Apêndices. De maneira geral, observou-se que a utilização do MQO tende a subestimar os efeitos reais das emendas parlamentares sobre a alocação de recursos públicos. Frequentemente, apesar de o coeficiente estimado apresentar-se positivo, sua magnitude é, paradoxalmente, menor do que a esperada, especialmente nos investimentos em saúde e educação. Adicionalmente, no que tange aos investimentos em infraestrutura, apesar de a magnitude ser a antecipada, os valores obtidos através do

¹Vale destacar que foi teste de endogeneidade para aqueles modelos em que os instrumentos foram significativos. Para a Infraestrutura o valor foi: $Durbin(score)chi2(1) = 3,0795(p = 0,0793)$ e $Wu - HausmanF(1,5375) = 3,0687ep = 0,0799$. Para a Segurança o valor foi: $Durbin(score)chi2(1) = 3,8809(p = 0,0488)$ e $Wu - HausmanF(1,5375) = 3,8678ep = 0,0493$

MQO são significativamente inferiores aos estimados pelo MQ2E.

Tabela 15 – Regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágio, sendo a variável dependente as despesas públicas com Infraestrutura

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
PAINEL A: REGRESSÕES DE SEGUNDO ESTÁGIO						
Variável dependente: log do gasto público com infraestrutura						
<i>Z</i>	0,1491 (0,0376)***	0,1570 (0,0361)***	0,1511 (0,0359)***	0,0728 (0,0347)**	0,0738 (0,0353)**	0,0766 (0,0350)**
<i>RCL</i>	-	-	-	1,1733 (0,3310)***	1,1563 (0,3310)***	1,1561 (0,3309)***
<i>Transf.obrig</i>	-	-	-	0,0410 (0,3115)	0,1258 (0,3142)	0,1320 (0,3142)
<i>pib.mun</i>	-	-	-	0,2575 (0,1460)*	0,1535 (0,1545)	0,1495 (0,1546)
<i>pop.mun</i>	-	-	-	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)
<i>exp.vida</i>	-	-	-	-	0,0070 (0,0240)	0,0071 (0,0240)
<i>razão.dep</i>	-	-	-	-	-0,0105 (0,0165)	-0,0097 (0,0165)
<i>analfabetismo</i>	-	-	-	-	-0,0250 (0,0140)*	-0,0251 (0,0140)*
<i>Ideologia</i>	-	-	-	-	-	0,2289 (0,1928)
<i>reeleicao</i>	-	-	-	-	-	0,0821 (0,1749)
<i>Constante</i>	11,2313 (31,6400)***	11,7033 (0,3198)***	10,0638 (0,6637)***	-12,2446 (2,2894)***	-11,4549 (3,0523)***	-11,6427 (3,0563)***
Dummys de regiões	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Caract.dos prefeitos	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
PAINEL B: REGRESSÕES DE PRIMEIRO ESTÁGIO						
Variável dependente: log das Transferências Especiais						
<i>T</i>	-1,2803 (0,3906)***	-0,7187 (0,3864)*	-0,7519 (0,3873)*	-0,5561 (0,3888)	-0,5731 (0,3883)	-0,5587 (0,3881)
<i>part.pop</i>	-0,0554 (0,0073)***	-0,0700 (0,0077)***	-0,0707 (0,0078)***	-0,0429 (0,0089)***	-0,0375 (0,0089)***	-0,0389 (0,0090)***
<i>part.emen</i>	0,0540 (0,0023)***	0,0557 (0,0023)***	0,0558 (0,0023)***	0,0560 (0,0023)***	0,0556 (0,0023)***	0,0559 (0,0023)***
Obs	5485	5485	5485	5397	5397	5397
Estatística F	199,14	222,62	222,52	207,46	202,98	204,47
Prob> F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaborada pela autora. **Nota:** A Estatística F é para os instrumentos excluídos. Os Desvios-padrões estão entre parênteses. Níveis de significância: *p<0,1, **p<0,05, ***p<0,001.

Tabela 16 – Regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágio, sendo a variável dependente as despesas públicas com Saúde

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
PAINEL A: REGRESSÕES DE SEGUNDO ESTÁGIO						
Variável dependente: log do gasto público com saúde						
<i>Z</i>	0,0433 (0,0200)**	0,0530 (0,0192)***	0,0506 (0,01912)***	0,0040 (0,0149)	0,0044 (0,015)	0,0032 (0,0150)
<i>RCL</i>	-	-	-	0,9505 (0,1417)***	0,9459 (0,1417)***	0,9442 (0,1416)***
<i>Transf.obrig</i>	-	-	-	-0,0717 (0,1333)	-0,0491 (0,1345)	-0,0516 (0,1344)
<i>pi.b.mun</i>	-	-	-	0,0861 (0,0625)	0,0568 (0,0662)	0,0600 (0,0662)
<i>pop.mun</i>	-	-	-	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)
<i>exp.vida</i>	-	-	-	-	-0,0008 (0,0103)	-0,0010 (0,0103)
<i>razão.dep</i>	-	-	-	-	-0,0016 (0,0070)	-0,0020 (0,0071)
<i>analfabetismo</i>	-	-	-	-	-0,0088 (0,0060)	-0,0088 (0,0060)
<i>Ideologia</i>	-	-	-	-	-	-0,1219 (0,0825)
<i>reeleicao</i>	-	-	-	-	-	-0,0886 (0,0748)
<i>Constante</i>	15,8381 (83,7700)***	15,7920 (0,1704)***	14,7445 (0,3543)***	-0,4463 (0,9800)	-0,0296 (1,3067)	0,0918 (1,3078)
Dummys de regiões	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Caract.dos prefeitos	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
PAINEL B: REGRESSÕES DE PRIMEIRO ESTÁGIO						
Variável dependente: log das Transferências Especiais						
<i>T</i>	-1,2803 (0,3906)***	-0,7187 (0,3864)**	-0,7519 (0,3873)*	-0,5561 (0,3888)	-0,5731 (0,3883428)	-0,5587 (0,3881252)
<i>part.pop</i>	-0,0554 (0,0073)***	-0,0700 (0,0077)***	-0,0707 (0,0078)***	-0,0429 (0,0089)***	-0,0375 (0,0089)***	-0,0389 (0,0089)***
<i>part.emen</i>	0,0540 (0,0023)***	0,0557 (0,3048)***	0,0558 (0,0022)***	0,0560 (0,0023)***	0,0556 (0,0023)***	0,0559 (0,3764)***
Obs	5485	5485	5485	5397	5397	5397
Estatística F	199,14	222,62	223,52	207,46	202,98	204,47
Prob> F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaborada pela autora. **Nota:** A Estatística F é para os instrumentos excluídos. Os Desvios-padrões estão entre parênteses. Níveis de significância: *p<0,1, **p<0,05, ***p<0,001.

Tabela 17 – Regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágio, sendo a variável dependente as despesas públicas com Educação

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
PAINEL A: REGRESSÕES DE SEGUNDO ESTÁGIO						
Variável dependente: log do gasto público com educação						
<i>Z</i>	0,0616 (0,0203)***	0,0638 (0,0195)***	0,0613 (0,0194)***	0,0124 (0,01490)	0,0134 (0,0151)	0,0123 (0,0150)
<i>RCL</i>	-	-	-	0,7786 (0,1421)***	0,7768 (0,1421)***	0,7753 (0,1420)***
<i>Transf.obrig</i>	-	-	-	0,2883 (0,1337)**	0,2919 (0,1349)**	0,2895 (0,1348)**
<i>pi.b.mun</i>	-	-	-	0,0350 (0,0627)	0,0259 (0,0663)	0,0288 (0,0663)
<i>pop.mun</i>	-	-	-	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)
<i>exp.vida</i>	-	-	-	-	-0,0082 (0,0103)	-0,0084 (0,0103)
<i>razão.dep</i>	-	-	-	-	0,0047 (0,0071)	0,0043 (0,0071)
<i>analfabetismo</i>	-	-	-	-	-0,0088 (0,0060)	-0,0088 (0,0060)
<i>Ideologia</i>	-	-	-	-	-	-0,1148 (0,0827)
<i>reeleicao</i>	-	-	-	-	-	-0,0797 (0,0750)
<i>Constante</i>	15,8481 (0,1919)***	16,1447 (0,1725)***	15,0839 (0,3588)***	-2,6541 (0,9827)***	-1,9915 (1,3104)*	-1,8788 (1,3114)
Dummys de regiões	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Caract.dos prefeitos	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
PAINEL B: REGRESSÕES DE PRIMEIRO ESTÁGIO						
Variável dependente: log das Transferências Especiais						
<i>T</i>	-1,2803 (0,3906)***	-0,7187 (0,3864)*	-0,7519 (0,3873)*	-0,5561 (0,3888)	-0,5731 (0,3883)	-0,5587 (0,3881)
<i>part.pop</i>	-0,0554 (0,0073)***	-0,0700 (0,0077)***	-0,0707 (0,0078)***	-0,0429 (0,0089)***	-0,0375 (0,0090)***	-0,0389 (0,0090)***
<i>part.emen</i>	0,0540 (0,0023)***	0,0557 (0,3048)***	0,0558 (0,0023)***	0,0560 (0,0023)***	0,0556 (0,0023)***	0,0559 (0,3764)***
Obs	5485	5485	5485	5397	5397	5397
Estatística F	199,14	222,62	223,52	207,46	202,98	204,47
Prob> F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaborada pela autora. **Nota:** A Estatística F é para os instrumentos excluídos. Os Desvios-padrões estão entre parênteses. Níveis de significância: *p<0,1, **p<0,05, ***p<0,001.

Tabela 18 – Regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágio, sendo a variável dependente as despesas públicas com Urbanismo

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
PAINEL A: REGRESSÕES DE SEGUNDO ESTÁGIO						
Variável dependente: log do gasto público com urbanismo						
<i>Z</i>	0,0611 (0,0100)***	0,0077 (0,0097)***	0,0734 (0,0093)***	0,0007 (0,0063)	-0,0008 (0,0063)	0,0004 (0,0063)
<i>RCL</i>	-	-	-	0,3258 (0,0612)***	0,3237 (0,0610)***	0,3253 (0,0610)***
<i>Transf.obrig</i>	-	-	-	0,4038 (0,0573)***	0,4374 (0,0576)***	0,4393 (0,0575)***
<i>pi.b.mun</i>	-	-	-	0,2751 (0,0267)***	0,2290 (0,0282)**	0,2263 (0,0281)***
<i>pop.mun</i>	-	-	-	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)**	0,0000 (0,0000)
<i>exp.vida</i>	-	-	-	-	-0,0024 (0,0046)	-0,0023 (0,0046)
<i>razão.dep</i>	-	-	-	-	-0,0140 (0,0029)***	-0,0137 (0,0029)***
<i>analfabetismo</i>	-	-	-	-	-0,0052 (0,0025)***	-0,0052 (0,0025)**
<i>Ideologia</i>	-	-	-	-	-	0,0963 (0,0348)***
<i>reeleicao</i>	-	-	-	-	-	0,0710 (0,0317)**
<i>Constante</i>	14,9862 (0,0945)***	14,7574 (0,0856)***	13,5445 (0,1736)***	-0,8632 (0,4135)**	0,1500 (0,5645)	0,0585 (0,5644)
Dummys de regiões	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Caract.dos prefeitos	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
PAINEL B: REGRESSÕES DE PRIMEIRO ESTÁGIO						
Variável dependente: log das Transferências Especiais						
<i>T</i>	-1,1698 (0,3976)***	-0,6326 (0,3932)	-0,6705 (0,3941)*	-0,4666 (0,3935)	-0,4899 (0,3931)	-0,4755 (0,3929)
<i>part.pop</i>	-0,0581 (0,0074)***	-0,0719 (0,0078)***	-0,0729 (0,0079)***	-0,0441 (0,0090)***	-0,0389 (0,0091)***	-0,0405 (0,0091)***
<i>part.emen</i>	0,0541 (0,0023)***	0,0557 (0,3123)***	0,0557 (0,0023)***	0,0561 (0,0023)***	0,0557 (0,0023)***	0,0560 (0,3899)***
Obs	5299	5299	5299	5263	5263	5263
Estatística F	193,50	216,14	216,84	203,88	199,82	201,52
Prob> F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaborada pela autora. **Nota:** A Estatística F é para os instrumentos excluídos. Os Desvios-padrões estão entre parênteses. Níveis de significância: *p<0,1, **p<0,05, ***p<0,001.

Tabela 19 – Regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágio, sendo a variável dependente as despesas públicas com Segurança

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
PAINEL A: REGRESSÕES DE SEGUNDO ESTÁGIO						
Variável dependente: log do gasto público com segurança						
<i>Z</i>	0,1162 (0,0456)**	0,2033 (0,0417)***	0,1943 (0,0413)***	0,0631 (0,0393)	0,0662 (0,0397)*	0,0656 (0,0396)*
<i>RCL</i>	-	-	-	1,8463 (0,3749)***	1,7959 (0,3742)***	1,7966 (0,3742)***
<i>Transf.obrig</i>	-	-	-	0,7464 (0,3529)**	0,9933 (0,3552)***	0,9931 (0,3552)***
<i>pi.b.mun</i>	-	-	-	-0,0514 (0,1654)	-0,3376 (0,1747)*	-0,3376 (0,1748)*
<i>pop.mun</i>	-	-	-	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)
<i>exp.vida</i>	-	-	-	-	0,0484 (0,0271)*	0,0484 (0,0271)*
<i>razão.dep</i>	-	-	-	-	-0,0397 (0,0186)**	-0,0397 (0,0186)**
<i>analfabetismo</i>	-	-	-	-	-0,0528 (0,0158)***	-0,0528 (0,0158)***
<i>Ideologia</i>	-	-	-	-	-	0,0083 (0,2180)
<i>reeleicao</i>	-	-	-	-	-	-0,0071 (0,1977)
<i>Constante</i>	4,9465 (0,4305)***	1,6585 (0,3698)***	-1,4654 (0,7670)*	-43,1104 (2,5936)***	-43,0698 (3,4517)***	-43,0741 (3,4558)***
Dummys de regiões	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Caract.dos prefeitos	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
PAINEL B: REGRESSÕES DE PRIMEIRO ESTÁGIO						
Variável dependente: log das Transferências Especiais						
<i>T</i>	-1,2803 (0,3905)***	-0,7187 (0,3864)*	-0,7519 (0,3872)*	-0,5561 (0,3887)	-0,5731 (0,3883)	-0,5587 (0,3881)
<i>part.pop</i>	-0,0554 (0,0072)***	-0,0700 (0,0077)***	-0,0707 (0,0078)***	-0,0429 (0,0088)***	-0,0375 (0,0089)***	-0,0389 (0,0089)***
<i>part.emen</i>	0,0540 (0,0022)***	0,0557 (0,3047)***	0,0558 (0,0022)***	0,0560 (0,0022)***	0,0556 (0,0022)***	0,0559 (0,3763)***
Obs	5485	5485	5485	5397	5397	5397
Estatística F	199,14	222,62	223,52	207,46	202,98	204,47
Prob> F	0,00	0,00	0,00	0	0	0

Fonte: Elaborada pela autora. **Nota:** A Estatística F é para os instrumentos excluídos. Os Desvios-padrões estão entre parênteses. Níveis de significância: *p<0,1, **p<0,05, ***p<0,001.

Tabela 20 – Regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágio, sendo a variável dependente as despesas públicas com Assistência Social

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
PAINEL A: REGRESSÕES DE SEGUNDO ESTÁGIO						
Variável dependente: log do gasto público com assistência social						
<i>Z</i>	0,0298 (0,0178)*	0,0399 (0,0171)**	0,0377 (0,0170)**	-0,0028 (0,0133)	-0,0023 (0,0135)	-0,0033 (0,0135)
<i>RCL</i>	-	-	-	0,9010 (0,1276)***	0,9003 (0,1276)***	0,8995 (0,1276)***
<i>Transf.obrig</i>	-	-	-	-0,1426 (0,1201)	-0,1410 (0,1212)	-0,1433 (0,1212)
<i>pi.b.mun</i>	-	-	-	0,0684 (0,0563)	0,0643 (0,0596)	0,0665 (0,0596)
<i>pop.mun</i>	-	-	-	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)
<i>exp.vida</i>	-	-	-	-	-0,0036 (0,0092)	-0,0038 (0,0092)
<i>razão.dep</i>	-	-	-	-	0,0024 (0,0063)	0,0021 (0,0063)
<i>analfabetismo</i>	-	-	-	-	-0,0042 (0,0054)	-0,0042 (0,0054)
<i>Ideologia</i>	-	-	-	-	-	-0,1002 (0,0743)
<i>reeleicao</i>	-	-	-	-	-	-0,0534 (0,0674)
<i>Constante</i>	14,0645 (0,1682)***	14,0281 (0,1518)***	13,0159 (0,3157)***	-0,0438 (0,8828)	0,2421 (0,1177)	0,3329 (0,1179)
Dummys de regiões	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Caract.dos prefeitos	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
PAINEL B: REGRESSÕES DE PRIMEIRO ESTÁGIO						
Variável dependente: log das Transferências Especiais						
<i>T</i>	-1,2803 (0,3905)***	-0,7187 (0,3864)*	-0,7519 (0,3872)*	-0,5561 (0,3872)	-0,5731 (0,3883)	-0,5587 (0,3881)
<i>part.pop</i>	-0,0554 (0,0072)***	-0,0700 (0,0077)***	-0,0707 (0,0078)***	-0,0429 (0,0088)***	-0,0375 (0,0089)***	-0,0389 (0,0089)***
<i>part.emen</i>	0,0540 (0,0022)***	0,0557 (0,3047)***	0,0558 (0,0022)***	0,0560 (0,0022)***	0,0556 (0,0022)***	0,0559 (0,3763)***
Obs	5485	5485	5485	5397	5397	5397
Estatística F	199,14	222,62	223,52	207,46	202,98	204,47
Prob> F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaborada pela autora. **Nota:** A Estatística F é para os instrumentos excluídos. Os Desvios-padrões estão entre parênteses. Níveis de significância: *p<0,1, **p<0,05, ***p<0,001.

Tabela 21 – Regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágio, sendo a variável dependente as despesas públicas com Transportes

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
PAINEL A: REGRESSÕES DE SEGUNDO ESTÁGIO						
Variável dependente: log do gasto público com transporte						
<i>Z</i>	-0,0069 -0,0146	0,0392 (0,0129)***	0,0382 (0,0129)***	0,0039 (0,0123)	0,0058 (0,0125)	0,0043 (0,0124)
<i>RCL</i>	-	-	-	0,6625 (0,1245)***	0,6653 (0,1245)***	0,6666 (0,1244)***
<i>Transf.obrig</i>	-	-	-	-0,0979 (0,1162)	-0,1118 (0,1171)	-0,1191 (0,1171)
<i>pib.mun</i>	-	-	-	0,0088 (0,053)	0,0260 (0,0558)	0,0299 (0,0558)
<i>pop.mun</i>	-	-	-	0,0000 (0,0000)***	0,0000 (0,0000)***	0,0000 (0,0000)***
<i>exp.vida</i>	-	-	-	-	-0,0002 (0,0105)	-0,0006 (0,0105)
<i>razão.dep</i>	-	-	-	-	0,0081 (0,0062)	0,0078 (0,0062)
<i>analfabetismo</i>	-	-	-	-	0,0003 (0,0052)	0,0004 (0,0052)
<i>Ideologia</i>	-	-	-	-	-	-0,1172 (0,0682)**
<i>reeleicao</i>	-	-	-	-	-	-0,0717 (0,0632)
<i>Constante</i>	14,1838 (0,1382)***	12,6975 (0,1173)***	12,2144 (0,2390)***	2,9556 (0,8266)***	2,5351 (1,2072)**	2,6790 (1,2085)**
Dummys de regiões	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Caract.dos prefeitos	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
PAINEL B: REGRESSÕES DE PRIMEIRO ESTÁGIO						
Variável dependente: log das Transferências Especiais						
<i>T</i>	-0,9453 (0,4457)**	-0,4392 (0,4421)	-0,4644 (0,4432)	-0,2631 (0,4428)	-0,2819 (0,4421)	-0,2613 (0,4416)
<i>part.pop</i>	-0,0597 (0,0081)***	-0,0707 (0,0086)***	-0,0726 (0,0087)***	-0,0459 (0,0098)***	-0,0395 (0,0099)***	-0,0415 (0,0099)***
<i>part.emen</i>	0,0553 (0,0026)***	0,0567 (0,3630)***	0,0567 (0,0026)***	0,0568 (0,0026)***	0,0563 (0,0026)***	0,0565 (0,4560)***
Obs	4102	4102	4102	4071	4071	4071
Estatística F	156,30	170,89	171,86	161,1	156,99	158,57
Prob> F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaborada pela autora. **Nota:** A Estatística F é para os instrumentos excluídos. Os Desvios-padrões estão entre parênteses. Níveis de significância: *p<0,1, **p<0,05, ***p<0,001.

Tabela 22 – Regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágio, sendo a variável dependente as despesas públicas com Desporto e Lazer

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
PAINEL A: REGRESSÕES DE SEGUNDO ESTÁGIO						
Variável dependente: log do gasto público com desporto e lazer						
<i>Z</i>	0,0268 (0,0117)**	0,0584 (0,0108)***	0,0541 (0,0106)***	-0,0018 (0,0090)	-0,0017 (0,0091)	-0,0019 (0,0091)
<i>RCL</i>	-	-	-	0,5628 (0,0891)***	0,5485 (0,0890)***	0,5516 (0,0890)***
<i>Transf.obrig</i>	-	-	-	-0,2825 (0,0827)***	-0,2312 (0,0834)***	-0,2325 (0,0833)***
<i>pi.b.mun</i>	-	-	-	0,3479 (0,0382)***	0,2935 (0,0402)***	0,2916 (0,0402)***
<i>pop.mun</i>	-	-	-	0,0000 (0,0000)**	0,0000 (0,0000)**	0,0000 (0,0000)***
<i>exp.vida</i>	-	-	-	-	0,0080 (0,0060)	0,0082 (0,0060)
<i>razão.dep</i>	-	-	-	-	-0,0109 (0,0044)**	-0,0109 (0,0044)**
<i>analfabetismo</i>	-	-	-	-	-0,0085 (0,0036)**	-0,0085 (0,0036)**
<i>Ideologia</i>	-	-	-	-	-	0,0058 (0,0498)
<i>reeleicao</i>	-	-	-	-	-	0,0809 (0,0448)**
<i>Constante</i>	12,6890 (0,1115)***	11,7310 (0,0976)***	10,8787 (0,1927)***	2,9356 (0,5859)***	3,1633 (0,7799)***	3,1258 (0,7804)***
Dummys de regiões	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Caract.dos prefeitos	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
PAINEL B: REGRESSÕES DE PRIMEIRO ESTÁGIO						
Variável dependente: log das Transferências Especiais						
<i>T</i>	-1,1124 (0,4055)***	-0,6588 (0,4014)*	-0,6974 (0,4021)**	-0,5045 (0,4013)	-0,5266 (0,4008)	-0,5207 (0,4005)
<i>part.pop</i>	-0,0576 (0,0075)***	-0,0712 (0,0080)***	-0,0728 (0,0081)***	-0,0429 (0,0092)***	-0,0370 (0,0093)***	-0,0386 (0,0093)***
<i>part.emen</i>	0,0532 (0,0024)***	0,0549 (0,3273)***	0,0549 (0,0023)***	0,0553 (0,0023)***	0,0549 (0,0023)***	0,0551 (0,4094)***
Obs	5057	5057	5057	5027	5027	5027
Estatística F	177,77	197,91	198,67	186,7	182,56	183,9
Prob> F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaborada pela autora. **Nota:** A Estatística F é para os instrumentos excluídos. Os Desvios-padrões estão entre parênteses. Níveis de significância: *p<0,1, **p<0,05, ***p<0,001.

Iniciando pela análise dos instrumentos verifica-se que, dois deles — índice de participação popular (*part.pop*) e proporção de emendas parlamentares por Deputados com a mesma filiação partidária dos prefeitos (*part.emenda*) — mostraram-se significativos em todos os oito painéis analisados, embora com variações na magnitude de seus coeficientes. Observou-se que o coeficiente estimado para *part.pop* varia de -0,07 a -0,03, dependendo

do conjunto de variáveis de controle incluídas no modelo, com magnitudes maiores em modelos menos controlados. Por outro lado, o coeficiente para *part.emenda* manteve-se relativamente estável, em torno de 0,05, em todos os modelos. Interessantemente, o índice T , o terceiro instrumento, perde significância estatística na medida em que se adiciona covariadas, especialmente quando variáveis econômicas são incluídas no modelo. A magnitude dos coeficientes estimados para o índice T variou consideravelmente, de -1,0 a 0,2. Apesar da perda de significância estatística do índice T , o conjunto de instrumentos, como um todo, mostrou-se estatisticamente significativo. A estatística F para instrumentos excluídos é bastante alto nos seis modelos estimados em cada um dos oito painéis de resultados. Esse achado sugere que os instrumentos escolhidos para o estudo possuem robustez, não sendo considerados fracos. Essa constatação reforça a validade da abordagem metodológica adotada para explorar a complexa dinâmica entre emendas parlamentares e a alocação de recursos públicos pelos municípios.

Os resultados encontrados nas regressões de primeiro estágio ratificam as intuições *a priori* a respeito dos instrumentos. Identificou-se que, quanto mais competitiva for a eleição para Deputado Federal no município — isto é, com um índice T próximo de zero — maiores são as transferências especiais realizadas pelos deputados. Observou-se também uma tendência de direcionamento preferencial de emendas parlamentares para municípios onde existe alinhamento político entre o deputado e o executivo municipal, ambos filiados ao mesmo partido. Além disso, a relação entre o índice de participação popular e as Emendas Pix revelou-se negativa, sugerindo que quanto maior a participação eleitoral, menores são as transferências para esses municípios. Esse padrão indica que deputados podem priorizar a alocação de recursos para áreas com menor participação eleitoral como estratégia para conquistar votos de eleitores habitualmente menos engajados, contrariando as hipóteses de trabalhos anteriores como o de Marciniuk, Bugarin e Ferreira (2020) e Marciniuk e Bugarin (2019), que sugeriam uma relação positiva entre participação popular e transferências voluntárias, mas não encontraram evidências estatísticas robustas para tal. É importante destacar que, ao contrário das análises mencionadas, que consideravam as transferências voluntárias a partir de convênios entre União e municípios, nosso foco nas Emendas Pix apresenta uma natureza distinta, sendo essencialmente política e não técnica. Isso sugere uma nova dimensão na compreensão das motivações por trás das transferências parlamentares e destaca a importância de considerar o contexto político e eleitoral na análise das decisões de alocação de recursos federais aos municípios. Assim, os resultados obtidos neste estudo enriquecem a compreensão sobre as complexas dinâmicas políticas que moldam a alocação das emendas parlamentares.

Especificamente em relação ao segundo estágio, focando no Painel A das tabelas de resultados, inicia-se pela análise da principal variável de interesse, a variável instrumentada Z , e seus impactos sobre os diferentes gastos públicos municipais. Ao examinar as oito tabelas de resultados, nota-se que Z , representando os efeitos das Emendas Parlamentares

do Tipo Transferência Especial sobre as despesas, em apenas duas, gasto com infraestrutura e segurança, apresenta significância estatística em grande parte dos modelos, principalmente, naquele em que há o maior número de covariadas. A significância é positiva, sugerindo que tal modalidade de transferência voluntária de recursos contribui para o aumento dos gastos nesses dois setores específicos.

Ao examinar os coeficientes de regressão, observa-se uma inclinação dos prefeitos para alocar as transferências em infraestrutura (0,08 no modelo mais completo, modelo (6)), em comparação com a segurança (0,07), indicando uma ligeira preferência pela primeira. Em contrapartida, nas demais rubricas orçamentárias, a significância estatística se mantém até o terceiro modelo. A inserção subsequente de variáveis políticas e sociais resulta na perda dessa significância, levando à conclusão de que as oscilações nas despesas com saúde, educação, transporte, assistência social e ademais, não são explicadas pelo tipo de transferência voluntária que esse estudo se propõe a investigar. Quanto à magnitude dos coeficientes, estes permanecem positivos, variando entre 0,01 e 0,06, abaixo dos valores identificados nas regressões em que Z se mostrou significativo.

A identificação de que as Emendas Pix favorecem os gastos em infraestrutura e segurança nos levam a tirar algumas conclusões. Primeiramente, conforme a legislação reguladora, 70% das Emendas Parlamentares do tipo Transferência Especial devem ser direcionadas a despesas de capital, implicando na realização de obras e na aquisição de instalações, equipamentos e ativos de empresas ou entidades diversas. A significância estatística observada nos gastos com infraestrutura confirma que os recursos estão sendo destinados de acordo com as diretrizes legais, mitigando parcialmente as preocupações com a corrupção na gestão das emendas parlamentares pelos municípios brasileiros. Contudo, é crucial ressaltar que o ano de 2022, marcado por um significativo aumento nas transferências voluntárias especiais por parte dos deputados para as prefeituras, coincidiu com um período eleitoral de renovação das cadeiras no Legislativo Federal. Esse contexto sugere que os prefeitos possam ter direcionado recursos para projetos de grande visibilidade, visando associar os deputados a obras ou ações com impacto social imediato.

O fenômeno observado na alocação de recursos públicos por políticos encontra respaldo na teoria dos ciclos políticos econômicos, conforme delineado por estudiosos como Nordhaus (1975), Hibbs (1977), Alesina (1987), Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990), Persson e Tabellini (1990). Esses autores sustentam a ideia de que políticos inclinam-se a incrementar gastos em setores que potencializam o retorno eleitoral. Conforme elucidado por Nakaguma e Bender (2006), os eleitores atribuem valores distintos aos investimentos em diversas áreas, e os políticos, cientes dessa diferenciação, optam por alocar recursos em segmentos considerados mais “lucrativos” em termos de votos. Tal estratégia vai além do simples direcionamento de fundos, pois os políticos priorizam áreas de rápida percepção pelo eleitorado.

Rogoff (1990) argumenta que os governantes estão dispostos a reajustar a distribuição dos gastos públicos, preferindo áreas com resultados imediatos em detrimento de setores que demandam mais tempo para demonstrar resultados, como investimentos de longo prazo. Essa dinâmica é amplamente documentada em estudos sobre a política brasileira, evidenciando-se em todos os níveis de governo, do municipal ao federal². O estudo de Meneguim, Bugarin e Carvalho (2005) é particularmente relevante, pois reafirma a tendência de os eleitores favorecerem candidatos que promovem obras públicas, reconhecendo-as como indicativos de ação governamental benéfica. O compromisso dos políticos em direcionar gastos para áreas de visibilidade e impacto rápido reflete uma estratégia eleitoral, destinada a maximizar o apoio eleitoral por meio da gestão visível de recursos públicos.

Para enriquecer a discussão sobre os fatores que influenciam os gastos públicos municipais, é importante destacar algumas outras descobertas relevantes. Um aspecto já amplamente reconhecido é a existência de uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a Receita Corrente Líquida (RCL) municipal e a despesa pública. De forma específica neste estudo, foi possível identificar que a maior elasticidade entre essas duas variáveis se observa precisamente nos gastos influenciados pelas Emendas Pix, particularmente nas despesas com infraestrutura e segurança. Observou-se que, para cada incremento de 1% na RCL municipal, os gastos nesses setores aumentam em 1,2% e 1,8%, respectivamente. Por outro lado, as áreas de Urbanismo e Desporto e Lazer demonstram uma menor propensão a receber investimentos adicionais baseados no aumento da RCL, com crescimentos de apenas 0,3% e 0,6% para cada 1% de aumento na receita. Esses números sublinham a tendência dos municípios de priorizar gastos em áreas que possivelmente ofereçam maior visibilidade ou retorno político-eleitoral, em detrimento de setores que talvez não sejam percebidos como imediatamente essenciais ou atrativos do ponto de vista da acumulação de capital político.

As transferências constitucionais obrigatórias da União para os municípios demonstraram um efeito benéfico significativo em setores cruciais como Educação, Segurança e Urbanismo. Entre os coeficientes estimados, o gasto com Segurança apresentou a maior sensibilidade, seguido pelo Urbanismo e, em seguida, pela Educação. Especificamente, para cada aumento de 1% nas transferências, observa-se um incremento correspondente de 0,9% nos gastos com Segurança, 0,4% em Urbanismo e 0,3% em Educação. Ao detalhar a composição dessas transferências para o ano de 2022, observa-se que aproximadamente 88,0% do total transferido concentra-se majoritariamente em duas categorias: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais

²A influência dos ciclos políticos econômicos nos gastos públicos do Executivo Estadual: Bittencourt (2002), Arvate, Avelino e Lucinda (2008), Araújo (2010), Nakaguma e Bender (2010), Rocha e Brilhante (2014), Rodrigues (2015), Neto (2019), Puchale (2019). Para os municípios podemos citar os estudos: Ferreira e Bugarin (2007), Sakurai (2009), Videira e Mattos (2011b), Covre e Mattos (2016), Gomes, Bastos e Almeida (2022)

da Educação (FUNDEB), que recebeu R\$ 155,34 bilhões, e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), com R\$ 146,33 bilhões. O FUNDEB, destinado especificamente ao fortalecimento da educação básica municipal, tem o propósito de ampliar os recursos disponíveis para essa área essencial. Por sua vez, o FPM, empiricamente destaca-se pelo fortalecimento da Segurança e Urbanismo municipal. O estudo de Castro e Regatieri (2014) corrobora essa observação, demonstrando empiricamente que o FPM contribui significativamente para o aumento dos gastos municipais nessas duas áreas.

Outro resultado relevante está associado ao impacto da orientação ideológica do Executivo municipal nos padrões de gasto público. Observou-se que, quanto mais à direita está a ideologia do partido que governa o município, menores são os investimentos em Transporte, enquanto os gastos com Urbanismo tendem a ser maiores. Essa distinção reflete as diferenças ideológicas na abordagem de questões econômicas, conforme já apontado por Hibbs (1977), que destacou o comportamento distinto de partidos de direita e esquerda em relação à alocação do orçamento público. Partidos de esquerda, tradicionalmente associados ao apoio ao intervencionismo estatal, tendem a focar em setores vinculados às necessidades das camadas mais desfavorecidas da população, expandindo o gasto público em áreas sociais, como o transporte público. Em contraste, partidos de direita priorizam iniciativas de longo prazo, como obras públicas e outros investimentos que visam o desenvolvimento estrutural. Na literatura brasileira, Bittencourt (2002) ilustra que governos de direita realizam investimentos per capita significativamente maiores, quase R\$ 5,00 a mais, em comparação com administrações de esquerda. Por outro lado, Araújo e Leite Filho (2010) evidenciam que governos de esquerda aumentam os gastos com educação e saúde em 43% e 41%, respectivamente.

Essas diferenças na alocação de recursos sublinham a importância das inclinações ideológicas na definição de prioridades orçamentárias municipais. Elas não apenas refletem as visões distintas sobre o papel do Estado e as estratégias de desenvolvimento, mas também indicam a influência direta da ideologia política na resposta às demandas sociais e na escolha de políticas que moldam o bem-estar da população. Portanto, a orientação ideológica dos governos municipais emerge como um fator crucial na determinação dos padrões de gasto público, influenciando diretamente na distribuição dos recursos em diversas áreas de atuação municipal.

Prefeitos reeleitos em 2020, que em 2022 encontravam-se em meio ao seu último mandato, demonstraram um aumento significativo nos gastos com Urbanismo e Desporto e Lazer, cerca de 7,0% superior em comparação aos prefeitos que não estavam nessa condição. Essa observação é consistente com os estudos de Meneguín e Bugarin (2001) e Ferraz e Finan (2005), que identificaram uma tendência entre incumbentes no último mandato de incorrer em maiores déficits fiscais, dada a menor responsabilidade direta sobre as consequências fiscais de longo prazo, incluindo o serviço da dívida, que será gerido pelo próximo governo.

Marciniuk e Bugarin (2019) complementam essa discussão ao destacar que governantes no início de seu primeiro mandato, com a possibilidade de reeleição, tendem a adotar uma postura mais conservadora, priorizando a manutenção de superávits fiscais. Isso sugere que a perspectiva de continuidade no cargo incentiva uma gestão fiscal mais prudente. Em contraste, a ausência de oportunidade de reeleição pode levar os governantes a adotar práticas de gestão pública consideradas precipitadas e irresponsáveis, utilizando os recursos de maneira a maximizar impactos visíveis no curto prazo, sem a mesma preocupação com as implicações fiscais futuras. Esses padrões refletem a influência significativa que o ciclo eleitoral e as restrições constitucionais à reeleição exercem sobre as decisões fiscais nos municípios. Governantes em fim de mandato, sem a pressão imediata de buscar a aprovação dos eleitores para um próximo termo, podem priorizar projetos de maior visibilidade ou popularidade, mesmo que tais decisões impliquem em desequilíbrios fiscais posteriores.

A análise regional das alocações de recursos públicos nos municípios brasileiros revela disparidades significativas, conforme evidenciado pelos dados detalhados nos Apêndices. Vale lembrar que foi utilizado as regiões brasileiras para controlar as possíveis oscilações das diferentes rubricas orçamentárias e que o nordeste foi mantido na base, ou seja, as discrepâncias regionais serão realizadas em comparação com os valores dessa última região citada.

As regiões Sul e Centro-Oeste demonstraram significância estatística em todas as oito regressões, com variações nos coeficientes que alternam entre negativos e positivos, dependendo da rubrica de gasto público analisada. Já a região Sudeste mostrou significância estatística em seis dessas análises. Notavelmente, as três regiões apresentam gastos superiores aos da região Nordeste em áreas como Segurança, Transporte, Desporto e Lazer, enquanto registram menores despesas em Infraestrutura, Educação e Assistência Social. Especificamente, o gasto com Assistência Social na região Sul é 23% menor que no Nordeste, e no Centro-Oeste, essa diferença alcança 25%. De forma geral, essas disparidades indicam uma tendência ao nordeste brasileiro destinar mais recursos para rubricas ligadas ao bem-estar da população, enquanto os três priorizam mais os gastos em áreas estruturais.

Por outro lado, a região Norte exibe coeficientes de regressão e níveis de significância mais baixos em comparação com as demais regiões, sugerindo um padrão de gastos mais alinhado ao observado na região Nordeste. Em relação a esta, a região Norte aloca mais recursos em Urbanismo, Transporte e Desporto e Lazer, mas investe menos em Saúde, com uma redução de aproximadamente 29% nos gastos comparada ao Nordeste; no Centro-Oeste, essa redução chega a 40%. Essas constatações apontam para uma complexa matriz de prioridades orçamentárias entre as regiões brasileiras, refletindo não apenas as necessidades e preferências locais, mas também as estratégias políticas e econômicas regionais.

3.5 CONCLUSÃO

As mudanças nas Emendas Parlamentares ao longo dos anos evidenciam um aumento significativo do poder do Legislativo sobre o Orçamento Federal. Esse crescimento de influência tem suscitado debates acerca da prática de “pork barrel”, onde recursos são direcionados para atender interesses locais ou pessoais, muitas vezes em detrimento do bem comum. Questões de transparência, eficiência na utilização dos recursos e riscos de corrupção também são frequentemente discutidas nesse contexto.

Um marco importante nessa evolução foi a promulgação da Emenda Constitucional nº 105, que instituiu as Emendas Parlamentares do tipo Transferência Especial, conhecidas popularmente como “Emendas Pix”. Essa nova modalidade de emendas se destaca por permitir o envio direto de recursos para estados, municípios e o Distrito Federal, sem que estes estejam vinculados a projetos específicos. Tal característica busca agilizar e simplificar a aplicação dos recursos, reduzindo a burocracia envolvida no processo. De acordo com o estabelecido pela emenda, os recursos transferidos podem ser utilizados tanto em despesas de capital quanto correntes, o que inclui uma ampla gama de áreas essenciais para o bem-estar da população, como saúde, educação, infraestrutura, entre outras. Isso sugere uma intenção de assegurar flexibilidade na aplicação dos recursos, permitindo que sejam direcionados para as necessidades mais urgentes e prioritárias dos municípios beneficiados.

Entretanto, a introdução das “Emendas Pix”, apesar de seu potencial para melhorar a eficácia e a agilidade na distribuição dos recursos públicos, amplia o debate sobre a necessidade de mecanismos eficientes de fiscalização e controle. A preocupação central é garantir que essa maior liberdade na alocação dos recursos não resulte em desvios de finalidade ou em práticas que comprometam a integridade e os objetivos do orçamento público. Desde sua implementação, as Emendas do tipo Transferência Especial, experimentaram um crescimento exponencial de mais de 1.500% nos primeiros três anos, contrastando com uma redução de 42,3% no total das Emendas Parlamentares. Esse aumento notável nas Emendas Pix destaca-se particularmente em municípios com até 20 mil habitantes, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

O presente estudo objetivou avaliar o impacto das Emendas Parlamentares do tipo Transferência Especial sobre os gastos públicos municipais em categorias orçamentárias essenciais, incluindo segurança, assistência social, saúde, educação, infraestrutura, urbanismo, transporte e lazer. Tendo em vista a legislação que fundamenta as “Emendas Pix”, essas áreas representam os setores prioritários para a alocação dos recursos públicos municipais, conforme estabelecido pelo instrumento jurídico que as respalda. Este objetivo central buscou compreender como os recursos provenientes dessas emendas foram efetivamente utilizados pelos municípios e se a distribuição desses fundos federais está alinhada com as prioridades estipuladas, promovendo melhorias significativas nas áreas cruciais para o desenvolvimento e bem-estar da população local.

Este estudo revelou que as “Emendas Pix” tendem a favorecer investimentos em infraestrutura e segurança, alinhando-se às exigências legais de que 70% desses recursos sejam alocados em despesas de capital. Essa conformidade com a legislação sugere uma mitigação das preocupações relacionadas à corrupção nos gastos públicos municipais. Entretanto, o aumento nas transferências voluntárias especiais em 2022, um ano eleitoral, sugere que prefeitos possam ter priorizado projetos de grande visibilidade para beneficiar deputados eleitoralmente, apoiando-se na teoria dos ciclos políticos econômicos. Esta teoria propõe que políticos tendem a aumentar gastos em áreas com alto retorno eleitoral. O fenômeno é corroborado por estudos específicos do contexto brasileiro, que demonstram a propensão de políticos a direcionar recursos para setores de rápida percepção pelo eleitorado, buscando maximizar o apoio eleitoral através de gestões visíveis.

Portanto, embora as alterações na legislação tenham como objetivo primordial o fortalecimento da democracia representativa, buscando tornar a distribuição dos recursos públicos mais sensível e adaptada às necessidades específicas das comunidades locais, é de suma importância admitir a presença marcante de influências políticas nesse mecanismo. Essas influências podem afetar tanto a decisão sobre quais projetos são financiados quanto o volume de recursos alocados para determinadas áreas ou municípios. Tal dinâmica evidencia uma complexa interação entre objetivos democráticos de representatividade e as estratégias político-eleitorais que permeiam a alocação de recursos, ressaltando a necessidade de mecanismos de fiscalização e transparência que assegurem que as emendas parlamentares contribuam efetivamente para o bem-estar coletivo e o desenvolvimento equitativo. Reconhecer essas influências é crucial para a implementação de políticas que minimizem o potencial de manipulação dos recursos públicos para fins políticos e maximizem seu impacto positivo nas comunidades beneficiadas.

Como sugestão para pesquisas futuras, é recomendável expandir a análise para incluir o ano de 2023, a fim de avaliar o impacto das emendas do tipo Transferência Especial após mudanças significativas na legislação orçamentária. O Supremo Tribunal Federal no final de 2022, que declarou a inconstitucionalidade das emendas de relator, também conhecidas como RP9. Este evento levou a uma realocação dos recursos anteriormente destinados às RP9 para as emendas individuais, categoria na qual as “Emendas Pix” se enquadram. De acordo com informações do Tribunal de Contas da União, o volume de recursos alocados via Emendas Pix experimentou um crescimento expressivo, atingindo a marca de R\$ 7,1 bilhões em 2023, o que representa mais do que o dobro do valor observado em 2022. Essa mudança estrutural nos mecanismos de alocação de recursos federais oferece um contexto para se continuar investigando como a redistribuição dos fundos impacta o financiamento de projetos em nível municipal e as prioridades de investimento público nas diversas regiões do país.

3.6 Apêndice A: Estatística Descritiva do Índice Taagepera (1979)

Uma das variáveis que compuseram o conjunto de instrumentos foi o Índice de Competição Eleitoral, proposto por Taagepera (1979). Esse índice mensura a intensidade da competição eleitoral nos municípios durante as eleições para Deputado Federal. Leva em consideração fatores como a distribuição de votos e busca compreender a importância decisiva desses municípios no processo eleitoral. A escolha desse índice como instrumento baseia-se na premissa de que, em municípios com eleições acirradas, onde há um equilíbrio significativo na distribuição de votos, os Deputados precisam investir mais recursos financeiros para conquistar uma quantidade expressiva de eleitores. Dessa forma, municípios com intensa competição eleitoral tendem a receber uma quantidade maior de Emendas Parlamentares do tipo Transferência Especial. Estudos como o de Sanfelice (2010) e Baião (2016) demonstram que as emendas eleitorais transferidas para municípios geram retornos eleitorais para os Deputados Federais.

O índice de desequilíbrio eleitoral na cidade m , denominado índice T_m e proposto por Taagepera (1979) é calculado da seguinte forma:

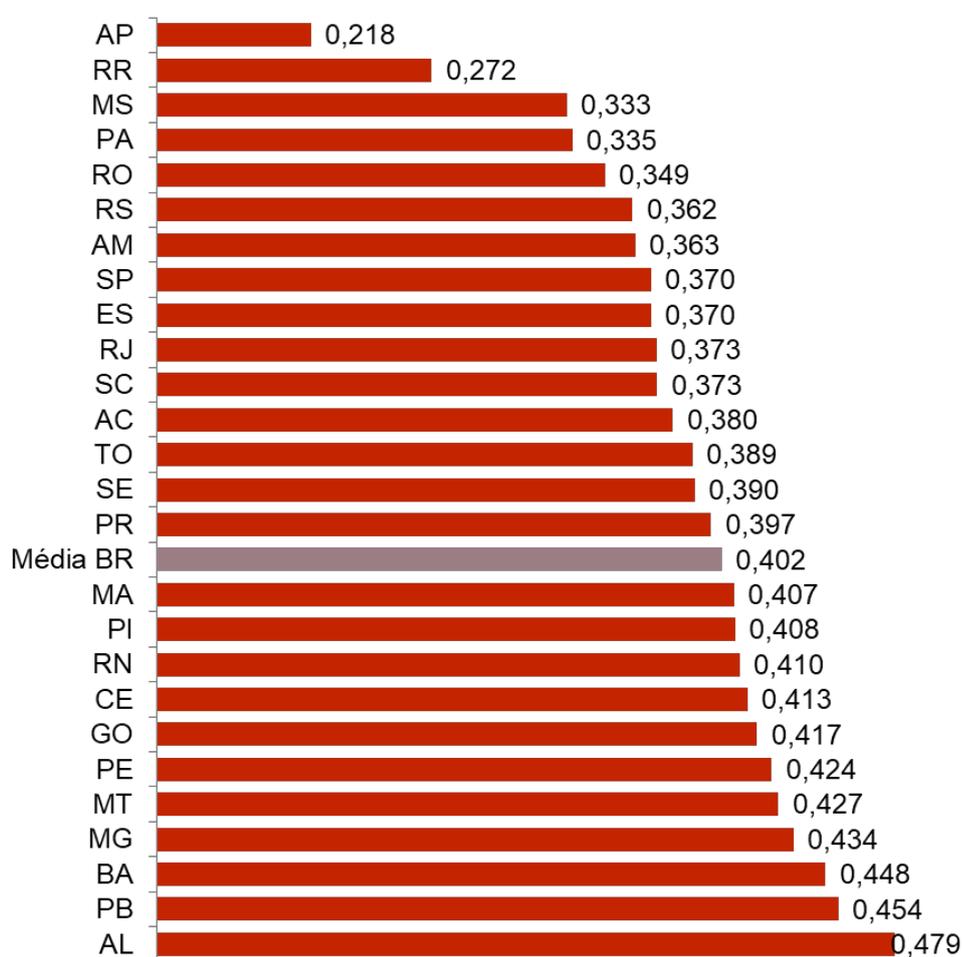
$$T_m = \frac{\sum_{i=1}^{\infty} \frac{(P_{i,m} - P_{i+1,m})}{i} - H_m^2}{\sqrt{H_m} - H_m^2} \quad (3.7)$$

Onde $P_{i,m}$ representa o percentual de votos do i -ésimo candidato à Câmara dos Deputados Federais no município m e H_m é o índice de Herfindahl-Hirschman na cidade m . Destaca-se que o segundo índice foi calculado através da seguinte fórmula: $H_m = \frac{\sum_i V_{i,m}^2}{(\sum_i V_{i,m})^2}$, em que $V_{i,m}$ é o número de votos recebido pelo candidato a Deputado Federal (i) no município m . Os valores do índice T_m pertencem ao intervalo $[0, 1]$, um valor mais próximo de 1 indica menor acirramento na competição, sugerindo eleições com resultados mais previsíveis ou a dominância de um candidato ou partido. Vale mencionar que o cálculo da primeira parte do numerador da equação, é necessário ordenar de forma decrescente a votação dos candidatos em cada um dos municípios. Como base de dados para calcular T_m , utilizou-se as informações do Tribunal Superior Eleitoral referente à eleição de 2018, considera-se que a tomada de decisão do Deputado sobre o quanto transferir para cada município parte dos dados referentes à última eleição.

Como breve análise descritiva, a média nacional de T_m foi 0,402, com um desvio padrão de 0,197, apontando para uma variação significativa entre os estados. Alagoas (AL) apresentou o maior índice, com 0,479, seguido por Paraíba (PB) e Bahia (BA) com índices de 0,454 e 0,448, respectivamente, o que implica em uma competição eleitoral menos intensa. Minas Gerais (MG) e Mato Grosso (MT) também mostram valores elevados, com índices de 0,434 e 0,427. Em contraste, observamos uma maior acirramento eleitoral no Amapá (AP), que registrou o menor valor do índice do índice, 0,218, indicando disputa eleitoral mais competitiva. Outros estados como Rio de Janeiro (RJ), Espírito Santo

(ES) e São Paulo (SP) têm índices de 0,373, 0,370 e 0,370, situando-se abaixo da média nacional e refletindo uma competição política mais intensa. Ao agruparmos os dados por macrorregiões, percebemos que o Nordeste, exemplificado por estados como Pernambuco e Ceará, apresenta índices que superam a média nacional. Isso pode refletir uma dinâmica eleitoral onde há menor competitividade, influenciada por estruturas políticas enraizadas e a presença de figuras políticas tradicionais. Em contrapartida, as regiões Sul e Sudeste, com Paraná e Rio Grande do Sul como exemplos, revelam índices abaixo da média do país, indicando um cenário de maior acirramento nas disputas eleitorais. Essa característica pode ser o resultado de um ambiente político com maior divisão partidária e um eleitorado com ampla diversidade de preferências.

Figura 8 – Índice Taagepera (1979) entre os estados brasileiros



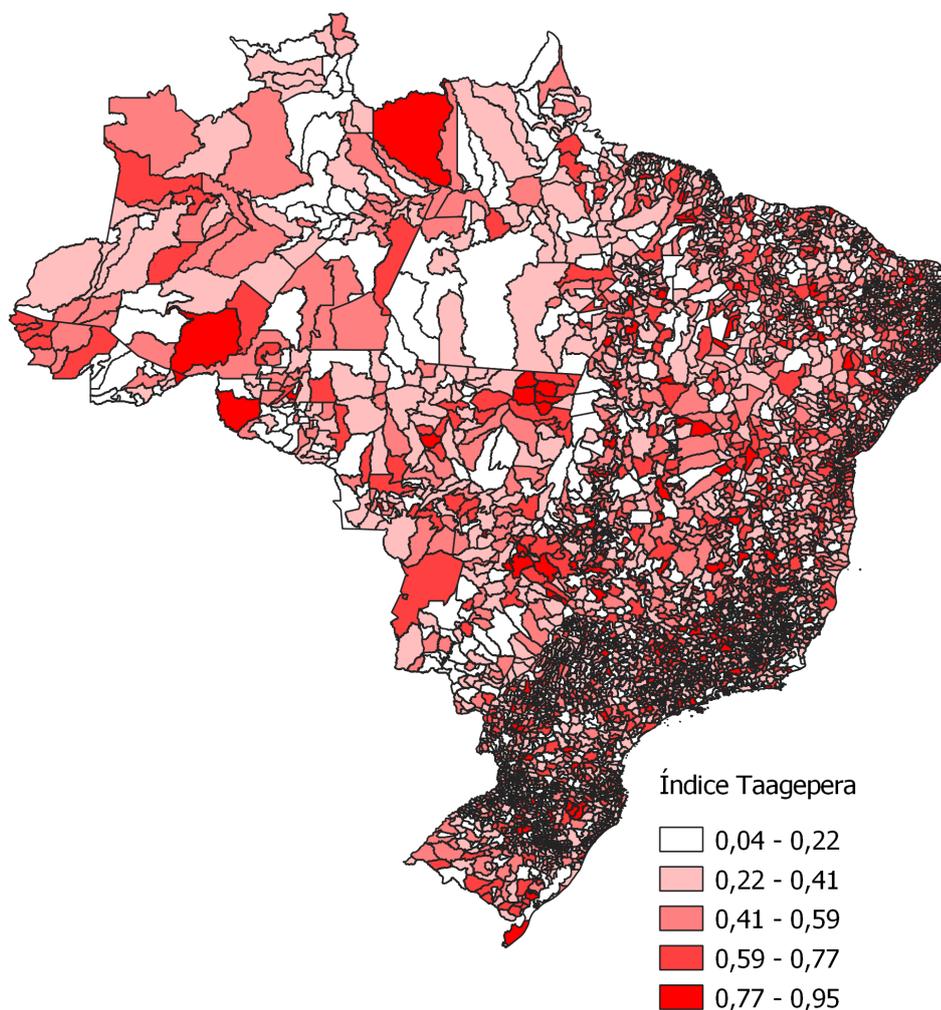
Fonte: Elaborado pela autora.

Uma análise detalhada do índice de competição eleitoral nos 5570 municípios brasileiros revela uma notável variação de 0,043 a 0,952, destacando um cenário político predominantemente caracterizado pela alta competitividade. Aproximadamente 81% dos municípios possuem um índice até 0,589, um valor substancialmente inferior à média

nacional de 0,402. Isso reflete um eleitorado brasileiro altamente fragmentado, onde uma diversidade de candidatos viáveis compete pelo voto popular. Dos 100 municípios brasileiros com eleições mais disputadas há uma distribuição geográfica interessante: 41% destes municípios estão localizados na região Sudeste, enquanto 21% são encontrados no Sul. Nas cinco cidades com os menores índices - João Pessoa (PB), Bom Jardim de Goiás (GO), Santa Luzia (MG), Amajari (RR) e Miranorte (TO) - os índices variam de 0,043 a 0,060, indicando eleições particularmente equilibradas. Em João Pessoa, por exemplo, 13 dos 137 candidatos a Deputado Federal acumulam mais de 62% dos votos, refletindo uma diversidade política.

Por outro lado, ao observarmos os municípios com maiores índices de competitividade eleitoral - caracterizados por disputas políticas menos acirradas - nota-se uma variedade regional ainda maior, com 25% desses municípios situados no Norte e Nordeste. Isso indica que, em algumas regiões do Brasil, a competição política pode ser menos intensa, potencialmente devido a fatores como cultura política local, histórico de dominação partidária ou menor pluralidade de candidatos. Em municípios como Santa Helena de Goiás (GO) e Pinhais (PR), por exemplo, observa-se uma concentração elevada de votos, com índices de 0,931 a 0,952, sugerindo uma forte dominância política. Em Santa Helena de Goiás, a figura de Alcides Rodrigues Filho destaca-se, com cerca de 83% dos votos para Deputado Federal, exemplificando uma situação onde um único candidato ou partido exerce influência significativa.

Figura 9 – Distribuição espacial do Índice Taagepera (1979)



Fonte: Elaborado pela autora

A avaliação do índice de competição eleitoral nos municípios brasileiros, em relação ao tamanho de suas populações (Tabela 23), revela que, municípios com até 10 mil habitantes apresentam um índice médio de competição de 0,405, sugerindo um nível moderado de disputa eleitoral. Esta tendência é ligeiramente mais acentuada em cidades com população entre 50 e 100 mil habitantes, onde o índice médio é de 0,407. A competição eleitoral parece diminuir ligeiramente em municípios com população entre 20 e 50 mil habitantes, cujo índice médio é de 0,392.

Por outro lado, em cidades maiores, com populações que variam de 100 mil a 500 mil habitantes, o índice volta a aumentar para 0,398, indicando um retorno a uma competição eleitoral mais acirrada. Cidades com 500 mil a 1 milhão de habitantes apresentam um índice

Tabela 23 – índice Taagepera (1979) por municípios conforme tamanho populacional

Número de habitantes	Índice Taagepera (1979)	Número de municípios	Proporção (Em %)
Até 20 mil	0,405	3860	69,3
De 20 a 50 mil	0,392	1054	18,9
De 50 a 100 mil	0,408	337	6,1
De 100 a 500 mil	0,398	278	5,0
De 500 mil a 1 milhão	0,301	26	0,5
Acima de 1 milhão	0,283	15	0,3
Total	0,402	5570	100,0

Fonte: Elaborada pela autora.

significativamente menor de 0,300, e para aquelas com mais de 1 milhão de habitantes, geralmente capitais, o índice desce ainda mais para 0,283. Esses números sugerem que, nas maiores cidades do Brasil, as eleições são menos competitivas, o que pode ser atribuído a uma série de fatores, como a presença de partidos políticos mais estabelecidos, a influência de campanhas eleitorais mais sofisticadas e a existência de uma mídia mais diversificada e influente.

3.7 **Apêndice B:** Modelo de mínimos quadrados ordinários entre o instrumentado e seus instrumentados

	ln_emendas
<i>T</i>	-1,2803 (0,3906)***
<i>part.pop</i>	-0,0554 (0,0073)***
<i>part.emen</i>	0,0540 (0,0023)***
R²	0,0983

Fonte: Elaborada pela autora,

Nota: Os Desvios-padrões estão entre parênteses,
Níveis de significância: *p<0,1, **p<0,05, ***p<0,001,

3.8 Apêndice C: Modelo de mínimos quadrados ordinários utilizando como variável explicativa as emendas parlamentares

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Variável dependente: log do gasto público com infraestrutura						
ln_emenda	0,0456 (0,0117)***	0,0508 (0,0118)***	0,0511 (0,0118)***	0,0184 (0,0112)*	0,0184 (0,0112)	0,0185 (0,0112)*
Variável dependente: log do gasto público com saúde						
ln_emenda	0,0170 (0,0063)***	0,0174 (0,0063)***	0,0174 (0,0063)***	-0,0049 (0,0048)*	-0,0048 (0,0048)	-0,0049 (0,0048)
Variável dependente: log do gasto público com educação						
ln_emenda	0,0166 (0,0063)***	0,0195 (0,0064)***	0,0196 (0,0064)***	-0,0031 (0,0048)**	-0,0027 (0,0048)	-0,0029 (0,0048)
Variável dependente: log do gasto público com urbanismo						
ln_emenda	0,0263 (0,0031)***	0,0245 (0,0031)***	0,0245 (0,0030)***	0,0033 (0,0020)	0,0029 (0,0020)	0,0031 (0,0020)
Variável dependente: log do gasto público com segurança						
ln_emenda	0,0742 (0,0143)***	0,0428 (0,0136)***	0,0429 (0,0135)***	-0,0073 (0,0126)	-0,0081 (0,0127)	-0,0049 (0,0048)
Variável dependente: log do gasto público com assistência social						
ln_emenda	0,0146 (0,0056)***	0,0152 (0,0056)***	0,0152 (0,0056)***	-0,0043 (0,0043)	-0,0041 (0,0043)	-0,0041 (0,0043)
Variável dependente: log do gasto público com transporte						
ln_emenda	0,0219 (0,0047)***	0,0127 (0,0043)***	0,0129 (0,0043)***	-0,0012 (0,0040)	-0,0009 (0,0040)	-0,0011 (0,0040)
Variável dependente: log do gasto público com desporto e lazer						
ln_emenda	0,0246 (0,0036)***	0,0246 (0,0036)***	0,0246 (0,0036)***	-0,0010 (0,0029)	-0,0012 (0,0029)	-0,0011 (0,0040)
Dummys de regiões	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Caract.dos prefeitos	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Variáveis econômicas	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Variáveis sociais	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
Variáveis políticas	Não	Não	Não	Não	Não	Sim

Fonte: Elaborada pela autora. **Nota:** Os Desvios-padrões estão entre parênteses. Níveis de significância: *p<0,1, **p<0,05, ***p<0,001.

3.9 Apêndice D: Resultado da regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágios sendo a variável dependente os gastos com Infraestrutura

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
PAINEL A: REGRESSÕES DE SEGUNDO ESTÁGIO						
Variável dependente: log do gasto público com infraestrutura						
<i>Z</i>	0,1491 (0,0376)***	0,1570 (0,0361)***	0,1511 (0,0359)***	0,0728 (0,0347)**	0,0738 (0,0353)**	0,0766 (0,0350)**
<i>RCL</i>	-	-	-	1,1733 (0,3310)***	1,1563 (0,3310)***	1,1561 (0,3309)***
<i>Transf.obrig</i>	-	-	-	0,0410 (0,3115)	0,1258 (0,3142)	0,1320 (0,3142)
<i>pib.mun</i>	-	-	-	0,2575 (0,1460)*	0,1535 (0,1545)	0,1495 (0,1546)
<i>pop.mun</i>	-	-	-	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)
<i>exp.vida</i>	-	-	-	-	0,0070 (0,0240)	0,0071 (0,0240)
<i>razão.dep</i>	-	-	-	-	-0,0105 (0,0165)	-0,0097 (0,0165)
<i>analfabetismo</i>	-	-	-	-	-0,0250 (0,0140)*	-0,0251 (0,0140)*
<i>Ideologia</i>	-	-	-	-	-	0,2289 (0,1928)
<i>reeleicao</i>	-	-	-	-	-	0,0821 (0,1749)
<i>Sul</i>	-	-1,2075 (0,2045)***	-1,4971 (0,2214)***	-1,1626 (0,2573)***	-1,5620 (0,3536)***	-1,5808 (0,3539)***
<i>Sudeste</i>	-	-0,5852 (0,1887)***	-0,8073 (0,19798)***	-0,8973 (0,2126)***	-1,2621 (0,2907)***	-1,2824 (0,2911)***
<i>Centro.oeste</i>	-	-0,7064 (0,2741)**	-0,7839 (0,2742)***	-0,8753 (0,2972)***	-1,1860 (0,3416)***	-1,2040 (0,3419)***
<i>Norte</i>	-	-0,6299 (0,2957)**	-0,4621 -0,2945	-0,3663 -0,2854	-0,5404 (0,3349)	-0,5746 (0,3358)*
<i>Idade</i>	-	-	0,0193 (0,0068)***	-0,0024 -0,0064	-0,0030 (0,0064)	-0,0029 (0,0065)
<i>Genero</i>	-	-	0,0466 -0,1105	0,1354 -0,1037	0,1399 (0,1038)	0,1410 (0,1038)
<i>Graudeinstrução</i>	-	-	0,2143 (0,0484)***	0,0084 -0,0463	0,0034 (0,0463)	0,0030 (0,0463)
<i>Estadocivil</i>	-	-	0,0145 -0,0372	0,0205 -0,0350	0,0198 (0,0350)	0,0195 (0,0350)
<i>Raça</i>	-	-	-0,2853 (0,0812)***	-0,1826 (0,0765)**	-0,1688 (0,0768)**	-0,1673 (0,0768)**

Continua na próxima página

<i>Ocupação</i>	-	-	-0,0009	-0,0004	-0,0004	-0,0004
	-	-	(0,0003)***	-0,0003	(0,0003)	(0,0003)
<i>Constante</i>	11,2313	11,7033	10,0638	-12,2446	-11,4549	-11,6427
	(31,6400)***	(0,3198)***	(0,6637)***	(2,2894)***	(3,0523)***	(3,0563)***

PAINEL B: REGRESSÕES DE PRIMEIRO ESTÁGIO

Variável dependente: log das Transferências Especiais

<i>T</i>	-1,2803	-0,7187	-0,7519	-0,5561	-0,5731	-0,5587
	(0,3906)***	(0,3864)*	(0,3873)*	(0,3888)	-0,3883	(0,3881)
<i>part.pop</i>	-0,0554	-0,0700	-0,0707	-0,0429	-0,0375	-0,0389
	(0,0073)***	(0,0077)***	(0,0078)***	(0,0089)***	(0,0089)***	(0,0090)***
<i>part.emen</i>	0,0540	0,0557	0,0558	0,0560	0,0556	0,0559
	(0,0023)***	(0,0023)***	(0,0023)***	(0,0023)***	(0,0023)***	(0,0023)***
Obs	5485	5485	5485	5397	5397	5397
Estatística F	199,14	222,62	222,52	207,46	202,98	204,47
Prob> F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaborada pela autora. **Nota:** A Estatística F é para os instrumentos excluídos. Os Desvios-padrões estão entre parênteses. Níveis de significância: *p<0,1, **p<0,05, ***p<0,001.

3.10 **Apêndice E:** Resultado da regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágios sendo a variável dependente os gastos com Saúde

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
PAINEL A: REGRESSÕES DE SEGUNDO ESTÁGIO						
Variável dependente: log do gasto público com saúde						
<i>Z</i>	0,0433 (0,0200)**	0,0530 (0,0192)***	0,0506 (0,01912)***	0,0040 (0,0149)	0,0044 (0,015)	0,0032 (0,0150)
<i>RCL</i>	-	-	-	0,9505 (0,1417)***	0,9459 (0,1417)***	0,9442 (0,1416)***
<i>Transf.obrig</i>	-	-	-	-0,0717 (0,1333)	-0,0491 (0,1345)	-0,0516 (0,1344)
<i>pib.mun</i>	-	-	-	0,0861 (0,0625)	0,0568 (0,0662)	0,0600 (0,0662)
<i>pop.mun</i>	-	-	-	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)
<i>exp.vida</i>	-	-	-	-	-0,0008 (0,0103)	-0,0010 (0,0103)
<i>razão.dep</i>	-	-	-	-	-0,0016 (0,0070)	-0,0020 (0,0071)
<i>analfabetismo</i>	-	-	-	-	-0,0088 (0,0060)	-0,0088 (0,0060)
<i>Ideologia</i>	-	-	-	-	-	-0,1219 (0,0825)
<i>reeleicao</i>	-	-	-	-	-	-0,0886 (0,0748)
<i>Sul</i>	-	-0,3002 (0,1089)***	-0,4032 (0,1182)***	-0,1284 (0,1101)	-0,2620 (0,1514)*	-0,2507 (0,1514)*
<i>Sudeste</i>	-	0,2616 (0,1005)**	0,1795 (0,1057)*	0,1042 (0,0910)	-0,0120 (0,1244)	0,0004 (0,12455)
<i>Centro.oeste</i>	-	-0,2341 (0,1460)	-0,2594 (0,1463)*	-0,3098 (0,1272)**	-0,4104 (0,1463)***	-0,4000 (0,1463)***
<i>Norte</i>	-	-0,4574 (0,1575)***	-0,3964 (0,1572)**	-0,2423 (0,1221)**	-0,3103 (0,1434)**	-0,2901 (0,1437)**
<i>Idade</i>	-	-	0,0113 (0,0036)***	-0,0035 (0,0027)	-0,0037 (0,0028)	-0,0036 (0,0028)
<i>Genero</i>	-	-	-0,0196 (0,0590)	0,0637 (0,0443)	0,0657 (0,0444)	0,0644 (0,0444)
<i>Graudeinstrução</i>	-	-	0,1214 (0,0258)***	-0,0146 (0,0198)	-0,0163 (0,0198)	-0,0162 (0,0198)
<i>Estadocivil</i>	-	-	-0,0129 (0,0198)	0,0043 (0,0150)	0,0042 (0,01497)	0,0045 (0,0150)
<i>Raça</i>	-	-	-0,0831 (0,04337)*	-0,0172 (0,0328)	-0,0129 (0,03286)	-0,0140 (0,0329)

Continua na próxima página

<i>Ocupação</i>	-	-	-0,0002	0,0001	0,0001	0,0001
	-	-	(0,0002)	(0,0001)	(0,0001)	(0,0001)
<i>Constante</i>	15,83808	15,7920	14,7445	-0,4463	-0,0296	0,0918
	(83,7700)***	(0,1704)***	(0,3543)***	(0,9800)	(1,3067)	(1,3078)

PAINEL B: REGRESSÕES DE PRIMEIRO ESTÁGIO

Variável dependente: log das Transferências Especiais

<i>T</i>	-1,2803	-0,7187	-0,7519	-0,5561	-0,5731	-0,5587
	(0,3906)***	(0,3864)**	(0,3873)*	(0,3888)	(0,3883428)	(0,3881252)
<i>part.pop</i>	-0,0554	-0,0700	-0,0707	-0,0429	-0,0375	-0,0389
	(0,0073)***	(0,0077)***	(0,0078)***	(0,0089)***	(0,0089)***	(0,0089)***
<i>part.emen</i>	0,0540	0,0557	0,0558	0,0560	0,0556	0,0559
	(0,0023)***	(0,3048)***	(0,0022)***	(0,0023)***	(0,0023)***	(0,3764)***
Obs	5485	5485	5485	5397	5397	5397
Estatística F	199,14	222,62	223,52	207,46	202,98	204,47
Prob> F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaborada pela autora. **Nota:** A Estatística F é para os instrumentos excluídos. Os Desvios-padrões estão entre parênteses. Níveis de significância: * $p < 0,1$, ** $p < 0,05$, *** $p < 0,001$.

3.11 **Apêndice F:** Resultado da regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágios sendo a variável dependente os gastos com Educação

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
PAINEL A: REGRESSÕES DE SEGUNDO ESTÁGIO						
Variável dependente: log do gasto público com educação						
<i>Z</i>	0,0616 (0,0203)***	0,0638 (0,0195)***	0,0613 (0,0194)***	0,0124 (0,01490)	0,0134 (0,0151)	0,0123 (0,0150)
<i>RCL</i>	-	-	-	0,7786 (0,1421)***	0,7768 (0,1421)***	0,7753 (0,1420)***
<i>Transf.obrig</i>	-	-	-	0,2883 (0,1337)**	0,2919 (0,1349)**	0,2895 (0,1348)**
<i>pib.mun</i>	-	-	-	0,0350 (0,0627)	0,0259 (0,0663)	0,0288 (0,0663)
<i>pop.mun</i>	-	-	-	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)
<i>exp.vida</i>	-	-	-	-	-0,0082 (0,0103)	-0,0084 (0,0103)
<i>razão.dep</i>	-	-	-	-	0,0047 (0,0071)	0,0043 (0,0071)
<i>analfabetismo</i>	-	-	-	-	-0,0088 (0,0060)	-0,0088 (0,0060)
<i>Ideologia</i>	-	-	-	-	-	-0,1148 (0,0827)
<i>reeleicao</i>	-	-	-	-	-	-0,0797 (0,0750)
<i>Sul</i>	-	-0,7151 (0,1103)***	-0,8278 (0,1197)***	-0,3752 (0,1104)***	-0,4974 (0,1518)***	-0,4869 (0,1519)***
<i>Sudeste</i>	-	-0,2280 (0,1018)**	-0,3171 (0,1070)***	-0,2637 (0,0912)***	-0,3525 (0,1248)***	-0,3411 (0,1249)***
<i>Centro.oeste</i>	-	-0,6758 (0,1479)***	-0,7041 (0,1482)***	-0,5845 (0,1276)***	-0,6658 (0,1467)***	-0,6560 (0,1467)***
<i>Norte</i>	-	-0,4657 (0,1596)***	-0,4016 (0,1592)**	-0,1953 (0,1225)	-0,2879 (0,1438)**	-0,2691 (0,14407)**
<i>Idade</i>	-	-	0,0121 (0,0037)***	-0,0029 (0,0028)	-0,0031 (0,0028)	-0,0030 (0,0028)
<i>Genero</i>	-	-	-0,0179 (0,0445)	0,0635 (0,0445)	0,0667 (0,0445)	0,0655 (0,0445)
<i>Graudeinstrução</i>	-	-	0,1223 (0,0262)***	-0,0162 (0,0199)	-0,0176 (0,0199)	-0,0175 (0,0199)
<i>Estadocivil</i>	-	-	-0,0163 (0,0200)	-0,0010 (0,0150)	-0,0008 (0,0150)	-0,0005 (0,0150)
<i>Raça</i>	-	-	-0,0921 (0,0439)**	-0,0310 (0,0329)	-0,0284 (0,0330)	-0,0295 (0,0323)

Continua na próxima página

<i>Ocupação</i>	-	-	-0,0002	0,0001	0,0001	0,0001
	-	-	-0,0002	(0,0001)	(0,0001)	(0,0001)
<i>Constante</i>	15,84812	16,1447	15,0839	-2,6541	-1,9915	-1,8788
	(0,1919)***	(0,1725)***	(0,3588)***	(0,9827)***	(1,3104)*	(1,3114)

PAINEL B: REGRESSÕES DE PRIMEIRO ESTÁGIO

Variável dependente: log das Transferências Especiais						
<i>T</i>	-1,2803	-0,7187	-0,7519	-0,5561	-0,5731	-0,5587
	(0,3906)***	(0,3864)*	(0,3873)*	(0,3888)	(0,3883)	(0,3881)
<i>part.pop</i>	-0,0554	-0,0700	-0,0707	-0,0429	-0,0375	-0,0389
	(0,0073)***	(0,0077)***	(0,0078)***	(0,0089)***	(0,0090)***	(0,0090)***
<i>part.emen</i>	0,0540	0,0557	0,0558	0,0560	0,0556	0,0559
	(0,0023)***	(0,3048)***	(0,0023)***	(0,0023)***	(0,0023)***	(0,3764)***
Obs	5485	5485	5485	5397	5397	5397
Estatística F	199,14	222,62	223,52	207,46	202,98	204,47
Prob> F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaborada pela autora. **Nota:** A Estatística F é para os instrumentos excluídos. Os Desvios-padrões estão entre parênteses. Níveis de significância: *p<0,1, **p<0,05, ***p<0,001.

3.12 **Apêndice G:** Resultado da regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágios sendo a variável dependente os gastos com Urbanismo

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
PAINEL A: REGRESSÕES DE SEGUNDO ESTÁGIO						
Variável dependente: log do gasto público com urbanismo						
<i>Z</i>	0,0611 (0,0100)***	0,0077 (0,0097)***	0,0734 (0,0093)***	0,0007 (0,0063)	-0,0008 (0,0063)	0,0004 (0,0063)
<i>RCL</i>	-	-	-	0,3258 (0,0612)***	0,3237 (0,0610)***	0,3253 (0,0610)***
<i>Transf.obrig</i>	-	-	-	0,4038 (0,0573)***	0,4374 (0,0576)***	0,4393 (0,0575)***
<i>pib.mun</i>	-	-	-	0,2751 (0,0267)***	0,2290 (0,0282)**	0,2263 (0,0281)***
<i>pop.mun</i>	-	-	-	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)**	0,0000 (0,0000)
<i>exp.vida</i>	-	-	-	-	-0,0024 (0,0046)	-0,0023 (0,0046)
<i>razão.dep</i>	-	-	-	-	-0,0140 (0,0029)***	-0,0137 (0,0029)***
<i>analfabetismo</i>	-	-	-	-	-0,0052 (0,0025)***	-0,0052 (0,0025)**
<i>Ideologia</i>	-	-	-	-	-	0,0963 (0,0348)***
<i>reeleicao</i>	-	-	-	-	-	0,0710 (0,0317)**
<i>Sul</i>	-	-0,1946 (0,0552)***	-0,3087 (0,0584)***	-0,0129 (0,0468)	-0,0555 (0,0642)***	-0,0653 (0,0641)
<i>Sudeste</i>	-	0,3554 (0,0503)**	0,2577 (0,0517)***	0,3227 (0,0385)***	0,2582 (0,0527)***	0,2478 (0,0527)***
<i>Centro.oeste</i>	-	0,1752 (0,0738)**	0,1414 (0,0722)**	0,1609 (0,0541)***	0,1093 (0,0620)***	0,1007 (0,0619)*
<i>Norte</i>	-	-0,0092 (0,0800)	0,0705 (0,0778)	0,1023 (0,0519)**	0,1315 (0,0607)***	0,1149 (0,0607)*
<i>Idade</i>	-	-	0,0131 (0,0017)***	-0,0009 (0,0011)	-0,0010 (0,0075)***	-0,0010 (0,0011)
<i>Genero</i>	-	-	-0,0636 (0,0289)**	-0,0254 (0,0187)	-0,0269 (0,0187)	-0,0259 (0,0187)
<i>Graudeinstrução</i>	-	-	0,1505 (0,0127)***	0,0139 (0,0084)*	0,0131 (0,0084)	0,0131 (0,0083)
<i>Estadocivil</i>	-	-	0,0156 (0,0097)	0,0069 (0,0063)	0,0061 (0,0063)	0,0059 (0,0063)
<i>Raça</i>	-	-	-0,0890 (0,0213)***	-0,0222 (0,0138)	-0,0172 (0,0138)	-0,0162 (0,0138)

Continua na próxima página

<i>Ocupação</i>	-	-	-0,0004	-0,0001	-0,0001	-0,0001
	-	-	(0,0000)***	(0,0000)	(0,0000)	(0,0000)
<i>Constante</i>	14,9862	14,7574	13,5445	-0,8632	0,1500	0,0585
	(0,0945)***	(0,0856)***	(0,1736)***	(0,4135)**	(0,5645)	(0,5644)

PAINEL B: REGRESSÕES DE PRIMEIRO ESTÁGIO

Variável dependente: log das Transferências Especiais						
<i>T</i>	-1,1698	-0,6326	-0,6705	-0,4666	-0,4899	-0,4755
	(0,3976)***	(0,3932)	(0,3941)*	(0,3935)	(0,3931)	(0,3929)
<i>part.pop</i>	-0,0581	-0,0719	-0,0729	-0,0441	-0,0389	-0,0405
	(0,0074)***	(0,0078)***	(0,0079)***	(0,0090)***	(0,0091)***	(0,0091)***
<i>part.emen</i>	0,0541	0,0557	0,0557	0,0561	0,0557	0,0560
	(0,0023)***	(0,3123)***	(0,0023)***	(0,0023)***	(0,0023)***	(0,3899)***
Obs	5299	5299	5299	5263	5263	5263
Estatística F	193,50	216,14	216,84	203,88	199,82	201,52
Prob> F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaborada pela autora. **Nota:** A Estatística F é para os instrumentos excluídos. Os Desvios-padrões estão entre parênteses. Níveis de significância: * $p < 0,1$, ** $p < 0,05$, *** $p < 0,001$.

3.13 **Apêndice H:** Resultado da regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágios sendo a variável dependente os gastos com Segurança

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
PAINEL A: REGRESSÕES DE SEGUNDO ESTÁGIO						
Variável dependente: log do gasto público com segurança						
<i>Z</i>	0,1162 (0,0456)**	0,2033 (0,0417)***	0,1943 (0,0413)***	0,0631 (0,0393)	0,0662 (0,0397)*	0,0656 (0,0396)*
<i>RCL</i>	-	-	-	1846338,0000 (0,3749)***	1,7959 (0,3742)***	1,7966 (0,3742)***
<i>Transf.obrig</i>	-	-	-	0,7464 (0,3529)**	0,9933 (0,3552)***	0,9931 (0,3552)***
<i>pib.mun</i>	-	-	-	-0,0514 (0,1654)	-0,3376 (0,1747)*	-0,3376 (0,1748)*
<i>pop.mun</i>	-	-	-	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)
<i>exp.vida</i>	-	-	-	-	0,0484 (0,0271)*	0,0484 (0,0271)*
<i>razão.dep</i>	-	-	-	-	-0,0397 (0,0186)**	-0,0397 (0,0186)**
<i>analfabetismo</i>	-	-	-	-	-0,0528 (0,0158)***	-0,0528 (0,0158)***
<i>Ideologia</i>	-	-	-	-	-	0,0083 (0,2180)
<i>reeleicao</i>	-	-	-	-	-	-0,0071 (0,1977)
<i>Sul</i>	-	3,9749 (0,2364)***	3,8616 (0,2558)***	5,0495 (0,2914)***	4,1256 (0,3999)***	4,1270 (0,4002)***
<i>Sudeste</i>	-	4,6937 (0,2182)***	4,5835 (0,2287)***	4,9360 (0,2408)***	4,0401 (0,3286)***	4,0412 (0,3291)***
<i>Centro.oeste</i>	-	2,7288 (0,3169)***	2,7047 (0,3168)***	3,1539 (0,3366)***	2,4075 (0,3863)***	2,4075 (0,3865)***
<i>Norte</i>	-	0,0417 (0,3420)	0,1903 (0,3403)	0,5376 (0,3232)*	0,2190 (0,3787)	0,2208 (0,3796)
<i>Idade</i>	-	-	0,0363 (0,0078)***	0,0050 (0,0073)	0,0037 (0,0072)	0,0037 (0,0072)
<i>Genero</i>	-	-	0,0757 (0,1277)	0,1502 (0,1174)	0,1566 (0,1173)	0,1565 (0,1173)
<i>Graudeinstrução</i>	-	-	0,2627 (0,0559)***	-0,0472 (0,0524)	-0,0589 (0,0524)	-0,0590 (0,0524)
<i>Estadocivil</i>	-	-	-0,0051 (0,0429)	-0,0138 (0,0396)	-0,0162 (0,0395)	-0,0162 (0,0395)
<i>Raça</i>	-	-	-0,0776 (0,0939)	0,0426 (0,0867)	0,0771 (0,0868)	0,0772 (0,0868)

Continua na próxima página

<i>Ocupação</i>	-	-	-0,0011	-0,0004	-0,0004	-0,0004
	-	-	(0,0003)***	(0,0003)	(0,0003)	(0,0003)
<i>Constante</i>	4,9465	1,6585	-1,4654	-43,1104	-43,0698	-43,0741
	(0,4305)***	(0,3698)***	(0,7670)*	(2,5936)***	(3,4517)***	(3,4558)***

PAINEL B: REGRESSÕES DE PRIMEIRO ESTÁGIO

Variável dependente: log das Transferências Especiais

<i>T</i>	-1,2803	-0,7187	-0,7519	-0,5561	-0,5731	-0,5587
	(0,3905)***	(0,3864)*	(0,3872)*	(0,3887)	(0,3883)	(0,3881)
<i>part.pop</i>	-0,0554	-0,0700	-0,0707	-0,0429	-0,0375	-0,0389
	(0,0072)***	(0,0077)***	(0,0078)***	(0,0088)***	(0,0089)***	(0,0089)***
<i>part.emen</i>	0,0540	0,0557	0,0558	0,0560	0,0556	0,0559
	(0,0022)***	(0,3047)***	(0,0022)***	(0,0022)***	(0,0022)***	(0,3763)***
Obs	5485	5485	5485	5397	5397	5397
Estatística F	199,14	222,62	223,52	207,46	202,98	204,47
Prob> F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaborada pela autora. **Nota:** A Estatística F é para os instrumentos excluídos. Os Desvios-padrões estão entre parênteses. Níveis de significância: *p<0,1, **p<0,05, ***p<0,001.

3.14 **Apêndice I:** Resultado da regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágios sendo a variável dependente os gastos com Assistência Social

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
PAINEL A: REGRESSÕES DE SEGUNDO ESTÁGIO						
Variável dependente: log do gasto público com assistência social						
<i>Z</i>	0,0298 (0,0178)*	0,0399 (0,0171)**	0,0377 (0,0170)**	-0,0028 (0,0133)	-0,0023 (0,0135)	-0,0033 (0,0135)
<i>RCL</i>	-	-	-	0,9010 (0,1276)***	0,9003 (0,1276)***	0,8995 (0,1276)***
<i>Transf.obrig</i>	-	-	-	-0,1426 (0,1201)	-0,1410 (0,1212)	-0,1433 (0,1212)
<i>pib.mun</i>	-	-	-	0,0684 (0,0563)	0,0643 (0,0596)	0,0665 (0,0596)
<i>pop.mun</i>	-	-	-	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)
<i>exp.vida</i>	-	-	-	-	-0,0036 (0,0092)	-0,0038 (0,0092)
<i>razão.dep</i>	-	-	-	-	0,0024 (0,0063)	0,0021 (0,0063)
<i>analfabetismo</i>	-	-	-	-	-0,0042 (0,0054)	-0,0042 (0,0054)
<i>Ideologia</i>	-	-	-	-	-	-0,1002 (0,0743)
<i>reeleicao</i>	-	-	-	-	-	-0,0534 (0,0674)
<i>Sul</i>	-	-0,2918 (0,0970)***	-0,3922 (0,1052)***	-0,1753 (0,0992)*	-0,2348 (0,1364)*	-0,2263 (0,1364)*
<i>Sudeste</i>	-	0,1261 (0,0896)	0,0479 (0,0941)	-0,0412 (0,0819)	-0,0844 (0,1121)	-0,0751 (0,1122)
<i>Centro.oeste</i>	-	-0,1290 (0,1301)	-0,1522 (0,1304)	-0,2210 (0,1304)*	-0,2605 (0,1317)**	-0,2523 (0,1318)*
<i>Norte</i>	-	-0,2633 (0,1404)*	-0,2051 (0,1400)	-0,0730 (0,1100)	-0,1180 (0,1291)	-0,1026 (0,1294)
<i>Idade</i>	-	-	0,0099 (0,0032)***	-0,0030 (0,0024)	-0,0031 (0,0024)	-0,0031 (0,0024)
<i>Genero</i>	-	-	-0,0106 (0,0525)	0,0631 (0,0399)	0,0647 (0,0400)	0,0639 (0,0400)
<i>Graudeinstrução</i>	-	-	0,1191 (0,0230)***	0,0003 (0,0178)	-0,0004 (0,0178)	-0,0003 (0,0178)
<i>Estadocivil</i>	-	-	-0,0121 (0,0176)	0,0036 (0,0134)	0,0037 (0,0134)	0,0039 (0,0134)
<i>Raça</i>	-	-	-0,0835 (0,0386)**	-0,0248 (0,0295)	-0,0236 (0,0296)	-0,0244 (0,0296)

Continua na próxima página

<i>Ocupação</i>	-		-0,0001	0,0001	0,0001	0,0001
	-		(0,0001)	(0,0001)	(0,0001)	(0,0001)
<i>Constante</i>	14,0645	14,0281	13,0159	-0,0438	0,2421	0,3329
	(0,1682)***	(0,1518)***	(0,3157)***	(0,8828)	(0,1177)	(0,1179)

PAINEL B: REGRESSÕES DE PRIMEIRO ESTÁGIO

Variável dependente: log das Transferências Especiais						
<i>T</i>	-1,2803	-0,7187	-0,7519	-0,5561	-0,5731	-0,5587
	(0,3905)***	(0,3864)*	(0,3872)*	(0,3872)	(0,3883)	(0,3881)
<i>part.pop</i>	-0,0554	-0,0700	-0,0707	-0,0429	-0,0375	-0,0389
	(0,0072)***	(0,0077)***	(0,0078)***	(0,0088)***	(0,0089)***	(0,0089)***
<i>part.emen</i>	0,0540	0,0557	0,0558	0,0560	0,0556	0,0559
	(0,0022)***	(0,3047)***	(0,0022)***	(0,0022)***	(0,0022)***	(0,3763)***
Obs	5485	5485	5485	5397	5397	5397
Estatística F	199,14	222,62	223,52	207,46	202,98	204,47
Prob> F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaborada pela autora. **Nota:** A Estatística F é para os instrumentos excluídos. Os Desvios-padrões estão entre parênteses. Níveis de significância: * $p < 0,1$, ** $p < 0,05$, *** $p < 0,001$.

3.15 **Apêndice J:** Resultado da regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágios sendo a variável dependente os gastos com Transporte

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
PAINEL A: REGRESSÕES DE SEGUNDO ESTÁGIO						
Variável dependente: log do gasto público com transporte						
<i>Z</i>	-0,0069 -0,0146	0,0392 (0,0129)***	0,0382 (0,0129)***	0,0039 (0,0123)	0,0058 (0,0125)	0,0043 (0,0124)
<i>RCL</i>	- -	- -	- -	0,6625 (0,1245)***	0,6653 (0,1245)***	0,6666 (0,1244)***
<i>Transf.obrig</i>	- -	- -	- -	-0,0979 (0,1162)	-0,1118 (0,1171)	-0,1191 (0,1171)
<i>pib.mun</i>	- -	- -	- -	0,0088 (0,053)	0,0260 (0,0558)	0,0299 (0,0558)
<i>pop.mun</i>	- -	- -	- -	0,0000 (0,0000)***	0,0000 (0,0000)***	0,0000 (0,0000)***
<i>exp.vida</i>	- -	- -	- -	- -	-0,0002 (0,0105)	-0,0006 (0,0105)
<i>razão.dep</i>	- -	- -	- -	- -	0,0081 (0,0062)	0,0078 (0,0062)
<i>analfabetismo</i>	- -	- -	- -	- -	0,0003 (0,0052)	0,0004 (0,0052)
<i>Ideologia</i>	- -	- -	- -	- -	- -	-0,1172 (0,0682)**
<i>reeleicao</i>	- -	- -	- -	- -	- -	-0,0717 (0,0632)
<i>Sul</i>	- -	1,8539 (0,0739)***	1,8359 (0,0802)***	2,0778 (0,0927)***	2,0662 (0,1286)***	2,0782 (0,1286)***
<i>Sudeste</i>	- -	1,2326 (0,0700)***	1,2138 (0,0732)***	1,2881 (0,0775)***	1,2962 (0,1057)***	1,3101 (0,1058)***
<i>Centro.oeste</i>	- -	1,6900 (0,0950)***	1,6877 (0,0953)***	1,7375 (0,1040)***	1,7441 (0,1208)***	1,7553 (0,1209)***
<i>Norte</i>	- -	0,8945 (0,1115)***	0,9179 (0,1113)***	0,9911 (0,1061)***	0,9605 (0,1221)***	0,9812 (0,1224)***
<i>Idade</i>	- -	- -	0,0076 (0,0024)***	-0,0012 (0,0023)	-0,0011 (0,0023)	-0,0012 (0,0023)
<i>Genero</i>	- -	- -	-0,0449 (0,0407)	-0,0137 (0,0375)	-0,0126 (0,0375)	-0,0137 (0,0375)
<i>Graudeinstrução</i>	- -	- -	0,0494 (0,0175)***	-0,0364 (0,0164)**	-0,0365 (0,0165)**	-0,0362 (0,0165)**
<i>Estadocivil</i>	- -	- -	-0,0134 (0,0135)	-0,0200 (0,0125)	-0,0197 (0,0125)	-0,0196 (0,0125)
<i>Raça</i>	- -	- -	-0,0031 (0,0298)	0,0334 (0,0276)	0,0324 (0,0277)	0,0315 (0,0277)

Continua na próxima página

<i>Ocupação</i>	-		-0,0002	0,0000	0,0000	0,0000
	-		(0,0001)***	(0,0001)	(0,0001)	(0,0001)
<i>Constante</i>	14,18379	12,6975	12,2144	2,9556	2,5351	2,6790
	(0,1382)***	(0,1173)***	(0,2390)***	(0,8266)***	(1,2072)**	(1,2085)**

PAINEL B: REGRESSÕES DE PRIMEIRO ESTÁGIO

Variável dependente: log das Transferências Especiais						
<i>T</i>	-0,9453	-0,4392	-0,4644	-0,2631	-0,2819	-0,2613
	(0,4457)**	(0,4421)	(0,4432)	(0,4428)	(0,4421)	(0,4416)
<i>part.pop</i>	-0,0597	-0,0707	-0,0726	-0,0459	-0,0395	-0,0415
	(0,0081)***	(0,0086)***	(0,0087)***	(0,0098)***	(0,0099)***	(0,0099)***
<i>part.emen</i>	0,0553	0,0567	0,0567	0,0568	0,0563	0,0565
	(0,0026)***	(0,3630)***	(0,0026)***	(0,0026)***	(0,0026)***	(0,4560)***
Obs	4102	4102	4102	4071	4071	4071
Estatística F	156,30	170,89	171,86	161,10	156,99	158,57
Prob> F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaborada pela autora. **Nota:** A Estatística F é para os instrumentos excluídos. Os Desvios-padrões estão entre parênteses. Níveis de significância: * $p < 0,1$, ** $p < 0,05$, *** $p < 0,001$.

3.16 **Apêndice K:** Resultado da regressão de Mínimos Quadrados de Dois Estágios sendo a variável dependente os gastos com Desporto e Lazer

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
PAINEL A: REGRESSÕES DE SEGUNDO ESTÁGIO						
Variável dependente: log do gasto público com desporto e lazer						
<i>Z</i>	0,0268 (0,0117)**	0,0584 (0,0108)***	0,0541 (0,0106)***	-0,0018 (0,0090)	-0,0017 (0,0091)	-0,0019 (0,0091)
<i>RCL</i>	-	-	-	0,5628 (0,0891)***	0,5485 (0,0890)***	0,5516 (0,0890)***
<i>Transf.obrig</i>	-	-	-	-0,2825 (0,0827)***	-0,2312 (0,0834)***	-0,2325 (0,0833)***
<i>pib.mun</i>	-	-	-	0,3479 (0,0382)***	0,2935 (0,0402)***	0,2916 (0,0402)***
<i>pop.mun</i>	-	-	-	0,000000179 (0,0000)**	0,00000018 (0,0000)**	0,00000018 (0,0000)***
<i>exp.vida</i>	-	-	-	-	0,0080 (0,0060)	0,0082 (0,0060)
<i>razão.dep</i>	-	-	-	-	-0,0109 (0,0044)**	-0,0109 (0,0044)**
<i>analfabetismo</i>	-	-	-	-	-0,0085 (0,0036)**	-0,0085 (0,0036)**
<i>Ideologia</i>	-	-	-	-	-	0,0058 (0,0498)
<i>reeleicao</i>	-	-	-	-	-	0,0809 (0,0448)**
<i>Sul</i>	-	0,8921 (0,0604)***	0,7246 (0,0646)***	0,6780 (0,0659)***	0,5382 (0,0914)***	0,5347 (0,0915)***
<i>Sudeste</i>	-	1130879,0000 (0,0556)***	0,9997 (0,0575)***	0,8393 (0,0545)***	0,6938 (0,0750)***	0,6901 (0,0751)***
<i>Centro.oeste</i>	-	0,9033 (0,0814)***	0,8542 (0,0801)***	0,5675 (0,0766)***	0,4463 (0,0881)***	0,4441 (0,0882)***
<i>Norte</i>	-	0,4724 (0,0902)***	0,5528 (0,0883)***	0,4943 (0,0752)***	0,4580 (0,0881)***	0,4527 (0,0883)***
<i>Idade</i>	-	-	0,0109 (0,0019)***	-0,0008 (0,0016)	-0,0010 (0,0016)	-0,0011 (0,0016)
<i>Genero</i>	-	-	-0,0969 (0,0324)***	-0,0595 (0,0268)**	-0,0602 (0,0267)**	-0,0591 (0,0267)**
<i>Graudeinstrução</i>	-	-	0,1393 (0,0140)***	0,0255 (0,0118)**	0,0237 (0,0118)**	0,0239 (0,0118)**
<i>Estadocivil</i>	-	-	0,0092 (0,0108)	0,0076 (0,0089)	0,0068 (0,0089)	0,0065 (0,0089)
<i>Raça</i>	-	-	-0,1433 (0,0239)***	-0,0643 (0,0199)***	-0,0582 (0,0199)***	-0,0577 (0,0199)***
<i>Ocupação</i>	-	-	-0,0003	0,0000	0,0000	0,0000

	-	-	(0,0000)***	(0,0000)	(0,0000)	(0,0000)
<i>Constante</i>	12,68895 (0,1115)***	11,7310 (0,0976)***	10,8787 (0,1927)***	2,9356 (0,5859)***	3,1633 (0,7799)***	3,1258 (0,7804)***

PAINEL B: REGRESSÕES DE PRIMEIRO ESTÁGIO

Variável dependente: log das Transferências Especiais						
<i>T</i>	-1,1124 (0,4055)***	-0,6588 (0,4014)*	-0,6974 (0,4021)**	-0,5045 (0,4013)	-0,5266 (0,4008)	-0,5207 (0,4005)
<i>part.pop</i>	-0,0576 (0,0075)***	-0,0712 (0,0080)***	-0,0728 (0,0081)***	-0,0429 (0,0092)***	-0,0370 (0,0093)***	-0,0386 (0,0093)***
<i>part.emen</i>	0,0532 (0,0024)***	0,0549 (0,3273)***	0,0549 (0,0023)***	0,0553 (0,0023)***	0,0549 (0,0023)***	0,0551 (0,4094)***
Obs	5057	5057	5057	5027	5027	5027
Estatística F	177,77	197,91	198,67	186,70	182,56	183,90
Prob> F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaborada pela autora. **Nota:** A Estatística F é para os instrumentos excluídos. Os Desvios-padrões estão entre parênteses. Níveis de significância: *p<0,1, **p<0,05, ***p<0,001.

4 DIVISÃO INTRAPARTIDÁRIAS DE RECURSOS MONETÁRIOS DE PARTIDOS POLÍTICOS

4.1 INTRODUÇÃO

O financiamento de campanhas eleitorais ocupa um lugar central nos debates de economia política, gerando um espectro de opiniões sobre seu papel na democracia. Por um lado, é visto como essencial para informar o eleitorado e facilitar uma democracia mais inclusiva, ao oferecer a partidos políticos menos conhecidos e a candidatos oportunidades de competir em pé de igualdade (AVIS *et al.*, 2022). Por outro, a disponibilidade excessiva de fundos pode comprometer seriamente a qualidade do sistema democrático. O fortalecimento do individualismo político em detrimento da coesão partidária e a redução da competição eleitoral, são apenas algumas das consequências negativas identificadas pela literatura (AVELINO; FISCH, 2019; AVIS *et al.*, 2022). Tais efeitos sublinham como o financiamento pode distorcer o processo eleitoral, deslocando o foco das qualidades dos candidatos para a quantidade de dinheiro que podem mobilizar.

O Brasil se destaca por alocar uma parcela significativa de seu Produto Interno Bruto (PIB) em despesas eleitorais, uma particularidade quando comparada a economias maiores. Os dados do Tribunal Superior Eleitoral para as eleições de 2014 e 2018 ilustram bem essa realidade: foram gastos, nessas eleições, cerca de US\$ 1,5 bilhões e US\$ 1,2 bilhões, respectivamente, em campanhas para cargos no Legislativo e no Executivo. Estes valores representam aproximadamente 22% do orçamento anual alocado ao programa Bolsa Família, um dos principais programas de transferência de renda do país, ressaltando assim a importância e a escala do financiamento eleitoral no Brasil. Em contraste, nos Estados Unidos, cujo PIB é dez vezes maior que o brasileiro, os gastos nas eleições em 2010 e 2016 não ultrapassaram US\$ 4,3 bilhões e US\$ 6,4 bilhões, respectivamente (AVELINO; FISCH, 2019).

O expressivo volume de gastos eleitorais no Brasil é resultado de peculiaridades do próprio sistema político brasileiro. A eleição para a Câmara dos Deputados, por exemplo, se dá por um sistema proporcional de lista aberta, onde o número de assentos por estado varia de um mínimo de 8 a um máximo de 70. Para assegurar uma vaga, o candidato precisa não apenas de uma votação expressiva no seu estado, mas também se destacar dentro de sua própria legenda. Esse modelo promove uma competição acirrada e individualista, incentivando os candidatos a focarem em estratégias personalistas e na oferta de benefícios específicos aos eleitores (SAMUELS, 2001). Adicionalmente, a vasta extensão territorial do Brasil amplifica a necessidade de investimentos substanciais em campanhas para cobrir a demanda por informação em todo o país (CARAZZA, 2018).

Conforme explorado em ensaios anteriores desta tese, a reforma da legislação eleitoral brasileira em 2015 marcou um ponto de inflexão na dinâmica de financiamento de campanhas políticas, redirecionando o foco das doações privadas para os recursos públicos. Essa transição significativa não só remodelou o cenário legislativo, alterando as dinâmicas de poder e barganha entre os deputados e líderes partidários, mas também reconfigurou a arena eleitoral. Sob essa nova legislação, os critérios para a distribuição dos recursos públicos começaram a priorizar as necessidades e estratégias dos partidos políticos, evidenciando uma mudança profunda nas motivações subjacentes à alocação do financiamento eleitoral. A introdução do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) emergiu como um marco, estabelecendo-se como a principal fonte de financiamento eleitoral no Brasil, composto integralmente por recursos públicos destinados aos partidos.

Desde sua implementação, o Fundo Eleitoral tem desempenhado um papel cada vez mais significativo na estrutura do financiamento eleitoral no Brasil. Na eleição presidencial de 2018, a primeira após a criação do FEFC, um total de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão foi disponibilizado aos partidos políticos. Neste primeiro teste do Fundo Eleitoral, 34 dos 35 partidos elegíveis participaram, se destaca a posição do partido NOVO que, fiel à sua política de não utilizar recursos públicos para campanhas, optou por recusar os R\$ 980,7 mil a ele destinados. A relevância do FEFC continuou a crescer nas eleições municipais de 2020, onde o montante disponibilizado teve um acréscimo nominal de 18,6%, totalizando R\$ 2,0 bilhões. Esta tendência de aumento se acentuou ainda mais nas eleições de 2022, com o fundo recebendo uma injeção substancial de recursos, elevando seu total para R\$ 4,9 bilhões, mais do que dobrando o valor em comparação com a alocação anterior.

Diante desse panorama, os partidos políticos começaram a enfrentar decisões cruciais no gerenciamento desses recursos, que se desdobram em duas questões fundamentais. A primeira envolve a alocação desses fundos entre as diversas eleições sob sua esfera de influência, requerendo uma estratégia que equilibre as demandas de curto e longo prazo e as oportunidades eleitorais em diferentes níveis (municipal, estadual e federal). A segunda questão aborda a distribuição específica dos recursos a cada candidato, uma decisão permeada por considerações que vão além do mérito ou da viabilidade eleitoral, refletindo também as prioridades políticas, as alianças internas e a estratégia global do partido. Essas decisões sobre a distribuição de recursos revelam as complexidades e os desafios que os partidos enfrentam na era pós-reforma eleitoral.

A decisão dos partidos políticos no Brasil sobre a distribuição dos recursos públicos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para cada candidato revela um aspecto crítico do sistema eleitoral: a profunda desigualdade no financiamento de campanha. Essa disparidade manifesta-se na distribuição desproporcional de recursos, com alguns candidatos arrecadando somas consideráveis, enquanto outros recebem quantias mínimas. O caso do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), durante as eleições de 2018 para deputado federal, serve como um exemplo emblemático: o partido alocou

R\$70,1 milhões do Fundo Eleitoral para as campanhas proporcionais, beneficiando 211 candidatos filiados com recursos que variaram de R\$2,3 milhões a apenas R\$250,00. É notável que seis candidatos, cada um recebendo mais de R\$ 2 milhões, compartilham entre si uma rica trajetória política, ocupando posições que vão de vereadores a senadores.

A disparidade na distribuição do Fundo Eleitoral não se limita ao PSDB, mas se configura como uma realidade presente em diversas siglas partidárias do país. O PSL, por exemplo, direcionou 52% de seus recursos, cerca de R\$ 9,2 milhões, para campanhas à Câmara Federal, com valores recebidos por candidatos variando entre R\$ 1,8 milhão e R\$ 13,20. Situação semelhante se observa nos partidos Avante e Democratas (DEM), onde a distribuição dos recursos também apresenta variação significativa entre os candidatos. O Avante, que recebeu cerca de R\$ 12,4 milhões do fundo, destinou 76% para seus candidatos a Deputados Federais, com parcelas distribuídas variando de R\$ 1,3 milhão a R\$ 10,15. Já o DEM distribuiu seus recursos de forma que variaram entre R\$ 1,9 milhão e R\$ 168,75.

Essa distribuição desequilibrada não apenas destaca a discrepância nas oportunidades de campanha, mas também influencia significativamente o equilíbrio da competição eleitoral. Ao privilegiar determinados candidatos com mais recursos, os partidos políticos inadvertidamente criam um cenário de desigualdade que pode comprometer a integridade das corridas eleitorais. A vasta literatura acadêmica sobre o assunto (SAMUELS, 2001; PEREIRA; RENNO, 2007; SPECK; MANCUSO, 2014; AVELINO; FISCH, 2019; AVIS *et al.*, 2022) corrobora a existência de uma correlação direta entre o montante de financiamento de campanha e o sucesso eleitoral, evidenciando que candidatos com maiores recursos tendem a ter uma probabilidade significativamente maior de eleição e vitória nas urnas. Esse fenômeno ressalta como o financiamento desigual pode distorcer o princípio democrático de igualdade de chances, afetando a representatividade e a legitimidade do processo eleitoral.

A distribuição desigual dos recursos públicos destinados às campanhas eleitorais frequentemente reflete complexidades e nuances das dinâmicas eleitorais internas dos partidos políticos. Fatores como a experiência política anterior dos candidatos, suas chances de reeleição e as estratégias regionais dos partidos são frequentemente citados como justificativas para a alocação preferencial de recursos. Candidatos com um sólido histórico de serviço público ou aqueles em busca de reeleição têm maiores chances de sucesso nas urnas, o que justifica um investimento financeiro mais significativo em suas campanhas. Esse raciocínio indica que esses candidatos, além de contarem com uma base eleitoral já estabelecida, também provaram sua capacidade de governança, o que, teoricamente, aumentaria suas possibilidades de vitória.

No entanto, a realidade do financiamento de campanhas revela uma complexidade maior do que os critérios objetivos podem sugerir. Existem evidências, tanto sistemáticas quanto anedóticas, que apontam para a ocorrência de disparidades significativas na

distribuição de recursos entre candidatos que, à primeira vista, possuem qualificações e contextos similares. Um exemplo característico disso foi observado nas eleições para Deputado Federal em 2018 no estado de Pernambuco. João Campos e Poliny Aguiar, ambos candidatos pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e novatos na disputa eleitoral, receberam quantias substancialmente diferentes do fundo eleitoral: R\$ 500,1 mil para João Campos, em contraste com R\$ 100,0 mil destinados a Poliny Aguiar. Esse caso ilustra como, mesmo entre candidatos sem experiência legislativa prévia e, portanto, comparáveis em termos de histórico político, a distribuição dos recursos do fundo pode variar consideravelmente.

Este estudo se concebe com o propósito de investigar as desigualdades na distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) entre os candidatos para Deputado Federal dos partidos políticos, com especial atenção aos dados das eleições gerais de 2018 no Brasil. O objetivo principal é identificar e compreender as dinâmicas e padrões que caracterizam essa distribuição desigual de recursos, reconhecendo seu potencial impacto na justiça do processo eleitoral e nos resultados das eleições. Utilizando o índice Herfindahl–Hirschman (HHI) para analisar as eleições proporcionais de 2018, observa-se uma notável concentração na distribuição dos recursos públicos destinados às campanhas eleitorais. Esse achado sugere que uma parcela significativa do FEFC foi direcionada a um número restrito de candidaturas, mostrando uma preferência por certos candidatos em detrimento de uma distribuição mais equitativa. Além disso, por meio de uma análise de regressão linear simples, é possível demonstrar que essa tendência de alta concentração de recursos é comum aos partidos, sem variações significativas relacionadas ao tamanho ou à orientação ideológica dos mesmos.

Além da análise empírica, o estudo teve a ambição de desenvolver uma teoria microfundamentada capaz de explicar os mecanismos subjacentes à distribuição de recursos eleitorais. Para alcançar esse objetivo, nós baseamos nossa análise na premissa de que, em uma disputa acirrada, dois candidatos concorrem por uma vaga na Câmara Federal, representando o mesmo estado e partido. Nesse contexto, o partido em questão tem o interesse em otimizar as possibilidades de sucesso eleitoral de ambos. A teoria assume que a probabilidade de sucesso de um candidato nas urnas é influenciada diretamente por sua popularidade inata e sua visibilidade perante o eleitorado. Uma das descobertas fundamentais do modelo desenvolvido foi a de que a distribuição desigual de recursos para candidatos com características observáveis semelhantes, como níveis comparáveis de popularidade e visibilidade, muitas vezes decorre de uma preferência explícita do partido político por determinados indivíduos. Essa preferência é nutrida por fatores intrínsecos às estruturas de poder político, sobretudo as conexões políticas estabelecidas que tendem a beneficiar candidatos integrados aos círculos dominantes de influência (CALDEIRA; PATTERSON, 1987; MASKET, 2008) e as dinastias políticas (FERRAZ; FINAN; MARTINEZ-BRAVO, 2020b). A relação de parentesco ou a associação a famílias politicamente influentes, re-

presentadas por nomes como Arraes, Sarney, Maia e, na contemporaneidade, Bolsonaro, exerce uma influência decisiva na alocação de recursos.

Este estudo traz uma contribuição original e valiosa para a literatura, sendo único no Brasil ao aplicar a teoria dos jogos para analisar como os partidos políticos decidem a distribuição dos recursos de campanhas eleitorais. Enquanto a maioria das pesquisas nessa área foca nos efeitos dos fundos monetários eleitorais sob a perspectiva do eleitor e de grupos de interesse (PRAT, 2002; COATE, 2004a; COATE, 2004b; ASHWORTH, 2006), ou na influência dos recursos de campanha na seleção de políticos qualificados (MATTOZZI; MERLO, 2015; CARRILLO; MARIOTTI, 2001), nós nos debruçamos sobre a estratégia dos partidos políticos. Essa abordagem nos permite explorar como as decisões partidárias impactam diretamente nas chances de eleição de determinados candidatos, preenchendo assim uma lacuna significativa no entendimento dessas dinâmicas.

Na seção seguinte, é realizado uma revisão das diversas vertentes da literatura acadêmica que fundamentam este estudo. Após isso, prossegue-se com a apresentação de evidências sistemáticas e anedóticas que ilustram a desigualdade na distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) durante as eleições gerais de 2018. Esta análise evidencia a concentração de recursos em determinados candidatos, destacando as disparidades significativas no financiamento de campanha dentro dos partidos políticos. Na sequência, na quarta seção, introduz-se um modelo microfundamentado, com o propósito de elucidar as motivações e os mecanismos que resultam na distribuição desigual de recursos públicos de campanha eleitoral, explorando as razões pelas quais alguns candidatos recebem volumes substanciais de financiamento, enquanto outros são relegados a quantias mínimas. Esta modelagem busca não apenas explicar as dinâmicas observadas, mas também fornecer uma base teórica sólida para compreender os fatores que influenciam as decisões dos partidos políticos. Por fim, a conclusão do estudo.

4.2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão da literatura existente revela uma notável escassez de investigações científicas dedicadas especificamente à análise da distribuição interna de recursos pelos partidos políticos, especialmente no contexto subsequente às significativas reformulações na legislação eleitoral brasileira. Embora algumas discussões tangenciais abordem a temática da alocação de recursos de campanha, notadamente no que tange à distribuição para candidatas mulheres, estas frequentemente carecem de fundamentação em análises estatísticas robustas ou na construção de modelos teóricos que poderiam oferecer insights mais profundos sobre as dinâmicas subjacentes (EDUARDO; SOUZA, 2021; SOUSA, 2021; PEIXOTO; MARQUES; RIBEIRO, 2022; DIAS; NASCIMENTO, 2023). Adicionalmente, existe um conjunto de estudos que, embora não foquem diretamente na distribuição de recursos financeiros, examinam a maneira pela qual os partidos políticos alocam outro

recurso crucial: o tempo de televisão. Essas pesquisas exploram os impactos dessa alocação nas perspectivas eleitorais dos candidatos, mas ainda deixam uma lacuna no entendimento de como os recursos financeiros são distribuídos internamente nos partidos e como isso afeta a competição eleitoral (SCHAEFER, 2023; BORBA; DUTT-ROSS, 2021). Diante desse cenário, a revisão de literatura deste estudo será direcionada para explorar temas relacionados ao financiamento de campanhas e à seleção de políticos, áreas que, embora periféricas, apresentam certa intersecção com o foco da nossa investigação.

Grande parte da literatura que trata sobre a temática do financiamento de campanha política, analisa o fenômeno apenas pela ótica do bem-estar do eleitor (PRAT, 2002; COATE, 2004a; COATE, 2004b; ASHWORTH, 2006). Nessa abordagem se assume a existência de dois tipos de eleitores: os “informados” e os “desinformados”. Enquanto os primeiros votam conforme a sua posição política, o segundo grupo é influenciado pela propaganda eleitoral. O *marketing* político fornece informações sobre a qualidade e valência dos candidatos em disputa, a vista que, esses elementos, muitas vezes, não estão facilmente disponíveis para o eleitorado. Os recursos de campanhas para publicidade são fornecidos por grupos de interesses, que exigem, em contrapartida, a execução de políticas e benesses fiscais.

Prat (2002) através de um modelo teórico de sinalização demonstra que, quando a propaganda é indiretamente informativa, a proibição do financiamento de campanha pode aumentar o bem-estar do eleitor. Em seu modelo, a característica de valência do candidato é desconhecida, existindo apenas 2 sinais: os públicos, como histórico político do candidato, debates, etc., e os internos, que não são observados pela massa de eleitores apenas pelos grupos de interesse. Esse último sinal, só é revelado com credibilidade para os eleitores quando os políticos executam grandes níveis de propagandas eleitorais. Dessa forma, as contribuições de campanha trazem um benefício informativo, porém, exige um custo político, dado que no momento da doação, o grupo de interesse exige a execução de uma plataforma que se desvia da ótima do eleitor mediano.

Todavia, Coate (2004a) admite a existência de candidatos com ideologias políticas bem definidas, porém, suas qualidades são incertas aos olhos do eleitor. Em vista disso, a publicidade é um meio de informação e, principalmente, o artifício para atrair os votos dos eleitores “desinformados”. O benefício social das contribuições de campanhas é gerar vantagem durante o pleito para os candidatos qualificados e, conseqüentemente, elencar melhor políticos para o cargo. Porém, o autor ressalta que se as contribuições de campanha forem irrestritas, ou seja, não disporem de limites para doações, a publicidade não é eficaz na promoção de candidatos qualificados. Isso ocorre por os eleitores serem racionais e antecipam que grandes eventos propagandistas envolvem elevado grau de dinheiro para as campanhas, o que está intimamente relacionado com a execução de favores para os doadores. Nesse sentido, a população votante não elegeria o candidato qualificado e os gastos com publicidades não trariam vantagens eleitorais para o receptor.

Por outro lado, Coate (2004a) salienta que, se as contribuições forem limitadas, os favores direcionados a grupos de interesses se reduzirem, o que elevaria a probabilidade de bons políticos serem eleitos. As perdas de recursos poderiam ser compensadas por dinheiro público e, dado que, que esses instrumentos são provenientes de impostos, não haveria razão para troca de favores. Esses achados também são expostos no modelo formal de Ashworth (2006), do qual ressalta que o financiamento público expurga os custos de favores políticos e mantém as informações benéficas para a população votante.

Em outro artigo teórico, Coate (2004b) parte do pressuposto de que os eleitores possuem informações imperfeitas sobre os candidatos que estão participando da corrida eleitoral, a vista que, observam as suas filiações partidárias, porém, não sabem o quão extremistas eles o são. A única sinalização disponível é a publicidade, ela é responsável por revelar o tipo de político que está no pleito eleitoral. A vista disso, o autor enfatiza que a limitação de contribuições de campanhas de grupos de interesse, reduz o bem-estar do eleitor. Isso porque, com menor montante de informações disponíveis, a probabilidade de eleição de um candidato extremista é elevada.

Em resumo, a literatura exposta até aqui está preocupada em demonstrar a ação de grupos de interesses sobre o financiamento de campanhas eleitorais. O principal ponto de convergência entre essa literatura e o presente estudo está na busca pelas razões que fazem candidatos receberem mais ou menos recursos. Diferente deles, esse estudo dá um passo atrás, consideramos serem os próprios partidos políticos os responsáveis pelas transferências do montante de recursos eleitorais para os seus candidatos. O “quantum” de dinheiro que o partido dispõe é decorrente de doações privadas, vindas tanto de grupos de interesse quanto de fundos públicos. Portanto, ao contrário da literatura, os valores repassados para os candidatos dependem das vontades particulares da agremiação e não do grupo de interesse. Dessa forma, o bem-estar do eleitor dependerá do alinhamento de propósitos do partido político com o seu eleitorado.

A principal preocupação da literatura de seleção de políticos está no tipo de candidato eleito e o papel que o partido exerce sobre essa seleção. Besley (2005) e Mattozzi e Merlo (2015) argumentam que os partidos políticos são os principais responsáveis pela escolha dos candidatos que irão disputar as eleições. No entanto, o tipo de político que atende aos interesses da agremiação, na maioria das vezes, não está alinhado às preferências dos eleitores. “[...]Partidos políticos podem escolher deliberadamente recrutar apenas políticos medíocres, apesar de poderem selecionar indivíduos melhores” (MATTOZZI; MERLO, 2015, p. 32, tradução nossa). Segundo Besley (2005), o fator renda/riqueza que o cargo político oferece é a principal razão para os partidos optarem por candidatos de baixa qualidade, a vista que, a proteção dessas benesses depende de indivíduos com pouca motivação para o serviço público. Segundo o autor, o problema do partido agir dessa forma é que ele corre o risco de não eleição, dado que, os eleitores podem preferir outros partidos, quando reconhecem o histórico parlamentar do candidato.

Mattozzi e Merlo (2015) desenvolvem um modelo de seleção política sob a ótica do partido político e encontram um equilíbrio do qual definem como “mediocracia”. Segundo os autores, os partidos políticos podem deliberadamente não recrutar políticos de alta qualidade, independente do tipo de sistema eleitoral. Essa evidência é decorrente do *trade-off* entre o efeito competição e o efeito desestímulo. O partido político pode recrutar melhores políticos e, conseqüentemente, aumentar suas perspectivas eleitorais, principalmente em eleições acirradas (efeito competição) ou convocar um grupo de candidatos medíocres, que maximizem o esforço coletivo do partido político, mas que na presença de “superestrelas” (candidatos muito conhecidos da população) são desencorajados e se esquivam da competição (efeito desestímulo). Os autores ainda salientam que em ambientes eleitorais competitivos, a atração por candidatos de baixa qualidade se reduz. Por essa ótica, as eleições majoritárias são preferíveis às proporcionais.

Com esse mesmo propósito, Carrillo e Mariotti (2001) constroem um modelo teórico que trata sobre o conflito de interesses entre partidos e eleitores. As agremiações políticas escolhem os candidatos que irão disputar as eleições a partir de suas probabilidades de vitória nas urnas, enquanto os eleitores têm preferências pela substituição de titulares medíocres. As crenças sobre as habilidades dos candidatos são atualizadas durante a campanha eleitoral. Tanto os cidadãos quanto os partidos políticos possuem informações incompletas, porém o eleitorado dispõe de uma quantidade maior de informação sobre os candidatos no momento da votação, do que os partidos tinham no momento da seleção. Essa defasagem informacional é o ponto crucial da teoria estabelecida, os autores demonstram que a competição eleitoral pode levar os partidos a não selecionarem os candidatos mais adequados.

4.3 EVIDÊNCIAS DA DESIGUALDADE DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS INTRA PARTIDO

O Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), conhecido popularmente como Fundo Eleitoral, constitui atualmente a principal fonte de financiamento eleitoral no Brasil. Instituído em 2017 por meio das leis nº 13.487 e 13.488, o FEFC surgiu com o propósito de cobrir as perdas financeiras dos partidos políticos com a extinção das doações de Pessoa Jurídica, no ano de 2015. Tal mudança teve como principal motivação coibir a influência desproporcional de grandes corporações no cenário político nacional, buscando assim promover uma maior equidade no processo eleitoral brasileiro.

A composição do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) provém de dotações orçamentárias federais e os critérios para sua distribuição são os seguintes: 2% do total são distribuídos de maneira igualitária entre todos os partidos com registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE); em seguida, 35% são alocados entre os partidos que tenham ao menos um representante na Câmara dos Deputados, proporcionalmente aos

votos recebidos na última eleição geral para a Câmara; adicionalmente, 48% do fundo são repartidos conforme a representação de cada partido na Câmara dos Deputados, baseando-se no resultado da última eleição geral; por fim, 15% são divididos entre os partidos na proporção de seus representantes no Senado Federal. Essa estrutura de distribuição busca equilibrar a representatividade política dos partidos e a necessidade mínima de recursos para fazer frente a disputa eleitoral.

A legislação brasileira, por meio da Lei nº 13.487/2017, estipulou critérios específicos para a liberação dos recursos do Fundo Eleitoral aos partidos políticos. A norma obriga que as agremiações estabeleçam diretrizes para distribuição do recurso público, o qual devem obter a aprovação por maioria absoluta dos membros do órgão executivo nacional do partido e serem divulgadas ao público, assegurando transparência na alocação dos recursos. Esse procedimento confere aos partidos autonomia para determinar a distribuição mais equitativa dos recursos entre seus candidatos. Contudo, a análise dos critérios adotados pelos 34 partidos beneficiados pelo Fundo Eleitoral em 2018 demonstra que há uma generalidade na especificação da distribuição dos recursos. Embora detalhem a parcela destinada a diferentes eleições e o percentual reservado para campanhas de candidatas mulheres, falta clareza sobre os métodos empregados para alocar os fundos entre os demais candidatos. Vale destacar que, desde 2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) impõe duas restrições específicas para assegurar a promoção da igualdade e inclusão no cenário político: a primeira determina que ao menos 30% do valor total recebido do Fundo Eleitoral seja direcionado ao financiamento das campanhas eleitorais de candidatas mulheres. A segunda restrição, implementada a partir de 2020, exige que a distribuição dos recursos entre os candidatos seja proporcional ao número de candidatos negros presentes no partido.

Após a recepção dos recursos do Fundo Eleitoral, os partidos políticos se deparam com decisões fundamentais que impactam diretamente a estratégia e a eficácia de suas campanhas eleitorais. A primeira envolve a determinação da alocação de recursos entre as diversas eleições em que o partido está envolvido, como as eleições presidenciais, para a Câmara dos Deputados e para o Senado. Essa escolha estratégica define não apenas o foco do partido em termos de representatividade em diferentes níveis de governo, mas também reflete suas prioridades políticas e eleitorais. A segunda decisão crucial relaciona-se à distribuição dos recursos do Fundo Eleitoral entre os candidatos de diversos estados do Brasil. Idealmente, os partidos políticos deveriam utilizar como critérios de distribuição as especificidades regionais, o potencial eleitoral de cada estado e as chances de sucesso dos candidatos locais.

Analisando a distribuição do Fundo Eleitoral de 2018, observa-se que tanto os partidos que receberam mais recursos quanto os que receberam menos concentraram uma parcela significativa, superior a 50%, nas campanhas para a Câmara dos Deputados (conforme demonstrado na Tabela 32). A preferência por investir na Câmara dos Deputados pode ser explicada pela própria natureza do sistema eleitoral da casa legislativa. As

eleições são realizadas sob o sistema proporcional com distritos plurinominais. Esse sistema caracteriza-se pela divisão do país em grandes distritos, em que cada um elege múltiplos representantes, não se limitando a um único vencedor por distrito. O número de votos que um partido recebe em cada distrito determina quantos assentos ele conquistará nesse estado, tornando crucial a acumulação de um grande número de votos tanto para o partido quanto para os candidatos individualmente. Considerando que estudos demonstram a correlação entre o investimento financeiro em campanhas e o sucesso eleitoral (SAMUELS, 2001; PEREIRA; RENNO, 2007; SPECK; MANCUSO, 2014; AVELINO; FISCH, 2019; AVIS *et al.*, 2022), a estratégia de concentrar recursos nas disputas para a Câmara faz sentido do ponto de vista da maximização das chances de vitória dos candidatos do partido.

Tabela 32 – Porcentagem do Fundo Eleitoral destinado a eleição do Legislativo e Executivo pelos 3 partidos que mais e menos receberam os recurso em 2018

Tipo de cargo	Maiores legendas			Menores legendas		
	MDB	PT	PSDB	PCB	PCO	PMB
Deputado Estadual	23,3%	7,9%	14,9%	36,6%	34,9%	56,7%
Deputado Federal	44,2%	38,2%	32,4%	44,2%	38,9%	43,3%
Governador	19,0%	19,0%	15,0%	1,4%	11,3%	-
Senador	13,5%	11,8%	14,8%	17,8%	13,3%	-
Presidente	-	23,0%	22,9%	-	-	-

Fonte: Elaboração própria através de dados do Tribunal Superior Eleitoral

Contudo, a informação que mais chama atenção quando se analisa as transferências realizadas via fundo eleitoral aos candidatos a Deputado Federal é a grande disparidade existente, o que suscita importantes debates sobre justiça e igualdade no âmbito do financiamento de campanha. Um exame das práticas de distribuição adotadas nas eleições de 2018 desvela esta desigualdade em uma variedade de partidos, abrangendo diferentes espectros e tamanhos. O Partido Republicano Progressista (PRP), por exemplo, distribuiu R\$ 3,4 milhões entre 107 candidatos, com alocações variando de um extremo de R\$ 500 mil a um mínimo de R\$ 162. O cenário não difere muito no Partido Republicano da Ordem Social (PROS), onde a alocação de recursos do fundo eleitoral variou de R\$ 1,6 milhão a R\$ 837,80. Essa tendência de distribuição desigual também se faz presente em partidos de maior expressão, como o Partido Progressistas (PP), com recursos alocados entre R\$ 2,2 milhões e R\$ 160, e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que distribuiu de R\$ 2,5 milhões a R\$ 700. A magnitude dessa desigualdade torna-se ainda mais saliente quando se observa que candidatos de características eleitorais semelhantes, tais como viabilidade, probabilidade de êxito e prioridades de reeleição, recebem montantes substancialmente diferentes de financiamento público. Essa constatação desafia a noção de equidade e levanta questionamentos sobre os critérios de distribuição adotados pelos partidos. Nas seções que se seguem, aprofundaremos esta análise, empregando exemplos tanto sistemáticos quanto anedóticos, para ilustrar a extensão dessa disparidade na distribuição dos recursos do

Fundo Eleitoral e discutir suas consequências para o processo eleitoral no Brasil. Através dessa abordagem, pretendemos lançar luz sobre as dinâmicas que influenciam a alocação de recursos em campanhas eleitorais e as implicações dessas dinâmicas para a integridade e a equidade do sistema eleitoral brasileiro.

4.3.1 Evidência sistemática

Para compreender a concentração de recursos do Fundo Eleitoral nas eleições para Deputado Federal, o presente estudo calcula o HHI (Hirschman-Herfindahl Index) para cada partido em seu respectivo estado de atuação, levando em consideração somente a distribuição realizada em 2018. Vale lembrar que nas eleições legislativas, os recursos financeiros do Fundo Eleitoral são inicialmente transferidos para os diretórios estaduais dos partidos. Posteriormente, cabe a estes diretórios a responsabilidade de redistribuir os recursos entre os candidatos de acordo com suas próprias diretrizes e estratégias políticas.

O HHI é um índice que varia de zero a um. Um HHI próximo de zero indica que o partido optou por pulverizar os recursos entre uma diversidade de candidatos, buscando ampliar suas chances de sucesso eleitoral através de uma estratégia de distribuição mais horizontal. Ao contrário, um Índice de Herfindahl-Hirschman (HHI) próximo de um indica uma estratégia de concentração de recursos, na qual a maior parte destes foi alocada a um número limitado de candidaturas, potencialmente refletindo uma aposta do partido em candidatos considerados estratégicos ou com maiores chances de êxito. Como regra, baseado na literatura de Organização Industrial, um HHI abaixo de 0,15 indica uma baixa concentração. Por outro lado, um HHI situado entre 0,15 e 0,25 aponta para uma concentração moderada, enquanto um índice acima de 0,25 sinaliza uma alta concentração de recursos.

É importante ressaltar que a análise conduzida buscou sintetizar as variações observadas em cada estado através do cálculo da média da distribuição dos recursos do Fundo Eleitoral por partido, tal como exposto na Tabela 33. O valor total médio do HHI observado na distribuição dos recursos entre os partidos em 2018 foi de 0,631, indicando uma tendência geral para uma concentração elevada de recursos do Fundo Eleitoral. Esta constatação é reforçada pela variação dos valores de HHI, que apresentou um desvio padrão de 0,333 e uma variância de 0,111, refletindo uma ampla dispersão na maneira como os recursos foram alocados entre os partidos políticos em diferentes estados. O alcance dessa dispersão é evidenciado pelos valores extremos do HHI: o valor máximo registrado foi de 1, o que sugere que, em certos casos, os recursos do Fundo Eleitoral foram inteiramente concentrados em uma única candidatura dentro de um partido. Por outro lado, o valor mínimo do HHI foi de apenas 0,033, indicando uma situação onde os recursos foram distribuídos de maneira extremamente diversificada entre múltiplos candidatos, refletindo uma estratégia de alocação de recursos altamente pulverizada.

A distribuição dos recursos do Fundo Eleitoral entre os partidos políticos nas eleições para Deputado Federal de 2018, apresentou um panorama heterogêneo. Partidos como PCB (0,802), PCO (0,829) e PMB (0,852) mostraram altos níveis de concentração de recursos, o que pode indicar uma estratégia deliberada de investimento em candidaturas mais fortes ou de foco em regiões específicas. Por outro lado, o PSOL (0,220), PT (0,368) e PHS (0,423) tiveram os menores índices, sugerindo uma abordagem de distribuição mais equitativa dos recursos entre seus candidatos. O partido com a maior concentração de recursos, foi o PC do B, com um HHI de 0,815, seguido de perto pelo REDE com 0,813 e PTC com 0,812, refletindo uma possível estratégia de foco em poucos candidatos com maior potencial eleitoral ou visibilidade. Enquanto isso, o PSOL com um índice de 0,220 demonstra uma notável dispersão dos recursos. O PSOL se distingue dos demais, uma vez que, foi a única agremiação que, no arquivo entregue ao Tribunal Superior Eleitoral, discriminou os valores do Fundo Eleitoral recebidos por cada candidato e os critérios utilizados para essa divisão.

Tabela 33 – Hirschman-Herfindahl Index para o Fundo Eleitoral de 2018

	Média	Desvio Padrão	Variância	Máximo	Mínimo
AVANTE	0,670	0,315	0,099	1,000	0,163
DC	0,568	0,365	0,133	1,000	0,076
DEM	0,655	0,307	0,094	1,000	0,134
MDB	0,475	0,275	0,076	1,000	0,110
PATRIOTA	0,639	0,347	0,120	1,000	0,092
PC do B	0,815	0,250	0,062	1,000	0,284
PCB	0,802	0,271	0,074	1,000	0,263
PCO	0,829	0,298	0,089	1,000	0,108
PDT	0,609	0,286	0,082	1,000	0,194
PHS	0,423	0,216	0,046	1,000	0,122
PMB	0,852	0,248	0,062	1,000	0,273
PMN	0,849	0,270	0,073	1,000	0,222
PODE	0,785	0,295	0,087	1,000	0,169
PP	0,566	0,324	0,105	1,000	0,171
PPL	0,496	0,387	0,150	1,000	0,055
PPS	0,754	0,302	0,091	1,000	0,108
PR	0,733	0,312	0,098	1,000	0,085
PRB	0,700	0,317	0,100	1,000	0,097
PROS	0,738	0,330	0,109	1,000	0,145
PRP	0,650	0,302	0,091	1,000	0,162
PRTB	0,479	0,311	0,097	1,000	0,086
PSB	0,613	0,303	0,092	1,000	0,131
PSC	0,804	0,260	0,068	1,000	0,268
PSD	0,560	0,310	0,096	1,000	0,102
PSDB	0,482	0,311	0,097	1,000	0,055
PSL	0,664	0,358	0,128	1,000	0,066
PSOL	0,220	0,192	0,037	0,892	0,033
PSTU	0,686	0,314	0,098	1,000	0,372
PT	0,368	0,238	0,057	1,000	0,041
PTB	0,669	0,287	0,082	1,000	0,158
PTC	0,812	0,234	0,055	1,000	0,250
PV	0,492	0,332	0,110	1,000	0,110
REDE	0,813	0,227	0,051	1,000	0,431
SOLIDARIEDADE	0,764	0,286	0,082	1,000	0,116
TOTAL	0,631	0,333	0,111	1,000	0,033

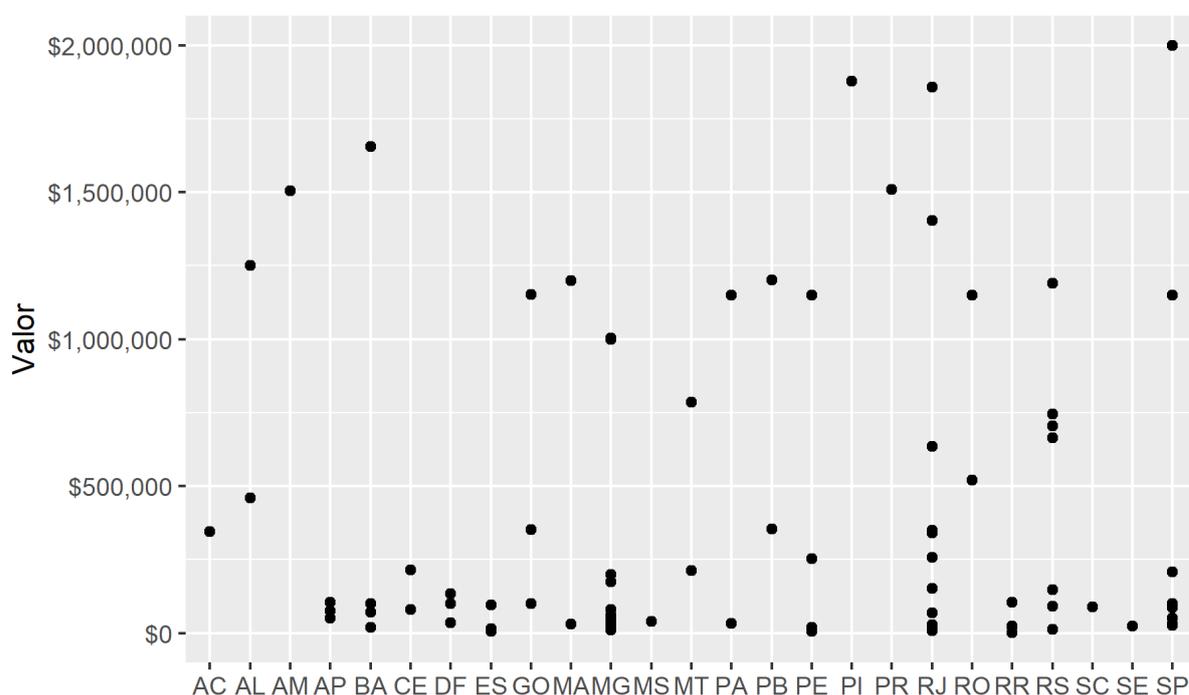
Fonte: Elaborado pela autora

A análise dos gráficos de dispersão da distribuição do Fundo Eleitoral por partido político reforça a disparidade na distribuição de recursos, com alta concentração nas mãos de um número reduzido de candidatos¹. Por exemplo, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) destinou R\$ 35,5 milhões a 103 candidatos a Deputados Federais nas eleições de

¹Parte dos gráficos de dispersão estão no decorrer dessa seção. Para os demais partidos políticos observar o Apêndice 4.6.

2018. No entanto, apenas 18 pessoas receberam mais de R\$ 1,0 milhão para suas campanhas. Essa disparidade se intensifica regionalmente: no PTB da Bahia, apenas quatro candidatos receberam recursos do Fundo. Benito Gama, com histórico na Câmara dos Deputados (1999-2002 e 2015-2018), concentrou a maior parte do financiamento, com R\$ 1,7 milhão. Em contraste, Severino Alves, com vasta experiência política, e Lu da Liberdade, sem histórico político, receberam R\$ 100 mil cada. Bethania Amorin, que não obteve votos em 2018, recebeu R\$ 20 mil.

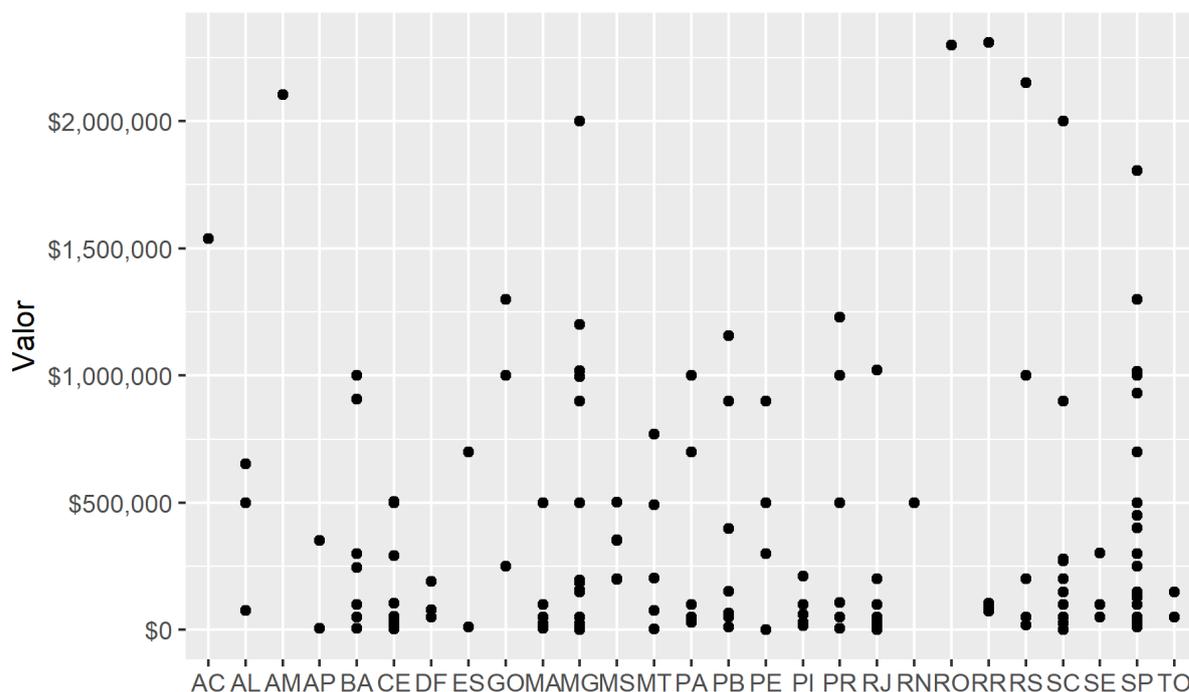
Figura 10 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Trabalhista Brasileiro



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), por sua vez, recebeu um total de R\$ 185,9 milhões para ser utilizado nas campanhas eleitorais de seus membros. Deste montante, decidiu alocar cerca de 38% (R\$ 70,1 milhões) para as campanhas eleitorais proporcionais de Deputados Federais. No total, 211 filiados do PSDB foram beneficiados com recursos do Fundo Eleitoral, com as quantias distribuídas variando entre R\$2,3 milhões e R\$250,00. Entre os beneficiários que receberam os maiores valores, seis se destacam por terem recebido mais de 2 milhões de reais cada: Shéridan Oliveira (PSDB/RR); Mariana Carvalho (PSDB/RO); Yeda Crusius (PSDB/RS); Conceição Sampaio (PSDB/AM); Aécio Neves (PSDB/MG) e Geovania de Sá (PSDB/SC). É importante enfatizar que todos esses seis candidatos possuem vasta experiência política, ocupando ou tendo ocupado cargos variados como Vereadores, Governadores, Deputados Estaduais, Federais e Senadores (Figura 11).

Figura 11 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido da Social Democracia Brasileira



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

Esses números são reforçados nos resultados obtidos através de uma análise de regressão linear simples. Na modelagem adotada, o Índice Hirschman-Herfindahl (HHI) foi utilizado como variável dependente, enquanto o tamanho do partido, medido pela proporção do fundo eleitoral recebido, o posicionamento no espectro partidário, variando entre -1 (esquerda) e 1 (direita)², e um conjunto de variáveis de controle geográficas compuseram as variáveis explicativas. Os partidos que regionalmente apresentaram um HHI de 1, indicando total concentração dos recursos em uma única candidatura, foram excluídos da amostra para evitar distorções na análise. Conforme ilustrado na Tabela 34, constatou-se que a variável “tamanho do partido” não apresentou significância estatística, indicando que, independentemente da magnitude do partido, a tendência à concentração de recursos no Fundo Eleitoral prevalece. Interessantemente, a variável relativa ao espectro partidário mostrou-se estatisticamente significativa e positiva, sugerindo que partidos mais à direita tendem a concentrar mais seus recursos eleitorais.

Embora o efeito médio do tamanho do partido sobre a medida de concentração do fundo eleitoral, seja nulo, essa média não se mantém constante para todos os tamanhos partidários. Uma investigação por meio de regressão quantílica — que mantém a mesma

²A variável mencionada é a mesma empregada no Ensaio 3 para controlar as ideologias partidárias. Seu indicador foi descrito em Power e Zucco (2009). Assim, a título de exemplo, os partidos situados mais à direita no espectro político incluíram o PSL (1,00), o Patriota (1,00) e o DEM (0,74). Por outro lado, os partidos mais à esquerda abrangeram o PCO (-1,00), o PSTU (-1,00) e o PSOL (-0,90).

Tabela 34 – Modelo de regressão linear simples

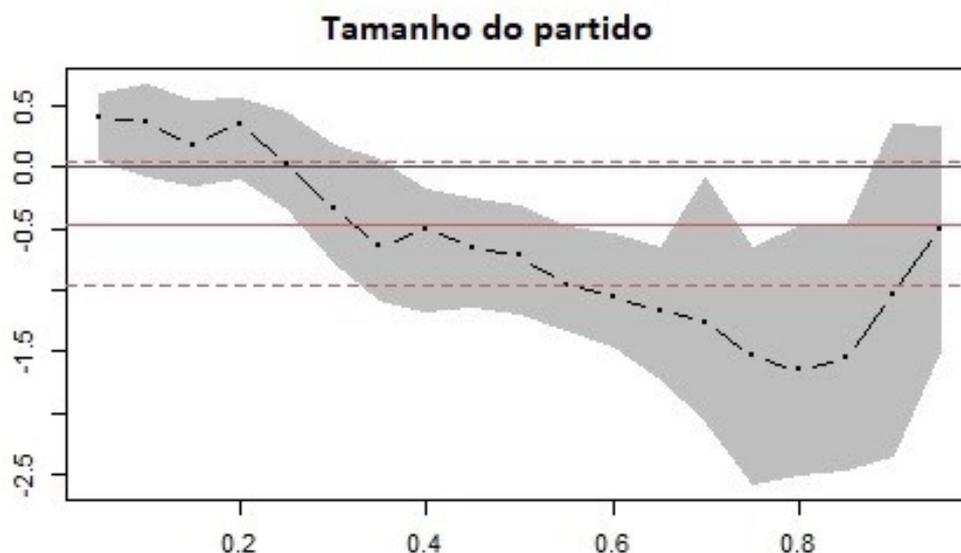
	HHI
Tamanho do partido	-0,4656 (0,3028)
Ideologia	0,0701 (0,0201)***
Sul	-0,0943 (0,0384)**
Sudeste	-0,14 (0,0307)***
Centro Oeste	0,011 (0,0357)
Norte	0,0595 (0,0322)*
Intercepto	0,4968 (0,0228)***
R ²	0,184

Fonte: Elaborada pela autora.

Nota: Os Desvios-padrões estão entre parênteses.
Níveis de significância: *p<0,1, **p<0,05, ***p<0,001.

estrutura do modelo de mínimos quadrados ordinários usado anteriormente —, indicou um padrão distintivo: partidos que recebem uma parcela mais significativa dos recursos do Fundo Eleitoral, refletindo maior representatividade na Câmara Federal, tendem a exibir um HHI mais baixo (FIGURA 12). Isso sugere que esses partidos realizam uma distribuição mais dispersa dos recursos. Em contraste, os partidos menores tendem a concentrar os recursos do Fundo Eleitoral em poucos candidatos. Estas descobertas oferecem uma nova perspectiva sobre o comportamento dos partidos políticos e suas estratégias de financiamento eleitoral, destacando um delineamento claro entre o tamanho do partido e o padrão de distribuição de recursos eleitorais.

Figura 12 – Regressão quantílica | tamanho dos partidos e ideologia



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018. Elaborado pela autora

4.3.2 Evidência anedótica

Embora os partidos políticos definam a alocação dos recursos do Fundo Eleitoral com base em uma série de critérios observados — tais como a viabilidade eleitoral do candidato, a probabilidade de sucesso nas urnas e a prioridade de reeleição, entre outras considerações político-eleitorais —, nota-se que mesmo entre candidatos com características idênticas, persistem disparidades notáveis. Algumas dessas disparidades são resultantes de avaliações subjetivas feitas pelas lideranças partidárias acerca do potencial eleitoral individual, que frequentemente extrapolam as métricas objetivas e entram no domínio das percepções e das expectativas. Em outros casos, a importância estratégica de certas regiões no panorama político nacional pode influenciar o investimento diferenciado em candidatos dessas áreas. Além disso, as negociações internas dentro dos partidos muitas vezes refletem o poder político de grupos de interesse específicos e podem ser indicativas da influência de famílias políticas consolidadas, as chamadas dinastias políticas.

Os casos de Pedro Bezerra e Aurineide Silva, ambos candidatos pelo PTB do Ceará, exemplificam a desigualdade na distribuição do Fundo Eleitoral, apesar da falta de histórico político notável de ambos até o período mencionado. Pedro Bezerra recebeu R\$ 215,0 mil, um valor substancialmente maior que os R\$ 80,0 mil alocados a Aurineide Silva, realçando as discrepâncias financeiras mesmo entre candidatos do mesmo partido, estado e histórico político. Em Goiás, essa desproporção se mantém evidente: Jovair Arantes, com um longo histórico como deputado federal, foi agraciado com R\$ 1,2 milhão do Fundo, em contraste com os R\$ 351,2 mil recebidos por Demóstenes Torres, ex-senador e também com ampla vida política.

A análise da alocação do Fundo Eleitoral pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) em Alagoas destaca discrepâncias que ecoam padrões problemáticos notados em outras legendas políticas, incluindo o PTB. Na eleição de 2018, dois novatos políticos, Claudia Guedes e Francisco da Silva, receberam recursos públicos para suas campanhas, revelando uma distribuição marcadamente desigual. Claudia foi agraciada com R\$ 65,0 mil, uma quantia significativa que contrasta acentuadamente com os escassos R\$ 5,0 mil alocados para Francisco. Esta disparidade nas quantias recebidas por candidatos estreados, ambos sem antecedentes eleitorais, ilustra claramente as inconsistências internas e possivelmente arbitrárias no processo decisório de distribuição dos fundos.

No PRTB de Minas Gerais também se revela um cenário de desigualdade acentuada, com Luiz Henrique Rabelo recebendo uma quantia expressiva de R\$214,4 mil, enquanto os outros candidatos receberam valores significativamente menores, variando entre R\$505, R\$265, R\$120, R\$100 e até R\$20. Essa disparidade chama a atenção, especialmente considerando que nenhum dos candidatos tinha experiência prévia em cargos políticos, tal como observado nos estados e partidos já mencionados. Da mesma forma, no PRTB do Tocantins, a discrepância nos valores alocados a dois candidatos sem experiências políticas anteriores também é notável. Joyce Moreira recebeu uma quantia substancial de R\$473,7 mil, enquanto João Victor Moreira de Freitas obteve apenas R\$8,3 mil.

Dentre os estados com as maiores desigualdades no PSDB está o Rio de Janeiro. Entre os 20 candidatos que receberam financiamento público para suas campanhas, Otavio Leite se destaca por ter recebido o maior valor, totalizando R\$1,0 milhão. Seguem-no Terese Bergher, com R\$201,5 mil, e Thedim, com R\$100,3 mil. Além deles, Eduardo Badu, Aurelio Valporto, Luiz Barreiros e Costa Fernandes receberam, cada um, R\$50,3 mil do Fundo Eleitoral. A diferença nos montantes recebidos entre os candidatos reflete, em parte, a experiência política de cada um. Otavio Leite, por exemplo, possui uma trajetória extensa na vida pública, tendo sido vereador do Rio de Janeiro, deputado estadual e deputado federal, assim como Terese Bergher, que serviu como vereadora do Rio de Janeiro. Por outro lado, os demais candidatos mencionados (Thedim, Eduardo, Aurelio, Luiz e Costa) não tinham experiência prévia em eleições, tornando 2018 o ano de suas estreias eleitorais. Isso torna a discrepância nos valores recebidos por Thedim em comparação aos outros quatro ainda mais intrigante, visto que a experiência política não parece ser o fator determinante, sugerindo a influência de outros critérios não explicitados nas diretrizes do PSDB para a distribuição dos recursos.

No Amazonas, sob a égide do Partido Social Cristão (PSC), cinco filiados que concorreram às eleições de 2018 para Deputado Federal apresentam um exemplo claro dessa tendência. Nilmar Oliveira, com um total de R\$101,3 mil, recebeu uma quantia substancialmente maior em comparação aos outros candidatos do partido: Jailene Coelho, Jonatan Lavareda, Rayane Chaves e Wilson Mota, cada um recebendo apenas R\$518,79 do Fundo Eleitoral. Essa diferença acentuada nas alocações pode ser parcialmente atri-

buída à experiência política anterior de Nilmar Oliveira. Embora nunca tenha sido eleito, sua familiaridade com campanhas eleitorais anteriores lhe conferiu uma vantagem no recebimento de fundos, contrastando com os demais candidatos, para quem a eleição de 2018 representava a primeira incursão no âmbito eleitoral. Notavelmente, a maioria desses candidatos com financiamento mínimo tinha menos de 24 anos, indicando uma juventude significativa entre os novos aspirantes políticos, exceto por Wilson Mota, que, aos 68 anos, destoava do perfil etário predominante, mas compartilha da mesma limitação de recursos.

No caso do Partido Social Cristão (PSC) na Bahia, os cinco candidatos à eleição de 2018 para Deputado Federal receberam montantes variados, com uma diferença notável de aproximadamente R\$460,0 mil entre o candidato mais beneficiado e os demais. Heber Santana, o filiado que arrecadou a maior quantia com R\$481,3 mil, destaca-se não apenas por sua própria trajetória, mas também pelo legado político de sua família. Seu pai, Eliel Santana, tem um extenso histórico político, atuando como Deputado Estadual e Senador de 1998 a 2018, o que sugere uma influência significativa do contexto familiar no volume de recursos alocados a Heber. Similarmente, no Mato Grosso, sob a bandeira do Partido Socialista Brasileiro (PSB), dois candidatos apresentaram uma disparidade acentuada nos fundos recebidos: Marildes Ferreira, com R\$600,0 mil, e Icaro Reveles, com R\$50,0 mil. A diferença substancial entre os valores recebidos destaca-se ainda mais ao considerar os antecedentes de ambos: Marildes, apesar de não ter sido eleita vice-prefeita, recebeu um valor doze vezes superior ao de Icaro Reveles, que já ocupou o cargo de vereador em Várzea Grande/MT. A conexão política de Marildes, especialmente sua relação com Percival Muniz, um político de destacada trajetória na Câmara Federal e para quem ela serviu como secretária de Saúde, parece ter sido determinante na alocação dos recursos.

Nos exemplos discutidos até agora, a experiência política e a busca pela reeleição emergiram como fatores predominantes nas justificativas para a transferência de recursos dos partidos para os candidatos nas eleições proporcionais. Contudo, um elemento que não pode ser ignorado, devido à sua frequente ocorrência, são as conexões políticas. As relações interpessoais formadas durante o processo eleitoral determinam as ações executadas no legislativo, assim como moldam a distribuição de benesses conforme a topografia dos laços de amizade (CALDEIRA; PATTERSON, 1987; MASKET, 2008). No Brasil, no entanto, a ótica das conexões políticas vistas sobre os moldes das dinastias parecem ser mais recorrentes. Isso porque, grande parte da história do Brasil foi dominada por oligarquias familiares que controlavam o poder municipal e estadual e, conseqüentemente, todos os recursos econômicos (FERRAZ; FINAN; MARTINEZ-BRAVO, 2020b). Nesse sentido, podemos citar os “Arraes” descendentes de Miguel Arraes, “Sarney” provenientes de José Sarney, “Maia” descendentes de Cesar Maia e, mais recentemente, a família “Bolsonaro”, recepcionados por Jair Bolsonaro, atual presidente do Brasil.

Essa transferência de poder de uma geração para outra reverbera em inúmeros aspectos da vida política do parlamentar e, anedoticamente, parece transladar para a

distribuição de recursos públicos. Por exemplo, no estado de Pernambuco nas eleições ano de 2018, João Campos e Poliny Aguiar disputaram seus primeiros pleitos pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Mesmo concorrendo ao mesmo cargo, pelo mesmo partido e estado e com as mesmas características observadas, receberam valores distintos do Fundo Eleitoral: enquanto João recebeu R\$500,1 mil, Poliny apenas ganhou R\$100,0 mil. A única razão pela discrepância de recursos recebidos é pela hereditariedade política, enquanto João Campos é filho de Eduardo Campos, governador do estado de Pernambuco entre 2007 e 2014, e bisneto de Miguel Arraes, do qual exerceu os cargos de Deputado Federal, Estadual, Prefeito de Recife e por três vezes Governador de Pernambuco, Polyana é apenas uma candidata como a grande maioria.

Situação semelhante também é observada no Partido Republicano Brasileiro (PRB) do Rio de Janeiro em que participavam das suas primeiras corridas eleitorais: Marcelo Crivella Filho e Antonia Fiocco. Os valores do Fundo Eleitoral recebidos por esses dois candidatos foram de R\$529,0 mil e R\$5,0 mil, respectivamente. Como antes, a razão para essa discrepância está nos laços familiares, visto que Marcelo é filho de Marcelo Bezerra Crivella, que foi Senador entre 2003 a 2016, ministro da Pesca e Aquicultura entre 2012 e 2014 e prefeito da cidade do Rio de Janeiro entre 2017 a 2020. Outra evidência dos benefícios da dinastia política, estão sobre os candidatos a Deputados Federais em 2018: Clarissa Garotinho e Felipe Bornier, ambos do Partido Republicano da Ordem Social do Rio de Janeiro. O ponto em comum entre esses indivíduos é que ambos possuem pais envolvidos na política, enquanto Clarissa é filha de Anthony Garotinho — Governador do Rio de Janeiro entre 1999 a 2002, Deputado Federal entre 2011 e 2015, Prefeito de Campos de Goytacazes 1989 a 1992 e 1997 a 1998, também exerceu cargos em secretarias como a de Segurança Pública e Agricultura — e Rosinha Garotinho — Governadora do Rio de Janeiro entre 2003 e 2007 e Prefeita de Campos de Goytacazes entre 2009 até 2017 —, Felipe é filho de Nelson Bournier — Prefeito de Nova Iguaçu entre 1997 a 2002 e de 2013 até 2016 e Deputado Federal entre 1991 a 1996 e 2003 até 2012. Esses dois candidatos receberam as maiores parcelas do Fundo Eleitoral dos seus partidos, enquanto Clarissa recebeu R\$1,6 milhões, Felipe angariou R\$610,1 mil.

É evidente que, tanto as narrativas anedóticas quanto as análises sistemáticas apontam para discrepâncias marcantes na distribuição dos recursos do Fundo Eleitoral. Essa realidade, composta por uma série de fatores e peculiaridades, reflete uma complexidade inerente ao financiamento de campanhas políticas no Brasil. Diversos fatores contribuem para essa desigualdade na distribuição dos recursos, indo desde estratégias partidárias até influências de dinâmicas eleitorais locais e nacionais. A seção que se segue tem como escopo o desenvolvimento de um modelo teórico baseado em fundamentos microeconômicos, que aspira sistematizar os mecanismos decisórios dos partidos políticos quanto à alocação de recursos públicos. Através dele, se buscou discernir os critérios e as dinâmicas internas que orientam os partidos na formulação e na execução de suas estratégias de financiamento

eleitoral.

4.4 UMA TEORIA SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DE CAMPANHA PELOS PARTIDOS

4.4.1 Modelo Básico

Vamos considerar o problema de alocação de recursos para campanha enfrentado por um partido (ou líder partidário). Por simplicidade, suponha que existam apenas dois candidatos no partido, indexados por $i = A, B$. Assim, a principal variável de nosso modelo é a parcela do total dos recursos disponíveis ao partido, R , que é alocado a cada candidato, $x_i \geq 0$ para $i = A, B$. Para que possamos focar a análise em tal parcela, normalizamos o total de recursos disponíveis, de forma que $R = 1$. Por fim, para que o trade-off do partido seja mais interessante, assumimos que os dois candidatos estão concorrendo a uma vaga no legislativo (Câmara Federal, principalmente) pelo mesmo estado.

O principal componente da função objetivo do partido é a probabilidade de eleição do candidato i . Começemos por considerar, inicialmente, a seguinte função³:

$$f(x_i, p_i, v_i) = \frac{\alpha_x x_i + \alpha_p p_i + \alpha_v v_i}{1 + \alpha_x x_i + \alpha_p p_i + \alpha_v v_i}, \quad (4.4.1)$$

onde $p_i > 0$ e $v_i > 0$ representam índices medindo a popularidade inata e a visibilidade do candidato i , respectivamente. Enquanto a popularidade inata é derivada principalmente do carisma, a visibilidade depende de vários fatores que tornam o candidato mais conhecido. Por exemplo, se o candidato está tentando a reeleição e é um político de destaque (membro de alguma comissão importante, caso seja deputado, por exemplo), seu v_i será maior. Outro fator que pode fazer o candidato mais visível é o seu sobrenome: candidatos “dinásticos” possuem maiores índices de visibilidade. Por fim, $\alpha_x, \alpha_p, \alpha_v > 0$ são parâmetros medindo a sensibilidade da probabilidade de eleição a recursos de campanha, popularidade inata e visibilidade, respectivamente.

A função probabilidade de eleição apresenta propriedades consistentes com a teoria e a evidência empírica (FERRAZ; FINAN, 2009; AVELINO; FISCH, 2019; FERRAZ; FINAN; MARTINEZ-BRAVO, 2020a; AVIS *et al.*, 2022) sobre determinantes da eleição. Primeiro, as três variáveis têm impacto marginal positivo sobre a chance de eleição: individualmente, mais recursos de campanha, maior popularidade inata e maior visibilidade, aumentam a probabilidade do candidato ser eleito. Formalmente, essa afirmação é expressa por $\frac{\partial f}{\partial x}(\cdot), \frac{\partial f}{\partial p}(\cdot), \frac{\partial f}{\partial v}(\cdot) > 0$. O apêndice 4.7 apresenta prova das propriedades aqui discutidas.

³A forma funcional escolhida facilita a análise ao gerar solução analítica explícita ao problema do partido. Contudo, qualquer função probabilidade de eleição com as mesmas propriedades (sinais das derivadas de primeira e segunda ordem), em conjunto com a hipótese de que $\frac{\partial f}{\partial x}(0, p, v) \rightarrow +\infty$, garante os mesmos resultados.

Segundo, o impacto marginal é decrescente para as três variáveis, de forma que, por exemplo, mais recursos de campanha aumentam a chance de eleição, mas o aumento incremental é cada vez menor. Essa afirmação é expressa por $\frac{\partial^2 f}{\partial x^2}(\cdot), \frac{\partial^2 f}{\partial p^2}(\cdot), \frac{\partial^2 f}{\partial v^2}(\cdot) < 0$. Por fim, a probabilidade marginal de eleição de uma variável é decrescente nas demais. Para entender a intuição por trás dessa propriedade, suponha que o candidato A é muito popular (p_A alto) enquanto que o candidato B é pouco popular (p_B baixo) e que ambos possuem a mesma visibilidade ($v_A = v_B$). Então, uma unidade extra de recursos de campanha (incremento em x) tem maior impacto para B do que para A . Formalmente, temos $\frac{\partial^2 f}{\partial x \partial p}, \frac{\partial^2 f}{\partial x \partial v}, \frac{\partial^2 f}{\partial p \partial v} < 0$.

Nossa hipótese inicial é a de que o partido deseja maximizar as chances de ambos os candidatos serem eleitos. Podemos, assim, escrever seu problema de otimização:

$$\max_{x_A, x_B \geq 0} \Omega f(x_A, p_A, v_A) + f(x_B, p_B, v_B) \quad (4.4.2)$$

$$\text{sujeito a } x_A + x_B = 1, \quad (4.4.3)$$

onde $\Omega > 0$ é um parâmetro que mede o favoritismo relativo do candidato A para o partido. Se $\Omega > 1$ ($\Omega < 1$), então o partido tem uma “predileção” pelo candidato A (candidato B) não explicada pelas variáveis contidas na função probabilidade de eleição. Existem vários fatores que podem explicar um $\Omega > 1$: o candidato A (i) é mais alinhado ideologicamente ao partido; (ii) é mais influente na estrutura burocrática e administrativa do partido, prestando serviços que não diretamente ligados às eleições; (iii) possui conexões pessoais com os líderes partidários (amizade, por exemplo), ou é parente/cônjuge de algum político influente; entre outros.

Ao escrevermos $x_B = 1 - x_A$, podemos escrever o problema acima como uma otimização de uma única variável:

$$\max_{x_A \in [0,1]} \Omega f(x_A, p_A, v_A) + f(1 - x_A, p_B, v_B).$$

A condição de primeira (FOC) do problema é a seguinte:

$$\Omega \frac{\partial f}{\partial x}(x_A, p_A, v_A) = \frac{\partial f}{\partial x}(1 - x_A, p_B, v_B). \quad (4.4.4)$$

A interpretação da condição acima é padrão: a alocação de recursos deve ser tal a igualar os benefícios marginais para o partido. O lado esquerdo de (4.4.4) apresenta o benefício marginal dos recursos direcionados ao candidato A , o qual inclui sua probabilidade marginal de eleição mas também o parâmetro do favoritismo relativo. O lado direito é simplesmente o benefício marginal dos recursos direcionados ao candidato B .

A solução analítica interior do problema é:

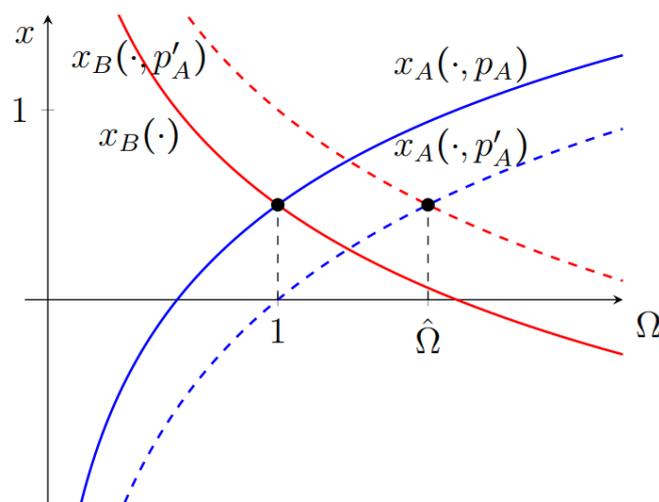
$$x_A(\Omega, p_A, p_B, v_A, v_B) = \frac{\sqrt{\Omega} - 1 + \alpha_x \sqrt{\Omega} + \alpha_p (\sqrt{\Omega} p_B - p_A) + \alpha_v (\sqrt{\Omega} v_B - v_A)}{\alpha_x (1 + \sqrt{\Omega})} \quad (4.4.5)$$

$$x_B(\Omega, p_A, p_B, v_A, v_B) = \frac{1 - \sqrt{\Omega} + \alpha_x - \alpha_p (\sqrt{\Omega} p_B - p_A) - \alpha_v (\sqrt{\Omega} v_B - v_A)}{\alpha_x (1 + \sqrt{\Omega})} \quad (4.4.6)$$

O apêndice 4.8 apresenta em detalhe todas as possíveis soluções – incluindo as soluções de canto. Observe em (4.4.5) e (4.4.6) que quando os candidatos são idênticos ($p_A = p_B$ e $v_A = v_B$), e não há favoritismo ($\Omega = 1$), temos uma alocação equânime dos recursos de campanha do partido, ou seja, $x_A = x_B = 1/2$. Além disso, exercícios de estática comparativa (veja apêndice 4.9) nos mostram que a parcela dos recursos recebida pelo candidato A é (i) crescente no seu favoritismo relativo, ou seja, $\frac{\partial x_A}{\partial \Omega}(\cdot) > 0$; (ii) decrescente tanto em p_A quanto em v_A , ou seja, $\frac{\partial x_A}{\partial p_A}(\cdot) < 0$ e $\frac{\partial x_A}{\partial v_A}(\cdot) < 0$; e crescente tanto em p_B quanto em v_B , ou seja, $\frac{\partial x_A}{\partial p_B}(\cdot) > 0$ e $\frac{\partial x_A}{\partial v_B}(\cdot) > 0$. Dado que $x_B = 1 - x_A$, os efeitos marginais sobre a parcela de recursos recebidos por B são o oposto daqueles de A .

O gráfico abaixo (figura 13) apresenta a alocação ótima de recursos do partido como função do grau de favoritismo. As linhas sólidas representam o caso em que os dois candidatos são idênticos ($p_A = p_B$ e $v_A = v_B$). Observe que, para qualquer $\Omega < 1$, $x_A < x_B$ (A é relativamente mais favorito que B). Quando $\Omega > 1$, temos o contrário: o candidato A é o favorecido. As linhas tracejadas apresentam o caso em que o candidato A é mais popular que o B ($p_A > p_B$ e $v_A = v_B$). Agora, é possível que o grau de favoritismo relativo de A seja maior que 1 ($1 < \Omega < \hat{\Omega}$), mas mesmo assim $x_A < x_B$. Isso acontece porque p_A aumenta a probabilidade marginal de eleição de A , induzindo uma redistribuição em favor de B . Por fim, é possível ver que, para determinados valores de parâmetros, teremos solução de canto, com uma concentração dos recursos em um único candidato. Esse é o caso, por exemplo, para Ω próximo de zero.

Figura 13 – Alocação ótima do partido em função do favoritismo Ω



Fonte: Elaborada pela autora

Uma das principais conclusões que a análise acima nos permite tirar é a de que, *ceteris paribus*, candidatos mais populares ou mais visíveis receberão menos recursos do partido. Tal resultado decorre de duas hipóteses do nosso modelo, a saber: a função objetivo do partido e as derivadas de segunda ordem cruzadas negativas. Enquanto a primeira hipótese implica que, no ótimo, as probabilidades marginais dos recursos de campanha devem ser iguais (ponderadas pelo favoritismo Ω), a segunda nos diz que, tais probabilidades decrescem em p e v . Logo, em um caso sem favoritismo e com candidatos idênticos em termos de visibilidade, aquele mais popular receberá menos recursos do partido.

Ainda mais importante para o nosso objetivo de entender o padrão de distribuição de recursos dos partidos brasileiros, é o fato de que, se os dois candidatos são muito parecidos em popularidade e visibilidade (i.e. $p_A \approx p_B$ e $v_A \approx v_B$), uma alocação muito desigual deve ser explicada por um Ω muito alto ou muito baixo. Se por exemplo, observarmos x_A muito maior que x_B quando A e B são parecidos, então nossa teoria afirma que isso é explicado por algum favoritismo de A . Enquanto popularidade inata e visibilidade podem ser observadas – podem, ao menos, serem medidas com proxies –, o favoritismo, em geral, é não observável. Considere os casos de João Campos e Poliny Aguiar, descritos na seção 4.3. Os dados nos permitem afirmar que os dois candidatos são muito parecidos em todas as variáveis observáveis – as quais afetariam a função f em nosso modelo. Contudo, o fato de João Campos ser filho de Eduardo Campos e bisneto de Miguel Arraes, lhe garante um favoritismo, o que podemos interpretar como um Ω grande e maior que 1. Isso explicaria a grande diferença nos recursos recebidos do seu partido, quando comparado a Poliny Aguiar.

Uma situação similar é visto no partido Republicanos do Rio de Janeiro, onde

Marcelo Crivella Filho recebeu R\$529,0 mil e Antonia Fiocco apenas R\$5,0 mil para suas campanhas. Ambos estavam concorrendo em sua primeira eleição, ou seja, candidatos parecidos em variáveis observáveis. Contudo, Marcelo se destaca por ser filho de Marcelo Bezerra Crivella, uma figura política de renome que ocupou cargos como Senador, Ministro da Pesca e Aquicultura, e Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

4.4.2 Extensões

Note que o modelo, na versão que vimos até agora, não é capaz de explicar, ainda, como candidatos que são simultaneamente mais populares e visíveis (principalmente aqueles que buscam a reeleição) recebem mais recursos que os demais candidatos de um mesmo partido. Existem duas mudanças que podemos fazer em nossa teoria básica que podem resolver esse problema. A primeira é mudar a função objetivo do partido: ao invés de buscar maximizar as probabilidades de eleição de todos os seus candidatos, o partido pode tentar garantir a eleição de um número mínimo de cadeiras.

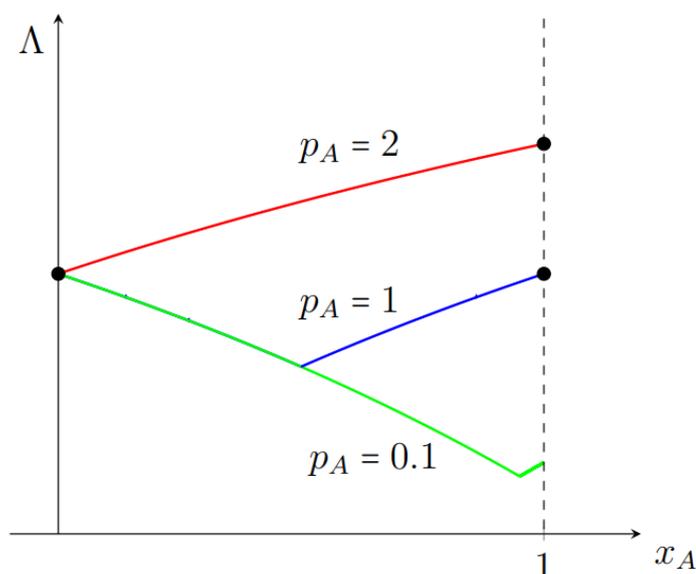
Em nossa estrutura simples, com apenas dois candidatos, podemos assumir que o objetivo do partido é maximizar a chance de eleição do candidato que, na ausência dos recursos partidários, já é o favorito. Formalmente, agora temos o seguinte problema de otimização:

$$\max_{x_A \in [0,1]} \max\{\Omega f(x_A, p_A, v_A), f(1 - x_A, p_B, v_B)\}, \quad (4.4.7)$$

onde já substituímos $x_B = 1 - x_A$. Dado que $f(\cdot)$ é monótona em x e que x_A aumenta a probabilidade de eleição de A enquanto diminui a de B , o problema terá uma solução de canto – exceto no caso em quem os candidatos são idênticos e não há favoritismo: ou $x_A = 1$ ou $x_A = 0$. O apêndice 4.10 apresenta uma prova formal de que o problema sempre terá uma solução de canto.

O gráfico abaixo (figura 14) explora algumas possibilidades para a função objetivo do partido $\Lambda(\cdot)$, para diferentes combinações dos parâmetros. Como visto acima, em todos $\Lambda(\cdot)$ é convexa ou decrescente, de modo que a solução é concentrar os recursos em quem tem mais chance de vencer. Os parâmetros foram fixados em $\alpha_x = \alpha_p = \alpha_v = \Omega = p_B = v_A = v_B = 1$, com a popularidade de A variando. Como já mencionado, quando os candidatos são idênticos e não há favoritismo ($p_A = 1$, linha azul), a solução não é única ($x_A = 1$ ou $x_A = 0$). Quando A é muito mais popular que B ($p_A = 2$), então sua probabilidade de eleição é sempre maior, de forma que temos a linha vermelha, com solução $x_A = 1$. Por fim, quando A é bem menos popular que B ($p_A = 0.1$), temos a linha verde, com solução $x_A = 0$.

Figura 14 – Função objetivo do partido para diferentes combinações de parâmetros



Fonte: Elaborada pela autora

A conclusão de que o partido pode concentrar recursos naqueles candidatos com maiores chances possui, portanto, uma justificativa teórica – e uma microfundamentação. Garantir, ou aumentar ao máximo, a probabilidade de um certo número de candidatos leva inevitavelmente à uma alocação de recursos concentrada exatamente nesses candidatos – exceto no caso raro em que $p_A = p_B$, $v_A = v_B$ e $\Omega = 1$. Em nosso modelo, o que determina quem receberá a totalidade dos recursos é a popularidade inata, a visibilidade e o parâmetro de favoritismo. Note que, mesmo que Ω seja pequeno (menor do que 1), se p_A e v_A forem altos o bastante, candidato A receberá todos os recursos. O gráfico 14 nos ajuda a entender o papel de tais fatores.

Outra forma de alcançar resultado similar mantendo a mesma função objetivo para o partido (equação (4.4.2)) é mudando a forma funcional de $f(\cdot)$. Em particular, pode ser o caso de que, embora a probabilidade de eleição continue a ser crescente e côncava em x , p e v , suas derivadas parciais cruzadas (de segunda ordem) agora sejam positivas. Considere, por exemplo, a interpretação de $\frac{\partial^2 f}{\partial x \partial p} > 0$: o efeito marginal dos recursos dos partidos na probabilidade de eleição é crescente na popularidade do candidato. Em outras palavras, candidatos mais populares se beneficiam mais dos recursos do que os menos populares.

Formalmente, nesse caso, pela FOC (4.4.4), podemos realizar um exercício de estática comparativa⁴ e concluir que x_A é crescente em p_A . Argumento similar pode ser aplicado para as demais derivadas cruzadas. A consequência disso é uma concentração de

⁴Observe que podemos escrever (4.4.4) como $G(x_A, \Delta) = \Omega \frac{\partial f}{\partial x}(x_A, p_A, v_A) - \frac{\partial f}{\partial x}(1 - x_A, p_B, v_B) = 0$, onde $\Delta = (\Omega, p_A, p_B, v_A, v_B)$. Para obtermos o resultado basta aplicarmos o Teorema da Função Implícita: $\frac{\partial x_A}{\partial p_A} = -\frac{\partial G / \partial p_a}{\partial G / \partial x_a}$. É direto ver que $\frac{\partial G}{\partial p_a} = \Omega \frac{\partial^2 f}{\partial x \partial p}(x_A, p_A, v_A) > 0$ e $\frac{\partial G}{\partial x_a} = \Omega \frac{\partial^2 f}{\partial x^2}(x_A, p_A, v_A) + \frac{\partial^2 f}{\partial x^2}(1 - x_A, p_B, v_B) < 0$, de onde segue o resultado.

recursos nas mãos de candidatos mais populares ou mais visíveis. Contudo, a concentração não deve ser tão extrema quanto aquela vista anteriormente, quando mudamos a função objetivo do partido. A mudança na forma funcional de $f(\cdot)$, portanto, é capaz de explicar a alocação de recursos nas mãos de candidatos que possuem maiores chances de vitória.

A última extensão que vamos explorar é a inclusão de uma restrição estabelecendo um valor mínimo de repasse a determinado candidato. Esse é o caso da legislação brasileira no que diz respeito às mulheres. A Reforma Eleitoral de 2015 e a subsequente promulgação do Fundo Eleitoral marcaram um ponto de virada significativo nas regras eleitorais brasileiras, especialmente no que diz respeito à promoção da igualdade de gênero na política. Com essas mudanças, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) impôs aos partidos políticos a obrigação de destinar, no mínimo, 30% do valor recebido do Fundo Eleitoral para o financiamento das campanhas eleitorais de candidatas mulheres.

Para liberação dos recursos do Fundo Eleitoral aos partidos políticos, o parágrafo 7 do artigo 16-C da lei nº 13.487/2017 estabelece que as agremiações precisam definir e aprovar critérios internos de distribuição. Estes critérios devem ser aprovados por maioria absoluta dos membros do órgão de direção executiva nacional e posteriormente divulgados ao público. Essa regulamentação garante que cada partido tenha a liberdade de determinar a forma mais justa de distribuir os recursos entre seus candidatos. Entretanto, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) impõe duas restrições específicas para assegurar a promoção da igualdade e inclusão no cenário político: a primeira determina que ao menos 30% do valor total recebido do Fundo Eleitoral seja direcionado ao financiamento das campanhas eleitorais de candidatas mulheres. A segunda restrição, implementada a partir de 2020, exige que a distribuição dos recursos entre os candidatos seja proporcional ao número de candidatos negros presentes no partido. Tais medidas têm como objetivo encorajar a diminuição das disparidades de gênero e raça.

Para entender os efeitos da inclusão de tal restrição, suponha que, no modelo básico (seção 4.4.1), seja exigido que o candidato B receba, ao menos, $R_B \in [0, 1]$. Formalmente, temos uma restrição extra no problema de otimização do partido: $x_B \geq R_B$. Então, é possível que essa inclusão não altere a alocação original, equações (4.4.5) e (4.4.6), obtidas através da FOC (4.4.4). Isso ocorreria se $x_B(\Omega, p_A, p_B, v_A, v_B) \geq R_B$, caso em que a restrição estaria inativa. A outra possibilidade é aquela da restrição ativa: $x_B(\Omega, p_A, p_B, v_A, v_B) < R_B$. Agora a restrição, de fato, atuaria fazendo o partido direcionar o mínimo de recursos para o candidato B . Nesse caso, a solução do novo problema de otimização seria $x_A = R - R_B$ e $x_B = R_B$.

Os dados sugerem que o Brasil, no caso da legislação de transferências de recursos para candidatas mulheres, se aproxima mais do caso em que a restrição está ativa. De fato, antes da implementação da obrigatoriedade de destinação de recursos mínimos para as mulheres, 90% dos recursos públicos destinados às eleições para a Câmara dos

Deputados eram alocados para candidatos homens. Contudo, a situação começou a mudar em 2018, quando a regra que exige a aplicação de um percentual mínimo dos recursos do Fundo Eleitoral em campanhas de mulheres entrou em vigor. Essa medida resultou em um avanço significativo, com cerca de 20% dos recursos públicos de campanha sendo destinados às candidatas mulheres, embora a desigualdade na distribuição dos recursos ainda permanecesse evidente. No entanto, vale destacar que, essa obrigatoriedade causar efeito colateral: houve uma elevação de candidatas que estavam na disputa eleitoral mais para cumprir a cota de gênero e permitir que os partidos acessassem os recursos, do que para competir efetivamente. Isso explica, em parte, por que algumas candidatas mulheres, apesar de receberem financiamento, não obtiveram votos significativos.

4.5 CONCLUSÃO

A literatura ressalta de maneira consistente a importância dos recursos financeiros nas campanhas eleitorais, evidenciando como o investimento financeiro amplifica a visibilidade dos candidatos diante do eleitorado, aspecto de particular relevância em um país de vasta extensão territorial como o Brasil. A capacidade de arrecadação e alocação de recursos significativos por parte de candidatos ou agremiações partidárias estabelece uma relação direta com a eficácia em moldar a percepção pública e, conseqüentemente, influenciar os desfechos eleitorais. Nesse sentido, a administração dos recursos financeiros em contextos eleitorais emerge como um elemento determinante na configuração da democracia moderna, refletindo sua dupla capacidade de fomentar a equidade e a representatividade no espectro político, ao passo que também suscita preocupações quanto à potencial comprometimento desses mesmos valores. Assim, a gestão financeira nas campanhas não apenas delinea as trajetórias eleitorais, mas também incide sobre a integridade e a legitimidade do processo democrático como um todo.

Diante do escândalo de corrupção revelado em 2014, a Lei nº 13.165/2015, conhecida como Reforma Eleitoral, foi promulgada em 2015, marcando o fim das doações de pessoas jurídicas para campanhas eleitorais. Esta medida legislativa, adotada pela Suprema Corte do Brasil, visava mitigar a influência desproporcional das corporações privadas nas decisões de política econômica do país. Contudo, a proibição das contribuições empresariais implicou em significativas perdas financeiras para os candidatos e partidos políticos, especialmente para aqueles que tradicionalmente contavam com volumosos aportes de empresas. Em resposta a essa lacuna financeira e com o objetivo de preservar a competitividade e viabilidade das campanhas eleitorais, o governo Federal instituiu o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), também conhecido como Fundo Eleitoral. Esse mecanismo de financiamento público foi concebido como uma solução para equilibrar o impacto da restrição de doações privadas, assegurando recursos para a realização de campanhas eleitorais e, conseqüentemente, a manutenção da dinâmica democrática no

contexto eleitoral brasileiro.

Com a centralização da principal fonte de financiamento eleitoral sob a gestão dos partidos políticos, emergiu um desafio significativo no cenário político brasileiro: a disparidade na distribuição dos recursos entre os candidatos. Essa situação resulta em um cenário onde alguns candidatos são beneficiados com alocações financeiras substanciais, possibilitando campanhas eleitorais robustas, enquanto outros recebem montantes mínimos, enfrentando dificuldades para viabilizar suas candidaturas de forma competitiva. Esse desequilíbrio não apenas reflete as dinâmicas internas e as estratégias de poder dos partidos, mas também levanta questões sobre a equidade e a democracia dentro do processo eleitoral.

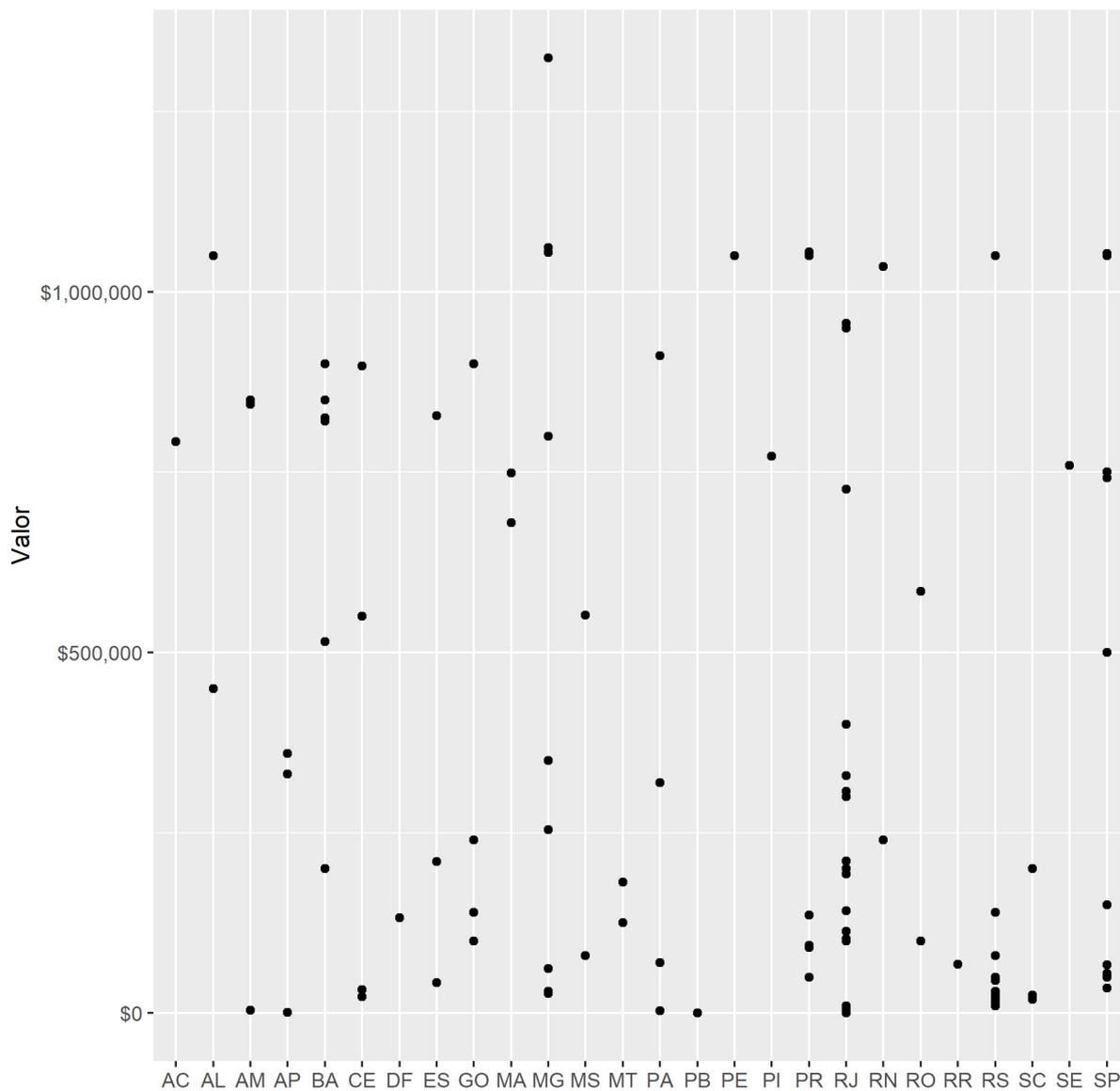
Neste contexto, a presente pesquisa desenvolveu um modelo microfundamentado com o intuito de elucidar os fatores determinantes na distribuição ótima dos recursos por parte dos partidos políticos aos seus filiados. O estudo revela que o favoritismo emerge como a principal explicação para as significativas discrepâncias observadas na alocação de recursos entre candidatos com perfis de popularidade e visibilidade similares. Em outras palavras, a proximidade ideológica com o partido, a influência na estrutura burocrática partidária, ou a existência de laços pessoais, como amizades ou vínculos com famílias tradicionalmente estabelecidas na política, são fatores que elucidam a razão para tais discrepâncias na divisão dos recursos.

A centralização do poder de decisão financeira nas lideranças partidárias não apenas fomenta práticas de favoritismo, mas também tem o potencial de afetar diretamente as probabilidades de êxito eleitoral dos candidatos, independentemente de suas competências ou do apoio popular que detêm. Esse cenário apresenta um desafio substancial para a integridade e representatividade do processo eleitoral brasileiro, sugerindo a necessidade de reflexões aprofundadas e possíveis reformas no sistema de financiamento de campanhas, a fim de assegurar uma distribuição de recursos mais equitativa e democrática.

Como direção para pesquisas futuras, torna-se indispensável a aplicação de métodos analíticos avançados, incluindo técnicas estatísticas e econométricas, que permitam quantificar e compreender as variáveis e os mecanismos subjacentes que resultam na disparidade de distribuição de recursos entre candidatos. A utilização dessas ferramentas analíticas oferecerá insights mais precisos e fundamentados sobre as dinâmicas que influenciam a alocação de fundos eleitorais, possibilitando a identificação de padrões, correlações e, potencialmente, causas diretas dessa desigualdade.

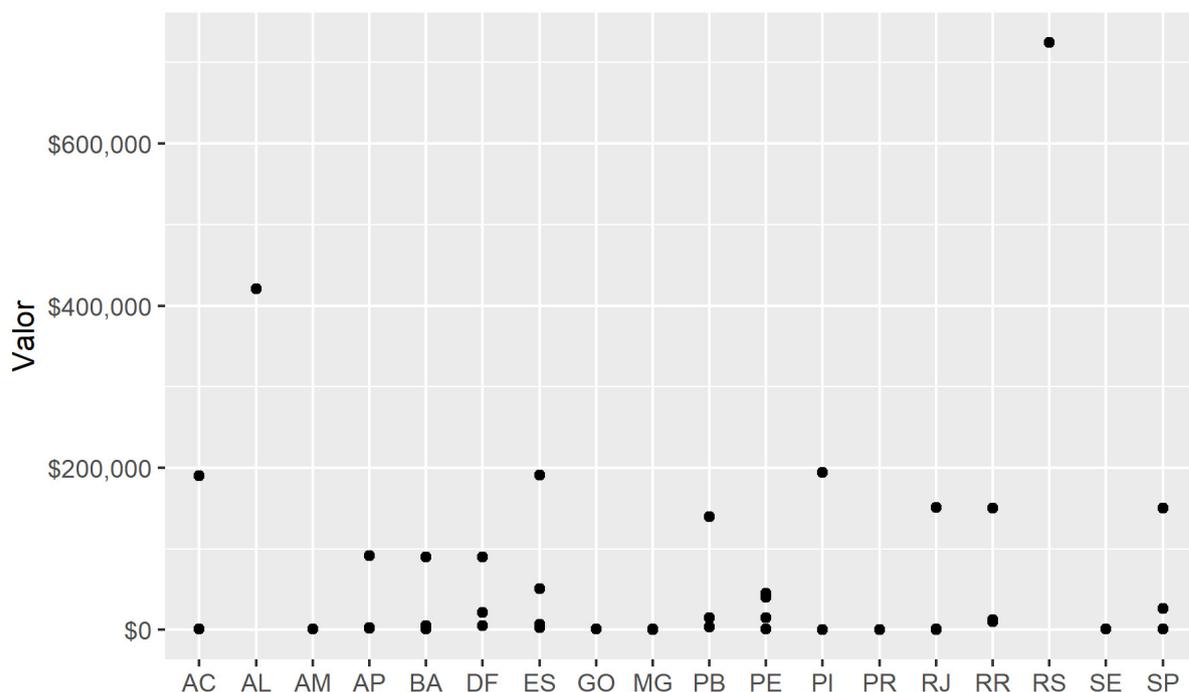
4.6 Apêndice A: Fundo Eleitoral e as distribuições entre candidatos dos partidos políticos

Figura 15 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Social Democrático



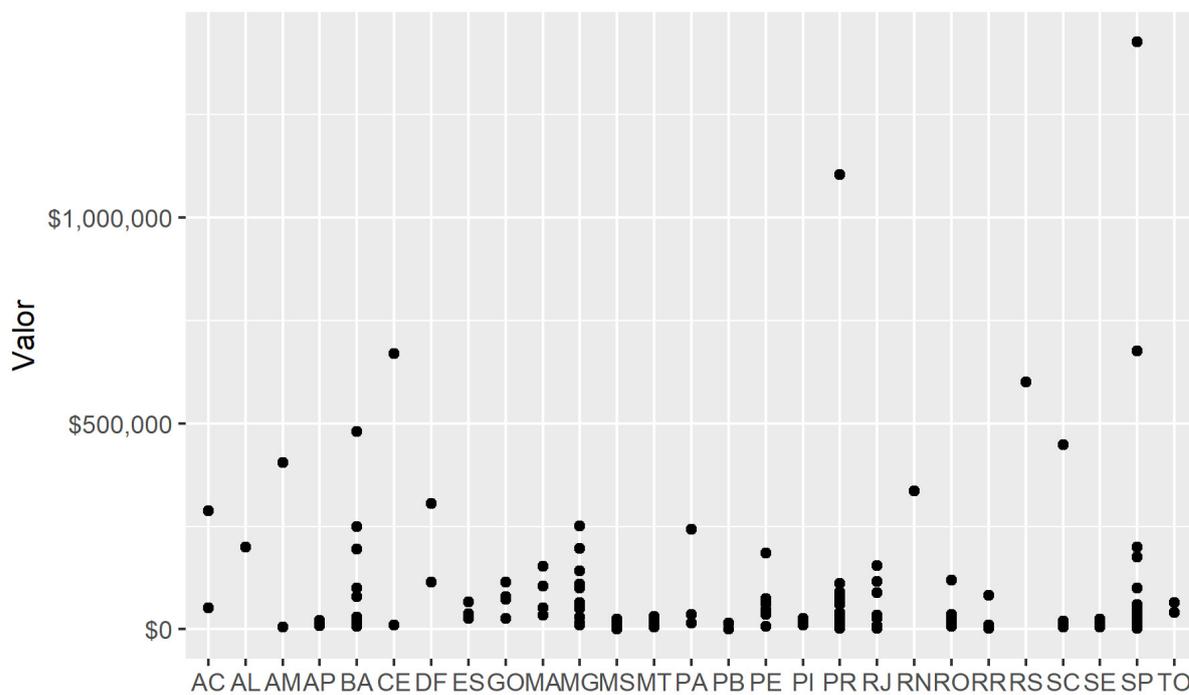
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

Figura 16 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Rede Sustentabilidade



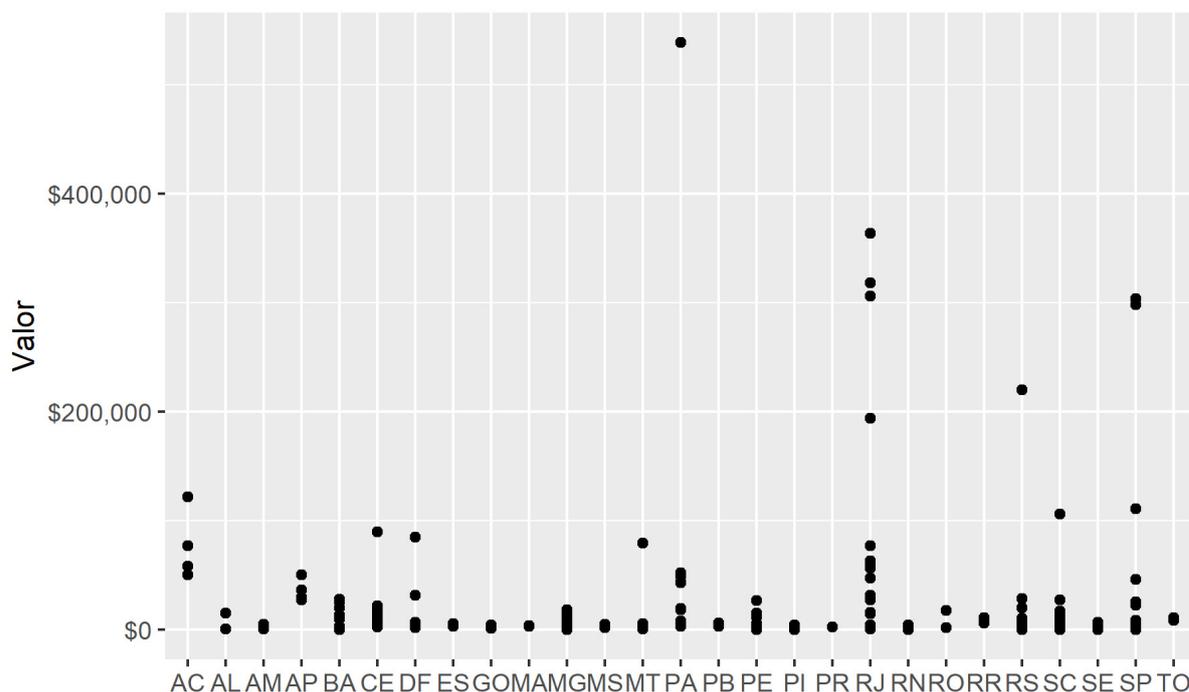
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

Figura 17 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Verde



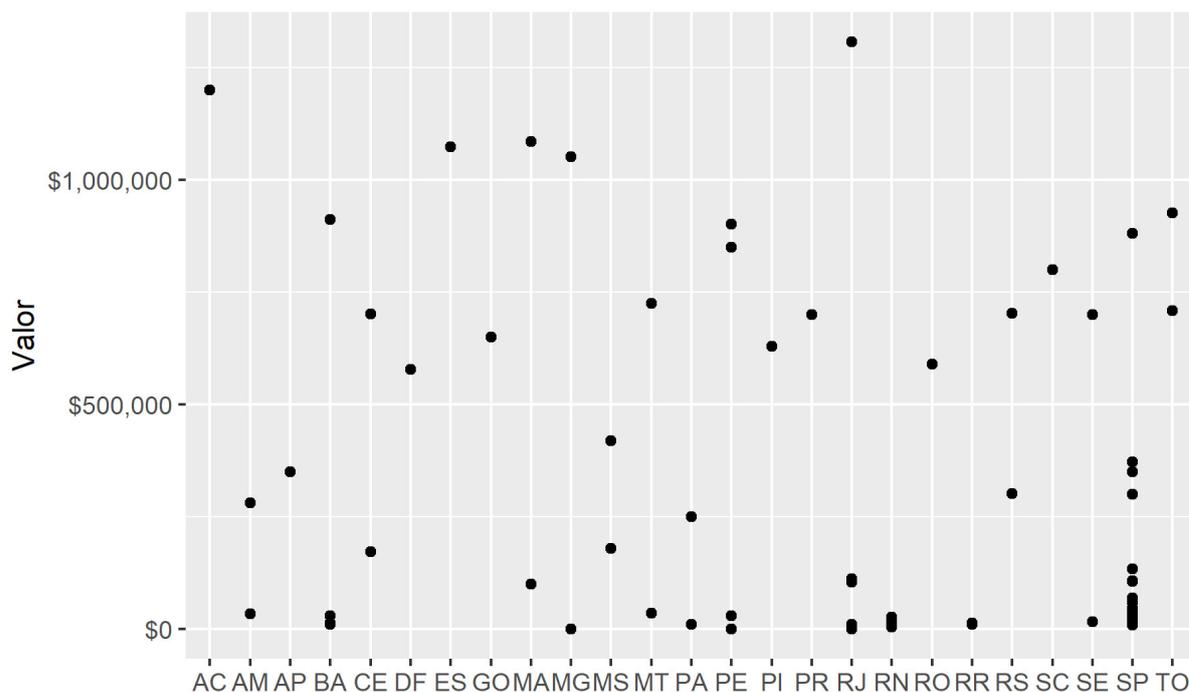
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

Figura 20 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Socialismo e Liberdade



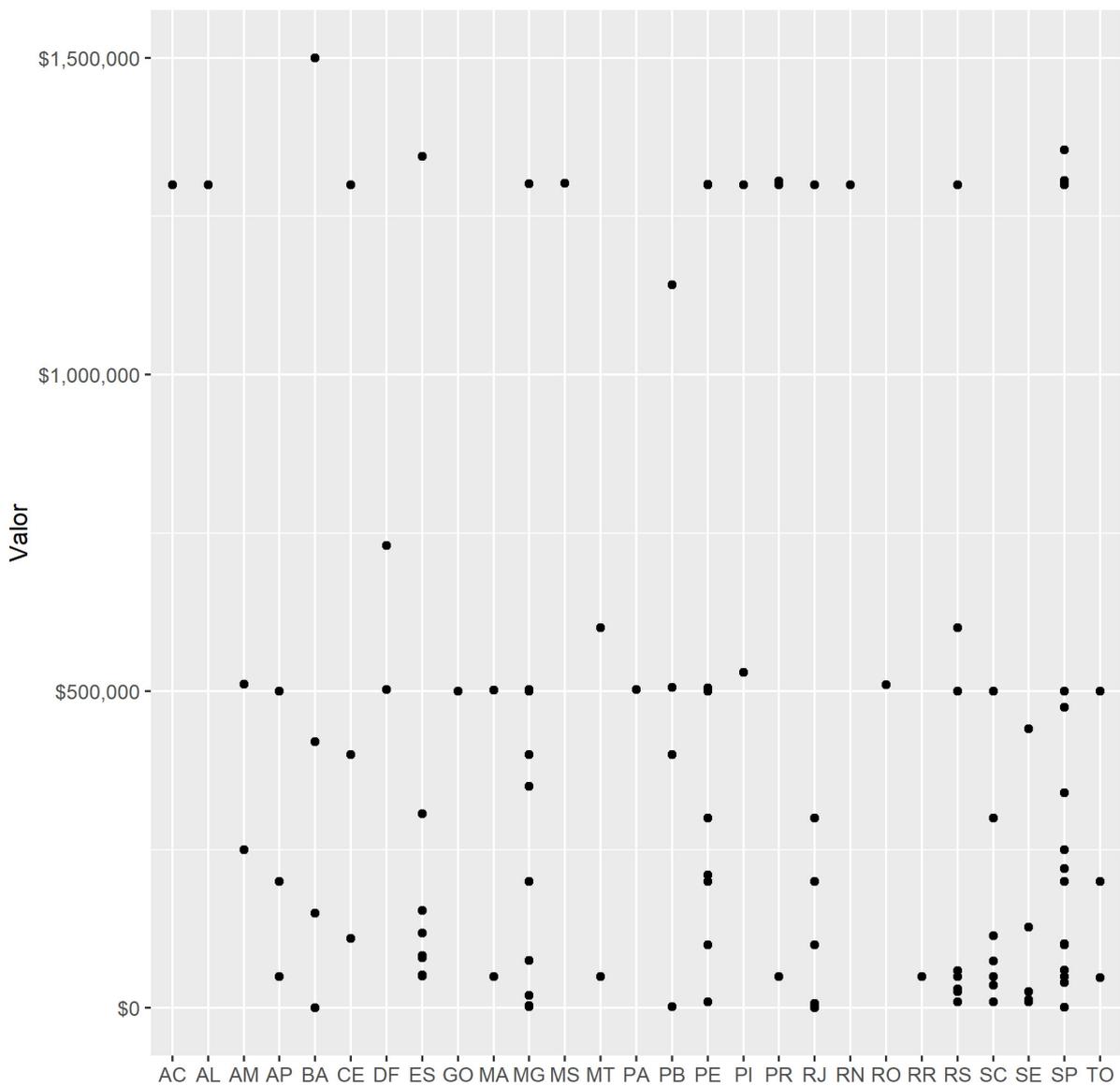
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

Figura 21 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Solidariedade



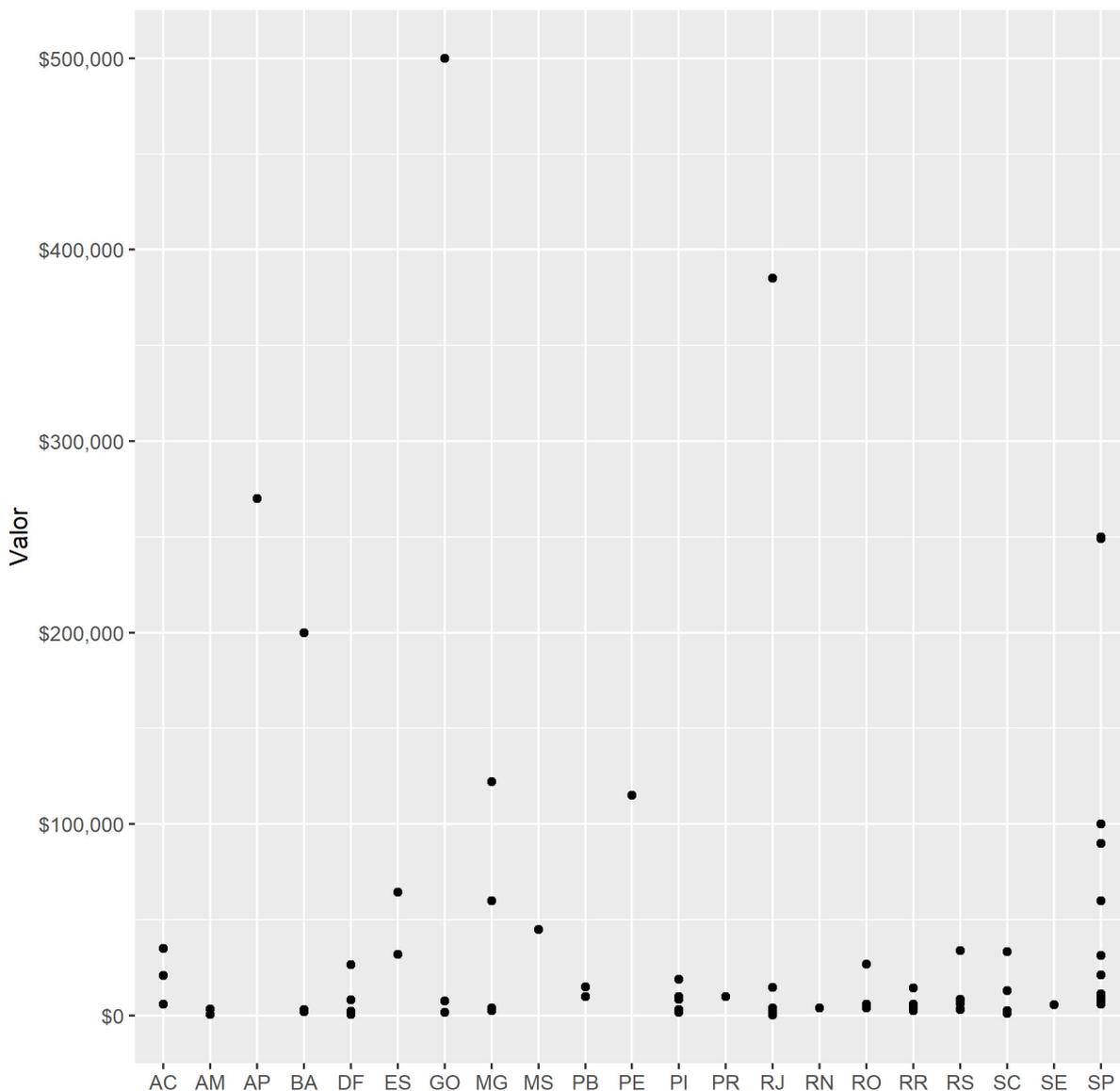
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

Figura 22 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Socialista Brasileiro



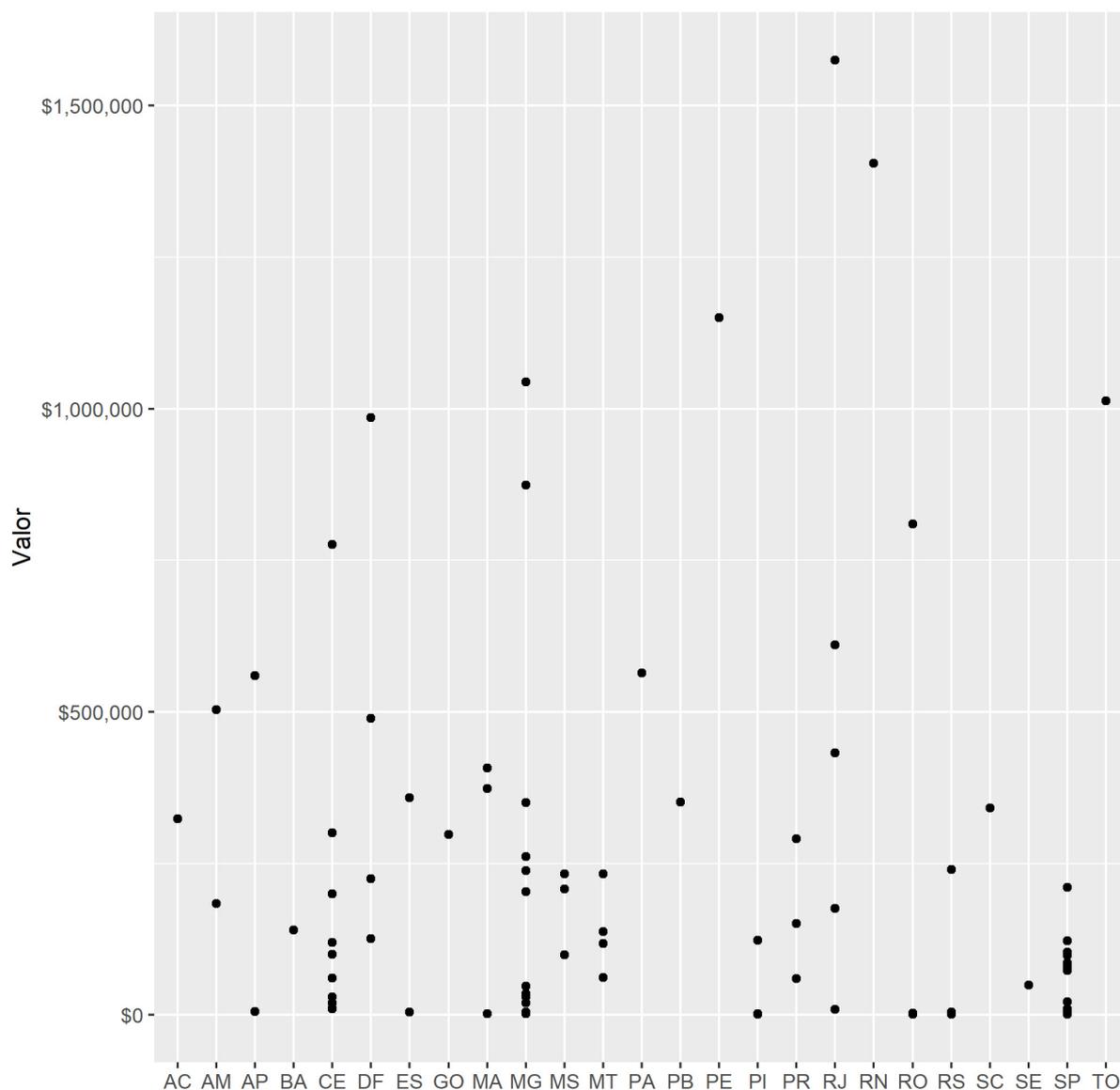
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

Figura 23 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Republicano Progressista



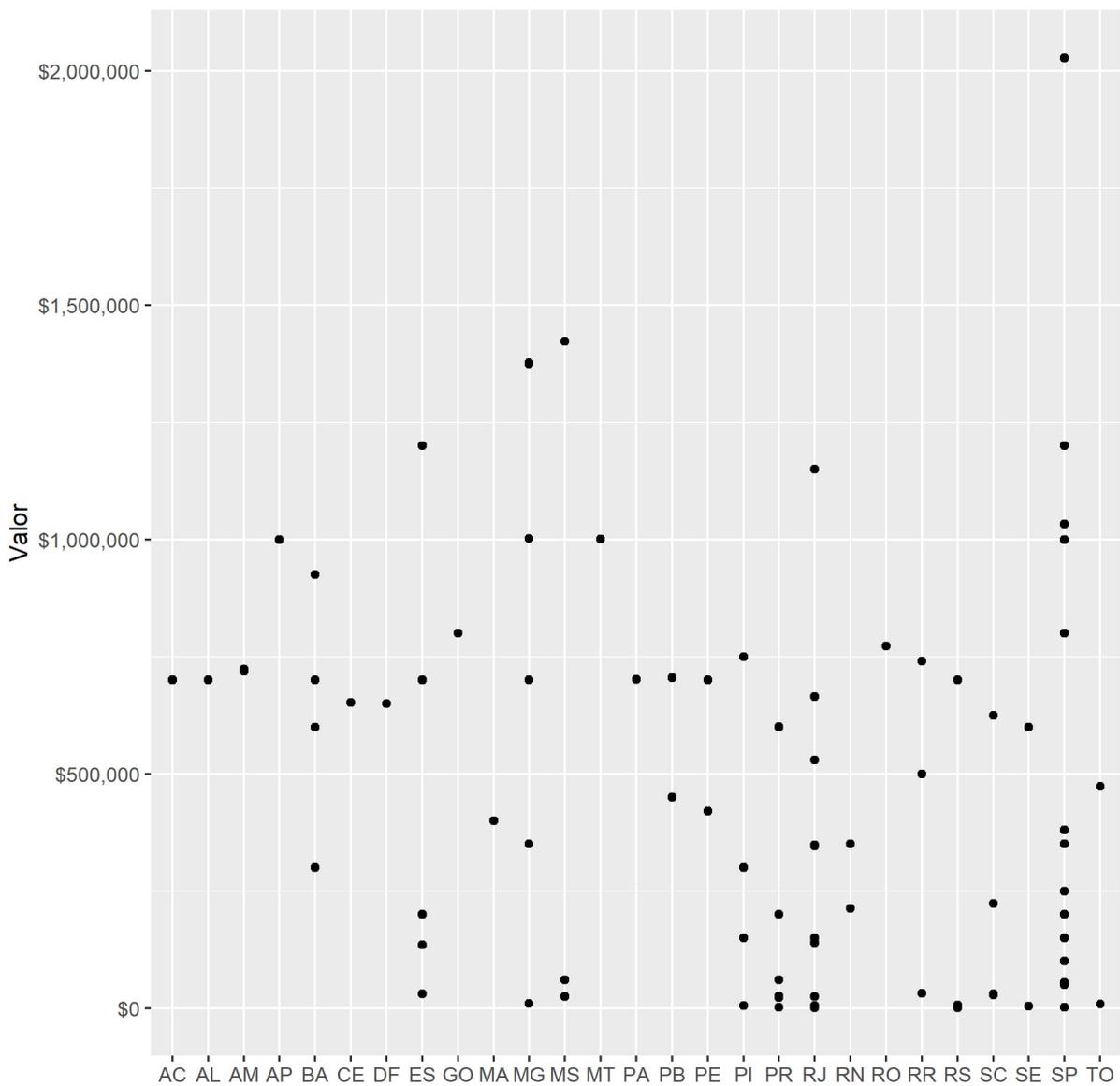
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

Figura 24 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Republicano da Ordem Social



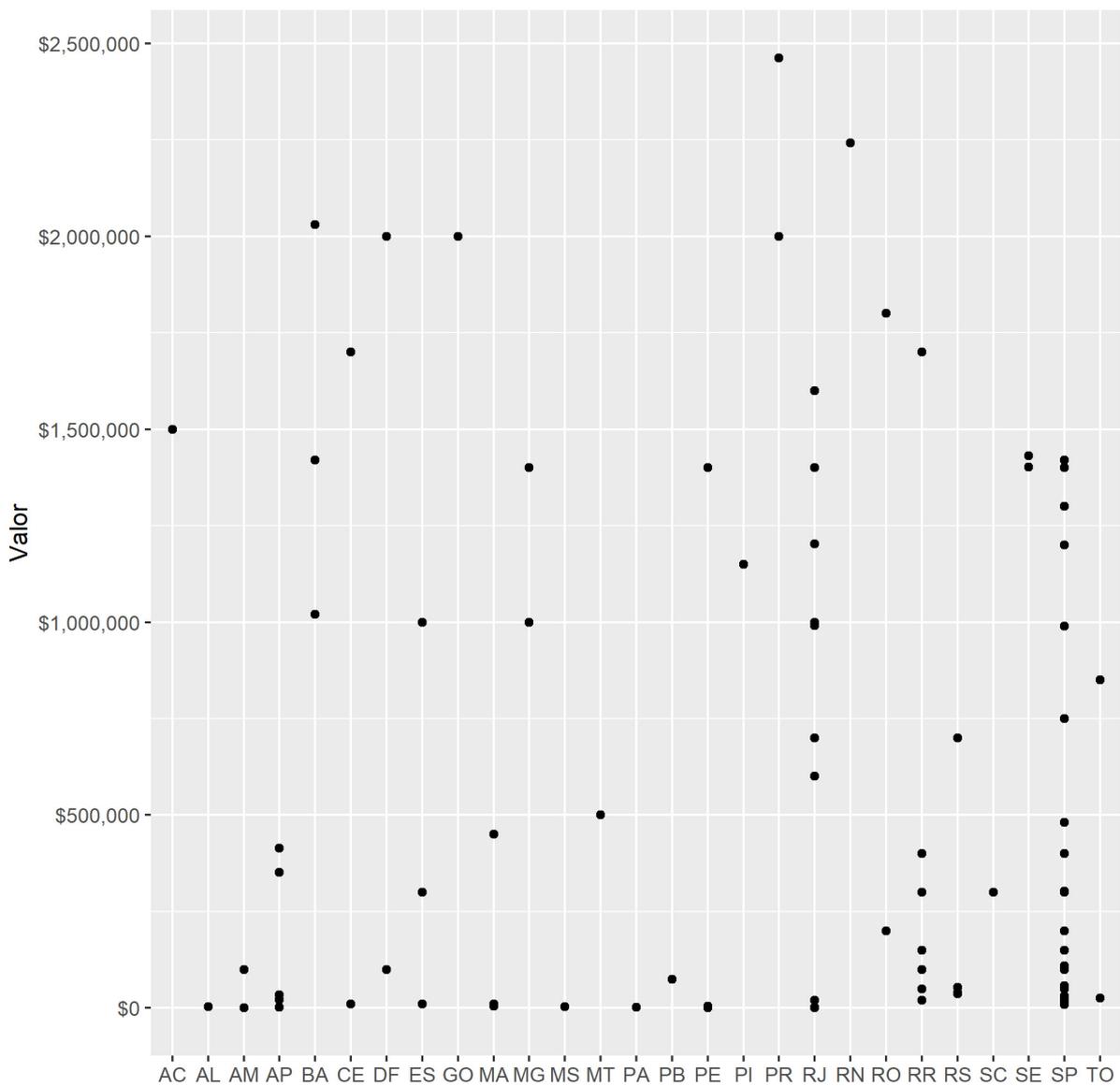
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

Figura 25 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Republicano Brasileiro



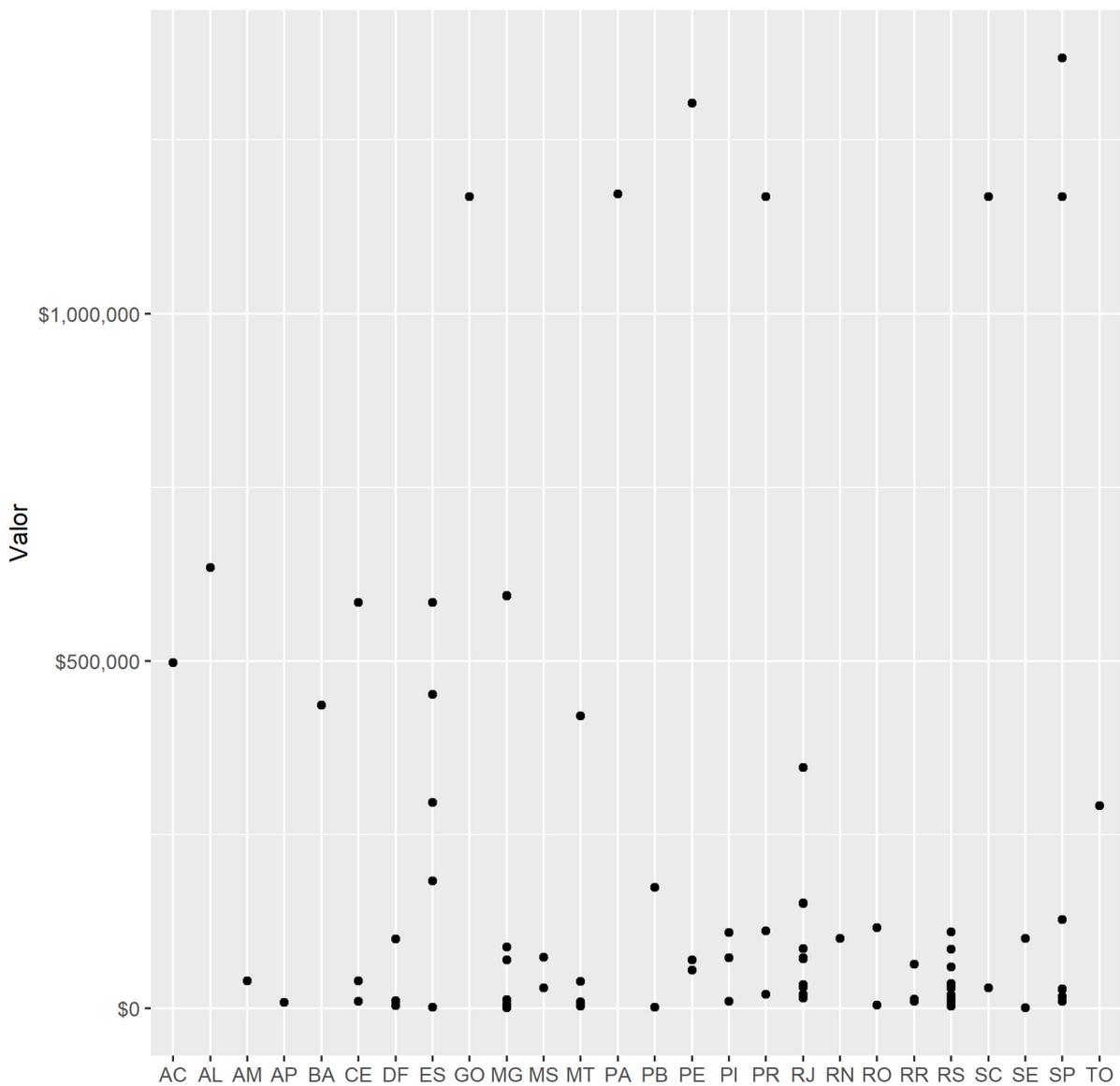
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

Figura 26 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido da República



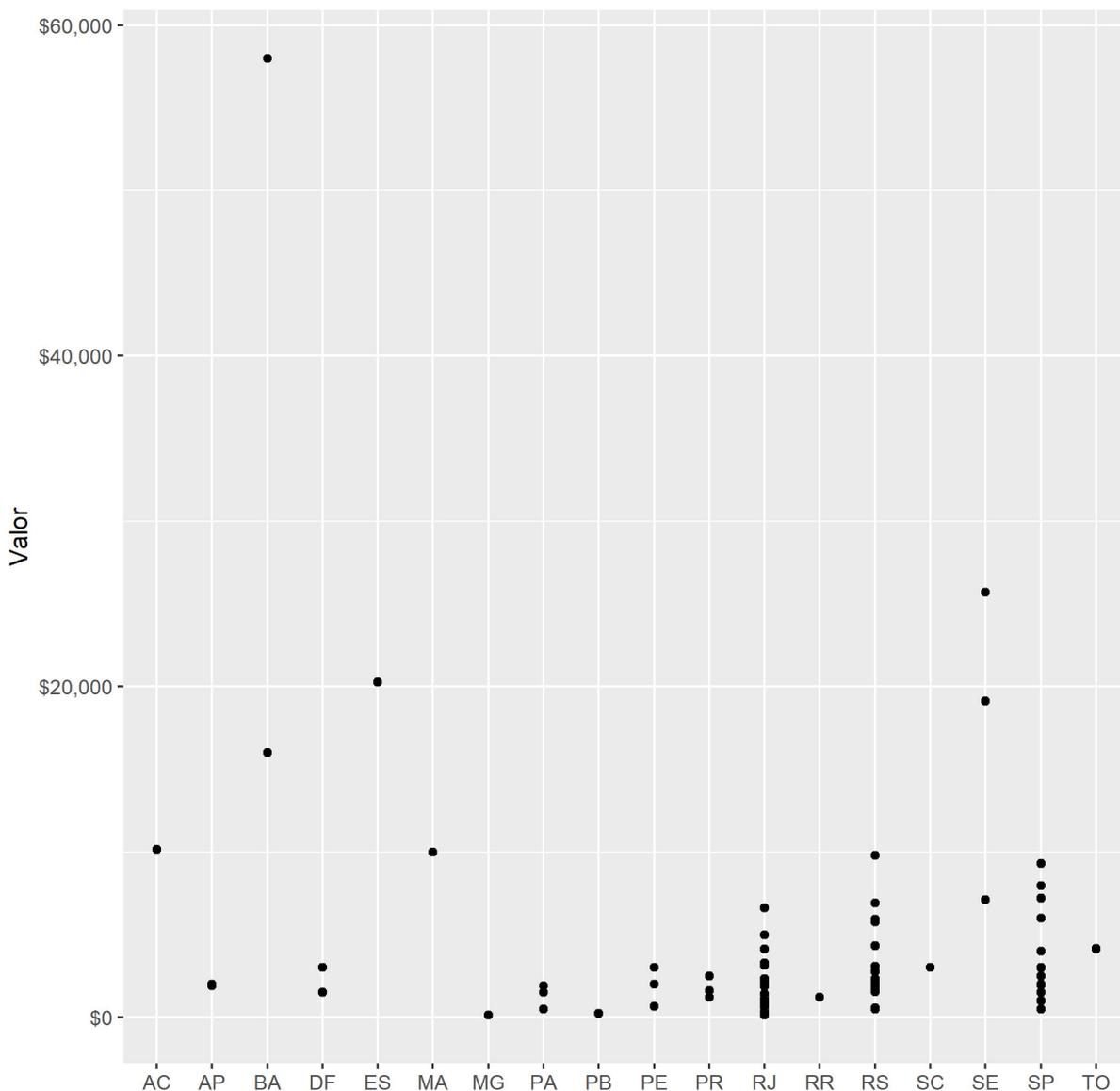
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

Figura 27 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Popular Socialista



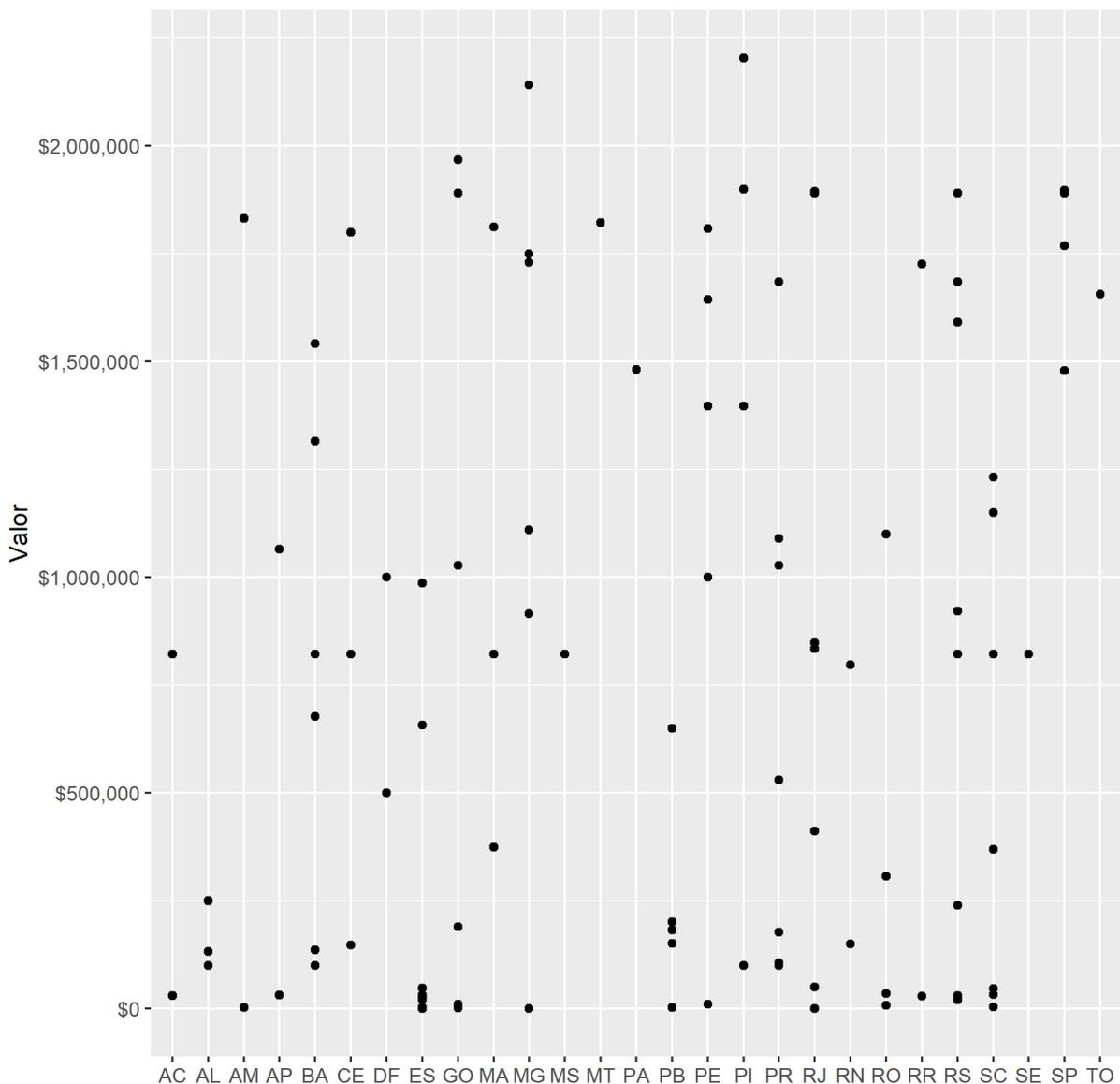
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

Figura 28 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Pátria Livre



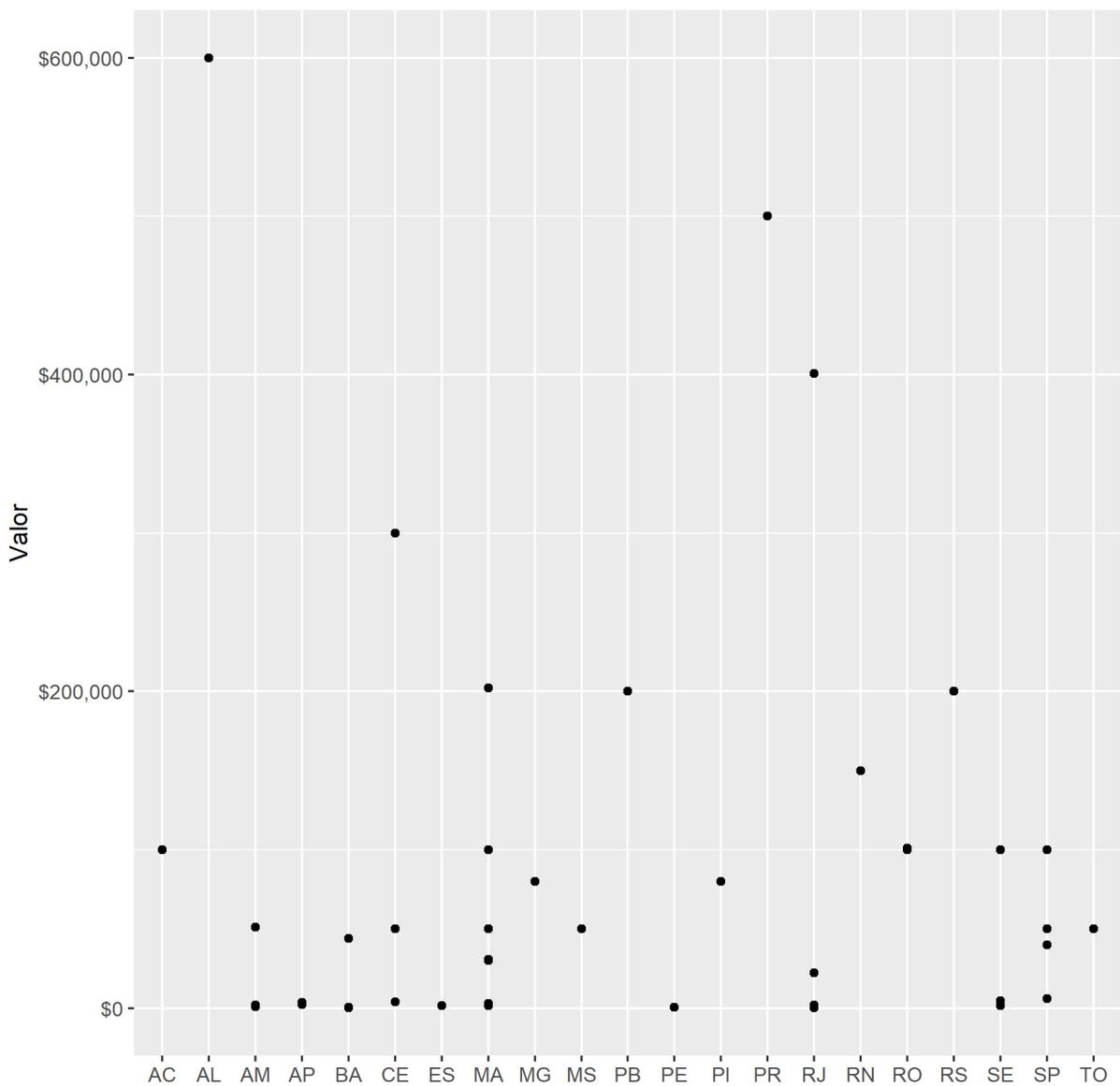
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

Figura 29 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Progressistas



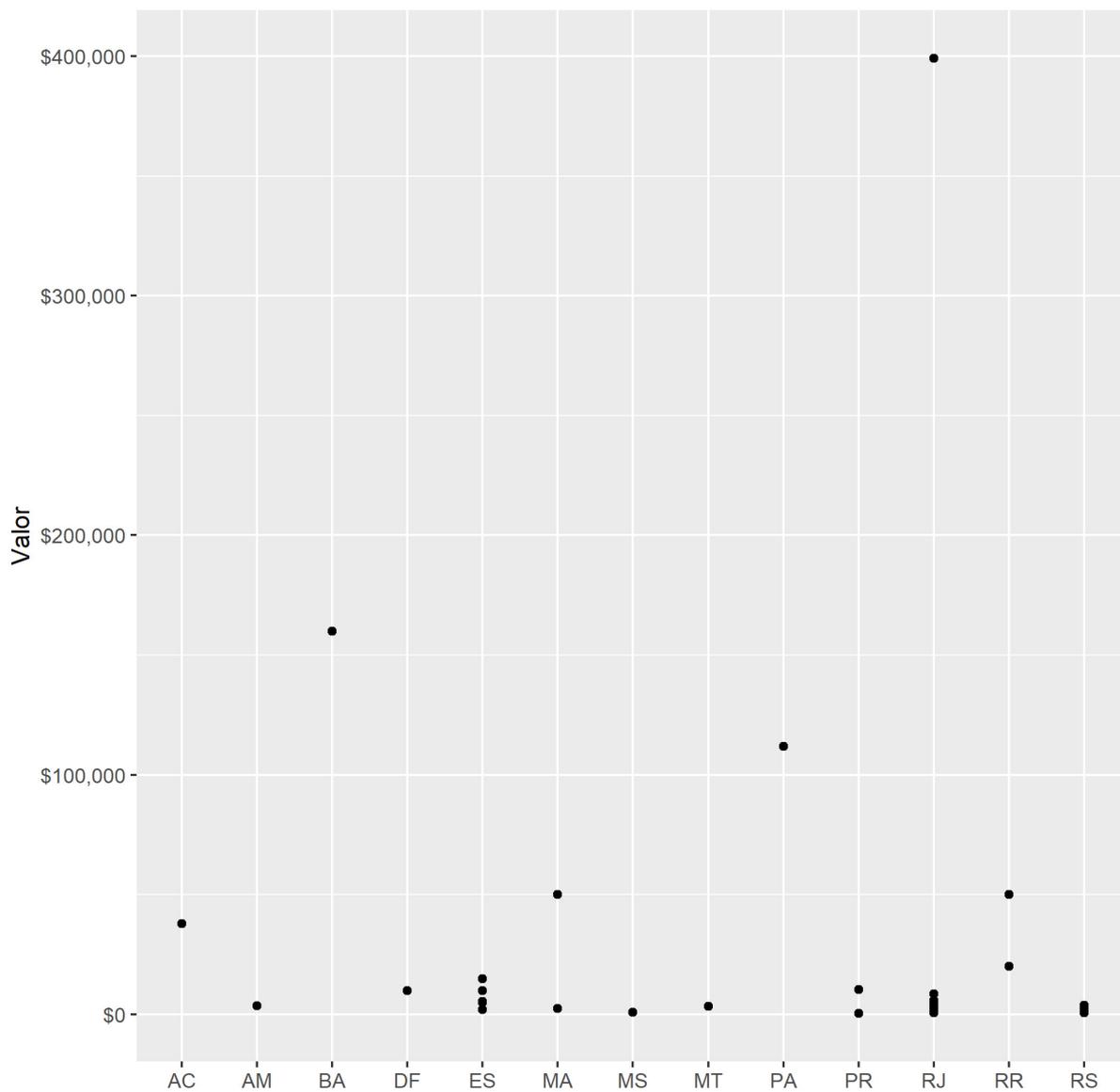
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

Figura 31 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido da Mobilização Nacional



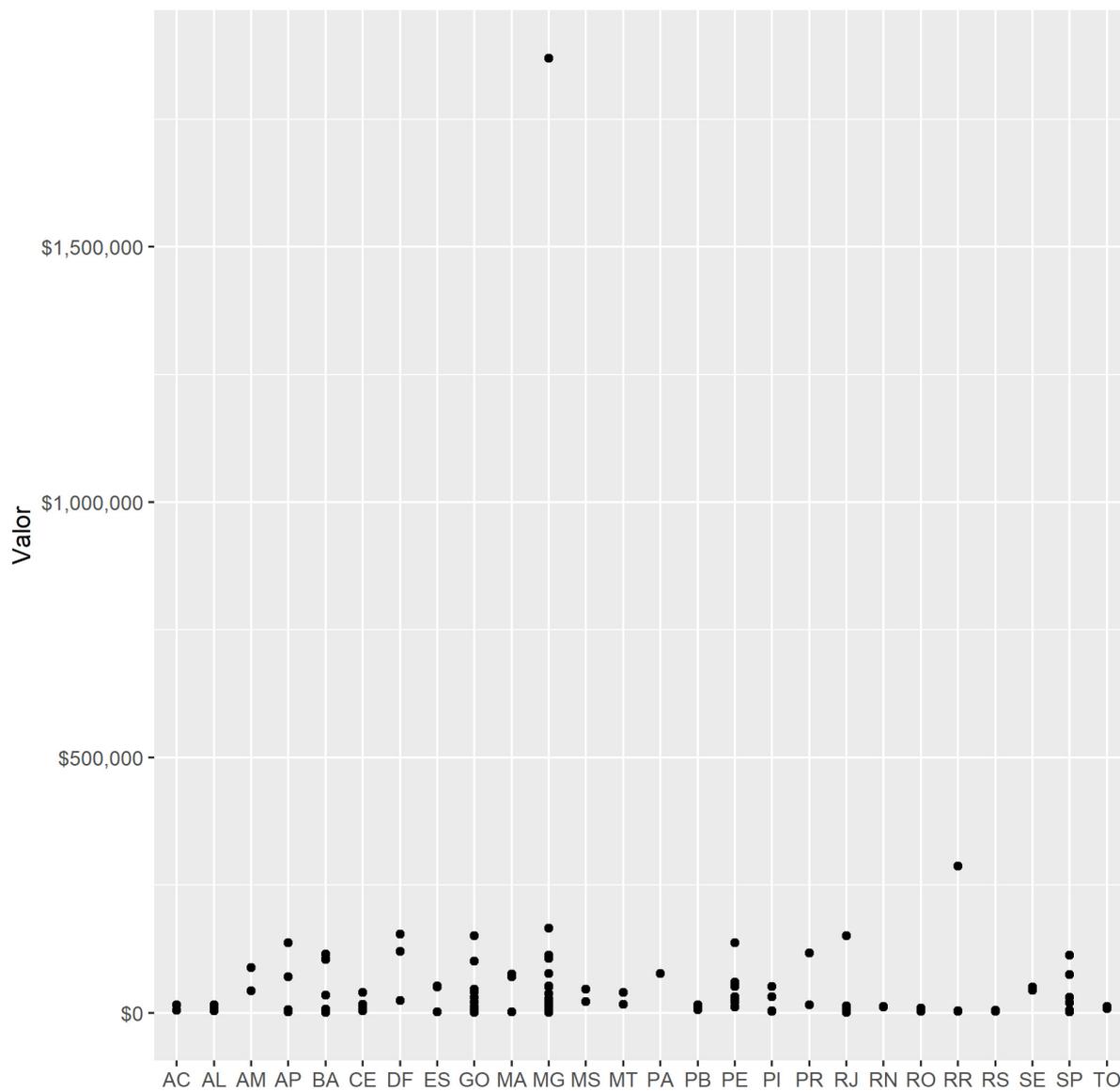
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

Figura 32 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido da Mulher Brasileira



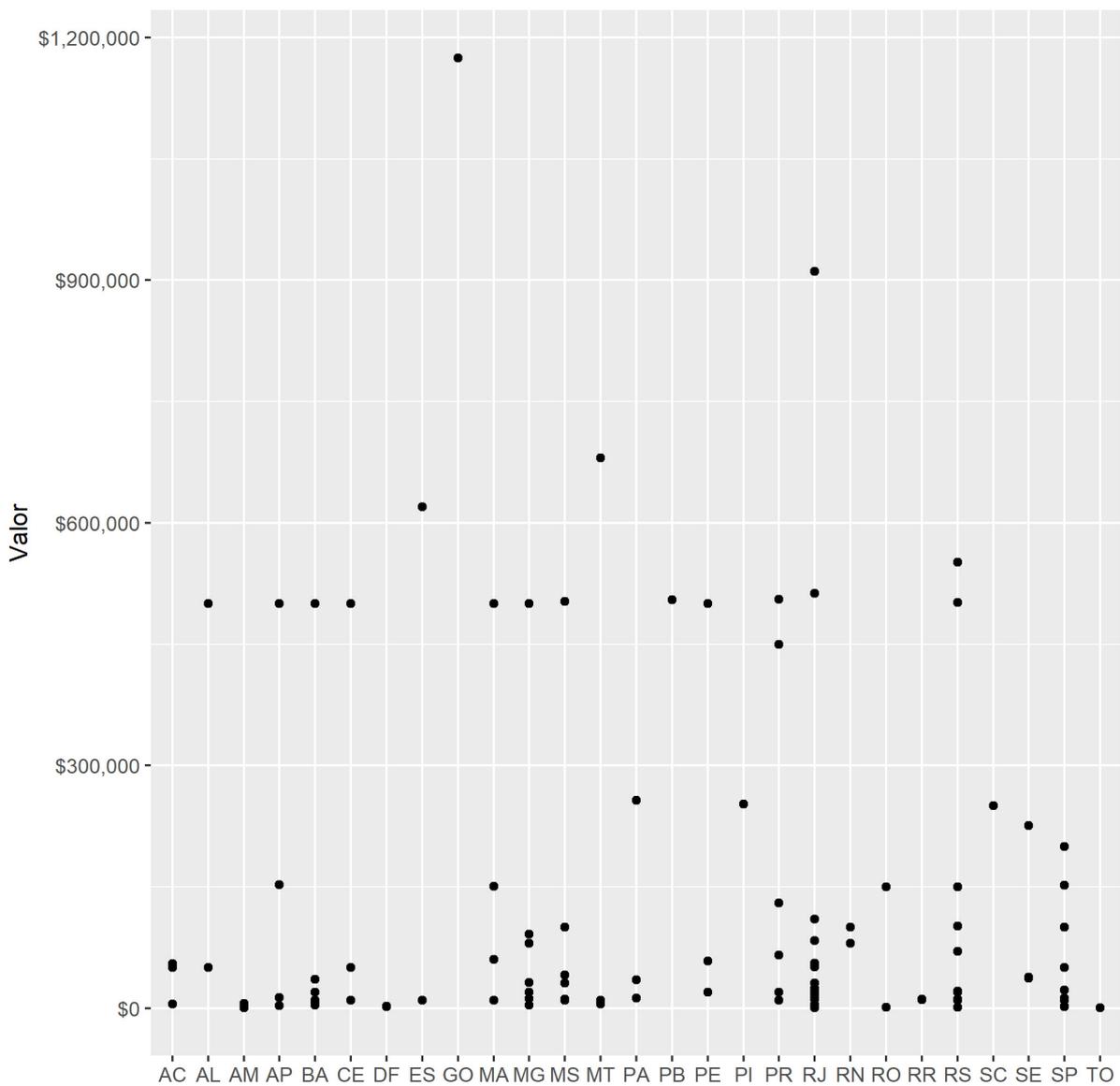
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

Figura 33 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Humanista da Solidariedade



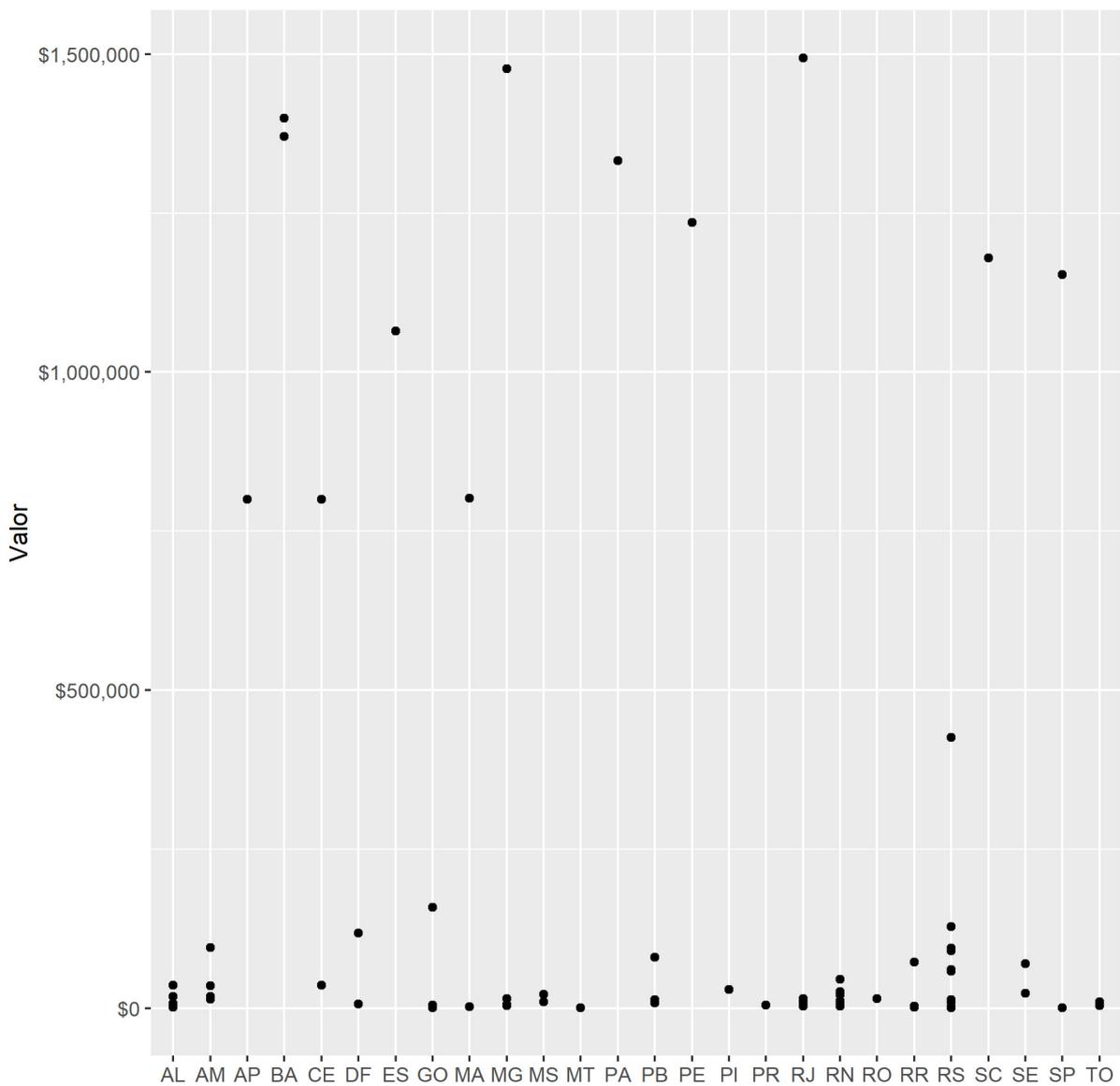
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

Figura 34 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Democrático Trabalhista



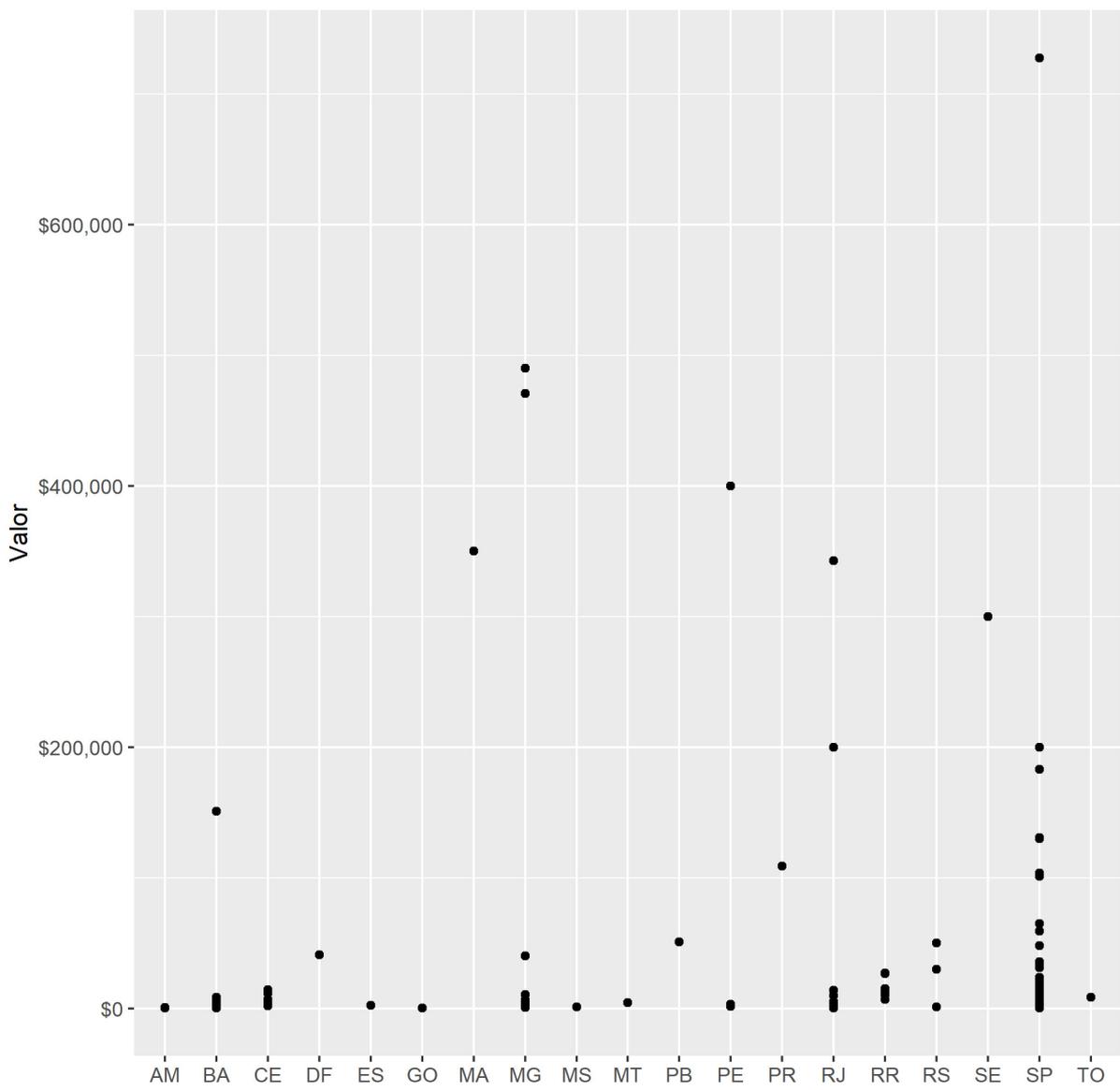
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

Figura 35 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Comunista do Brasil



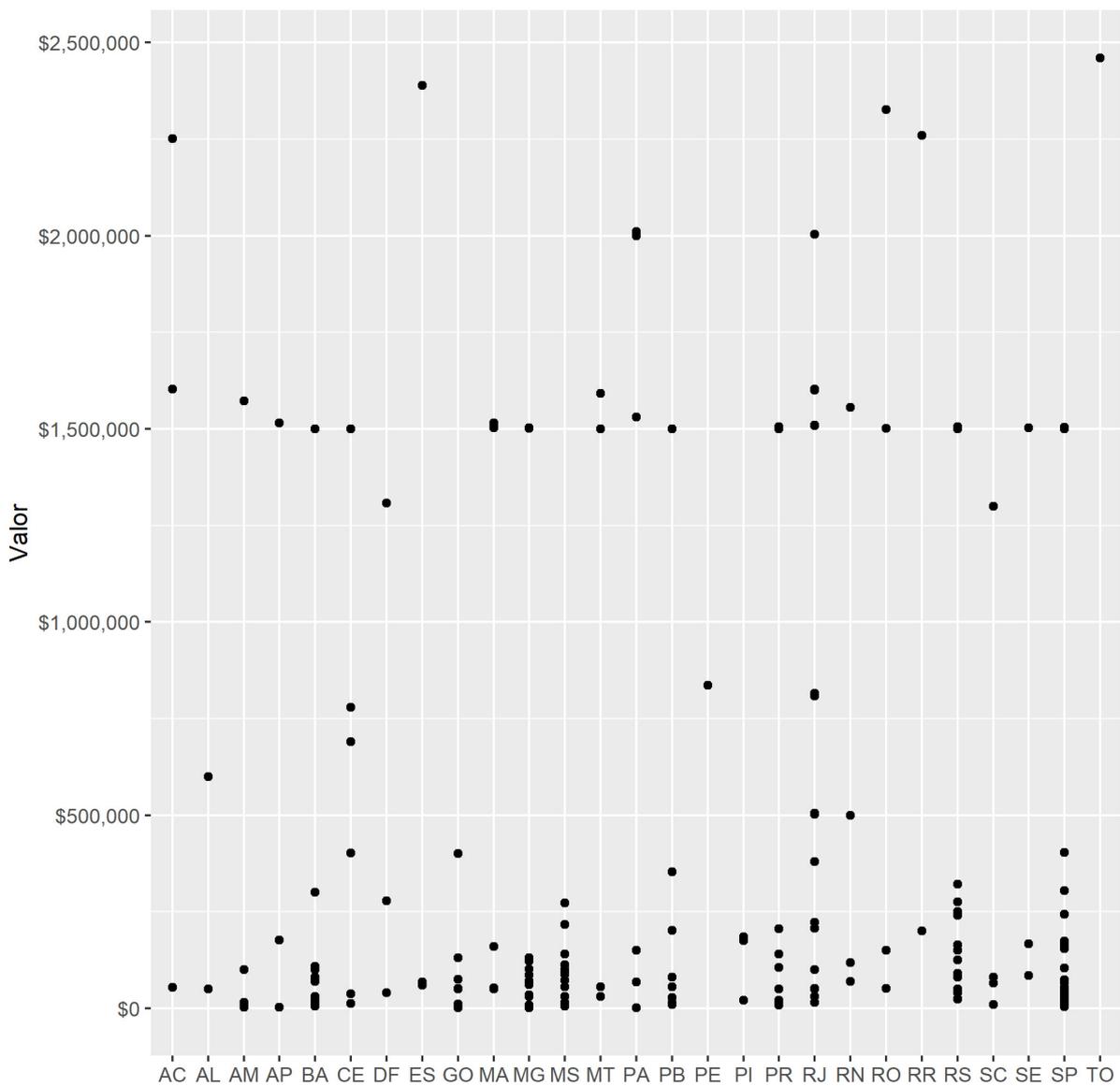
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

Figura 36 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Patriota



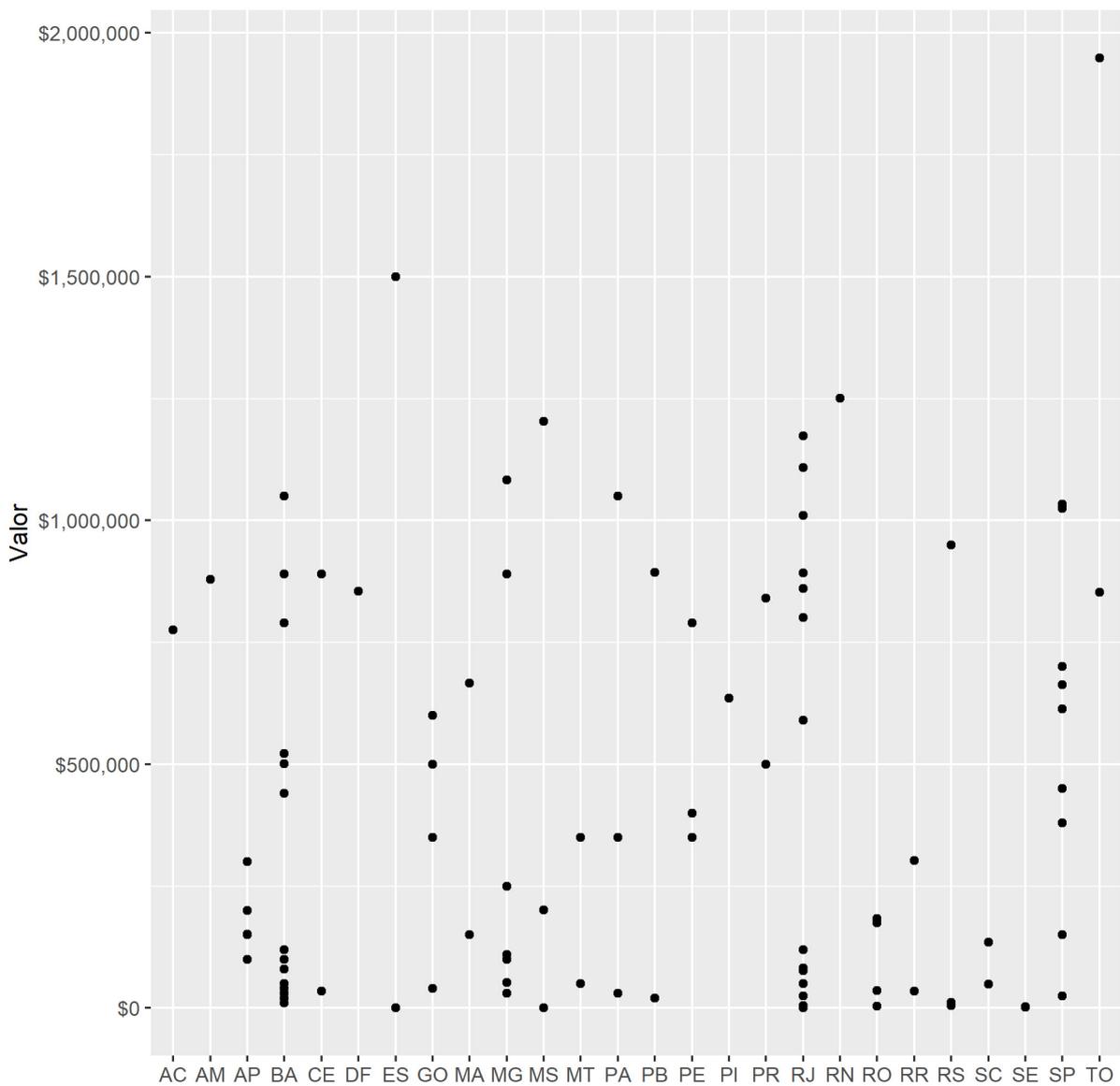
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

Figura 37 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Movimento Democrático Brasileiro



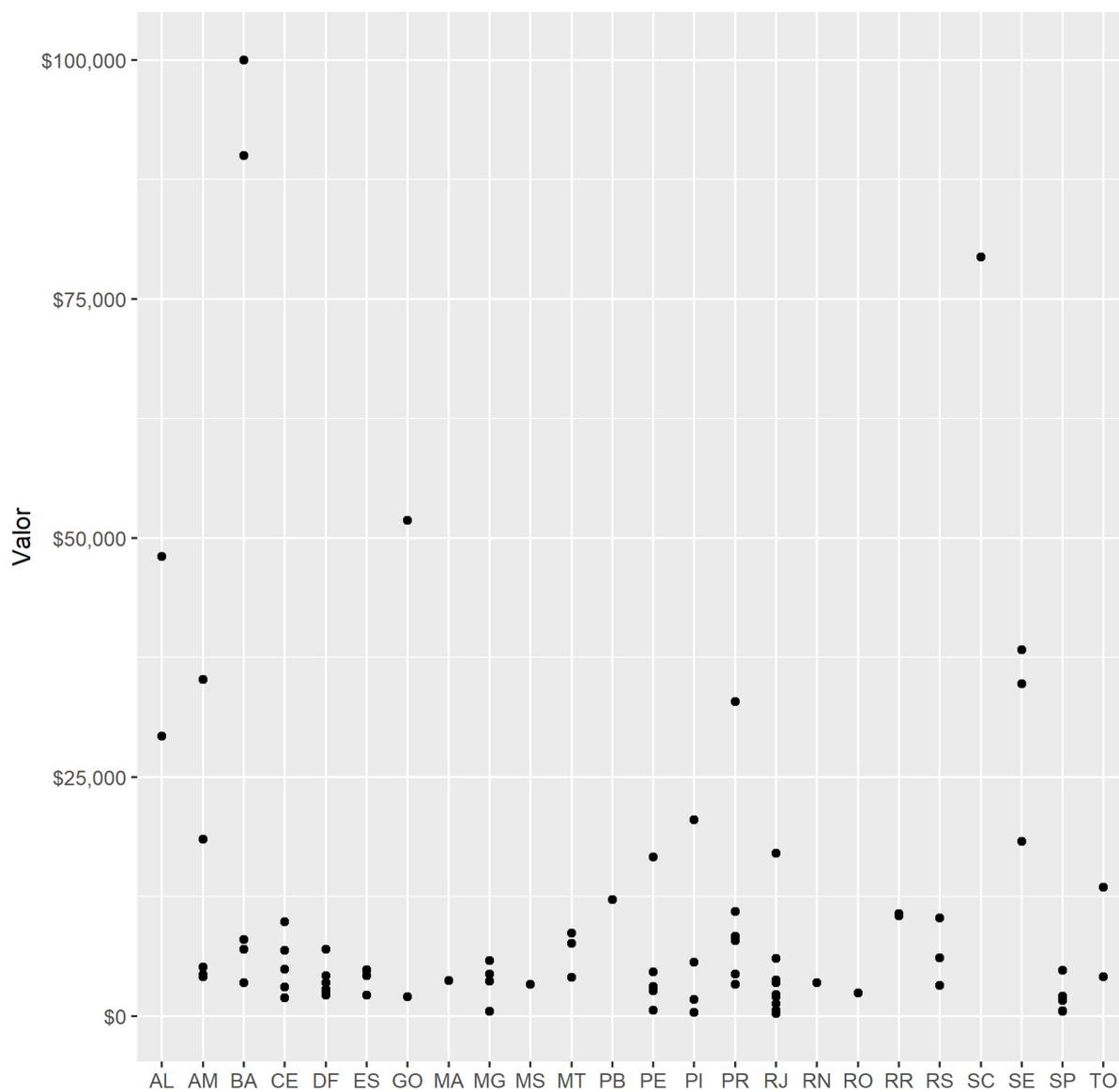
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

Figura 38 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Democratas



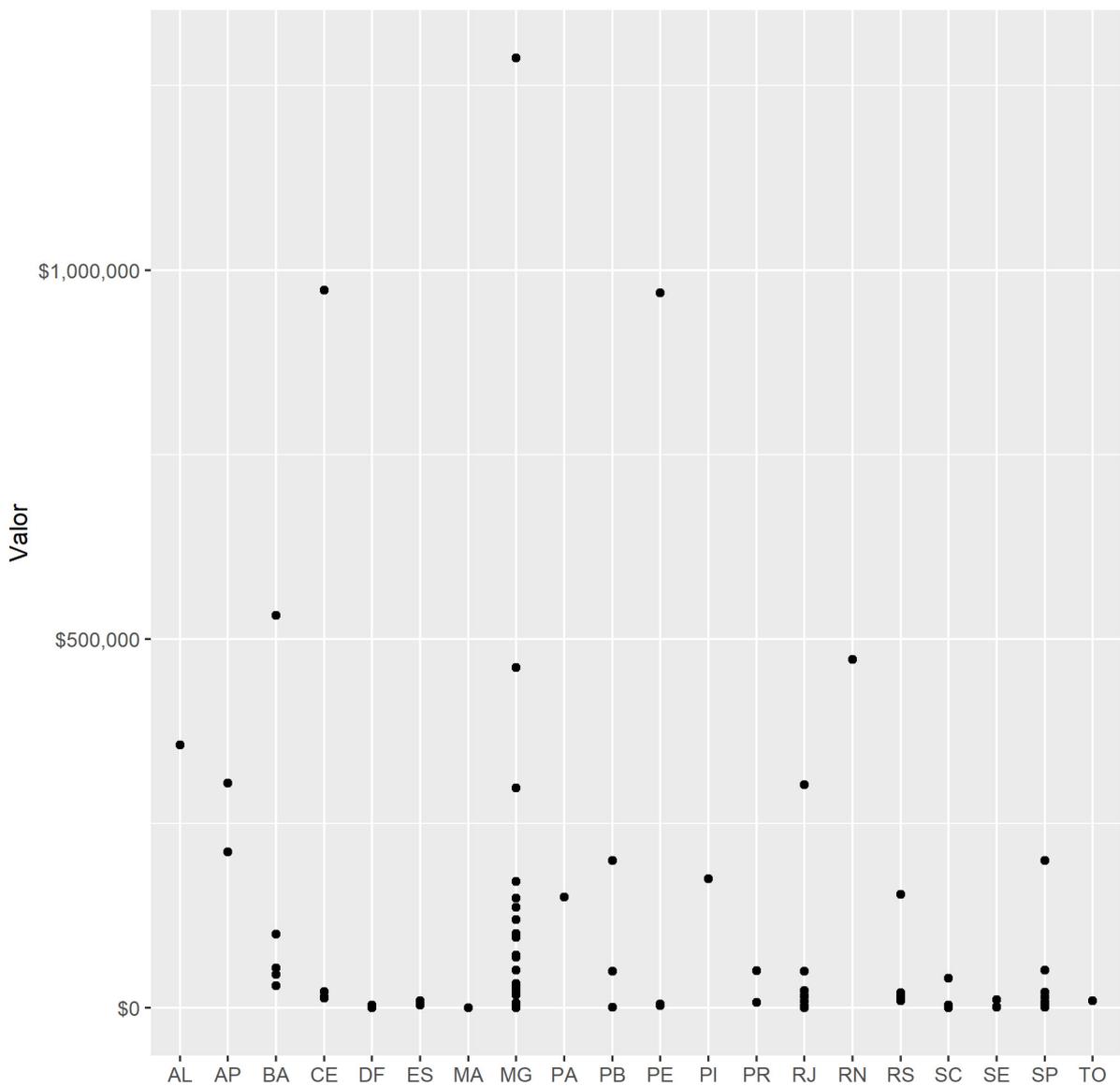
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

Figura 39 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Democracia Cristã



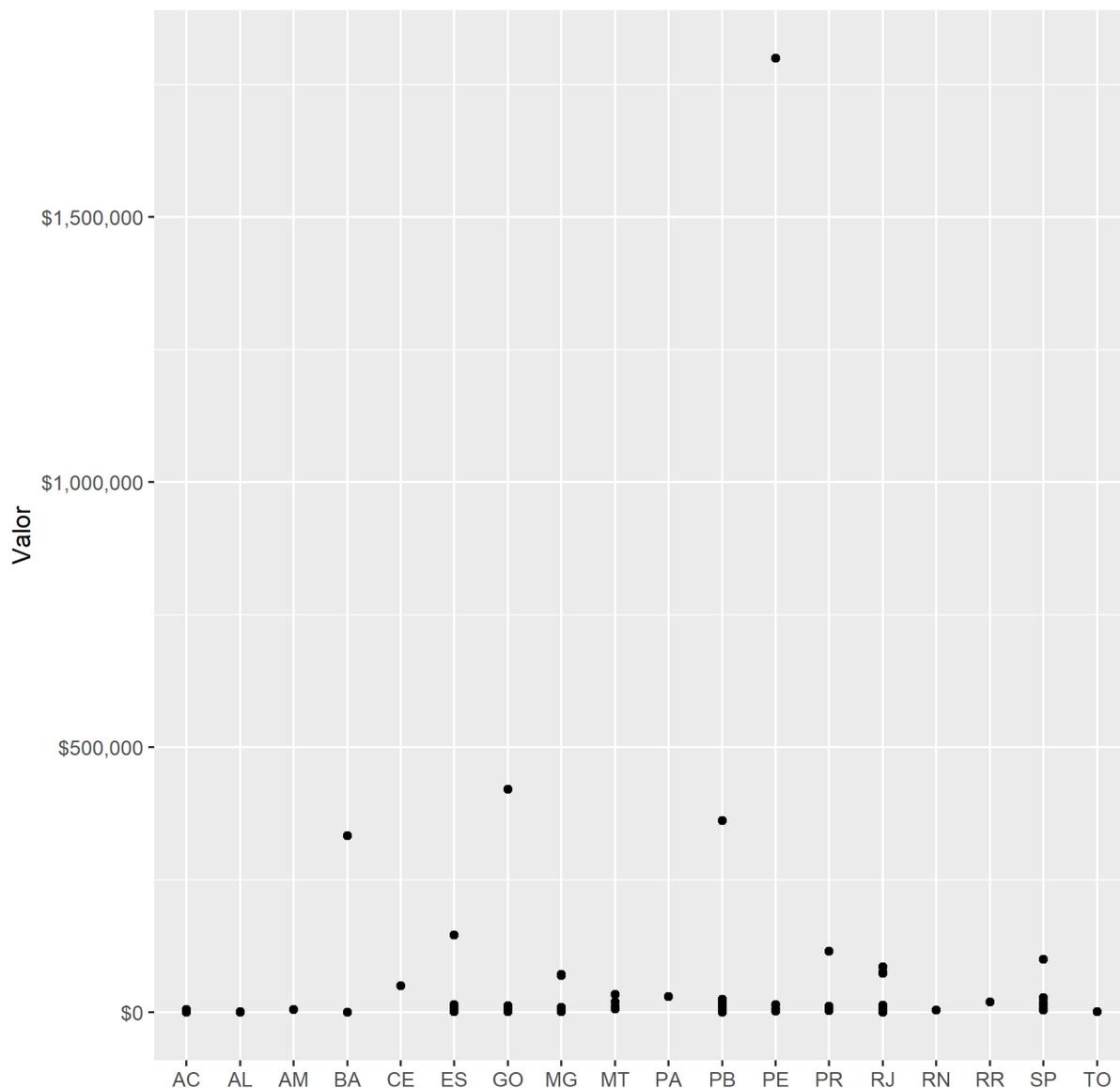
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

Figura 40 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Avante



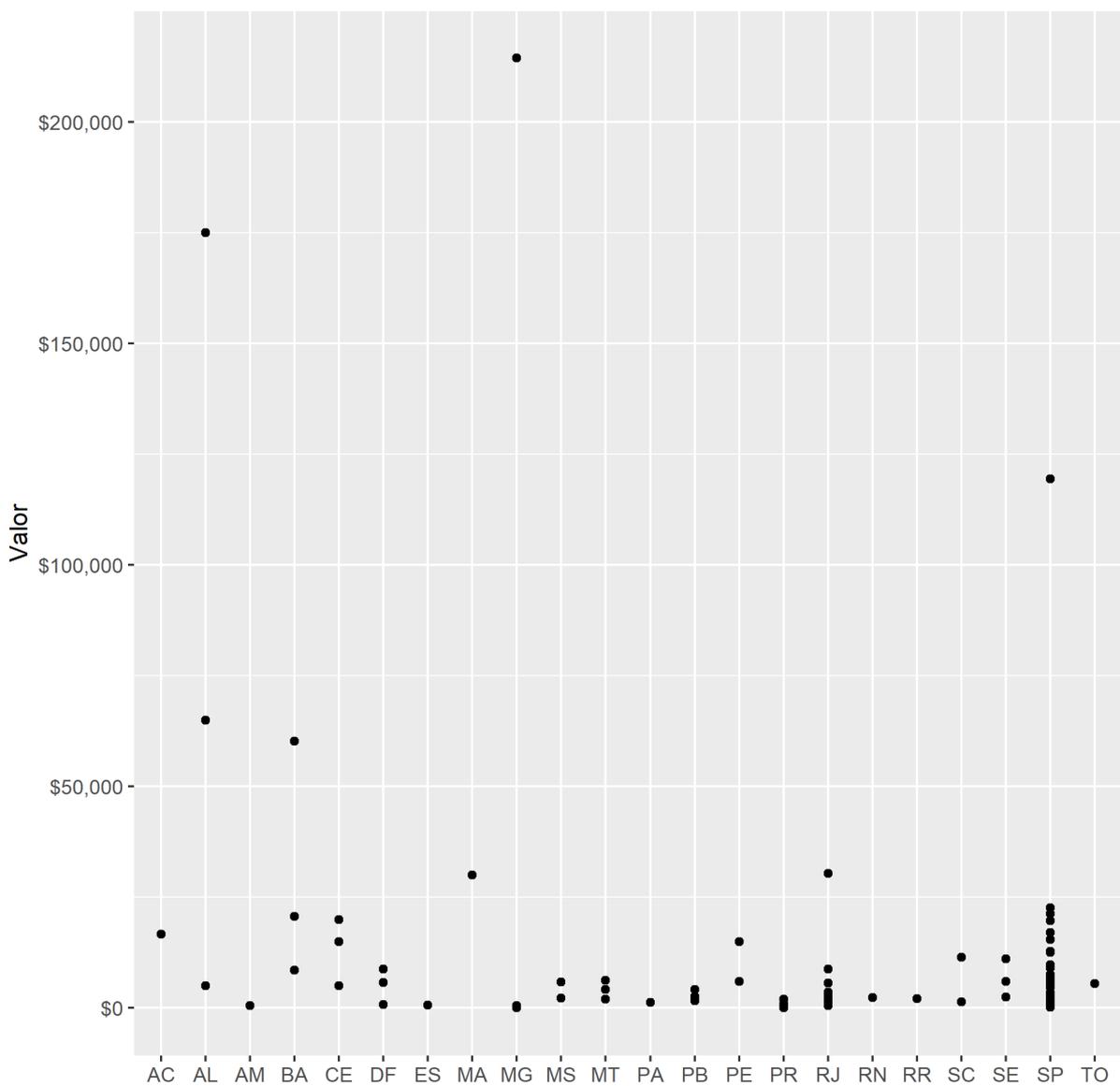
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

Figura 41 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Social Liberal



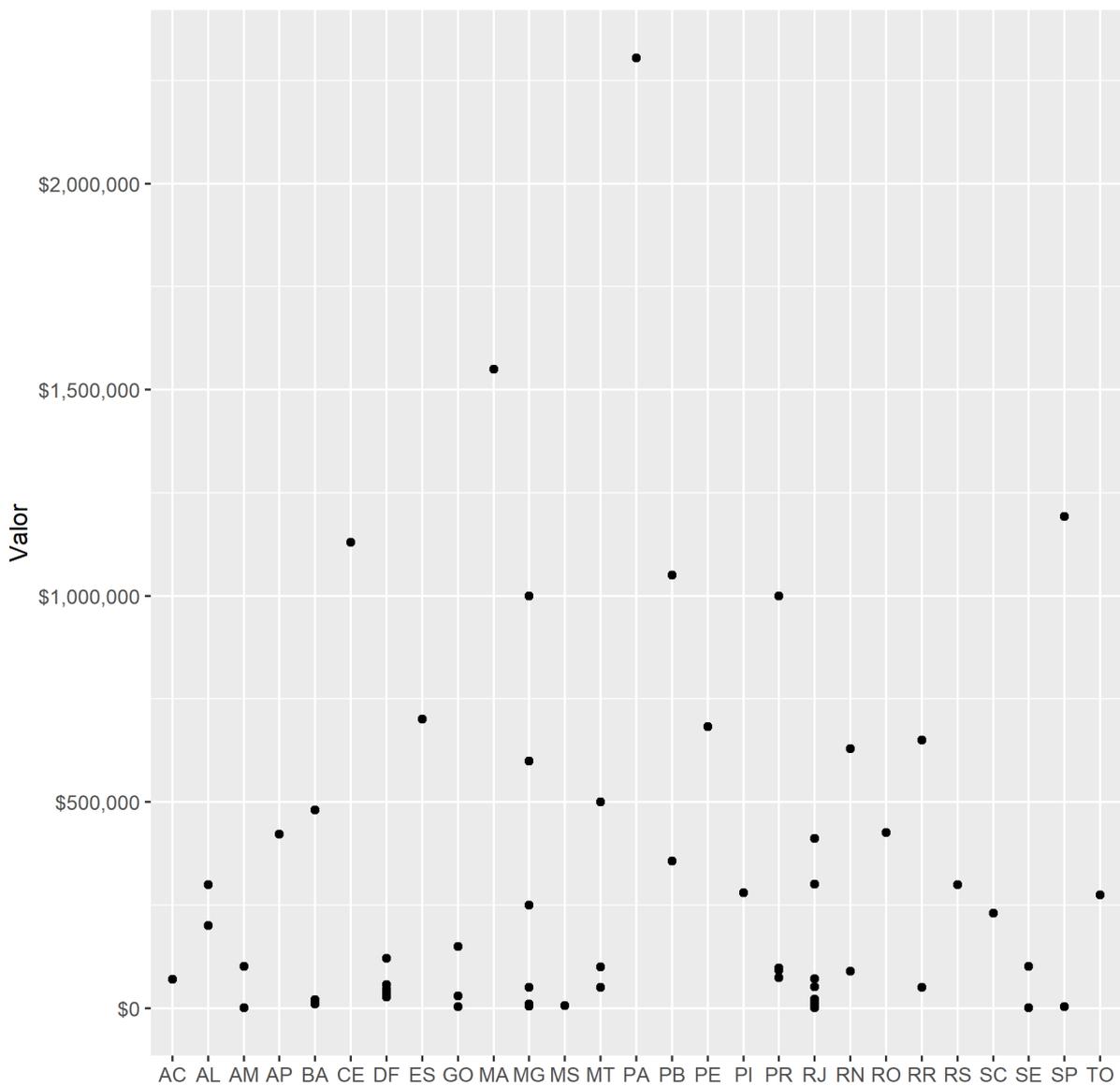
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

Figura 42 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

Figura 43 – Valor recebido do Fundo Eleitoral por cada candidato a Deputado Federal do Partido Social Cristão



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - eleições de 2018

4.7 Apêndice B: Propriedades da função probabilidade de eleição

Observe inicialmente que

$$\frac{\partial f}{\partial x}(x, p, v) = \frac{\alpha_x}{(1 + \alpha_x x_i + \alpha_p p_i + \alpha_v v_i)^2} > 0 \quad (4.7.1)$$

$$\frac{\partial f}{\partial p}(x, p, v) = \frac{\alpha_p}{(1 + \alpha_x x_i + \alpha_p p_i + \alpha_v v_i)^2} > 0 \quad (4.7.2)$$

$$\frac{\partial f}{\partial v}(x, p, v) = \frac{\alpha_v}{(1 + \alpha_x x_i + \alpha_p p_i + \alpha_v v_i)^2} > 0. \quad (4.7.3)$$

Além disso, é verdade que

$$\frac{\partial^2 f}{\partial x^2}(x, p, v) = \frac{-2\alpha_x^2}{(1 + \alpha_x x_i + \alpha_p p_i + \alpha_v v_i)^3} < 0 \quad (4.7.4)$$

$$\frac{\partial^2 f}{\partial p^2}(x, p, v) = \frac{-2\alpha_p^2}{(1 + \alpha_x x_i + \alpha_p p_i + \alpha_v v_i)^3} < 0 \quad (4.7.5)$$

$$\frac{\partial^2 f}{\partial v^2}(x, p, v) = \frac{-2\alpha_v^2}{(1 + \alpha_x x_i + \alpha_p p_i + \alpha_v v_i)^3} < 0 \quad (4.7.6)$$

$$\frac{\partial^2 f}{\partial x \partial p}(x, p, v) = \frac{-2\alpha_x \alpha_p}{(1 + \alpha_x x_i + \alpha_p p_i + \alpha_v v_i)^3} < 0 \quad (4.7.7)$$

$$\frac{\partial^2 f}{\partial x \partial v}(x, p, v) = \frac{-2\alpha_x \alpha_v}{(1 + \alpha_x x_i + \alpha_p p_i + \alpha_v v_i)^3} < 0 \quad (4.7.8)$$

$$\frac{\partial^2 f}{\partial p \partial v}(x, p, v) = \frac{-2\alpha_p \alpha_v}{(1 + \alpha_x x_i + \alpha_p p_i + \alpha_v v_i)^3} < 0. \quad (4.7.9)$$

Por fim, como $f(\cdot)$ é contínua, $\frac{\partial^2 f}{\partial w \partial z} = \frac{\partial^2 f}{\partial z \partial w}$ para $w, z \in \{x, p, v\}$ e $w \neq z$.

4.8 Apêndice C: Solução do problema básico do partido

Como $x_A \in [0, 1] -$, conseqüentemente, $x_B \in [0, 1] -$, uma condição para a solução ser interior é

$$\max \{x_A(\Omega, p_A, p_B, v_A, v_B), x_B(\Omega, p_A, p_B, v_A, v_B)\} < 1,$$

onde $x_A(\cdot)$ e $x_B(\cdot)$ são definidas por (4.4.5) e (4.4.6), respectivamente. Assim, defina o seguinte conjunto

$$\chi = \{(\Omega, p_A, p_B, v_A, v_B) \in \mathbb{R}_+^5 : \max \{x_A(\Omega, p_A, p_B, v_A, v_B), x_B(\Omega, p_A, p_B, v_A, v_B)\} < 1\}.$$

Podemos, agora, definir a solução completa do problema do partido da seguinte forma:

(i) se $(\Omega, p_A, p_B, v_A, v_B) \in \chi$, então a solução é interior, dada por (4.4.5) e (4.4.6); (ii) se $(\Omega, p_A, p_B, v_A, v_B) \notin \chi$ e $x_A(\Omega, p_A, p_B, v_A, v_B) > x_B(\Omega, p_A, p_B, v_A, v_B)$, então, $x_A = 1$ e $x_B = 0$; e (iii) se $(\Omega, p_A, p_B, v_A, v_B) \notin \chi$ e $x_A(\Omega, p_A, p_B, v_A, v_B) < x_B(\Omega, p_A, p_B, v_A, v_B)$, então, $x_A = 0$ e $x_B = 1$. Observe, por fim, que, pela restrição $x_A + x_B = 1$, o caso em que $(\Omega, p_A, p_B, v_A, v_B) \notin \chi$ e $x_A(\Omega, p_A, p_B, v_A, v_B) = x_B(\Omega, p_A, p_B, v_A, v_B)$ está excluído.

4.9 Apêndice D: Estática comparativa

Note que

$$\frac{\partial x_A}{\partial \Omega}(\Omega, p_A, p_B, v_A, v_B) = \frac{2 + \alpha_x + \alpha_p(p_A + p_B) + \alpha_v(v_A + v_B)}{2\alpha_x\sqrt{\Omega}(1 + \sqrt{\Omega})^2} > 0$$

$$\frac{\partial x_A}{\partial p_A}(\Omega, p_A, p_B, v_A, v_B) = \frac{-\alpha_p}{2\alpha_x(1 + \sqrt{\Omega})} < 0$$

$$\frac{\partial x_A}{\partial v_A}(\Omega, p_A, p_B, v_A, v_B) = \frac{-\alpha_v}{2\alpha_x(1 + \sqrt{\Omega})} < 0$$

$$\frac{\partial x_A}{\partial p_B}(\Omega, p_A, p_B, v_A, v_B) = \frac{\alpha_p\sqrt{\Omega}}{\alpha_x(1 + \sqrt{\Omega})} > 0$$

$$\frac{\partial x_A}{\partial v_B}(\Omega, p_A, p_B, v_A, v_B) = \frac{\alpha_v\sqrt{\Omega}}{\alpha_x(1 + \sqrt{\Omega})} > 0.$$

4.10 Apêndice E: Solução do problema modificado do partido

Dado que $\frac{\partial f}{\partial x} > 0$, o único candidato a solução interior do problema (4.4.7) é x_A^* satisfazendo

$$\Omega f(x_A^*, p_A, v_A) = f(1 - x_A^*, p_B, v_B).$$

Contudo, dado que a probabilidade de eleição de A é crescente em x_A e a probabilidade de eleição de B é decrescente em x_A , para $x_A < x_A^*$ temos $f(x_A^*, p_A, v_A) < f(1 - x_A^*, p_B, v_B)$ e para $x_A > x_A^*$ temos $f(x_A^*, p_A, v_A) > f(1 - x_A^*, p_B, v_B)$. Isso implica que a função objetivo do partido $\Lambda(\cdot)$ é convexa em x_A . Como consequência, a solução do problema deve ser de canto: ou $x_A = 1$ e $x_B = 0$ ou $x_A = 0$ e $x_B = 1$.

5 CONCLUSÃO GERAL

Nos últimos oito anos, o Brasil experimentou dois marcos legislativos cruciais que transformaram o paradigma da gestão de recursos e da tomada de decisão política. A primeira grande mudança surgiu em 2015 com a implementação da Reforma Eleitoral, que realocou a gestão dos fundos de campanha, privilegiando os partidos políticos com uma parcela significativa do financiamento. Essa alteração na lei eleitoral brasileira representou uma virada decisiva no método de financiamento das campanhas, deslocando o eixo das contribuições privadas para o apoio financeiro público. Tal mudança não apenas reformulou o ambiente legislativo, afetando as relações de poder e as negociações entre parlamentares e lideranças partidárias, mas também transformou o campo eleitoral. Com a nova legislação, a distribuição de fundos públicos passou a refletir mais diretamente as estratégias e necessidades dos partidos, marcando uma evolução significativa nas bases que orientam o financiamento das campanhas eleitorais.

O segundo desenvolvimento significativo veio com a introdução das Emendas Parlamentares do tipo Transferência Especial, conhecidas popularmente como “Emendas PIX”, ampliando o alcance dos deputados e senadores na alocação de recursos para as administrações municipais. Essa emenda proporcionou uma maior autonomia na destinação de verbas, porém também aumentou os riscos associados à corrupção e à influência política na distribuição desses recursos. Este estudo visou compreender o impacto desses dois eventos não apenas sobre a coesão partidária e os gastos municipais, mas também na maneira como os recursos de campanha foram internamente distribuídos, abrangendo tanto o contexto eleitoral quanto legislativo no âmbito do país.

A análise realizada na presente tese revela que a Câmara dos Deputados no Brasil é marcada uma alta disciplina entre seus membros partidários. Fatores como elevada aceitação popular, alinhamento ideológico ao centro-direita, envolvimento em funções com grande exposição na mídia, e influência nos cenários políticos locais são determinantes para a unidade partidária. Adicionalmente, observa-se que a Reforma Eleitoral introduziu impactos variados entre os diferentes partidos políticos, indicando que as mudanças legislativas afetaram as agremiações de maneira desigual.

Em um segundo momento, a pesquisa aponta que as chamadas “Emendas PIX” tendem a impulsionar o investimento em áreas como infraestrutura e segurança pública. A análise dos dados de 2022, um ano marcado pelo calendário eleitoral, sugere uma estratégia por parte dos gestores municipais de direcionar recursos para obras e projetos de alto impacto visual, potencialmente para favorecer aliados políticos nas eleições, um comportamento que se alinha às teorias que discutem os ciclos econômicos ligados a períodos eleitorais.

Já o terceiro estudo abordado nesta tese lança luz sobre a concentração de recursos financeiros em campanhas políticas, conforme evidenciado pelo índice HHI. A pesquisa vai além da análise empírica e propõe um modelo teórico para compreender as dinâmicas que regem a alocação de recursos nas campanhas eleitorais. Uma descoberta notável é a disparidade na distribuição de fundos, que, mesmo entre candidatos de perfis similares, parece ser influenciada por uma predileção partidária por certos indivíduos. Esta preferência pode ser alimentada por uma variedade de fatores, incluindo laços políticos estabelecidos, relações familiares ou a associação a clãs de significativa influência política. Este achado sublinha a complexidade das estratégias de financiamento eleitoral e o papel das conexões políticas e sociais nesse processo.

Referências

- ABRAMOWITZ, A. I. Explaining senate election outcomes. *American Political Science Review*, Cambridge University Press, v. 82, n. 2, p. 385–403, 1988. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/abs/explaining-senate-election-outcomes/96EC37043A609810622405CADCBAED29>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- ABRANCHES, S. H. H. de. Presidencialismo de coalização: o dilema institucional brasileiro. *Dados:Revista de Ciências Sociais*, v. 31, n. 1, p. 5–34, 1988.
- AFONSO, J. R. R.; RAMUNDO, J. C. M.; ARAUJO, E. A. Breves notas sobre o federalismo fiscal no Brasil. *Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES*, p. 13, 1998.
- ALESINA, A. Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. *The Quarterly Journal of Economics*, Oxford University Press, v. 102, n. 3, p. 651–678, 1987. ISSN 00335533, 15314650. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1884222>>.
- ALSTON, L. J.; MUELLER, B. Pork for Policy: Executive and Legislative Exchange in Brazil. *The Journal of Law, Economics, and Organization*, v. 22, n. 1, p. 87–114, 11 2005. ISSN 8756-6222. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/jleo/ewj001>>.
- AMES, B. Electoral rules, constituency pressures, and pork barrel: Bases of voting in the Brazilian congress. *The Journal of Politics*, v. 57, n. 2, p. 324–343, 1995. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2960309>>. Acesso em: 26 out. 2021.
- AMES, B. Party discipline in the chamber of deputies. In: *Legislative Politics in Latin America*. New York: Cambridge University Press, 2002. p. 185–202.
- AMES, B. *Os entraves da democracia no Brasil*. [S.l.]: FGV Editora, 2003.
- AMES, C. P. B.; RENNÓ, L. Famintos por pork: uma análise da demanda e oferta por políticas localistas e suas implicações para a representação política. In: _____. *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 239–272.
- ARAÚJO, J. M. de. *Relações entre Economia e Política: uma análise dos ciclos político-econômicos nos estados brasileiros no período de 1995 a 2008*. 70 p. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- ARVATE, P. R.; AVELINO, G.; LUCINDA, C. R. Existe influência da ideologia sobre o resultado fiscal dos governos estaduais brasileiros? *Estudos Econômicos (São Paulo)*, SciELO Brasil, v. 38, p. 789–814, 2008.
- ASHWORTH, S. Campaign finance and voter welfare with entrenched incumbents. *American Political Science Review*, Cambridge University Press, v. 100, n. 1, p. 55–68, 2006. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/abs/campaign-finance-and-voter-welfare-with-entrenched-incumbents/CCD02C07405190DCCB973A0E006353A9>>. Acesso em: 06 set. 2021.

AVELINO, G.; FISCH, A. Money, elections, and candidates. In: *Routledge handbook of Brazilian politics*. New York: Routledge, 2019. p. 161–174.

AVIS, E. *et al.* Money and politics: The effects of campaign spending limits on political entry and competition. *American Economic Journal: Applied Economics*, v. 14, n. 4, p. 167–99, October 2022. Disponível em: <<https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/app.20200296>>.

BAIÃO, A. L. *Emendas orçamentárias individuais: efeitos eleitorais, condicionantes da execução e qualidade do gasto público*. Tese (Doutorado) — Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/items/a1b9f7c6-b9e9-483b-ab77-00ac083322de>>.

BAIÃO, A. L.; COUTO, C. G. A eficácia do pork barrel: a importância de emendas orçamentárias e prefeitos aliados na eleição de deputados. *Opinião Pública*, Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas, v. 23, n. 3, p. 714–753, Sep 2017. ISSN 0104-6276. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-01912017233714>>.

BAIÃO, A. L.; COUTO, C. G.; OLIVEIRA, V. E. d. Quem ganha o quê, quando e como? emendas orçamentárias em saúde no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, SciELO Brasil, v. 27, p. e004, 2020.

BALTAGI, B. H. *Econometric analysis of panel data*. [S.l.]: Springer, 2021. v. 6.

BARONE, L. S. *Eleições, partidos e política orçamentária no Brasil: explorando os efeitos das eleições locais na política nacional*. Tese (Tese de doutorado em Administração Pública e Governo) — Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, 2014. Disponível em: <<https://pesquisa-eaesp.fgv.br/teses-dissertacoes/eleicoes-partidos-e-politica-orcamentaria-no-brasil-explorando-os-efeitos-das>>.

BESLEY, T. Political selection. *Journal of Economic Perspectives*, v. 19, n. 3, p. 43–60, September 2005. Disponível em: <<https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/089533005774357761>>. Acesso em: 08 set. 2021.

BITTENCOURT, J. L. *Evidências de ciclo político na economia brasileira: um teste para a execução orçamentária dos governos estaduais - 1983/2000*. 142 p. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BORBA, F.; DUTT-ROSS, S. Horário gratuito de propaganda eleitoral e a formação da opinião pública na eleição presidencial de 2018. *Opinião Pública*, Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas, v. 27, n. 3, p. 851–877, Sep 2021. ISSN 0104-6276. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-01912021273851>>.

BROLLO, F.; NANNICINI, T. Tying your enemy's hands in close races: The politics of federal transfers in Brazil. *The American Political Science Review*, [American Political Science Association, Cambridge University Press], v. 106, n. 4, p. 742–761, 2012. ISSN 00030554, 15375943. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/23357707>>.

CALDEIRA, G. A.; PATTERSON, S. C. Political friendship in the legislature. *The Journal of Politics*, [University of Chicago Press, Southern Political Science Association], v. 49, n. 4, p. 953–975, 1987. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2130779>>.

CARAZZA, B. *Dinheiro, eleições e poder: as engrenagens do sistema político brasileiro*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

CAREY, J. M. Competing principals, political institutions, and party unity in legislative voting. *American Journal of Political Science*, v. 51, n. 1, p. 92–107, 2007. Disponível em: <<https://EconPapers.repec.org/RePEc:wly:amposc:v:51:y:2007:i:1:p:92-107>>. Acesso em: 16 out. 2021.

CARNEIRO, L. P.; SCHMITT, R. A. Eleições casadas, resultados nem sempre solteiros: campanhas proporcionais e imagem partidária no horário gratuito de propaganda eleitoral. *Opinião Pública*, v. 3, n. 1, p. 64–87, 1995. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/por/opiniao_publica/edicao/20>.

CARRILLO, J. D.; MARIOTTI, T. Electoral competition and politician turnover. *European Economic Review*, v. 45, n. 1, p. 1–25, 2001. ISSN 0014-2921. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S001429219900077X>>. Acesso em: 10 set. 2021.

CASTRO, M.; REGATIERI, R. Impacto do fundo de participação dos municípios sobre os gastos públicos municipais por função: análise através de uma regressão em descontinuidade. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (ANPEC). *Anais do XLII Encontro Nacional de Economia*. [S.l.], 2014.

CHAVES, F. E. C. A emenda constitucional nº 105, de 2019, e suas controvérsias em relação à separação de poderes e ao princípio federativo. *Núcleo de Estudos e Pesquisa do Senado Federal*, 2020. Disponível em: <<https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/578917>>.

COATE, S. Pareto-improving campaign finance policy. *The American Economic Review*, American Economic Association, v. 94, n. 3, p. 628–655, 2004. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3592946>>. Acesso em: 06 set. 2021.

COATE, S. Political competition with campaign contributions and informative advertising. *Journal of the European Economic Association*, Oxford University Press, v. 2, n. 5, p. 772–804, 2004. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40005071>>. Acesso em: 06 set. 2021.

COVRE, J.; MATTOS, L. B. de. A situação fiscal e os ciclos políticos nos municípios brasileiros: uma análise a partir de dados em painel dinâmico espacial. In: . [S.l.]: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), 2016. p. 1–19.

DESPOSATO, S. W. Correcting for small group inflation of roll-call cohesion scores. *British Journal of Political Science*, v. 35, n. 4, p. 731–744, 2005. Disponível em: <https://EconPapers.repec.org/RePEc:cup:bjposi:v:35:y:2005:i:04:p:731-744_00>. Acesso em: 16 out. 2021.

DIAS, A. K. N.; NASCIMENTO, G. A. d. Análise da reforma do sistema de financiamento de campanhas eleitorais no Brasil considerando as candidaturas femininas. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 9, n. 5, p. 3136–3155, maio 2023. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10096>>.

DUVERGER, M. *Political parties: Their organization and activity in the modern state*. [S.l.]: Methuen & Co. Ltd., 1954.

- EDUARDO, M. C.; SOUZA, J. I. L. d. Quando o pouco não chega a muitas: análise inicial da distribuição dos recursos públicos de campanha para a câmara dos deputados em 2018 no Brasil. *Ex æquo*, n. 44, p. 39–56, 2021.
- FERRAZ, C.; FINAN, F. Reelection incentives and political corruption: Evidence from Brazilian audit reports. In: . [S.l.]: Agricultural e Applied Economics Association, 2005. p. 24–27.
- FERRAZ, C.; FINAN, F. *Motivating Politicians: The Impacts of Monetary Incentives on Quality and Performance*. [S.l.], 2009. Disponível em: <https://www.nber.org/system/files/working_papers/w14906/w14906.pdf>. Acesso em: 02 set. 2021.
- FERRAZ, C.; FINAN, F.; MARTINEZ-BRAVO, M. *Political Power, Elite Control, and Long-Run Development: Evidence from Brazil*. [S.l.], 2020. (Working Paper Series, 27456). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w27456>>.
- FERRAZ, C.; FINAN, F.; MARTINEZ-BRAVO, M. *Political Power, Elite Control, and Long-Run Development: Evidence from Brazil*. [S.l.], 2020. (Working Paper Series, 27456). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w27456>>. Acesso em: 19 mai. 2021.
- FERREIRA, I. F. S.; BUGARIN, M. S. Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 61, p. 271 – 300, jul/set. 2007. ISSN 0034-7140.
- FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. d. M. P. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. de M. P. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: FGV/FAPESP, 1999.
- FIRPO, S.; PONCZEK, V.; SANFELICE, V. The relationship between federal budget amendments and local electoral power. *Journal of Development Economics*, v. 116, p. 186–198, 2015. ISSN 0304-3878. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304387815000577>>.
- GIANNETTI, D.; LAVER, M. Party cohesion, party discipline, and party factions in Italy. In: *Intra-party Politics and Coalition Governments*. New York: Routledge, 2009. p. 146–168.
- GOMES, B. S. d. M.; BASTOS, S. Q. d. A.; ALMEIDA, E. S. d. Ciclos eleitorais e partidários e interação espacial nas despesas em saúde e saneamento municipais (1998-2012). *Análise Econômica*, v. 40, n. 81, mar. 2022. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/87104>>.
- GREENE, W. H. *Econometric Analysis*. 6. ed. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2008.
- HARTUNG, P.; MENDES, M.; GIAMBIAGI, F. As emendas parlamentares como novo mecanismo de captura do orçamento. *Revista Conjuntura Econômica*, v. 75, n. 09, p. 20–22, 2021.
- HIBBS, D. A. Political parties and macroeconomic policy. *The American Political Science Review*, [American Political Science Association, Cambridge University Press], v. 71, n. 4, p. 1467–1487, 1977. ISSN 00030554, 15375943. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1961490>>.

- JACOBSON, G. C. The effects of campaign spending in congressional elections. *The American Political Science Review*, v. 72, n. 2, p. 469–491, 1978. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1954105>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- JACOBSON, G. C. The effects of campaign spending in house elections: New evidence for old arguments. *American Journal of Political Science*, v. 34, n. 2, p. 334–362, 1990. Disponível em: <<http://www.sas.rochester.edu/psc/clarke/214/Jacobsen90.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- LEMONS, L. B.; MARCELINO, D.; PEDERIVA, J. ao H. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o congresso nacional em 2002 e 2006. *Opinião Pública*, v. 16, n. 2, p. 366–393, 2010. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/abs/explaining-senate-election-outcomes/96EC37043A609810622405CADCBAED29>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. Processo orçamentário e comportamento legislativo: emendas individuais, apoio ao executivo e programas de governo. *Dados*, SciELO Brasil, v. 48, p. 737–776, 2005.
- LIMONGI, F. M. P.; FIGUEIREDO, A. C. Partidos políticos na câmara dos deputados: 1989-1994. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, v. 38, n. 3, p. 495–525, 1995. Disponível em: <<http://dados.iesp.uerj.br/edicoes/?vn=38-3>>. Acesso em: 16 out. 2021.
- LYNE, M. M. Parties as programmatic agents: A test of institutional theory in brazil. *Party Politics*, v. 11, n. 2, p. 193–216, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1354068805049776>>. Acesso em: 02 nov. 2021.
- MACHADO, D. d. O. *Relação entre disciplina e infidelidade partidária na Câmara dos Deputados*. Tese (Doutorado) — Tese de Doutorado, 2012.
- MACRAE, D. *arliament, Parties, and Society in France 1946-1958*. [S.l.]: St. Martin's Press, 1967.
- MAINWARING, S.; LIÑAN, A. P. Disciplina partidária: o caso da constituinte. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, SciELO Brasil, p. 107–136, 1998.
- MAINWARING, S.; SHUGART, M. S. *Presidentialism and Democracy in Latin America*. [S.l.]: Cambridge University Press, 1997. (Cambridge Studies in Comparative Politics).
- MARCINIUK, F. L.; BUGARIN, M. S. A influência da reeleição nas políticas fiscais subnacionais. *Revista Brasileira de Economia*, Fundação Getúlio Vargas, v. 73, n. 2, p. 181–210, Abr 2019. ISSN 0034-7140. Disponível em: <<https://doi.org/10.5935/0034-7140.20190009>>.
- MARCINIUK, F. L.; BUGARIN, M. S.; FERREIRA, D. C. Motivação partidária nas transferências voluntárias da união: o papel do legislativo federal. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, Departamento de Economia; Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA-USP), v. 50, n. 2, p. 261–291, Abr 2020. ISSN 0101-4161. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-41615023fmd>>.
- MASKET, S. E. Where You Sit is Where You Stand: The Impact of Seating Proximity on Legislative Cue-Taking. *Quarterly Journal of Political Science*, v. 3, n. 3, p. 301–311, out. 2008. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/now/jlqjps/100.00007058.html>>.

- MATTOZZI, A.; MERLO, A. Mediocracy. *Journal of Public Economics*, v. 130, p. 32–44, 2015. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S004727271500119X>>. Acesso em: 08 set. 2021.
- MELO, C. R. F. de. *Retirando as cadeiras do lugar: Migração partidária na Câmara dos Deputados (1985/1998)*. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.
- MENDES, M. *Descentralização fiscal baseada em transferências e captura de recursos públicos nos municípios brasileiros*. 92 p. Tese (Doutorado em Economia) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- MENDES, M.; MIRANDA, R. B.; COSIO, F. B. *Transferências intergovernamentais no Brasil: diagnóstico e proposta de reforma*. [S.l.]: Senado Federal, Consultoria Legislativa, 2008.
- MENEGUIN, F. B.; BUGARIN, M. S. Reelection e política fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos. *Economia Aplicada*, v. 5, n. 3, p. 601–622, jun. 2001. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/219771>>.
- MENEGUIN, F. B.; BUGARIN, M. S.; CARVALHO, A. X. Y. d. O que leva um governante à reeleição? Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2005.
- NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. A emenda da reeleição e a lei de responsabilidade fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos estados (1986-2002). *Economia Aplicada*, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, v. 10, n. 3, p. 377–397, Jul 2006. ISSN 1413-8050. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-80502006000300005>>.
- NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. Rio de Janeiro, v. 64, p. 3 – 24, jan/mar. 2010. ISSN 0034-7140.
- NEIVA, P. R. P. Coesão e disciplina partidária no senado federal. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, v. 54, n. 2, p. 289–318, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582011000200003>>. Acesso em: 16 out. 2021.
- NETO, O. A. *Presidencialismo e governabilidade nas Américas*. [S.l.]: FGV Editora, 2006.
- NETO, O. A.; SANTOS, F. A conexão presidencial: facções pró e antigoverno e disciplina partidária no brasil. *Dados*, v. 44, n. 2, p. 291–321, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582001000200003>>. Acesso em: 31 out. 2021.
- NETO, O. A.; SANTOS, F. Conexão presidencial: facções pró e antigoverno e disciplina partidária no brasil. *Dados*, v. 44, n. 2, p. 291–321, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582001000200003>>. Acesso em: 24 out. 2021.
- NETO, R. B. G. Resultado primário e ciclo político-eleitoral nos estados brasileiros (1987-2010). *Dados*, Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), v. 62, n. 2, p. e20150165, 2019. ISSN 0011-5258. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/001152582019180>>.

- NICOLAU, J. Disciplina partidária e base parlamentar na câmara dos deputados no primeiro governo fernando henrique cardoso (1995-1998). *Dados. Revista de Ciências Sociais*, v. 43, n. 4, p. 709–735, 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582000000400004>>. Acesso em: 16 out. 2021.
- NORDHAUS, W. D. The political business cycle. *The Review of Economic Studies*, [Oxford University Press, Review of Economic Studies, Ltd.], v. 42, n. 2, p. 169–190, 1975. ISSN 00346527, 1467937X. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2296528>>.
- NOVAES, L.; MATTOS, E. O efeito da intenção de reeleição sobre gastos em saúde: uma análise com base no modelo de reputação política. *Brazilian Journal of Political Economy*, Centro de Economia Política, v. 30, n. 1, p. 140–158, Mar 2010. ISSN 0101-3157. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000100009>>.
- NUNES, G. S. Ciclos políticos orçamentários ciclos políticos orçamentários políticos orçamentários: uma análise das : uma análise das despesas em educação e saúde para os despesas em educação e saúde para os municípios do rio grande do sul (2002 municípios do rio grande do sul (2002 os do rio grande do sul (2002-12)). *Indicadores Econômicos FEE*, v. 44, p. 99–110, 2017. Disponível em: <<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/3898/3846>>.
- OSCAR, R. B. L. M. *Ensaio sobre economia política: votação sequencial, alianças partidárias e disciplina partidária*. Tese (Tese de doutorado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.
- PEIXOTO, V. d. M.; MARQUES, L. M.; RIBEIRO, L. M. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral das mulheres nas eleições brasileiras (1998-2020). *Estudos Avançados*, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v. 36, n. 106, p. 93–116, Sep 2022. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36106.006>>.
- PEREIRA, C.; MUELLER, B. Comportamento estratégico em presidencialismode coalizão: as relações entre executivo e legislativo na elaboração do orçamento brasileiro. *Dados*, SciELO Brasil, v. 45, p. 265–301, 2002.
- PEREIRA, C.; MUELLER, B. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no brasil. *Dados*, v. 46, n. 4, p. 735–771, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582003000400004>>. Acesso em: 26 out. 2021.
- PEREIRA, C.; MUELLER, B. The cost of governing: Strategic behavior of the president and legislators in brazil’s budgetary process. *Comparative Political Studies*, v. 37, n. 7, p. 781–815, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0010414004266866>>.
- PEREIRA, C.; RENNO, L. O que e que o reeleito tem? o retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no brasil. *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 4, p. 664–683, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/NbLsLqGMrdkSTDzYdNHWbdr/?lang=pt>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- PEREIRA, C.; RENNÓ, L. O que é que o reeleito tem? dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a câmara dos deputados. *Dados*, Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), v. 44, n. Dados, 2001 44(2), p. 133–172, 2001. ISSN 0011-5258. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582001000200004>>.

- PERSSON, T.; TABELLINI, G. E. *Macroeconomic policy, credibility and politics*. [S.l.]: Taylor & Francis, 1990. v. 38.
- POWER, T. J.; ZUCCO, C. Estimating ideology of brazilian legislative parties, 1990-2005: A research communication. *Latin American Research Review*, The Latin American Studies Association, v. 44, n. 1, p. 218–246, 2009. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20488177>>.
- PRADO, S. *FPE equalização estadual no Brasil: alternativas e simulações para a reforma*. [S.l.], 2012.
- PRAT, A. Campaign advertising and voter welfare. *The Review of Economic Studies*, [Oxford University Press, Review of Economic Studies, Ltd.], v. 69, n. 4, p. 999–1017, 2002. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1556730>>. Acesso em: 03 set. 2021.
- PUCHALE, C. L. *Ciclos político-econômicos nos estados brasileiros: uma análise do gasto público através de dados em painel espacial de 2003 a 2014*. 140 p. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.
- RAILE, C. P. E.; POWER, T. J. The executive toolbox: Building legislative support in a multiparty presidential regime. *Political Research Quarterly*, [University of Utah, Sage Publications, Inc.], v. 64, n. 2, p. 323–334, 2011. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/23056394>>.
- RAILE, E. D.; PEREIRA, C.; POWER, T. J. The executive toolbox: Building legislative support in a multiparty presidential regime. *Political Research Quarterly*, v. 64, n. 2, p. 323–334, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1065912909355711>>.
- RIBEIRO, P. F.; LOCATELLI, L.; ASSIS, P. P. d. “acompanho o meu partido”: Organização partidária e comportamento legislativo no brasil. *Dados*, SciELO Brasil, v. 65, 2022.
- ROCHA, F. J. S.; BRILHANTE, Á. A. Ciclos político-orçamentários nos estados brasileiros: um exemplo de problema de delegação na relação principal-agente/political-budgetary cycles in brazilian states: an example of delegation problem in the principal-agent relationship. *Política & Sociedade*, v. 13, n. 26, p. 113, 2014.
- RODRIGUES, C. A. *Impacto dos ciclos políticos nas despesas públicas nos estados brasileiros*. 47 p. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2015.
- ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*, American Economic Association, v. 80, n. 1, p. 21–36, 1990. ISSN 00028282. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2006731>>.
- ROGOFF, K.; SIBERT, A. Elections and Macroeconomic Policy Cycles. *The Review of Economic Studies*, v. 55, n. 1, p. 1–16, 01 1988. ISSN 0034-6527. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2297526>>.
- SAKAI, J. *Com fiscalização e transparência falhas, emendas PIX somam R\$ 13 bi em quatro anos*. [S.l.], 2023.

- SAKURAI, S. N. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, SciELO Brasil, v. 39, p. 39–58, 2009.
- SAMUELS, D. Incumbents and challengers on a level playing field: Assessing the impact of campaign finance in brazil. *The Journal of Politics*, v. 63, n. 2, p. 569–584, 2001. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2691765>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- SANFELICE, V. *Determinantes do voto para deputado federal: relação entre emendas orçamentárias e desempenho eleitoral*. Dissertação (Mestrado) — Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/items/5c0e7d2e-d6bf-4e63-aecb-58a37c24e3c9>>.
- SANTOS, F. Partidos e comissões no presidencialismo de coalizão. *Dados*, v. 45, n. 2, p. 237–264, 2002. Disponível em: <<http://dados.iesp.uerj.br/edicoes/?vn=45-2>>. Acesso em: 25 nov. 2023.
- SANTOS, F. G. M. *O poder legislativo no presidencialismo de coalizão*. [S.l.]: Editora UFMG, 2003. v. 16.
- SCHAEFER, B. M. Tempo é dinheiro: recursos partidários em eleições para a câmara federal. *Laboratório de Estudos eleitorais, Comunicação Política e Opinião Pública*. Disponível em: <https://www.lab-doxa.org.br/textos-discussao/tempo-e-dinheiro-recursos-partidarios-em-eleicoes-para-a-camara-federal/>. Acesso em, v. 3, 2023.
- SCHEFFLER, I. L. *Disciplina Partidaria: mensuração, teoria e análise de seus determinantes*. 68 f. Dissertação (Mestrado em Economia com ênfase em Economia Aplicada) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- SCHNEIDER, D. A. R.; BUGARIN, M. Electronic voting and public spending: the impact of de facto enfranchisement on federal budget amendments in brazil. *Journal of Applied Economics*, Routledge, v. 23, n. 1, p. 299–315, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/15140326.2020.1748358>>.
- SILVA, G. P. d.; BIDERMAN, C.; FILHO, G. A. Indicadores para avaliar o comportamento parlamentar como resultante de eleições. 2009.
- SILVA, G. P. da. Uma avaliação empírica da composição eleitoral para a câmara federal do brasil. *Opinião Pública*, v. 19, n. 2, p. 403–429, 2013. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/por/opiniao_publica/edicao/40>.
- SODRÉ, A. C. d. A.; ALVES, M. F. C. Relação entre emendas parlamentares e corrupção municipal no brasil: estudo dos relatórios do programa de fiscalização da controladoria-geral da união. *Revista de Administração Contemporânea*, SciELO Brasil, v. 14, p. 414–433, 2010.
- SOUSA, R. C. R. de. *Partidos Políticos e Candidaturas Femininas não Viáveis: uma análise do financiamento de campanhas para a câmara dos deputados nas eleições de 2018*. 63 f. Monografia (Monografia em Ciência Política) — Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

SPECK, B. W.; MANCUSO, W. P. A study on the impact of campaign finance, political capital and gender on electoral performance. *Brazilian Political Science Review*, Associação Brasileira de Ciência Política, v. 8, n. 1, p. 34–57, 2014. ISSN 1981-3821. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-38212014000100002>>.

TAAGEPERA, R. Inequality, concentration, imbalance. *Political Methodology*, [Society for Political Methodology, Oxford University Press], v. 6, n. 3, p. 275–291, 1979. ISSN 01622021. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/25791080>>.

TAVARES, D.; ZELINSKI, L. F.; FRANCO, G. C. A influência do financiamento de campanha na tomada de decisão dos deputados federais brasileiros da 55ª legislatura. *Revista do Legislativo Paranaense*, n. 4, p. 69–91, 2020.

TSEBELIS, G. Decision making in political systems: Veto players in presidentialism, parliamentarism, multicameralism and multipartyism. *British journal of political science*, Cambridge University Press, v. 25, n. 3, p. 289–325, 1995. Disponível em: <https://EconPapers.repec.org/RePEc:cup:bjposi:v:25:y:1995:i:03:p:289-325_00>. Acesso em: 24 out. 2021.

VIDEIRA, R. A.; MATTOS, E. Ciclos políticos eleitorais e a interação espacial de políticas fiscais entre os municípios brasileiros. *Economia Aplicada*, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, v. 15, n. 2, p. 259–286, Apr 2011. ISSN 1413-8050. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-80502011000200005>>.

VIDEIRA, R. A.; MATTOS, E. Ciclos políticos eleitorais e a interação espacial de políticas fiscais entre os municípios brasileiros. *Economia Aplicada*, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, v. 15, n. 2, p. 259–286, Apr 2011. ISSN 1413-8050. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-80502011000200005>>.

ZUCCO, C.; POWER, T. J. The Ideology of Brazilian Parties and Presidents: Coalitional Presidentialism Under Stress. 2023. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4470209>.